

IGOR COSTA PALO MELLO

**EXPERIÊNCIAS DE ESCUTA AO ENVELHECIMENTO: CARTOGRAFIAS E
AUTOBIOGRAFIA.**

ASSIS

2017

IGOR COSTA PALO MELLO

**EXPERIÊNCIAS DE ESCUTA AO ENVELHECIMENTO: CARTOGRAFIAS E
AUTOBIOGRAFIA.**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.
(Área de Concentração: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Dr. Silvio Yasui.

ASSIS
2017

M478

Mello, Igor Costa Palo

Experiências de escuta ao envelhecimento: cartografias e autobiografia / Igor Costa Palo Mello. – 2017. 195 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP). Faculdade de Ciências e Letras. Assis, 2017.
Orientador: Dr. Silvio Yasui

1. Envelhecimento. 2. Escuta. 3. Cartografia. 4. Psicologia.
5. Políticas Públicas I. Mello, Igor Costa Palo. II. Título.

CDD: 155.67

IGOR COSTA PALO MELLO

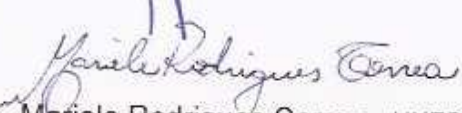
EXPERIÊNCIAS DA ESCUTA AO ENVELHECIMENTO: cartografias e
autobiografia

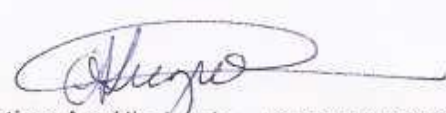
Tese apresentada à Universidade
Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de
Ciências e Letras, Assis, para obtenção
do título de Doutor em PSICOLOGIA.
(Área de Conhecimento: PSICOLOGIA E
SOCIEDADE)

Data da Aprovação: 19/12/2017

COMISSÃO EXAMINADORA

PRESIDENTE: PROF. DR. Silvio Yasui - UNESP/ASSIS


MEMBROS: PROFA. DRA. Mariele Rodrigues Correa - UNESP/ASSIS


PROFA. DRA. Cristina Amélia Luzio - UNESP/ASSIS


PROF. DR. Adriano da Silva Rozendo - UFMT/Rondonópolis


PROF. DR. Leandro Anselmo Todesqui Tavares - FIO/Ourinhos

Agradecimentos:

Aos intercessores, pelos bons encontros e pela comunidade do desejo de uma vida melhor para todos que envelhecem desde cedo.

À Ana Paula, por me ensinar a amar e por aceitar que enfrentemos juntos os desafios escondidos nos momentos felizes e tristes da vida.

Aos meus pais e avós pela sabedoria e pela vida.

Às minhas irmãs, ao meu sobrinho e aos meus outros familiares pelo apoio.

Aos amigos por me ajudarem a acreditar na possibilidade de realização.

Ao meu orientador Silvio Yasui pela competência e generosidade.

À Mariele e ao Leandro por me emprestarem sua lucidez e conhecimento.

À Cristina e ao Adriano pela leitura atenta e importantes contribuições.

Aos colegas de trabalho pela compreensão e paciência.

MELLO, Igor Costa Palo. **Experiências de escuta ao envelhecimento: cartografias e autobiografia**. 195 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Estadual Paulista; Faculdade de Ciências e Letras. Assis, 2017.

RESUMO: A presente tese é constituída por cartografias de narrativas autobiográficas relacionadas a experiências de escuta ao envelhecimento realizadas em serviços de saúde e socioassistenciais, além daquelas produzidas no exercício da supervisão de estágio de formação profissional em âmbito universitário e em rodas de conversa extra institucionais. Acompanhando, nestas experiências, linhas de fuga desterritorializantes e agenciamentos maquínicos em projetos singularizantes de seguridade social produtores da subjetivação no “envelhecer contemporâneo”, foram apontadas também tanto sua vizinhança às desterritorializações mais caóticas como ao dispositivo reterritorializado e identitário Estado-Mercado-Políticas Públicas consoante a produção de subjetividade no “envelhecer bem-sucedido” próprio à era do capitalismo em rede. Percorrer esse agenciamento possibilitou vislumbrar a possibilidade de colocar o registro e a discussão dos conteúdos da escuta em conexão com outros saberes que se constituem em práticas profissionais diversas destinadas aos idosos, seus familiares e outros adultos que se sentem vinculados à questão do envelhecimento. Um dos efeitos do encontro com essas diversas cartografias é poder ouvir sussurrando cada uma das pessoas com quem estive ao longo do percurso de trabalho direto e de supervisão de estágio. Por meio das mesmas foi possível ver emergir da escuta ao envelhecimento uma diversidade de experiências de pessoas que envelhecem produzindo um sentido que apenas por efeito de formalidade agrupa-se sob a intensidade de um sofrimento ético-político que não cessa de ter seus diferentes efeitos de sentido. O paradoxo é que o acontecimento-sentido não funciona como remédio as dores do envelhecimento, mas como enunciação e reconhecimento do mesmo, desterritorializando identidades cristalizadas em linhas de fuga que constituem também novos agenciamentos. Conclui-se pela enunciação do desejo de intensificação da intercessora escuta ao envelhecimento no dispositivo dos projetos singulares de seguridade social.

Palavras-chave: Envelhecimento. Escuta. Cartografia. Psicologia. Políticas Públicas.

MELLO, Igor Costa Palo. **Experiences of listening to aging: cartography and autobiography**. 195 f. Thesis (Doctorate in Psychology). Universidade Estadual Paulista; Faculdade de Ciências e Letras. Assis, 2017.

ABSTRACT: This thesis consists of cartographies of autobiographical narratives related to experiences of listening to aging carried out in health and social assistance services, in addition to those produced in the exercise of supervising the professional training stage in a university environment and in extra institutional talk wheels. Following in these experiments, deterritorializing lines of escape and machinic assemblages in singularizing projects of social security producers of the subjectivation in the "aging contemporary", were also pointed both their proximity to the more chaotic deterritorialisations and to the reterritorialized and identity-based agency State-Market-Public Policies consonant the production of subjectivity in the "successful aging" proper to the age of networked capitalism. Going through this agency made it possible to envisage the possibility of registering and discussing the contents of listening in connection with other knowledges that constitute various professional practices for the elderly, their families and other adults who feel linked to the issue of aging. One of the effects of the encounter with these various cartographies is to be able to hear whispering to each of the people I have been with along the course of direct work and supervising internship. By means of these, it was possible to see from the listening to the aging a diversity of experiences of aging people producing a sense that only by effect of formality groups under the intensity of an ethical-political suffering that does not cease to have its different effects of sense. The paradox is that sense-event does not act as a remedy for the pains of aging, but as an enunciation and recognition of it, deterritorializing crystallized identities in lines of escape that are also new assemblages. It concludes by the enunciation of the desire of intensification of the intercessor listening to the aging in the machinic agency of the singular projects of social security.

Keywords: Aging. Listening. Cartography. Psychology. Public policy.

MELLO, Igor Costa Palo. **Expériences d'écoute du vieillissement: cartographie et autobiographie.** 195 f. Thèse (Doctorat en psychologie). Universidade Estadual Paulista; Faculdade de Ciências e Letras. Assis, 2017.

Résumé: Cette thèse est composée par cartographies des récits autobiographiques liés à des expériences d'écoute au vieillissement effectuées dans les services d'aide sociale et la santé, ainsi que ceux produits dans le cadre de la surveillance de la formation professionnelle en milieu universitaire et de roues de conversation réalisée dehors des institutions. Dans ces expériences, en accompagnant des lignes de fuites déterritorialisées et agencements machiniques dans le projet singulier pour la sécurité sociale producteur de subjectivité dans le « contemporain âge », ils ont également été cartographiés à la fois son voisinage aux déterritorialisations les plus chaotiques au même temps que l'agence de reterritorisée et identitaire du marché-l'État-politique publique selon la production de la subjectivité dans le «vieillissement réussi» propre à l'âge du capitalisme en réseau. Avec cette agence a permis d'entrevoir la possibilité de mettre le dossier et la discussion du contenu d'écoute en relation avec d'autres connaissances qui sont dans diverses pratiques professionnelles pour les personnes âgées, leurs familles et les autres adultes qui se sentent liés à la question du vieillissement. L'un des effets de la réalisation de ces différents cartographies est en mesure d'entendre chuchoter chacun des gens avec qui j'ai travaillé sur le chemin et la supervision directe de probation. Grâce à eux, il était possible de voir l'émergence d'écoute au vieillissement de la diversité des expériences des personnes qui produisent l'âge d'un sens que pour les groupes d'effet formalité sous l'intensité d'une souffrance éthique politique qui continue d'avoir ses effets différents de sens. Le paradoxe est que le sens-événement ne fonctionne pas comme un remède aux douleurs du vieillissement, mais comme la reconnaissance et l'énonciation de celui-ci, déterritorialisation des identités cristallisés dans les lignes de fuites qui sont également nouveaux assemblages. Il conclut par l'énonciation du désir d'intensifier l'écoute intercessoire du vieillissement dans l'agence machinique des projets singuliers de sécurité sociale.

Mots-clés: Vieillissement. Écoute. Cartographie. Psychologie. Politiques publiques.

Sumário

APRESENTAÇÃO:	9
CAPÍTULO 1: METODOLOGIA DA TESE EM PERSPECTIVA – A CARTOGRAFIA, A CONTEMPORANEIDADE E A NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA:	13
CAPÍTULO 2: NARRATIVA DE UMA SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A TOMADA DA ESCUTA AO ENVELHECIMENTO COMO QUESTÃO:	23
2.1. ATIVIDADE DOCENTE E A PSICOLOGIA SOCIAL COMO ESPECIALIDADE DA PSICOLOGIA:	23
2.2. O CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA ARTICULAÇÃO COM O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:	28
2.3. A EXPERIÊNCIA DE INSERÇÃO COMO PROFISSIONAL NUM CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS):	35
2.4. NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURIDADE SOCIAL:	38
2.5. O ENVELHECIMENTO COMO PROBLEMA NO TRABALHO DO PSICÓLOGO NO CRAS:	42
2.6. O ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO:	46
2.7. A PROMOÇÃO DA ESCUTA AO ENVELHECIMENTO NO ACOLHIMENTO DO CRAS E A PRIMEIRA FORMA DA TESE:	53
2.8. A QUESTÃO DOS OBSERVADORES PARCIAIS OU INTERCESSORES NA ESCUTA AO ENVELHECIMENTO E UMA SEGUNDA FORMA DA TESE:	58
2.9. O TRABALHO DE ESCUTA AO ENVELHECIMENTO E O CONCEITO DELEUZIANO DE ACONTECIMENTO:	64
2.10. O ENVELHECIMENTO COMO ACONTECIMENTO-SENTIDO NA ESCUTA E A TERCEIRA FORMULAÇÃO DA TESE:	67
CAPÍTULO 3: DUAS HISTÓRIAS DO ENVELHECIMENTO: NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA, ARQUEOLOGIA DE UM CONCEITO E A METODOLOGIA EM PERSPECTIVA CARTOGRÁFICA:	71
3.1. PARCIALIDADE E INCOMPLETUDE DAS NARRATIVAS HISTÓRICAS E PESSOAIS:	71
3.2. A QUESTÃO DA LONGEVIDADE NA INFÂNCIA E A ARQUEOLOGIA DO CONCEITO DE ENVELHECIMENTO:	71
3.3. SABEDORIA E INTEGRIDADE:	93
3.4. A DEFINIÇÃO DE ENVELHECIMENTO NA ATUALIDADE E O PARADOXO FAMILIAR DA MORTE DOS MAIS JOVENS:	98
CAPÍTULO 4: EXPERIÊNCIAS DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ENVOLVENDO A ESCUTA AO ENVELHECIMENTO NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.	102
4.1. SUPERVISÃO DE ESTÁGIO E PREPARAÇÃO DE PROFISSIONAIS À ESCUTA AO ENVELHECIMENTO:	102
4.2. A EXPERIÊNCIA COMO SUPERVISOR DE ESTÁGIO DE FORMAÇÃO DE PSICÓLOGO JUNTO AO CREAS VOLTADO À VIOLAÇÃO DE DIREITOS DO IDOSO:	103
4.3. A EXPERIÊNCIA COMO SUPERVISOR DE ESTÁGIO DE FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS JUNTO A SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA IDOSOS ARTICULADOS PELO SUAS:	121
CAPÍTULO 5: NARRATIVA DA EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NA PRIMEIRA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO IDOSO: ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE TEMÁTICAS E PRÁTICAS.	138
CAPÍTULO 6: NARRATIVA DE UMA EXPERIÊNCIA COM GRUPO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS EM UM SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SAÚDE DO IDOSO:	149
6.1. O PONTO DE PARTIDA DA EXPERIÊNCIA:	149

6.2. RETERRITORIZAÇÃO IDENTITÁRIA ENTRE INFÂNCIA E VELHICE POR MEIO DA OBEDIÊNCIA A PRECEITOS – DA MESTRIA DOS CONTADORES DE HISTÓRIA AO DISCURSO UNIVERSITÁRIO DOS ESPECIALISTAS:	152
6.3. DISPERSÃO DAS OFERTAS DE ATIVIDADES AOS IDOSOS E PERCEPÇÃO DE AUSÊNCIA DE ARTICULAÇÃO TERRITORIAL ENTRE ELAS:.....	154
6.4. COADAPTAÇÃO AO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO NA HISTÓRIA DE UM CASAL:	155
6.5. A REPULSA À ESCUTA REALIZADA EM GRUPO E A QUESTÃO DE UM TERCEIRO AUSENTE:	159
6.6. A INTENSIDADE DO SOFRIMENTO PSÍQUICO NO ENVELHECIMENTO ASSOCIADO A VIVÊNCIAS DEPRESSIVAS E A PERDA DE MEMÓRIA:.....	160
6.7. DESCRIÇÃO E REFLEXÕES AO FINAL DA EXPERIÊNCIA:.....	163
CAPÍTULO 7: EXPERIÊNCIAS UNITÁRIAS DE COORDENAÇÃO DE RODAS DE CONVERSAS:	166
7.1. INTRODUÇÃO E REVISÃO DE TRABALHOS COM GRUPOS DE IDOSOS	166
7.2. A EXPERIÊNCIA COM UM GRUPO INTERGERACIONAL:	167
7.3. O COTIDIANO DESGASTANTE DE CUIDADOS COM OS IDOSOS EM AMBIENTE HOSPITALAR:	170
CONCLUSÃO:.....	172
BIBLIOGRAFIA:.....	179

Apresentação:

A presente tese visa cartografar experiências institucionais e extra institucionais junto a serviços de Assistência Social e de Saúde com a promoção da escuta ao envelhecimento, experiências que em seu conjunto evocam elementos de uma narrativa autobiográfica. O intuito aqui é descrever como se chegou a formular a promoção dessa escuta enquanto problema e a que caminhos essa questão levou.

Dessa forma, justifica-se em parte a realização da presente cartografia, que envolve tanto o registro de práticas de atuação profissional quanto de supervisão de estágios, pela contribuição que ela possa oferecer à qualificação do trabalho psicológico, mais especificamente à psicogerontologia¹.

A concepção metodológica que lhe dá embasamento é a da cartografia², com o recurso da narrativa autobiográfica³. A presente tese parte do registro escrito de diversas experiências pessoais e profissionais de escuta à multiplicidade de vozes constitutivas do que é referido por elas como “envelhecimento”. O percurso dessas narrativas, acompanhadas da pesquisa bibliográfica sobre a temática, constituem “cartografias” que apontam à multiplicidade de modos do envelhecer na atualidade concomitante a formação e a atuação do profissional psicólogo, inserido ou não nos serviços articulados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e em equipe multiprofissional.

Compreende-se a cartografia sucintamente como processo de desenho de relações de poder mais ou menos estáveis. Tal configuração se dá sobre uma superfície provisória que coloca todos os traços em posição horizontal, sem que se possa estabelecer *a priori* uma hierarquia entre eles. Temos aqui relações entre as

¹ De acordo com Paúl (2005, p. 276), Birren e Renner definem a Psicogerontologia ou Psicologia do envelhecimento como a área de conhecimento que “[...] estuda as mudanças regulares, que ocorrem em organismos maduros, geneticamente representativos que vivem em ambientes igualmente representativos, à medida que avançam na idade cronológica [...]”. De forma mais específica, Goldfarb e Lopes (2009, p. 19) descrevem-na como corpo de conhecimento “[...] dirigido a construção de um novo saber verdadeiramente interdisciplinar” e que “[...] se ocupa do estudo dos processos psíquicos do envelhecimento como construção histórica e permanente da subjetividade”.

² A “cartografia” é utilizada no sentido concedido a ela por Deleuze e Guattari e pela pesquisa-intervenção, cuja explicação é desenvolvida de forma mais detalhada no tópico sobre aspectos metodológicos no capítulo II.

³ Para adequada compreensão do conceito de “narrativa autobiográfica” e seu emprego ao longo da presente tese, sugiro ao leitor consulta ao tópico sobre aspectos metodológicos. Adianto, porém, que a consideramos como um discurso escrito sobre a vida do autor que resulta da negociação entre os diversos elementos que a compõe como marcadores temporais.

forças presentes nas diferentes vivências do autor, sem que se produza uma preponderância ou a relevância de uma sobre outra.

A essa superfície em que elementos múltiplos, heterogêneos e potencialmente em conflito do desenho se dispõem em uma configuração de vetores de força e de produção de subjetividade com certa estabilidade e em termos de igualdade, sem necessidade hierárquica de recorrer à explicação causal do primeiro ou mais importante ao último e menos relevante, chamamos “plano de consistência” (GUATTARI, 1988). É possível nesse trabalho vislumbrar esses planos desenhado na passagem, explicitada por meio do relato, de uma experiência mais ou menos caótica e inusitada para a de uma maior consistência na compreensão das circunstâncias em que a escuta ao envelhecimento foi vivenciada. Em especial, é na narrativa da oferta de acolhida a usuária que procurou um serviço sócioassistencial para solucionar um problema bucal, relatada no capítulo dois, que se pode perceber a constituição desse plano que, em âmbito abrangente, remete à fluidez do chamado “capitalismo em rede” (PELBART, 2011).

O percurso desse desenho conduz, a princípio, à possibilidade de reconhecimento da existência de unidades simbólicas mais ou menos circunscritas, cujo agenciamento arbitrário e violento, se deu a partir de elementos macro e micropolíticos⁴ completamente heterogêneos e dispersos (procedimentos, teorias, agentes, estabelecimentos, etc.), o que chamamos de “dispositivos” (AMADOR e FONSECA, 2009; PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2015). A partir de elementos aparentemente desconexos que se agrupam para compor o relato de cada situação vivenciada de escuta ao envelhecimento e narradas nos capítulos de 4 a 7, em que se persegue não uma ordem previamente estabelecida entre eles, mas a explicitação do conjunto das relações de poder que os ligam, é possível acompanhar o agenciamento de elementos constitutivo dos dispositivos.

Os dispositivos agenciados assumem aparências distintas conforme o diagrama de forças que os constitui. Nesse sentido, eles podem assumir consistências mais territorializadas e identitárias quando, por exemplo, fixam e veiculam modelos otimizados de envelhecimento adequados às concepções

⁴ Macro e micropolítica são usados ao longo do texto da tese à semelhança das expressões “molar” e “molecular” (GUATTARI, 1988) como aparências dicotômicas do “grande” e do “pequeno”, do “dinâmico” e do “estático”, etc. estabelecidas apenas para efeito de análise e que não descartam a possibilidade da existência de conexões maquinicas desconhecidas transpondo a aparente polaridade.

socialmente hegemônicas concomitante a produção de subjetividade voraz em relação ao consumo de seus produtos ou maquinicas e singulares por ocasião de pequenas rupturas inventivas emergidas das inconsistências daqueles modelos que invocam novas formas de ser não-identitárias no contemporâneo.

A partir do desenho desses agenciamentos, destaca-se também na cartografia aquilo que, sem perder conexão com seus elementos, se projeta além ou aquém do território agenciado, constituindo o “rizoma” e suas “linhas de fuga desterritorializantes” a eles inerentes (AMADOR e FONSECA, 2009; PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2015; GUATTARI, 1988). Trata-se aqui de explorar até o limite por meio da escuta a experiência de inconsistência na suposta ligação entre fragmentos que constitui os modelos social e cientificamente hegemônicos de envelhecimento e acompanhar a que direções não-identitárias elas nos conduzem com seus traçados originais.

Além disso, importa à cartografia o registro da dinâmica da intensidade errática dos traços nessas formas desenhadas de relações de poder, intensidade afetiva expressa em formas de existência subjetiva que podem ser reconhecidas com maior ou menor frequência como um indivíduo, com um corpo e uma identidade. Ao registro daquela dinâmica nas maneiras de ser nos referidos desenhos, cujos traços são vetores de força em conflito, denominamos “produção de subjetividade” (AMADOR e FONSECA, 2009; PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2015; GUATTARI, 1988). Desenhamos ao menos duas dessas produções ao longo do trabalho: o envelhecer atual e bem-sucedido sintonizado a demandas hegemônicas; e o envelhecer contemporâneo com sua singularidade questionadora e enigmática.

No primeiro capítulo, enuncia-se a perspectiva cartográfica do método da tese e a fundamentação sobre a narrativa autobiográfica.

No segundo capítulo, discorrerei sobre a experiência que deu origem ao interesse pela escuta ao envelhecimento, ocorrida quando atuava como psicólogo em um Centro de Referência da Assistência Social e um ensaio de aproximações, entre outros, com os conceitos deleuzianos de observador parcial e de acontecimento.

No terceiro capítulo, desenvolvo uma articulação arqueológica entre a narrativa da convivência com idosos na minha infância e a constituição histórica da longevidade, da transmissão e da escuta ao envelhecimento.

No quarto capítulo, volto a narrar aspectos de minha inserção profissional como psicólogo, refletindo agora sobre a atividade de supervisão de estágios de formação profissional que tomaram como campo a escuta ao envelhecimento em instituições articuladas aos níveis de Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

No quinto capítulo, relato a participação na pré-conferência e na primeira conferência municipal do Idoso, buscando refletir como a escuta ao envelhecimento pode intensificar linhas de fuga desenhadas pelos psicogerontólogos a partir da caótica dos encontros com a diferença nos planos do contemporâneo e do histórico.

No sexto capítulo, volto-me a descrever uma proposta da qual participei como coordenador de um grupo de convivência e fortalecimento de vínculos em um serviço especializado em saúde do idoso, destacando encontros específicos produzidos por essa ocasião.

No sétimo capítulo, narro minhas experiências com grupos de encontro extra institucionais que tinham como tema o envelhecimento.

Na conclusão, ressalto a importância da escuta ao envelhecimento como estratégia contemporânea de intensificação de linhas de fuga e produção de agenciamentos maquínicos.

Capítulo 1: Metodologia da tese em perspectiva – a cartografia, a contemporaneidade e a narrativa autobiográfica:

Deleuze e Guattari (1991/1992, p. 66) escrevem que: “[...] Nenhuma criação existe sem experiência”. Penso na cartografia como forma de acompanhar processos criativos de experiências surgidas dos encontros narrados neste trabalho.

Dispomo-nos aqui a “correr o risco” de conceber um método cartográfico, à semelhança do que fazem Amador e Fonseca (2009) e Passos, Kastrup e Escóssia (2015), apesar de conhecer o “sentido antimetodológico” que a cartografia assume em suas relações com a ciência e a filosofia ocidentais.

É possível conceber a palavra “risco” em seu sentido físico de “traçado” utilizado para delimitar e separar regiões do tempo ou do espaço plano tais como interior-exterior, acima-abixo, direito-esquerdo, presente-passado, puro-impuro, etc. Não há desenho que prescinda de riscos ou traços.

Consideremos o traçado como aquilo que marca tradicionalmente o método na ciência e na filosofia ocidental. Ele define de forma antecipada o melhor caminho (hódos) a ser percorrido para se atingir um fim previamente determinado (metá) (PASSOS; BARROS, 2015, p. 17), oferecendo ao cientista ou ao filósofo assim uma representação mais ou menos clara e apriorística do que deve ser feito para alcançar o conhecimento seguro, objetivo, de algo, um objeto a ser conhecido, e um modelo do que seja esse conhecer, a previsibilidade.

De outra forma, a cartografia, inicialmente concebida como atividade de produção de mapas, aponta a uma reversão de perspectiva. “A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo de pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados” (PASSOS; BARROS, 2015, p. 17).

Para Deleuze e Guattari (1991/1992, p. 172), “[...] um problema, em ciência ou em filosofia, não consiste em responder a uma questão, mas em adaptar, coadaptar [...]”.

Amador e Fonseca (2009, p. 31) por sua vez lembram a proposta de Deleuze e Guattari de considerar a cartografia como “caminho errante”, o que nos conduziria a uma metáfora do quão aleatório é seu próprio processo de constituição e o que ela produz, o seu traçado.

A esse respeito, Amador e Fonseca (2009, p. 31) esclarecem que, ao invés de um traçado histórico, sua concepção é de que a cartografia “[...] se oferece como trilha para acessar aquilo que força a pensar, dando-se ao pesquisador, como possibilidade de acompanhamento daquilo que não se curva à representação”. Se tomarmos o percurso da História como uma linha, o cartógrafo se debruçaria, por exemplo, sobre intensidades imperceptíveis à representação plana que demandariam sempre o acréscimo da consideração de novas dimensões que se multiplicariam ao infinito à medida que se tentasse capturar essas intensidades numa representação.

A cartografia nos força a interrogar: Se há um traçado metodológico passível de ser trilhado que se dá de antemão a alguém e que se presta a segregar e distribuir dados que representam coisas objetivas, atribuindo-lhes significados fixos, ao percorrer toda a extensão desse traço, saberíamos de fato a que ele nos conduz?

Se sim, a justificativa mais frequente esboçada pela Filosofia e aquela de Foucault recorreriam a termos diferentes, segundo a proposição de Agamben (2009, p. 33). À primeira, ela se escoraria na concepção dos “universais”; no segundo, na de “dispositivo”.

Do ponto de vista filosófico tradicional no ocidente sobre os universais, Japiassú e Marcondes (1999, p. 266) esclarecem que:

[...] Os realistas platônicos vão defender a posição de que os universais são realidades abstratas, existentes independentemente da mente humana, em si mesmas. Os realistas aristotélicos dizem que os universais são as formas, existindo apenas nas substâncias individuais, embora possam ser concebidos pela mente separadamente. Para os conceitualistas, os universais são conceitos, entidades mentais. Os nominalistas consideram os universais como entidades linguísticas, simples termos gerais sem nenhuma realidade específica correspondente. Embora não seja mais discutida nesses termos exatamente, essa questão está longe de estar superada, encontramos ainda hoje uma discussão entre filósofos defensores dessas posições. Essa discussão se dá entretanto geralmente em relação a domínios específicos [...] [por exemplo, ética, matemática, etc.]

Na perspectiva foucaultiana:

Os dispositivos são precisamente o que na estratégia foucaultiana toma o lugar dos universais: não simplesmente esta ou aquela medida de segurança, esta ou aquela tecnologia de poder, e nem mesmo uma maioria obtida por abstração: antes [...] “a rede que se estabelece entre esses elementos” (AGAMBEN, 2009, p. 33-34).

Partindo da obra de Foucault, Agamben (2009) afirma que um dispositivo é uma rede de elementos linguísticos e não linguísticos que forma um conjunto heterogêneo, com função estratégica concreta e resultante do entrecruzamento de relações entre poder e saber.

Santos e Lago (2016, p. 133) afirmam que essa noção foucaultiana contribui a “[...] análises que [acompanham] as formas de objetificação dos sujeitos, a produção das margens nas quais eles são alocados e os modos de resistência e subjetivação que surgem como estratégias éticas na constituição de si [...]”.

Santos e Lago (2016, p. 134) lembram que Deleuze lê o dispositivo foucaultiano como um “[...] emaranhado de linhas com vetores e direções distintas que não conformariam sistemas homogêneos [...], sempre em movimento num campo de tensão [...]”, nunca configurando uma realidade estática e fechada de enunciações, subjetividades, relações de força e objetos de conhecimento.

Em termos cartográficos, utilizar-se-ia também a palavra “agenciamento” para se referir a esse conjunto semiológico e lógico-científico heterogêneo que delimita os contornos de um território existencial (GUATTARI, 1988). Dessa forma, supomos no presente trabalho que a escuta ao envelhecimento, a velhice, a ciência do envelhecimento e as políticas públicas constituem agenciamentos aos quais o percurso cartográfico nos conduz.

Nas proposições semiológicas e lógico-científicas que sustentam categorizações de elementos, as delimitações aparecem como “necessárias” para produzir alguma inteligibilidade sobre o que eles são sobre as relações que se estabelecem entre eles e deles com o sujeito do conhecimento, mas não aparecem como “suficientes” para prever os efeitos dessa inteligibilidade sobre o destino do conjunto ou mesmo de partes dele.

Dessa forma, conhecer é sim desenhar, representar, traçar linhas de contato e de exclusão entre elementos, em continuidade ao que a ciência e a filosofia ocidental têm feito. Mas a essa atividade torna-se fundamental conceber sua imprevisibilidade, seu inacabamento e sua maleabilidade.

Lembramos aqui a descrição feita por Vygotsky (1994, p. 142) de resultados de experimentos com crianças sobre o ato de desenhar para exemplificar como o desenho pode extrapolar os limites impostos pelo plano a essa atividade. Afirma o mesmo:

[...] frequentemente, as crianças usam a dramatização, demonstrando por gestos o que elas deveriam mostrar nos desenhos; os traços constituem somente um suplemento a essa representação gestual. [...] Quando ela tem de desenhar o ato de pular, sua mão começa por fazer os movimentos indicativos do pular; o que acaba aparecendo no papel, no entanto, é a mesma coisa: traços e pontos. Em geral, tendemos a ver os primeiros rabiscos e desenhos das crianças mais como gestos do que como desenhos no verdadeiro sentido da palavra. Também tendemos a imputar ao mesmo tipo de fenômeno o fato, experimentalmente demonstrado, de as crianças, ao desenharem objetos complexos, não o fazerem pelas suas partes componentes e sim pelas suas qualidades gerais, como, por exemplo, a impressão de redondo, etc.

No exemplo supracitado, quando a criança esboça o movimento do pular para assim representá-lo no desenho como ela o percebe, faz sem querer uma linha que salta fora do plano circunscrito pelo traço. Se estivesse fazendo uma cartografia dessa atividade infantil, o autor poderia considerar esse salto para fora do plano territorializado, plano característico dos agenciamentos, como a intensidade de uma “linha de fuga”.

O que se depreende da descrição de Vygotsky (1994) é que, para desenvolver a escrita e a habilidade de desenho representativo de coisas existentes, uma criança precisa “esquecer” a intimidade espontânea da relação de seu gesto com o traçado, de sua percepção com as qualidades gerais dos objetos complexos para conseguir produzir representações verossímeis e territorializadas dos mesmos e compreensíveis aos outros.

Desenhar e escrever para o autor parece descrever o apogeu de uma ação bastante circunscrita em seus momentos iniciais, local, e que neste trabalho, dada a provisoriedade singular daquela, serve de inspiração à própria atividade do cartógrafo.

O cartógrafo lembra ao cientista e ao filósofo aquilo que foi esquecido no processo de produção do conhecimento: a singularidade de tempos, espaços e formas de ser. E ao lembrá-los disso, aponta linhas de fuga ao dispositivo traçado pelo saber consolidado, territorializado, e produtor de subjetividade capitalista.

Para tanto, é importante dissociar as palavras território e local. O local jamais permite a formação de uma identidade consolidada de um evento com um lugar delimitado no espaço e no tempo, como ocorre com o território. O motivo de se postular a localização temporal e espacial de um acontecimento é justamente o fato de estar, a todo o momento, em vias de se deslocar. Nada impede, no entanto, que um determinado evento local se torne territorial, na medida em que se consolide e se

fixe numa entidade identitária. Ou melhor, nada impede, exceto a criação intercessora local.

Eis então que ao traçado, em conexão íntima com o gesto, se soma nesta perspectiva cartográfica a errância como seu elemento paradoxalmente aleatório e necessário: aleatório, posto que imprevisível – tal como o traço produzido pelo contato do dedo da criança com a tinta ao reproduzir o gesto de saltar sobre uma folha de papel não possibilita prever se a próxima marca recairá sobre o mesmo ponto, se seguirá em frente ou retrocederá, ou ainda, se não se fará; necessário, posto que compreende a não coincidência e a absoluta submissão do registro à produção, do traço ao gesto.

É neste sentido que compreendo, com os autores, que:

[...] como procedimento de pesquisa [...] [a cartografia convoca o pesquisador] para um exercício cognitivo peculiar uma vez que, estando voltado para o traçado de um campo problemático, requer uma cognição muito mais capaz de inventar o mundo (AMADOR; FONSECA, 2009, p. 31).

Mas nesses termos, como seria possível coadunar a cognição com a invenção em um procedimento de pesquisa? Por um lado, compreendemos tal proposta como algo que implica a suspensão do estatuto de absoluta objetividade do mundo, concebido tradicionalmente como ente territorializado e identitário na ciência e na filosofia ocidental, o que desembocava na utilização por filósofos e cientistas em concepções de universalidade e de natureza como atributos mundanos.

O objeto do conhecimento é produzido na própria atividade do cartógrafo a partir dos elementos ou pistas heterogêneas dispostas em forma rizomática nos agenciamentos e em linhas de fuga.

Afirmam Passos, Kastrup e Escóssia (2015, p. 10):

A cartografia surge como um princípio do rizoma que atesta, no pensamento, sua força performática, sua pragmática [...]. Nesse mapa, justamente porque nele nada se decalca, não há um único sentido para a sua experimentação nem uma mesma entrada. São múltiplas as entradas em uma cartografia. A realidade cartografada se apresenta como mapa móvel, de tal maneira que tudo aquilo que tem aparência de “o mesmo” não passa de um concentrado de significação, de saber e de poder, que pode por vezes ter a pretensão ilegítima de ser centro de organização do rizoma. Entretanto, o rizoma não tem centro

Por outro, implica destituir a subjetividade da condição de antagonista indesejável, de variável interveniente, inútil ao conhecimento objetivo. Na cartografia,

recorrendo ao exemplo aqui exposto na citação de Vygotsky (1994), ela estaria mais para o traço do que para o gesto, mais para o registro do que para a “produção errante”.

Neste sentido, em termos de concepção da cartografia, a “produção errante” intensifica modos de subjetivação nos agenciamentos e nas linhas de fuga. Dir-se-ia então de produção de subjetividade como o registro dessa errância, o que nos interessaria como forma de aproximação à experiência contemporânea do envelhecimento.

Segundo a cartografia a produção de subjetividade aponta em alguns aspectos à reprodução de características bastante frequentes em determinados agenciamentos, o que se denominou de “subjetividade capitalista”, e em outros a intensificação de linhas de fuga, denominada “subjetividade singularizante” (GUATTARI, 1988). A esse trabalho, torna-se fundamental apontar por meio da escuta o que emerge em cada uma dessas perspectivas nos agenciamentos e nas linhas de fuga tomados como referência no presente estudo.

Pretendemos neste trabalho estabelecer conexões entre a cartografia e a proposição do contemporâneo a partir da perspectiva de Giorgio Agamben (2009). Em seu ensaio sobre o assunto, o autor nos diz de certa relação estabelecida com o tempo, mais especificamente com a atualidade. Tratar-se-ia desde o início de uma problemática sobre como lidar com ele.

A partir da enunciação de Barthes de que o contemporâneo é o intempestivo em Nietzsche, Agamben (2009, p. 58-59) nos diz da capacidade de alguém de ser inatual e, por conta disso, estar em melhores condições que seus pares “[...] de descrever e apreender o seu tempo”. Esta inatualidade poderia estar ou não relacionada à percepção da “fratura” entre temporalidades tanto em termos de história pessoal como social.

Dessa forma, o tempo da existência seria recortado por linhas de força que resultariam em “fraturas” ou descontinuidades entre diversos agenciamentos e linhas de fuga e seus respectivos modos de produção de subjetividade.

Segundo o autor, o contemporâneo olha a atualidade por meio dessa conexão com o ausente inatual que só é possível, no entanto, do ponto de fratura no tempo (AGAMBEN, 2009) que separa, em termos cartográficos, linhas de fuga e agenciamentos entre si e seus respectivos modos de produção de subjetividade. Em nossa opinião, seriam nesses espaços, pontos de entrada no rizoma, que a

“produção errante” se expressaria como sinal de ausência presente ou de presença ausente de alguma atividade ou substância que eventualmente tenha sido atual e cuja inatualidade constitui um rastro que a conecta ao agora.

Por isso, a objetividade do mundo deve manter-se em suspensão na atividade do cartógrafo, porque ele só a apreende como efeito de sentido no percurso dos traços mais ou menos intenso da configuração agenciada sobre o plano de consistência.

Embora o autor se refira em seus exemplos a acontecimentos passados como referência de uma singular relação entre temporalidades, penso que também as ficções futuristas e as realidades virtuais que criam mundos capazes de mobilizar coletividades no sentido de reconfigurá-las de forma ininterrupta à sua maneira, de modo intercessor, constituem-se em elementos do contemporâneo quando articuladas de diversas formas com a atualidade. Neste sentido, tanto aqueles acontecimentos, como as ficções e realidades virtuais mobilizadoras de coletivos podem ser agrupadas sob a sigla do inatual em articulação singular com o que se apresenta como atual.

Propomos aqui que, em determinados agenciamentos, envelhecer seja um desses modos de produção de subjetividade, marcado hora por certa intensificação do contemporâneo em termos de linha de fuga (a serenidade na resolução de problemas, a potência de realização de coisas novas, a alegria de ver o tempo passar e as coisas mudarem, a tristeza passageira pelas perdas, o anseio pelo contato, a teimosia, etc.), hora por reprodução de aspectos predominantes nesses dispositivos (o consumismo, a busca compulsiva por meios de retardar ou evitar o aparecimento de sinais físicos, etc.).

Neste trabalho, também ensaiamos a aproximação da atividade do cartógrafo à produção da chamada “narrativa autobiográfica”. Tomamos como referência as palavras de Tótorá (2016, p. 16) que considera a escrita “[...] um experimento das relações de forças e afetos que atravessam o corpo”.

Enquanto a pesquisa-intervenção geralmente se utiliza de diários elaborados de forma concomitante as ações, essa cartografia produzirá um “plano de consistência” (GUATTARI, 1988) a partir da narrativa autobiográfica que toma como referência as palavras utilizadas para descrever a lembrança de acontecimentos mais ou menos distantes do tempo da escrita.

Partindo da concepção de Ian Hacking, Ramos do Ó (2010, p. 38) postula que “[...] tanto o conteúdo como a qualidade sensorial de uma qualquer prática social é significativamente condicionada pelas palavras que a utilizamos para a descrever [...]”, passando-se o mesmo condicionamento com as relações estabelecidas entre a consciência do passado do sujeito (com a consistência de veracidade identitária) e as autonarrativas.

Para o autor, as palavras possibilitam tanto uma fixação da lembrança como sua reelaboração, constituindo uma “verdade *sobre* o passado” mais que descrevendo uma “verdade *no* passado” (RAMOS DO Ó, 2010, p. 38).

É possível que, na constituição do que o próprio sujeito considera ser uma “verdade *sobre* o passado” por meio da escrita da narrativa autobiográfica, as lembranças assumam características diferentes daquelas registradas inicialmente. Dessa forma, devemos conceber a existência de uma descontinuidade entre o fato narrado, o registro mnêmico e o texto que abre o espaço característico do contemporâneo para a reelaboração no sentido da reterritorialização identitária ou da desterritorialização.

Nesse processo, uma lembrança que assume a princípio um caráter mais familiar e territorializado pode desterritorializar-se no momento da escrita ou em função do contato com um registro fático não-coincidente com a lembrança (como uma fotografia ou o contato com a experiência de outro sujeito). O mesmo pode ocorrer no outro sentido (algum registro estranho e desterritorializado tornar-se familiar) por diversos motivos.

É possível representar algo entre os dois extremos de territorialização biográfica e a desterritorialização mortífera por meio do que Deleuze (1995/2002) chama “*uma vida*” ou “beatitude”, centelha singular e neutra obstinada em persistir existindo, passível de gerar compadecimento familiar ao pior dos canalhas moribundos ou estranheza aversiva ao excesso de energia em um recém-nascido (PELBART, 2011, p. 50).

Nas palavras de Tótora (2016, p. 26):

[...] *Uma vida* não se reduz à existência deste ou daquele indivíduo, grupos ou segmentos, mas o infinito que atravessa o finito dessas existências. Uma vida é o singular imanente que se instala nas fronteiras (entre) de individualizações por idade, faixa etária, pela moral de bem e mal, porque está livre dos indivíduos que a encarnam e lhe conferem valor de boa ou má.

Uma vida não sobrevém nem sucede, mas acontece em um tempo que não se reduz ao presente dos corpos “atual”, cronos, mas atravessa o corpo a todo instante. Trata-se de um devir, um tempo não medido, um agora infinitivo [...].

Entre esses motivos, na elaboração de narrativas autobiográficas na modernidade é possível cartografar dois imperativos morais que compõem um agenciamento reterritorializado. O primeiro consistiria no imperativo de obedecer cegamente às prescrições morais socialmente hegemônicas; o segundo assume a consistência de exercício consciente da liberdade de escolha que, no entanto, reafirma a governamentalidade⁵ característica das “sociedades liberais”. Neste sentido, Ramos do Ó (2010, p. 21) aponta que:

*“[...] nas nossas sociedades o domínio da moralidade remete cada vez menos para sistemas universais de injunção e proibição que para um quadro de *liberdade regulada*. Cada singularidade passa a ser vista como um ponto de passagem objetivada de princípios e forças de poder. A modernidade será, assim, caracterizada pelo permanente desígnio de governar sem governar, de ampliar o poder até [...] às escolhas de sujeitos autônomos nas suas decisões [...]. As estratégias que temos desenvolvido a partir de finais do século XIX parecem poder de fato explicar-se como fazendo coincidir a direção e a condução de sujeitos livres com o objetivo de governo. Os padrões e respectivos incentivos à reflexão-ação do sujeito configuram um modelo onde a autonomia e o autocontrole surgiam como as marcas da identidade e da relação interpessoal. Defendo é que todos os mecanismos de submissão ética desenvolvidos, ao menos de um século a esta parte, em todas as instituições relacionadas com a formação de sujeitos têm suposto sempre que estes façam as suas próprias escolhas. Para o Estado-nação, de há muito que a palavra moral se traduz por *vontade pessoal e governo de si*”.*

Ao apontar a esses dois imperativos éticos, é possível afirmar a possibilidade de acompanhar o traçado também de outros desejos maquínicos de efeito desterritorializante, inventando formas narrativas menos identitárias ou institucionalizadas.

Neste sentido, os eventos aqui narrados ocorreram ao longo de cerca de uma década de envolvimento em diversas ações relacionadas ao envelhecimento, entre minha terceira e quarta década de vida, vinculadas ou não a serviços articulados pelas políticas públicas brasileiras no campo da saúde e da assistência social. Tratam-se essencialmente de experiências de escutas, nos formatos de supervisão de estágio, de roda de conversa unitária ou de grupos de convivência e

⁵ Foucault (apud RAMOS DO Ó, 2010, p. 24) define governamentalidade como “[...] encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si”.

fortalecimento de vínculos, e problematização que tomam como base uma bibliografia pesquisada sobre o tema.

Chamamos aqui de narrativa autobiográfica uma modalidade discursiva que articula enunciado e enunciação da vida de um sujeito que se dispõe a escrever sobre aquilo que, paradoxalmente, identifica como sendo “suas” as experiências configuradas nas relações com os outros e que, no entanto, são constituídas em um espaço de negociação de sentidos tendo como base a multiplicidade de elementos heterogêneos que a compõem (valores pessoais, ações próprias e de outras pessoas, registros tecnológicos – fotografias, gravações - , acontecimentos que expressam características da sociedade e do momento histórico, etc.) (DE CONTI, 2010, p. 59).

Neste sentido, uma preocupação do presente trabalho é evitar que sobre a escrita dessas memórias se estabeleça uma interpretação unitária e identitária, o que descaracterizaria a multiplicidade e a heterogeneidade dos intercessores e acontecimentos que a constitui como “agenciamento” sobre um “plano de consistência”. Por isso, o recurso às supervisões e à pesquisa bibliográfica devem ser concebidos aqui como uma espécie de “esforço de preservação da integridade” da correlação de forças que a constituiu.

Capítulo 2: Narrativa de uma situação de acolhimento no Centro de Referência de Assistência Social e a tomada da escuta ao envelhecimento como questão:

2.1. Atividade docente e a Psicologia Social como especialidade da Psicologia:

Essa narrativa se inicia abordando as circunstâncias que levaram ao encontro com a questão da escuta ao envelhecimento. Esse ponto de partida, como se pretende descrever a seguir, parece bastante distante do tema, mas de fato corresponde à percepção de sua lenta constituição.

Após a obtenção do título de mestre, ocorrida no ano de 2003, teve início minha atividade docente, direcionada, entre tantas disciplinas, à Psicologia Social e à Psicologia Social Comunitária em cursos superiores de formação de psicólogos.

Paralelamente a isso, surgiu a possibilidade de atuar como psicólogo em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), atuação que intensificou o processo de questionamento que passo a cartografar.

Apesar dos estágios na época da graduação em Psicologia e da pesquisa do mestrado terem sido permeados por uma perspectiva de atuação interdisciplinar, próxima às propostas de Psicologia Social surgidas na América Latina entre os anos de 1970 e 1980, sentia a necessidade de compreender a especificidade do cotidiano de trabalho na área que, como toda a Psicologia, julgava atravessar um processo de intensas transformações.

Havia a sensação de que algumas leituras teóricas sobre práticas psicológicas de caráter não-remunerado realizadas no final do século XX soavam fora de contexto e isso se transformou em motivo para procurar aprofundar o contato com o exercício remunerado da Psicologia em situações que anteriormente eram território quase que exclusivo do voluntariado e/ou da militância política em aparente consonância com uma visão específica de Psicologia Social.

Dessa forma, houve a percepção de que o exercício profissional e remunerado da Psicologia em territórios que tradicionalmente tinham contato exclusivo com práticas psicológicas voluntárias e/ou politicamente militantes, como as periferias das grandes cidades ou municípios do interior brasileiro, produziu efeitos desterritorializantes sobre as concepções da Psicologia, e, em especial, dessa Psicologia Social concebida nos países latino-americanos durante os anos de forte repressão política e retrocesso democrático.

Impunha-se a questão de saber quais seriam esses efeitos desterritorializantes, suas potencialidades em termos de transformação da Psicologia e das possibilidades de capitulação dessas forças, em especial, no contexto brasileiro e local, no embate com o dispositivo Estado-Mercado na era do capitalismo em rede “[...] que enaltece as conexões, a movência, a fluidez, produz novas formas de exploração e de exclusão, novas elites e novas misérias, e sobretudo uma nova angústia – a do desligamento [...]” (PELBART, 2011, p. 21).

Neste contexto, ao falar do que denomina “império contemporâneo” nômade e globalizado, Pelbart (2011, p. 20) ressalta o estabelecimento de um novo modo de relação social entre capital e subjetividade, concomitante a intensa presença cotidiana das mídias e da publicidade na vida das pessoas, tendo ele penetrado, ampliado e mobilizado a exploração de “[...] uma plasticidade subjetiva sem precedentes, que ao mesmo tempo lhe escapa por todos os lados”.

Como efeitos desterritorializantes sobre a Psicologia, é possível acompanhar os inevitáveis questionamentos que se apresentaram aos profissionais quando diversificaram o contato com os destinatários de sua ação.

Neste sentido, muitos psicólogos que passaram a atuar em serviços nas periferias urbanas, por exemplo, que antes tinham contato apenas com indivíduos cujas referências culturais, econômicas e sociais coincidiam com as da classe média, eles mesmos pertencentes na maioria das vezes a essa parcela da população brasileira, se viam confrontados de forma violenta em sua visão de mundo e concepções ético-políticas pelas demandas enunciadas por pessoas da classe trabalhadora e/ou em condições de extrema vulnerabilidade e risco social.

Assim, fomentou-se a possibilidade de desmontar inclusive preconceitos politicamente arraigados na atuação militante e voluntária, exemplificados pela suposição de que a falta de consciência e de organização popular foram determinantes da impossibilidade da constituição de uma resistência mais efetiva a ainda recente ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). O que parece ter ficado evidente a esses profissionais é a possibilidade de reconhecer a existência de uma multiplicidade subjetiva e organizativa da população das periferias urbanas pouco conhecida e valorizada por essa militância e por esse voluntariado, como penso apontar a análise de Sawaia (2009).

No entanto, parece ter sido a inserção profissional tanto do psicólogo como de outras categorias no contexto dos serviços de saúde, particularmente nos de saúde

mental, que promoveu uma maior sensibilidade às demandas espontâneas da parcela da população atendida nesses locais durante os chamados “anos de chumbo”, sensibilidade refletida nas formulações dos movimentos de Reforma Sanitária e Psiquiátrica (YASUI, 2006).

Como afirma Yasui (2006, p. 23-24):

[...] em tempos autoritários, as condições cotidianas de vida surgiram como campo de luta que [possibilitou] a conquista de espaços políticos para a manifestação, articulação, reivindicação e exigências de direitos frente ao Estado, solidificando, na sociedade civil, a noção de participação e ação coletivas, acelerando a transição democrática.

Para além desse movimento de desterritorialização, aponto como primeiro indicador da possibilidade de capitulação em relação à atuação profissional remunerada, a definição da Psicologia Social como especialidade a partir da resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) n. 05/2003:

A especialidade de Psicologia Social fica instituída com a seguinte definição: I – Atua fundamentada na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social. O psicólogo, nesse campo, desenvolve atividades em diferentes espaços institucionais e comunitários, no âmbito da Saúde, Educação, trabalho, lazer, meio ambiente, comunicação social, justiça, segurança e assistência social. Seu trabalho envolve proposições de políticas e ações relacionadas à comunidade em geral e aos movimentos sociais de grupos étnico-raciais, religiosos, de gênero, geracionais, de orientação sexual, de classes sociais e de outros segmentos socioculturais, com vistas à realização de projetos da área social e/ou definição de políticas públicas. Realiza estudo, pesquisa e supervisão sobre temas pertinentes à relação do indivíduo com a sociedade, com o intuito de promover a problematização e a construção de proposições que qualifiquem o trabalho e a formação no campo da Psicologia Social (Resolução CFP N° 05/2003, art. 3).

Refletindo sobre essa definição, a paradoxal reterritorialização identitária promovida pela proposição da especialidade de Psicologia Social fez emergir, por um lado, um “campo de batalha” ao tentar romper com uma visão inter e transdisciplinar da área (cuja vitalidade sempre dependeu de contribuições feitas também por sociólogos, antropólogos, linguistas, etc.), ao mesmo tempo que explicitou a existência de uma multiplicidade de abordagens teórico-metodológicas mais ou menos centradas no coletivo ou na dimensão social da linguagem, no fenômeno atual ou em sua historicidade e na produção de subjetividade em suas mais diferentes perspectivas.

Quanto a proposição de leituras críticas dos espaços institucionais e comunitários pela recém instituída especialidade, era paradoxal também enxergar esses conceitos-ferramenta como efeitos da transmissão operada pelos processos inter e transdisciplinares, por um lado, da desinstitucionalização da saúde mental promovidos pelo movimento da Luta Antimanicomial (YASUI, 2006) e, por outro, dos trabalhos comunitários com Educação de Jovens e Adultos possibilitados, entre outros, pelo Método Paulo Freire.

O reconhecimento na resolução da disposição em paralelo ou em complementaridade entre projetos sociais e políticas públicas apenas refletia, de forma acrítica, o amplo espaço ocupado a partir dos anos 1990 pelas Organizações Não-Governamentais (ONG's) como campo de inserção profissional para os psicólogos na área social, demonstrando a preocupação da entidade com a reserva de mercado de trabalho.

Por último, porém não menos importante, o reconhecimento de que pesquisas e supervisões deveriam qualificar o campo da Psicologia Social pode implicar no reconhecimento, por um lado, do caráter de inacabamento próprio a essa área de conhecimento, algo que pode servir à estratégia de reintroduzir a questão inter e transdisciplinar inclusive no diálogo com outras modalidades de atuação do psicólogo, e, por outro, de que essas duas práticas são fundamentais para a definição da ação profissional.

A decisão do CFP de tornar a Psicologia Social uma especialidade da Psicologia, apesar de bastante contestada por alguns como um “paradoxo” (RODRIGUES, 2005, p. 83) ou como uma retração de um campo interdisciplinar a uma única disciplina (STRALEN, 2005), tornou-se referência para as formulações posteriores do próprio Conselho sobre a atuação profissional, como é o caso da cartilha publicada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas sobre a atuação do psicólogo no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) (CREPOP, 2007), e o tipo de inserção do Psicólogo junto às políticas públicas.

Além de considerar uma capitulação às forças do dispositivo Estado-Mercado na era do capitalismo em rede, tendo a concordar com a afirmação de Rodrigues (2005) de que trata-se de um paradoxo transformar uma concepção de Psicologia avessa à fragmentação disciplinar em uma especialidade, paradoxo que se acentua quando se opõe esse “especialismo” a outros (como o que produziu a Psicologia

Clínica, por exemplo) para criar possibilidades de inserção profissional em serviços vinculados às políticas públicas de Assistência Social, tal como parece estar evidenciado na leitura da referida cartilha.

Por outro lado, as capitulações e os paradoxos, estão aí para serem vivenciados, superados, suprimidos, etc. Neste sentido, contrariamente a essa perspectiva especializante, é possível definir a Psicologia Social como uma concepção de Psicologia que se dispõe a enfrentar a fragmentação inserindo-se de forma estratégica nos espaços institucionais previstos pelas políticas públicas da Assistência Social para ali multiplicar efeitos inter e transdisciplinares.

Por volta de 2007, na região em que residia, o campo de inserção profissional no âmbito das políticas públicas ainda era demasiado incipiente para a produção de pesquisas sistemáticas e a possibilidade de supervisão ainda escassa. Paralelamente a isso, intensificou-se o desejo de compreender as práticas profissionais afeitas ao campo das políticas de Assistência Social.

Acredito que essa necessidade se fundamentava também em vivências próprias de trabalhos comunitários em Psicologia, exercidos entre o último ano da graduação e o término do Mestrado (MELLO, 2003), evocando sempre características de uma forma de atuação voluntária⁶ como a maior parte das experiências deste tipo no Brasil no período anterior à instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por volta de 2005. Cito para tornar mais claro essa referência uma historiadora da Psicologia Social Comunitária no Brasil (FREITAS, 2007, p. 330-331) quando afirma:

Muitas vezes, no Brasil, por exemplo, nos idos dos anos 60 e 70 do século passado, quando tal disciplina incluía-se no processo de formação dos futuros psicólogos, isto acontecia muito mais por decisões pessoais e opções políticas de alguns professores e psicólogos que defendiam uma formação que fosse, de fato, comprometida com a transformação social, menos elitista e mais conhecedora da realidade social que nos cercava. [...]. Em verdade, a Psicologia Social Comunitária (PSC) passa a compor, efetivamente, os currículos de formação de modo constante e obrigatório, a partir da década de 1990. Ou seja, no Brasil, quase 30 anos após a criação dos cursos de psicologia é que a disciplina [...] sai do ostracismo e marginalidade, passando a integrar oficialmente o processo formativo dos futuros psicólogos.

⁶ Lembro que, no caso do mestrado, a pesquisa foi parcialmente financiada por meio da Bolsa Capes/CNPQ.

Considero particularmente, de forma complementar a afirmação da autora, que a partir do ano de 2005⁷ se estabeleceu outra etapa no desenvolvimento dessa visão interdisciplinar da Psicologia no contexto brasileiro, semelhante àquela constituída pela progressiva inclusão de uma disciplina específica destinada a suas discussões nos cursos de formação ao longo dos anos 1990.

Isso porque foi a partir desse ano que os municípios da região em que resido, entre tantas outras microrregiões dos diversos estados brasileiros, iniciaram um período de intensa contratação de psicólogos para exercer atividades nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), representando uma alternativa real em termos de serviço público às tradicionais inserções em Unidades Básicas de Saúde e em Escolas.

É importante que se diga, no entanto, que não há nenhuma legislação vigente que imponha a contratação de psicólogos para atuação específica no CRAS, como parece supor o aumento da presença desse profissional nesses locais, por vezes, na condição de gestor de serviços da Assistência Social.

2.2. O Centro de Referência da Assistência Social e sua articulação com o Sistema Único de Assistência Social:

Mas o que vem a ser o Centro de Referência da Assistência Social como serviço vinculado ao Sistema Único da Assistência Social? Para compreendê-lo, considero necessário antes percorrer o processo de constituição dos Sistemas Únicos de Saúde e de Assistência Social ligados à Seguridade Social como políticas públicas sociais.

Yamamoto (2003, p. 42-43), tendo como base a contribuição de diversos autores, ao tratar da noção de política social no contexto da sociedade ocidental atual remete-a ao exame da questão social, como “[...] conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição [...]” dessas sociedades, o que implica a ascensão dessa classe a uma condição de ator político ao lado de outros.

⁷ Ano em que o SUAS foi instituído por medida provisória. Sua efetivação como lei só veio a ocorrer em 2011 (BRASIL, 2011).

Nos lembra ainda o mesmo autor que “[...] política [...] é conflito, que nas formações sociais capitalistas traduz-se na oposição entre os interesses de acumulação e as necessidades dos cidadãos [...]” (YAMAMOTO, 2003, p. 43).

Uma política pública se caracteriza como toda ação do Estado, voltada a partes ou à totalidade da sociedade, por meio de suas instituições perenes (órgãos vinculados aos três poderes), ação orientada politicamente pelos projetos e programas momentâneos de Governo (CONSTANTINO; PEREZ; SILVA, 2010).

Por sua vez:

As políticas sociais (assistência social, saúde e previdência social) compõem o quadro das políticas públicas no que se refere às ações de proteção social implementadas pelo Estado [instituição que representa a lógica das relações de produção material de uma sociedade dividida em classes, na qual uma classe detém o poder econômico-político sobre as demais] (CONSTANTINO; PEREZ; SILVA, 2010, p. 88).

Neste sentido, as políticas sociais seriam o produto da fragmentação da questão social em demandas segmentadas (dentre as quais estão colocadas as intervenções sobre indivíduos de faixas etárias distintas) devido a impossibilidade de lidar com a contradição fundamental entre apropriação privada da riqueza e produção socializada na ordem capitalista (YAMAMOTO, 2003).

Campos (2007, p. 1866) aponta a existência de um paradoxo histórico na “construção de uma política de saúde ampliada” no Brasil, concomitante ao surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS): ela se dá em um momento geopolítico de crise de “tradições” identificadas com seus princípios e os do movimento da Reforma Sanitária, a saber, o Socialismo e o Estado de Bem-Estar Social.

O socialismo⁸, considerado ao longo do século XX como estratégia alternativa à Economia de Mercado própria das sociedades capitalistas, implicou na estatização dos modos de produção privados com concomitante imposição da condição de trabalhador assalariado a todos. Em termos do que definimos aqui como políticas públicas comparáveis ao que chamamos hoje Seguridade Social, afirma o princípio da integralidade⁹ e da universalidade de acesso aos seus serviços, concomitante à

⁸ Referimo-nos especificamente ao modelo soviético criticado por Uribe Rivera e Artmann (2003).

⁹ Com base na contribuição de Mattos, Motta e Aguiar (2007, p. 366) atribui três sentidos a esse princípio na Saúde Coletiva: “[...] o de atributo das práticas dos profissionais de saúde [quando ponderam todos os aspectos do caso em questão], o de atributo da organização dos serviços [quando contempla uma articulação coesa de diversas ofertas] e o de resposta governamental via

centralização autoritária dos processos decisórios, por vezes, em detrimento da participação da sociedade civil.

Concebe-se, então, o fortalecimento do Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) como uma resposta capitalista em termos de Seguridade Social à “ameaça socialista” na Europa no período imediatamente posterior ao final de Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A sedutora promessa de uma gestão pública focada em investir o máximo de recursos na reprodução da força de trabalho aliada a um modo de produção econômico que privilegia a redistribuição das riquezas produzidas precisava ser enfrentada com medidas concretas no interior dessas sociedades (COUTO, 2010).

Próprio de países capitalistas, de acordo com Silva (2010, p. 56):

[...] o Estado de Bem-Estar Social define-se, de modo geral, pela responsabilidade do Estado pelo Bem-Estar dos [...] membros [da Sociedade]. Trata-se de manter um padrão mínimo de vida para todos os cidadãos, como questão de direito social, por intermédio de um conjunto de serviços provisionados pelo Estado, em dinheiro ou em espécie.

Apoiada em outros autores, Gonçalves (2010, p. 33-34) afirma que o conceito de bem-estar provém de teorias econômicas que o identificam com o consumo individual, “[...] com a satisfação de seus desejos e preferências individuais, garantida a livre escolha, num sistema de livre concorrência [...]”, sendo sua efetivação produto, em última instância, de uma avaliação subjetiva.

A nova promessa aqui era a de que o Estado assumisse a responsabilidade pela produção do bem-estar dos integrantes da Sociedade Civil, com manutenção da democracia liberal, a partir dos recursos disponíveis a ele via arrecadação de impostos junto aos proprietários dos meios de produção e assalariados em geral, com possibilidade de complementar serviços públicos com a contratação de entes privados. O estímulo à participação popular na gestão dos serviços é o elemento que, por suposição, tornar-se-ia capaz de evitar o exercício autoritário do poder estatal.

É importante notar que, especificamente no caso brasileiro, a diferença em relação ao modelo europeu de Bem-Estar Social se dá no sentido de que parte importante da organização e expansão da oferta de serviços públicos ocorre em

políticas voltadas para grupos populacionais específicos [de cunho intersetorial]”. Motta e Aguiar acrescentam que esse princípio é permeado pela ideia de prevenção.

períodos autoritários (TEIXEIRA, 2008) como o Estado Novo (1930-1945) e a ditadura civil-militar (1964-1985), portanto, com escassa participação popular, quando não nula.

Campos (2007) concebe a produção do cuidado em saúde no Brasil a partir de uma multiplicidade de combinações entre dois projetos sanitários polarizados: o dos sistemas nacionais de saúde, de viés estatizante, e a alternativa liberal-privatista.

Por sua vez, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) surge como articulador das diversas políticas sociais e como agente estratégico na garantia de direitos de cidadania complementares à Previdência Social e à Saúde.

Gonçalves (2010, p. 33) afirma que a compreensão do significado das políticas sociais é indissociável do reconhecimento da existência de relações conflituosas entre os segmentos da sociedade civil e do “[...] papel de organização social e política [...]” por parte do Estado. Neste sentido, as políticas sociais concretizam a relação conflituosa entre indivíduo e sociedade por meio do relacionamento do primeiro com o representante dessa última, o Estado.

Dessa forma, um passo fundamental de qualquer ação estatal na direção de se constituir política social no Brasil é tornar-se lei. Isso porque conforme estabelece o artigo quinto, inciso II da Constituição Federal de 1988, “[...] ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (BRASIL, 1988/2010). Assim, mesmo os entes federativos (União, Estados e Municípios) só serão obrigados a realizar uma ação se essa estiver prevista em lei.

Muitas vezes, as políticas públicas servem de parâmetro também às ações de entidades da própria sociedade civil que se constituem em função de necessidades específicas identificadas por apenas uma ou um grupo de pessoas com finalidades próprias. Neste sentido, compreende-se que essas entidades executem ações circunstanciais de interesse público com objetivos particulares, o que estabelece limites bastante precisos a elas.

Um exemplo que pode ser analisado nesse sentido, a fim de que se possa compreender melhor o significado dos termos acima expostos, é o da Seguridade Social. A Constituição Federal (1988/2010) estabelece em seu artigo 22, inciso XXIII, que é competência privativa da União legislar sobre esse assunto.

Porém, o título VIII da Carta Magna (1988/2010), com o sugestivo nome “Da Ordem Social”, ao tratar, entre outros assuntos, dos princípios, competências e

formas de financiamento da seguridade social prevê no artigo 194 que esta última seja constituída de “[...] um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”¹⁰.

É interessante neste ponto também registrar a análise de Teixeira (2008, p. 304) de que:

[...] Mesmo expandindo o sistema público, a partir da Constituição Federal de 1988, o Brasil o faz numa lógica de assistencialização, de mínimos sociais, nas políticas de acesso à renda; de precarização de serviços, mesmo os formalmente universais, como a saúde pública, considerando que sua implementação se dá numa conjuntura adversa às conquistas constitucionais, como a crise da solidariedade social administrada pelo Estado.

Neste contexto, o SUAS, enquanto política não contributiva, organiza-se nos municípios e microrregiões em níveis de complexidade, em estrutura semelhante à assumida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Estes níveis previstos são o de Proteção Social Básica e o de Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade, diferenciando-se com relação à oferta de serviços e da demanda atendida (BRASIL, 2011).

Seus objetivos estabelecidos pelo artigo sexto, ao longo de seus sete incisos, da Lei 12.435/2011 (BRASIL, 2011) são os de: “[...] consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos [...]”; realizar a integração da rede pública e privada de serviços; estabelecer responsabilidades dos entes federativos em relação à organização, regulação, manutenção e expansão das ações socioassistenciais; definir os níveis de gestão considerando especificidades regionais e municipais; “[...] implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social [...]”; e “[...] afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos”.

Na Proteção Social Básica devem ser desenvolvidas ações relacionadas às políticas públicas sociais (como o Programa de Assistência Integral às Famílias - PAIF) de transferência de renda (como o Benefício de Prestação Continuada - BPC) e de prevenção à situação de violação de direitos junto a famílias da qual participam

¹⁰ No presente trabalho, sempre que nos referirmos a experiências junto a serviços de seguridade social, estaremos nos referindo àquelas desenvolvidas pela política da Assistência Social ou pela de Saúde.

parcelas da população histórica e socialmente “vulnerabilizadas” (trabalhadores, idosos, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes, mulheres, etc.). Torossian e Rivero (2009, p. 60) enfatizam o desenvolvimento de *ações de caráter preventivo* com o intuito de fortalecer laços familiares e comunitários.

No tocante à Assistência Social, o Estatuto do Idoso ratifica a importância da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) aos idosos com comprovada condição de carência material (BRASIL, 2003/2010).

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é o serviço responsável pela efetivação das ações ligadas à Proteção Social Básica previstas na Política Nacional da Assistência Social (BRASIL, 2004). Neste sentido, o CRAS é o serviço que deve ser estabelecido nesta vizinhança como “[...] espaço de referência e porta de entrada para os serviços da Assistência Social” (CREPOP, 2007, p. 11-13).

O CRAS tem como objetivo o desenvolvimento local, buscando potencializar o território de modo geral. O foco da atuação do CRAS é a prevenção e a promoção da vida, por isso o trabalho do psicólogo deve priorizar as potencialidades [...] a valorização dos aspectos saudáveis presentes nos sujeitos, nas famílias e na comunidade. [...] isto não significa desconsiderar outros aspectos relacionados às vulnerabilidades. [...] Para isto devemos nos ocupar de todos os casos, pois eles estão ali, pedindo algo, e, às vezes, porque demoramos demais, nem pedindo estão mais. Mais motivos temos para nos aproximar e retomar o que deve ter ficado perdido nos fragmentos dos atendimentos segmentados, dos encaminhamentos assinalados nos papéis, mas ainda não inscritos na vida (CREPOP, 2007, p. 12-13).

Voltando ao relato, havia basicamente duas formas de contratação desses profissionais que atuavam na Proteção Social Básica, dependendo do município: por meio de concurso ou processo seletivo, em que o psicólogo se tornava servidor público municipal, ou por meio de Organizações Sociais (O. S.) conveniadas às prefeituras, como ocorreu na capital do Estado de São Paulo.

Dessa forma, a atuação voluntária em Psicologia Social, concebida aqui como afirmação interdisciplinar da Psicologia no contato, principalmente, com as ciências sociais, que era regra até esse período, transforma-se de forma muito rápida em prática profissional reconhecida institucionalmente e remunerada, na maioria dos casos, pelos municípios.

É possível supor que a profissionalização e a instituição da especialidade da Psicologia Social componham uma nova configuração da profissão psicológica, aprofundando sua integração à atualidade.

Com base nas contribuições de Netto, de Freidson e de Chaui, Yamamoto (2003, p. 38) afirma que, na sociedade atual, as profissões autônomas são caracterizadas pela progressiva institucionalização de suas práticas, pela legitimação social e pela sanção legal em que “[...] o domínio de um conjunto específico e relativamente esotérico de conhecimentos e habilidades [...] pressuporia uma organização [...] para o treinamento e para a certificação da competência [...]” de um grupo específico de pessoas habilitadas, entre outras ações, a discursar *sobre* o objeto de sua especialidade, descredenciando qualquer discursividade própria daquilo ou daqueles que eram tomados como objeto¹¹.

Os cursos que formavam psicólogos, nos quais já atuava como professor, perceberam a necessidade de preparar os estudantes para a futura inserção nesses serviços, uma vez que a maioria dos alunos permanecia residindo na região após a formatura e com inserção mais ou menos precária no setor público, segundo pesquisas informais promovidas pelos cursos de formação junto aos egressos.

Ocorre que uma cartilha publicada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP, 2007) preconizava a atuação, entre outras, a partir de concepções da Psicologia Social Comunitária, citando textualmente os nomes de Martín-Baró, Lane e Sawaia como autores de referência. Percebi a partir dessa publicação que havia um desconhecimento enorme dos psicólogos próximos a mim sobre o que caracterizaria essa concepção psicológica.

Para ilustrar a estranheza que psicólogos formados para a atuação disciplinar em modalidades mais convencionais em Psicologia (como a clínica, a escolar, a organizacional, etc.) experimentaram em relação à produção desses autores, ilustramos a seguir alguns exemplos extraídos de textos dos mesmos.

Na visão de Lane (conforme descrito por MARTINS, 2007, p. 77) “[...] A emergência da consciência histórica, portanto, de uma ação social como práxis transformadora, significaria o nível das determinações concretas rompendo as representações ideológicas e se fazendo consciência [...]”. Perguntavam-me outros: “A ideologia não seria um conceito sociológico? Essa consciência de que fala a autora é política ou psicológica”?

Martín-Baró (1998), como bem observam Pavón-Cuellar e Equihua (2012, p. 135), advoga uma “psicologia da libertação” voltada e produzida pelos próprios

¹¹ Yamamoto (2003) cita especificamente o exemplo do discurso do louco silenciado pelo do psiquiatra.

povos latino-americanos, que realizaria uma contribuição importante à história desses povos ao transformá-la no sentido de suas necessidades auto reconhecidas. Outros ainda questionavam: “Mas como libertar a Psicologia de sua matriz europeia e norte-americana”?

Nesses autores, percebe-se um deslocamento do papel da atuação psicológica do centro para a periferia, em dois sentidos: a) da região central das grandes cidades, onde vivia a classe média (cliente privilegiado das diversas propostas psicoterapêuticas), aos bairros mais afastados e vulneráveis do ponto de vista sócio econômico; b) do protagonismo da cena à figuração, abrindo espaço gradual para que a comunidade e os atores institucionais assumam a gestão e a execução das ações que visam reivindicar e garantir seus direitos sociais.

A orientação que mais incomodava os profissionais era a diretriz que afirmava a necessidade de realização de um trabalho alternativo ao modelo clínico individual, voltado a queixas de ordem afetiva, ainda predominante na formação em Psicologia (CREPOP, 2007).

Palavras como “grupo socioeducativo” e de “convivência e fortalecimento de vínculos”¹² soavam estranhas aos psicólogos que procuravam de forma constante orientação nas universidades sobre como propor e avaliar a efetividade dessas ações.

2.3. A experiência de inserção como profissional num Centro de Referência da Assistência Social (CRAS):

Em 2008, fui contratado por meio de processo seletivo por uma prefeitura municipal para atuar por 20 horas semanais junto ao CRAS de um município a 100 quilômetros de distância de onde residia, onde também trabalhava como professor universitário em alguns dias da semana. Iniciei minhas atividades em abril daquele ano, permanecendo no serviço até setembro de 2009, quando me desliguei em função da incompatibilidade entre a permanência no serviço e minha atividade docente no município em que residia.

¹² Definiremos o que a política pública entende por essas estratégias grupais quando abordarmos experiências com essa forma de funcionamento em um serviço especializado de atenção à saúde do idoso.

A escolha entre a carreira acadêmica e a permanência como técnico de referência no CRAS foi determinada pela enorme diferença de remuneração das duas atividades e pela forma de contratação, com salário proporcionalmente menor em cerca de três vezes e prazo máximo de dois anos no exercício da função pública. Anteriormente, no ano de 2005, havia passado pela mesma situação envolvendo uma entidade pública (Universidade Estadual de Maringá-PR) e outra privada: na ocasião, lembro-me de ter optado pelo magistério na segunda instituição, sendo o salário duas vezes superior e prazo de contratação não previamente limitado.

Penso que essas experiências evidenciam a precarização das condições de trabalho do servidor público no contexto neoliberal (no Brasil, a partir da década de 1990), momento histórico em que se dá, entre outras coisas, o processo de acelerada institucionalização da atuação em Psicologia Social Comunitária no Brasil. Paralelamente a isso, a atividade docente em instituições particulares de Ensino Superior assume importância graças ao crescimento exponencial de alunos pela conjunção de fatores demográficos (aumento no número de jovens) e de facilitação de financiamento estudantil no período posterior a 2003.

Durante o tempo de exercício da função de psicólogo no CRAS, dado o desconhecimento da realidade dos usuários do serviço, uma de minhas primeiras ações foi realizar uma pesquisa por meio de um questionário com cerca de trezentos beneficiários de um dos programas sociais acompanhados pelo serviço, chamado “Ação Jovem”. Mantido pelo governo estadual, ele previa, à época, a concessão de valor mensal a jovens entre 15 e 21 anos provenientes de família em situação de vulnerabilidade social que permanecessem cursando regularmente o ensino médio e participando de atividades promovidas pelos técnicos dos serviços da assistência social.

É curioso apontar que como atuava em paralelo a concessão do Bolsa-Família para pessoas da mesma área de abrangência, programa que atingia de fato as famílias em situação de maior vulnerabilidade econômica com concessão de rendimentos mensais de menor valor quando comparados aos programas estaduais, os beneficiários do “Ação Jovem” e do “Renda Cidadã” eram, em sua maioria, famílias com melhor poder aquisitivo, mas sem comprovação de rendimentos (trabalhadores informais).

O questionário ajudou a entender os valores e prioridades desses adolescentes e adultos jovens, bem como seus interesses e planos para o futuro.

Verificou-se por meio do levantamento que os mesmos sentiam necessidade de conhecer melhor as oportunidades de emprego e de cursos disponíveis aos mesmos na cidade.

Realizei junto a uma assistente social o levantamento de cursos e de oportunidades de emprego mais frequentes no município e preparamos encontros mensais em que poderíamos ter contato com os mesmos para discutir interesses profissionais.

Eis que surgem “empecilhos” do ponto de vista da lógica instituída: o fato dos adolescentes não frequentarem o serviço e de que nós não poderíamos sair do estabelecimento para divulgar e realizar os encontros, por orientação do órgão fiscalizador das ações na Assistência Social em nível regional (Diretoria Regional da Assistência e Desenvolvimento Social - DRADS) e dos textos orientadores das práticas nesses serviços.

Basicamente, o motivo da ausência de frequência desses jovens ao CRAS é o de que se tratava de um serviço novo, pouco conhecido entre eles, que não fazia uma oferta específica a esse grupo etário (como ocorre com as instituições educacionais ou de saúde) e que se encontrava deslocado do centro, ao contrário de toda lógica de estabelecimentos públicos em uma cidade de pequeno porte.

Cabe lembrar que o cadastro no programa ou havia sido feito na sede da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, no centro da cidade, ou no próprio CRAS por familiares, em geral, a mãe deles, familiar com quem, em geral, os técnicos tinham mais contato.

Acerca desse último aspecto, reflito no que me parece um equívoco cometido pelos técnicos de fortalecer o contato com o responsável, em geral, a mãe, sem o fazê-lo com a mesma intensidade junto ao verdadeiro destinatário do programa social em questão: o adolescente. Sinto que essas situações se repetem em ações e serviços voltados para idosos, quando o familiar muitas vezes é o principal contato da instituição.

Foi então que percebi pela primeira vez neste contexto a existência de uma linha de captura da potência transformadora da Psicologia no seu processo de institucionalização, diretamente atrelada à remuneração oferecida e às condições de contratação supracitadas.

Em minhas experiências extra institucionais anteriores, incluindo a pesquisa de mestrado, o trabalho era realizado em sua maioria em reuniões promovidas nos

finais de semana, em que o técnico contava com a ajuda de pessoas de associações de moradores e outros grupos existentes no próprio território para convidar os participantes de casa em casa (MELLO, 2003). O fator mobilidade de horário de trabalho e de deslocamento era muito importante para a adesão das pessoas às reuniões.

No CRAS, em tese, quem deveria realizar essa articulação comunitária seria exclusivamente a coordenadora. Ocorre que no contexto em que atuei, a coordenação e a função de assistente social eram acumuladas por uma única profissional, o que na prática inviabilizava que a mesma se articulasse com as pessoas e recursos no território.

A alternativa que encontramos para realizar o acompanhamento aos adolescentes foi acessá-los, a princípio, no ambiente escolar e depois, em um segundo momento, convidá-los a comparecer ao serviço, reduzindo o tempo em que os técnicos permaneciam fora do estabelecimento. No primeiro momento, as reuniões aconteciam em períodos de intervalo de aulas ou quando havia falta de professores para lecionar o conteúdo na própria escola.

Os resultados apontaram a um maior envolvimento dos adolescentes nas atividades promovidas pelos técnicos. Porém, não nos livramos de sermos repreendidos pelo órgão fiscalizador da execução da política em função da iniciativa “tomar tempo” de aprendizagem escolar e ocorrer fora do estabelecimento. O projeto foi então interrompido antes de chegarmos ao segundo momento, em que os jovens iriam ao serviço, e compreendi a importância fundamental da articulação entre ações internas e externas aos serviços pela ausência na referida situação.

Hoje, penso que se tivéssemos proposto um trabalho com idosos na área de abrangência do CRAS, seria impossível desenvolvê-lo dada a inexistência ou fragilidade concreta da articulação entre serviço e território.

Vejo essa situação (precariedade das condições de trabalho público, o excesso de normas formais impraticáveis, etc.) como mais um efeito negativo do projeto neoliberal.

2.4. Neoliberalismo e políticas públicas de seguridade social:

Embora bastante complexo, é possível definir o neoliberalismo como dispositivo articulado micro e macropoliticamente à globalização financeira que

produz uma ação estratégica do Estado de precarização das políticas sociais públicas concomitante a intensificação da esfera mercantil em todos os âmbitos da Sociedade Civil, fenômenos coerentes com o chamado capitalismo em rede.

Dessa forma, o neoliberalismo continua sujeito às mesmas críticas políticas feitas às sociedades liberais do século XIX. A título de exemplo, Ramos do Ó (2010, p. 40) lembra que “[...] Nietzsche vê consagrar-se no espaço político liberal não a defesa da liberdade individual mas, às avessas, o lugar da competição e de tradução de várias “vontades de poder” pela supremacia hegemônica [...]”, o que lhe possibilita colocar em questão a liberdade como valor concebido pelo Liberalismo.

Segundo Carvalho (2009, p. 24), esse fenômeno de intensificação da competitividade mercantil tem como consequências “[...] uma hipertrofia do Mercado, a desregulamentação das relações entre trabalho e capital e o gradativo esvaziamento do papel social do Estado”.

A promessa em termos de Seguridade Social é a de trocar o que se rotula como irrealizável (tais como os princípios de “integralidade” e “universalidade”) pela suposta “seletividade” e “eficiência” no tratamento das diversas frações da questão social, privatizando a maior parte dos serviços públicos destinados ao atendimento de demandas provenientes das camadas intermediárias da sociedade em troca da melhoria daqueles centrados sobre os mais vulneráveis.

Neste sentido,

Partindo do pressuposto de que sistemas de proteção social de caráter universal/redistributista constituem uma ameaça à liberdade dos indivíduos e à vitalidade do mercado, o neoliberalismo vem buscando desconstruir os fundamentos teóricos e práticos de políticas que têm como referência o Estado de Bem-Estar Social. Justificando essa estratégia encontra-se a afirmação de que políticas sociais igualitárias (por exemplo, o projeto de implementação do Sistema Único de Saúde no Brasil) caracterizam-se por retirarem recursos de áreas produtivas para subsidiar bens e serviços que o mercado poderia prover. [...] Dessa maneira, [...] o neoliberalismo busca transformar direitos em carências. [...] Políticas públicas igualitárias passam a receber, nesse cenário, a alcunha de “populismo irresponsável” e o nacionalismo em países “em desenvolvimento” – diferentemente, é bom notar, do que ocorre em países centrais – passa a ser considerado um anacronismo (CARVALHO, 2009, p. 24-25).

O projeto neoliberal é resumido por Netto e Braz (2010) a três motes: a flexibilização das relações trabalhistas, a desregulamentação econômica e a privatização do patrimônio estatal.

Dessa forma, entende-se que a precarização seguida de privatização do aparato estatal de Seguridade Social destinado à garantia do Bem-Estar Social é marcada ainda pela oferta, à classe média, de serviços privados subsidiados, e de públicos apenas para grupos específicos identificados como vulneráveis segundo o critério de Mercado.

A fim de dar consistência a essa população de vulneráveis, há toda uma literatura psicossociológica desenvolvida a partir dos anos 1990 para tratar conceitualmente do tema dos “excluídos” (SAWAIA, 1999).

Do ponto de vista dos serviços voltados à população idosa, percebe-se a tendência neoliberal a fazer uma distinção entre o atendimento à demanda dos mais vulneráveis (os que não possuem renda fixa, os que vivem sozinhos, os que não têm cuidadores formais ou informais, os acamados, os reconhecidos como vítima de situação de violência, etc.) e aqueles que contam com algumas dessas ou com todas essas garantias – no caso desses últimos, idosos considerados socialmente “joviais” e aptos ao pleno exercício do consumismo.

Ainda assim, apesar de estarem incluídos nos sistemas de Saúde e de Assistência Social do ponto de vista da provisão de recursos, cartografa-se uma intensificação da oferta de serviços específicos destinados aos idosos à parte dos outros, principalmente, em nível secundário ou de proteção social especial de média complexidade.

É possível supor que, quando efetivada, a discriminação de serviços voltados especificamente aos idosos seja feita com base em diretrizes coerentes com uma “leitura mercadológica” dos resultados de pesquisas produzidas pela gerontologia e geriatria, centrada na prescrição médica do consumo de medicamentos preferencialmente indicados pelos laboratórios farmacêuticos e voltada à prevenção das chamadas “síndromes geriátricas” (MOTTA; AGUIAR, 2007). Eis um projeto neoliberal de “envelhecer bem-sucedido”.

Postula-se ser o consumidor, também associado às imagens neoliberais do investidor, do colaborador e do usuário, a forma seletiva assumida pela individualidade no contexto da biopolítica¹³ contemporânea. Sua seletividade está

¹³ Na visão de Foucault, toda biopolítica se baseia em relações de saber-poder sobre as espécies biológicas que justificam práticas específicas de governo de populações (HACHEM e PIVETTA, 2011, p. 343-344). Entretanto, Pelbart (2011) afirma que as contribuições de Deleuze somadas às feitas por autores contemporâneos como Agamben, Negri e Lazaratto permitem expandir a concepção foucaultiana de biopolítica para além da noção de biopoder (poder sobre a vida), afirmando-se

intimamente relacionada ao acesso à riqueza produzida pela sociedade ou à falta dele.

Desta forma, torna-se possível afirmar que esse modo paradoxal de organização social e dos serviços, que contempla tanto um coeficiente de nomadismo próprio ao “império” do capitalismo de rede (PELBART, 2011) como agencia identidades reterritorializadas, atende às necessidades de governo da espécie e da população distinguindo entre quem é o indivíduo capaz de usufruir da cidadania e quem não é. Segundo a mesma, não seriam todos aptos a se tornarem consumidores plenos dessa tecnologia de saber-poder que dá consistência ao projeto neoliberal de “envelhecer bem-sucedido”, mas todos devem desejá-la e valorizá-la como indicador de quem se é na competição com os outros.

Seria nesse agenciamento que a prevalência da marginalização da maioria dos idosos e de sua pobreza, em clara contradição com a lei, alcança paradoxalmente o caráter social de mais pura irrelevância, caráter original no que diz respeito ao registro da relação com os longevos em outras sociedades ao longo da história humana, visto que apenas atualmente haveria disponibilidade suficiente de liberdade, conhecimento, riquezas e tecnologia para evitá-la.

Torna-se reconhecível essa como uma situação de violência sociossimbólica implícita no cotidiano e que precisaria ser explicitada¹⁴, intensificando assim linhas de fuga desterritorializantes e a produção do envelhecer contemporâneo.

Teixeira (2008) estabelece entre as décadas de 1960 e 1980 uma cronologia da realização de eventos específicos e da emergência de movimentos sociais relacionados à questão do envelhecimento paralelos à progressiva institucionalização e integração da seguridade social no Brasil. É possível enxergar a emergência destas ações organizadas por setores da Sociedade Civil não só como a enunciação de uma demanda direcionada ao Estado, mas como formas diversas de explicitação daquela violência sociossimbólica e de produção singularizante de subjetividade.

Neste sentido, é possível considerar as modalidades de sofrimento ético-político (SAWAIA, 1999; MELLO, 2003) como expressões desta violência

enquanto via de duplo sentido que também contempla a biopotência (potência da vida), tal como uma fita de Moebius.

¹⁴ Acerca de possíveis formas de explicitação, aposto numa caótica dos encontros com a diferença radical representada pela “privação” e na genealogia dos conceitos, algo de que tratarei ao fazer considerações acerca de uma pré-conferência municipal do Idoso da qual tive oportunidade de participar.

sociossimbólica, que se encontra implícita em algumas relações sociais e que pode se explicitar diante de algumas circunstâncias específicas.

Segundo Sawaia (1999, p. 104-105), a partir de uma concepção dialética de exclusão e inclusão social, “[...] é o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente”. O sofrimento ético-político varia conforme a mediação priorizada no processo excludente (raça, gênero, idade e classe), qualifica-se pelo trato na intersubjetividade, face a face ou anônima, retrata a dor que surge da situação social de ser considerado inferior, subalterno e/ou apêndice inútil da sociedade, e revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social da negação das possibilidades de apropriação da riqueza socialmente produzida e historicamente acumulada, de mobilidade no espaço público e de expressão de desejo e afeto.

O trabalho dos técnicos ganha outras proporções a partir do momento em que se faz necessária, ou como suporte ou como contraponto ao trabalho socioeducativo, a realização do acolhimento, do reconhecimento e da transformação deste sofrimento em motivo para reivindicar para si e para seu grupo social alguma outra condição a ser objetivada.

2.5. O envelhecimento como problema no trabalho do psicólogo no CRAS:

Um analisador¹⁵ (BAREMBLITT, 1988) fundamental da atuação no CRAS, surgido no trabalho de acolhimento às demandas espontâneas dos usuários do serviço, foi a percepção de desigualdade entre ações de proteção integral às famílias, à infância e a juventude e a escuta promovida às questões trazidas por pessoas com idade em torno dos sessenta anos que procuravam de forma solitária e esporádica o serviço em busca de resolução de problemas, o que incluía a obtenção de benefícios pontuais que contribuíssem à supressão de suas necessidades básicas de sobrevivência e que eram por elas atribuídos à idade.

Essas pessoas, desempregadas, não tendo filhos pequenos e não gozando de aposentadoria, recorriam esporadicamente ao Centro de Referência da

¹⁵ O analisador é um acontecimento que produz uma questão no trabalho da análise institucional. No caso da presente tese, concebe-se que seja qualquer ligação entre elementos que compõem o agenciamento capaz de produzir um questionamento acerca da suposição de uma consistência aparentemente sólida do território identitário agenciado.

Assistência Social e com isso apontavam lacunas nas ofertas dele e das políticas públicas no campo da Assistência Social.

De alguma forma, houve o registro de que neste caso a idade, sem dúvida coadunada a outras condicionantes (gênero, raça, situação econômica, credo religioso, etc.), era considerada ali como determinante tanto do tipo de acolhimento feito às queixas por ela apresentadas como de certo sofrimento ético-político (SAWAIA, 1999).

Corroboram essa impressão, o fato de que 19 anos depois da promulgação da Constituição Federal:

Santos, Lopes e Neri (2007) apontam em pesquisa ancorada em amostra com 2.136 idosos provenientes de diferentes partes do Brasil que escolaridade, raça, renda e etnia, quando combinadas ao longo da vida, são variáveis marcantes na definição de exclusão social na velhice, “impedindo a clara compreensão dos direitos fundamentais a serem reivindicados pelos excluídos” (SILVA; CACHIONE; LOPES, 2012, p. 238).

Era como se, mesmo na “Casa das Famílias”, o preceito constitucional da “indivisibilidade de direitos” não fosse respeitado e como se o envelhecimento não fosse concebido como possível indicador de vulnerabilidade social.

Traço aqui uma característica marcante de serviços articulados pelas políticas públicas neoliberais: a predominância da “padronização generalizada” de práticas, saberes e formas de existência. No trabalho com o envelhecimento, é possível supor que a atuação de acordo com esse agenciamento tem funcionado no modelo mercadológico da competição excludente e do “padrão único de excelência”: diante da diversidade de ações possíveis, impõe-se que, em cada momento e em cada município, haja apenas uma única maneira de pensar as políticas públicas, uma forma exclusiva de realiza-las que resultaria numa maneira idêntica de existir.

Neste sentido, diversas propostas teórico-metodológicas e formas singulares de ser não coexistem ou o fazem de forma conflituosa e clandestina neste agenciamento do “projeto neoliberal” que prima somente pela prevalência do “mais bem-sucedido”, do ponto de vista da resolutividade mantenedora ou capaz de aprofundar as relações entre os elementos que compõe essa forma de biopoder em nível macro e micropolítico, em função de interesses específicos sobrepostos à promoção de autonomia. É interessante também notar que desse modo se estabelecem constantes dicotomias temporais entre o atual e o inatual, o moderno e

o ultrapassado que acabam por assumir, por efeito de recursividade ou de ritornelo, a forma moral do “Puro ou Impuro”.

Guattari (1988, p. 103) faz uma distinção entre o que ele chama de “sociedades mais antigas” e sociedades capitalistas no que diz respeito à tolerância destas últimas com uma “[...] divisão muito acentuada do trabalho e dos modos de semiotização”, inclusive do tempo.

Afirma ele que as “[...] sociedades capitalistas abandonam esta desconfiança com respeito ao “puro” [...]” que se materializa na figura do especialista, da pureza da matéria-prima ou de um significado, direcionando-a ao que é heterogêneo e assim produzindo “[...] um processo de simplificação e de racionalização” (GUATTARI, 1988, p. 104).

É possível que a busca por essa simplificação resulte em um “novo puritanismo” refletido num moralismo excessivo das práticas produtivas e semióticas, que, no domínio capitalista do tempo social, se converte no ritornelo¹⁶. Novamente Guattari (1988, p. 104) afirma que “[...] no universo dos ritornelos capitalistas, todo o mundo vive nos mesmos ritmos e nas mesmas tendências aceleradas [...]” e essa similaridade da vivência temporal concomitante o referido neopuritanismo produz uma “sociedade unietária”, conforme expressão usada por Debert (1999/2012).

A sociedade unietária (DEBERT, 1999/2012), assim como aquela baseada no ideal de solidariedade entre as classes sociais (TEIXEIRA, 2008), descreve um agenciamento em que a angústia de desligamento se acentua por meio da aceleração do tempo social que substitui as configurações de relação de poder mais perenes por circuitos fechados produtores de experiências de maior ou menor satisfação conforme a posição estabelecida com base em valores unívocos (riqueza, beleza, juventude, etc.).

Como por suposição há sempre algo que resiste ao controle, o neopuritanismo emerge nas reações de intolerância absoluta à existência de formas de vida diferentes, consideradas impuras e heterogêneas, que desafiem esses circuitos fechados da atualidade, tal como o idoso que não persegue a aparência juvenil ou a qualquer outro padrão social, o pobre que não almeja a riqueza (incluindo a situação em que a constatação da existência de pessoas ricas lhe

¹⁶ Termo proveniente da teoria musical que se refere à execução repetida de um trecho melódico. Para o autor, ela é sinônimo de recursividade, repetição que resulta na reafirmação identitária territorializada.

parece indiferente) ou o profissional que não demonstra o devido apreço pelas espetaculares “inovações” científicas alardeadas pelas ações de propaganda na sociedade contemporânea.

Apoiados nas contribuições de vários autores, Combinato et al. (2010, p. 559) refletem que:

[...] A própria ciência tem tratado o envelhecimento a partir da sua negação ou do combate à velhice [...]. Com efeito, [...] “[as sociedades modernas] buscam incessantemente o novo e, nesse ímpeto de mudanças, acabam por igualar bens, objetos e seres humanos. Para elas o tempo é rápido e linear; o passado não vale, e menos ainda valem aqueles que o representam” [...]. [...] o mito da “saúde perfeita”, ao qual estariam referidos grandes empreendimentos humanos, como o “projeto genoma”, aproxima a ciência da alquimia, dado que a utopia da pureza, da saúde e da harmonia da vida é um dos mitos fundadores da condição humana”.

Da mesma forma, há a suposição de uma relação estreita entre a generalização desses padrões e o desenvolvimento de indicadores de desempenho que possibilitem o controle hierárquico e impessoal das ações nos serviços, controle capaz de subtrair a força de agenciamentos e capturar linhas de fuga local¹⁷ e subjetivamente implicadas com a produção da singular integralidade no trabalho em Saúde Coletiva e na Assistência Social.

Considerando essas questões é que pensamos que a descentralização administrativa das ações, também identificada com a municipalização, promovida pelas políticas públicas brasileiras de Seguridade Social a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988/2010), muitas vezes se sobrepôs aos princípios de integralidade, universalidade de acesso, entre outros, nas experiências aqui cartografadas.

Em alguns lugares, a descentralização parece ter gerado o que se poderia denominar “núcleos tecnocráticos capilares” produtores de demanda a partir de uma leitura simplória e neopuritana do texto das políticas públicas, das regulamentações profissionais e da produção científica, leitura alheia ao contexto histórico e à dimensão local de produção de demandas e de recursos.

Perguntei-me acerca de que relação de poder é essa, presente no cotidiano do serviço que, por um lado, faz descumprir um princípio constitucional e que, por outro, cria uma potência de questionamento. Ao mesmo tempo, indaguei-me sobre

¹⁷ Agenciamento e linhas de fuga são termos utilizados em uma perspectiva cartográfica. Sobre essa concepção metodológica, remeto o leitor ao tópico sobre aspectos de método.

como essa potência de questionamento poderia ser aproveitada para transformar as práticas do serviço. Penso que a escuta ao envelhecimento seja uma das muitas respostas a esse último problema.

Dessa maneira, coube o questionamento das motivações implícitas nesta incapacidade de escutar alguns entre os mais velhos, incapacidade que não levava em conta a perceptível relação entre o aumento da preocupação científica em estudar a temática do Idoso (ilustrado pelo progressivo aumento de publicações sobre o assunto nos últimos anos) e o fenômeno inédito do envelhecimento demográfico.

2.6. O envelhecimento demográfico:

O trabalho conduziu à cartografia da consistência assumida pelo envelhecimento demográfico na atualidade e de como ele impactaria os serviços públicos e a sociedade em geral segundo a perspectiva de psicogerontólogos e de outros especialistas.

O “envelhecimento demográfico” é definido de forma didática na obra introdutória de Levet-Gautrat e Fontaine (1987, p. 07) como o aumento da proporção de pessoas idosas na população, provocado pela redução da natalidade. Na referida obra, os autores preocupam-se ainda em diferenciar esse fenômeno do chamado “envelhecimento individual”, traduzido pelo aumento da longevidade.

O contexto populacional em que o envelhecimento demográfico se insere é o de uma progressão até então desconhecida de aumento do número de seres humanos no planeta. De acordo com Fontaine (2007/2010), desde 1801, quando ultrapassamos a barreira do primeiro bilhão de pessoas, até 1986, quando atingimos o quinto, o intervalo de tempo para completar novas unidades bilionárias foi sendo reduzido até se estabilizar em 12 anos. Dessa forma, o autor projeta que no ano de 2040 seremos algo em torno de 10 bilhões de habitantes da Terra.

Levet-Gautrat e Fontaine (1987) atribuem esse aumento de cifras que, rompeu com o histórico equilíbrio entre nascimentos e mortes anterior ao século XIX, aos progressos da Medicina e da Higiene. Projetam também que estamos em via de alcançar um novo equilíbrio demográfico com indicadores de mortalidade e de fecundidade frágeis, tanto em países ricos e industrializados como em outros.

Lebrão (2007) informa que, no caso brasileiro, embora a transição demográfica já fosse previsível no início do século XX sua manifestação se tornou visível apenas a partir da década de 1950 diante do expressivo declínio da natalidade ilustrado novamente no período de 1940 e 2003: de 6,2 filhos em média por casal para 2,1.

Turkenicz (2012) nos lembra também que parte do período em que a queda da taxa de natalidade ocorreu nos países menos industrializados, após 1965, foi marcado por uma transformação social provocada pela disponibilidade de contraceptivos eficazes, pela emergência do movimento feminista e a participação feminina nos ambientes educacionais e no mundo do trabalho. Em suma, pela conquista de uma maior possibilidade de escolha sobre a maternidade e a consequente mudança significativa nas prioridades das mulheres em relação a trabalho e casamento.

Levet-Gautrat e Fontaine (1987) descrevem que a previsão da Unesco em 1982 era de que vários países ditos em desenvolvimento, inclusive o Brasil, veriam sua população de idosos se multiplicar muito rapidamente entre 2020 e 2025. Lebrão (2007) é mais específica, fazendo a estimativa de que entre 2015 e 2025 o crescimento da população idosa será cinco vezes maior que o da população total brasileira, sendo ainda mais acentuado entre os muito idosos (pessoas com 80 anos ou mais) que alcançará o índice de 4% ao ano no período supracitado.

Há diferenças significativas entre o envelhecimento populacional ocorrido nos países da Europa e da América do Norte e no Brasil, tendo em vista o fato de que aqueles já haviam alcançado padrões elevados de vida antes que o fenômeno em questão ocorresse e que a transição aconteceu para eles ao longo de vários séculos. Neste sentido, a partir das contribuições de Palloni e Peláez (2003), Lebrão (2007, p. 137) escreve que nos países latino-americanos:

[...] um processo de envelhecimento altamente comprimido começa a ocorrer no interior de economias frágeis, níveis crescentes de pobreza, aumentando, mais que diminuindo, as desigualdades sociais e econômicas e contraindo, mais do que expandindo, o acesso aos serviços e recursos coletivamente financiados.

A explicação oferecida por Lebrão (2007) para essa diferença entre o envelhecimento demográfico ocorrido em países da América do Norte e Europa e os latino-americanos, tendo como base outras pesquisas sobre o assunto, é o de que

esse último é provocado com muito mais intensidade por avanços tecnológicos no campo da Saúde Pública do que pela melhoria nos padrões gerais de vida, como no caso dos primeiros. O indicador específico citado pela autora é o da maior exposição da população de nosso continente à desnutrição durante a primeira infância, com prováveis efeitos fisiológicos consideráveis sobre a saúde do adulto.

Acompanhando Foucault (1999) no texto “O nascimento da medicina social”, talvez seja razoável afirmar que a partir da constituição da chamada “Medicina de Estado” no século XVIII ocorra em paralelo ao desenvolvimento dos “discursos” acerca das etapas que constituem a existência humana e à consolidação do ideal de família burguesa, como linhas independentes e até em aparente oposição política (Absolutismo e Iluminismo), a articulação de regimes disciplinares no campo da Saúde Pública.

A estatística de nascimento, de morbidade e de morte torna-se um fundamental instrumento de soberania administrativa da riqueza do Estado, riqueza esta composta não só pelos recursos naturais presentes em seu território como também por sua “população” (conceito demográfico e estatístico). Segue-se na “Medicina da Cidade” e na “Medicina do Trabalhador” o incremento das ações de aprimoramento das condições sanitárias associadas à preservação da saúde da população e, em especial, do proletário (FOUCAULT, 1999), mas não dissociada da emergência de regimes disciplinares¹⁸.

Como afirma Correa (2009, p. 42):

[...] O emprego de estatísticas e de projeções em pesquisas que envolvem indicadores humanos constitui-se em estratégia para sensibilizar e mobilizar tanto os indivíduos quanto os governos para o que parece ser imprescindível no corpo social: é preciso gerir a vida da população.

Em outras palavras, foi fundamental ao Brasil e seus vizinhos o investimento principal em gestão de políticas públicas curativas de saúde e a articulação de regimes disciplinares que, no entanto, aceleraram a transição de uma população jovem para uma envelhecida em franco descompasso com os avanços em termos

¹⁸Faço referência ao conceito utilizado por Michel Foucault (1999) no estudo sobre o nascimento da prisão. Quando delimita a forma assumida pela produção de corpos dóceis, o autor define regime disciplinar como um dispositivo que agindo sobre um corpo aumenta sua utilidade e sua obediência, reduzindo sua autonomia.

de redução de desigualdade social e acesso a outros bens produzidos de forma coletiva, entre outros indicadores de qualidade de vida.

Outra diferença significativa do ponto de vista do envelhecimento demográfico diz respeito ao sexo. Por diversos motivos, entre outros, o fator hormonal (que tende a proteger as mulheres da ocorrência de isquemia coronariana), exposição a riscos no trabalho (maior em média entre os homens), consumo de álcool e tabaco (maior em média entre os homens) a sensibilidade ao surgimento de sintomas e sinais de doenças (maior em média entre as mulheres) essa desigualdade se estabelece. Há pesquisas que demonstram que em contextos específicos no Brasil, as mulheres são mais longevas e mais numerosas na faixa etária acima dos 60 anos de idade, mas a proporção de anos de vida sem incapacidade é curiosamente maior entre os homens (SANTOS, 2003; LEBRÃO, 2007).

Segundo esses dados, a tendência é a de que haja cada vez mais mulheres idosas dependentes de cuidados do que homens idosos, uma vez que os raros longevos do sexo masculino estatisticamente apresentam com menor frequência perda de autonomia para a realização de tarefas cotidianas, morrendo esses sem tanta necessidade de acompanhamento prolongado e próximo.

Neste sentido, Levet-Gautrat e Fontaine (1987, p. 05 – tradução nossa) constata que “[...] o sistema social em que vivemos foi concebido por e para uma população de indivíduos jovens, terminando sua vida entre quarenta e cinquenta anos”. Assim, os autores convidam-nos a repensar todos os problemas sob a perspectiva de uma sociedade muito mais longeva.

Em termos das políticas públicas brasileiras, é possível supor que se estabeleça no interior da Seguridade Social (Previdência, Assistência Social e Saúde) uma enorme disparidade entre ações para aumentar a longevidade e aquelas para garantir melhoria na qualidade de vida durante o envelhecimento.

Conforme Lemaire e Bherer (2005/2012) é inevitável que o envelhecimento populacional coloque problemas complexos nos âmbitos social e individual pertinentes à seguridade social, ao financiamento das ações de cuidados aos idosos, ao limite de vida autônoma, entre outros, algo com que parece concordar Buaes (2004).

Fontaine (2007/2010) postula que todos os níveis de nossa sociedade afetam e são afetados pelo envelhecimento, uma vez que a economia sofre os efeitos do aumento contínuo de aposentados, os sistemas de proteção social deverão se

adaptar à nova demanda, a cultura será profundamente afetada pelo aumento de tempo de lazer, as ciências se verão impelidas a compreender melhor seus mecanismos, possibilitando a vivência de longevidade bem-sucedida¹⁹.

Utilizando dados fornecidos pelo IBGE e baseando-se no critério de domicílio cujo rendimento médio mensal per capita é de até ½ salário mínimo, artigo de Saraiva e Coutinho (2012) afirma existir mais de 2,5 milhões de idosos em situação de pobreza no Brasil (12,2% do total de idosos), apresentando variações de percentil entre as áreas rurais (20,2%) e as urbanas (11,1%) e entre regiões, com a Região Nordeste (24,2%) alcançando a maior proporção e a região Sul, a menor (6,5%).

O artigo de Ferreira (2012, p. 15) expõe que:

[...] a maioria dos idosos (43,2%) no Brasil vive com baixo rendimento mensal de até 1 salário mínimo; (50,2%) possui baixa escolaridade, tendo recebido educação formal por menos de 4 anos; (64,1%) é [...] o principal provedor da família; (55,4%) se declarou da raça branca e 55,8% da população idosa é formada pelo gênero feminino.

De acordo com a leitura de alguns trabalhos, o principal impacto negativo da pobreza dos idosos em países em desenvolvimento, como o Brasil, se refletiria na desproporção dos gastos públicos com a seguridade social. O artigo de Linhares et al. (2003) explicita que, em 2002, o Ministério da Saúde consumiu cerca de 25% das despesas com a assistência hospitalar com pacientes com 60 anos ou mais de idade, segmento etário correspondente à época a mais de 8% da população.

Duarte (1999, p. 36) é ainda mais explícito ao afirmar que:

[...] Com o aumento gradual na esperança de vida e a diminuição da taxa de natalidade em muitos países, os problemas de saúde da população, a longo prazo, podem transbordar, inclusive com previsões mais pessimistas, levando a um desmoronamento dos sistemas de assistência sanitária e social.

Charchat-Fichman et al. (2005), apoiados em publicações de outros autores, afirmam que o envelhecimento demográfico impacta os sistemas de saúde pública

¹⁹ “À procura de um modelo teórico de envelhecimento bem sucedido, Baltes (1991) sugere que: (1) o curso do desenvolvimento apresenta variabilidade individual; (2) existem diferenças importantes entre envelhecimento normal, ótimo e patológico; (3) durante o envelhecimento fica resguardado o potencial de desenvolvimento; (4) os prejuízos deste período podem ser minimizados pela ativação das capacidade de reserva para o desenvolvimento; (5) as perdas cognitivas podem ser compensadas por ganhos no domínio da inteligência prática; (6) com o envelhecimento, o equilíbrio entre ganhos e perdas torna-se menos positivo; (7) os mecanismos de autorregulação da personalidade mantêm-se intactos em idade avançada” (SILVA; GÜNTHER, 2000, p. 31-32).

do mundo todo por meio do aumento da prevalência das demências, sendo fundamental que a existência da possibilidade de identificação acerca dos indivíduos que apresentam predisposição para tanto.

Também a proposição da “síndrome de Diógenes” (MONFORT et al., 2010, p. 141 – tradução nossa) como um perigo que leva os médicos e trabalhadores sociais a intervir inclusive em domicílios de idosos misantropos, que negligenciam seus próprios corpos, mantendo relações inabituais com os objetos que resultam em acumulação é visto aqui como algo que intensifica essa visão pessimista acerca do envelhecimento demográfico.

Linhares et al. (2003) não temem em equiparar a magnitude das questões relacionadas ao envelhecimento populacional aos problemas relativos ao meio ambiente e à exclusão social. Vidal e Clemente (1999) já destacavam na década de 1990 a surpresa com a rapidez com que ocorriam as mudanças sociais em países desenvolvidos em virtude do envelhecimento demográfico, não sendo incomum encontrar filhos na faixa dos sessenta anos de idade exercendo os cuidados com os pais de mais de oitenta anos de idade, questão também enfocada por Chambon (2005).

Lemaire e Bherer (2005/2012, p. 20) lançam o primeiro dado alarmante ao afirmar a queda mundial na taxa de fertilidade no ano 2000, número que descreve a média de filhos que cada mulher pode ter durante o período dos 15 aos 49 anos de idade, de 5,02 em 1950 para 2,69. Seguem comparando-a em uma região desenvolvida e em outra em desenvolvimento - na Europa: [de 2,66 para] 1,38; na África: [de 6,71 para] 4,97.

Outro elemento acrescentado por Araújo (2012) à sinistra composição afirma que a população idosa brasileira representará 12% da população brasileira em 2020 ainda sem serviços de seguridade social adequados a suas necessidades. A situação tende a se agravar até 2025 segundo a previsão de Araújo, Coutinho e Souza Santos (2006) e Areosa e Areosa (2008): tendo como base dados da OMS, afirmam que o Brasil será o sexto país com maior número de pessoas idosas com 30 milhões habitantes com mais de 60 anos de idade (15% da população geral). A visão do IBGE acerca do envelhecimento demográfico é ainda mais pessimista, estimando uma proporção de 18,8% de idosos em 2025 (SANTOS; ANDRADE; BUENO, 2009).

As piores projeções acerca do envelhecimento demográfico parecem reservadas para as previsões mais distantes e, por isso, mais incertas. A data de 2050 aparece como uma referência importante, fechando um século de acompanhamento mais preciso do fenômeno em questão (1950-2050), período posterior a primeira metade do século XX (em que ocorreram as duas grandes guerras mundiais e uma importante reorganização geopolítica).

No Brasil, há expectativa de que a população idosa ultrapasse a população de 0 a 14 anos, de forma que a cada 100 crianças e adolescentes nessa faixa etária haja 172,7 idosos (ROZENDO, 2010).

No mundo, com base em dados fornecidos pela ONU, a projeção para 2050 afirma que serão 380 milhões de idosos, o que corresponderá a 4,1% da população do planeta ou o triplo da quantia de 2000, com diferenças persistentes na proporção de idosos na população na Europa (29,2%), na América Latina e Caribe (16,9%) e na África (6,9%). Com mais de 80 anos de idade, as mesmas diferenças entre regiões desenvolvidas e em desenvolvimento permanecem na seguinte proporção: 9,6% (contra 3,1% em 2000) e 3,3% (contra 0,7% em 2000), respectivamente (LEMAIRE; BHERER, 2005/2012, p. 21-22). Partindo de outro conjunto de dados fornecidos pelo site seniorscope.com, Araújo (2012) postula que serão 2 bilhões de idosos, dos quais 20% com mais de 80 anos de idade, tendo essa parcela da população ultrapassado o número de pessoas jovens. A partir de outro conjunto de dados, acredita-se “[...] que, no ano de 2050, os idosos serão um quinto da população mundial [...]” (NETTO; PONTE, 2002; LUZ; AMATUZZI, 2008, p. 303).

É possível, no entanto, refletir em outra direção. Neste sentido, Tótora (2016, p. 25) afirma:

[...] a população de idosos vem aumentando vertiginosamente. O que fazer com os velhos? Colocar o problema dessa forma produz um efeito perverso, qual seja, o envelhecimento se reduz a uma faixa etária e o idoso se constitui em um segmento, objeto de saber e de investimento de poder [...].

Reverter a formulação do problema nos termos supracitados implica suspender as nossas suposições acerca do que sejam os velhos em geral para atentar às singularidades que podem emergir, entre outras, na prática da escuta ao envelhecimento.

2.7. A promoção da escuta ao envelhecimento no acolhimento do CRAS e a primeira forma da tese:

Com relação aos idosos, reconhecemos, com um grupo de pesquisadores da área, que:

O maior desafio na atenção à pessoa idosa é contribuir para que, apesar das progressivas limitações que possam ocorrer, ela possa redescobrir possibilidades de viver sua própria vida com a máxima qualidade possível. Essa possibilidade aumenta à medida que a sociedade considera o contexto familiar e social e consegue reconhecer as potencialidades e o valor das pessoas idosas, pois parte das suas dificuldades está mais relacionada a uma cultura que as desvaloriza e limita (CIOSAK et al. 2011, p. 1765).

Bertini (2006, p. 64) aponta à importância do “[...] desafio de se buscar formas de romper com certos estereótipos na terceira idade [...]” por meio das pesquisas e da prática profissional em contato com o idoso. Segundo a autora, este “[...] não é um passado ambulante [...], mas uma existência tão real e viva, quanto o tempo presente da juventude”.

Constatei então que a singularidade do “sofrimento ético-político” (SAWAIA, 1999)²⁰ naqueles idosos com os quais tive contato no CRAS passava, na maior parte das vezes, despercebida pelos técnicos do local em que trabalhava, sendo incapaz de modificar a forma como o próprio trabalho era conduzido, sem que se produzisse, ao menos, o acolhimento via escuta.

O acolhimento, compreendido por psicólogos inseridos em Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) como “[...] forma primordial de atendimento à demanda espontânea [...]” e meio de identificação de questões familiares passíveis de encaminhamentos, é hoje reconhecido como uma das atividades às quais eles têm se dedicado com maior frequência (OLIVEIRA et al., 2014, p. 105). Trata-se de algo curioso, já que esse termo específico utilizado pelos profissionais para designar uma modalidade de atuação neste contexto institucional não aparece em documentos importantes de referência técnica para funcionamento deste serviço (SILVA; CRUZ, 2017).

²⁰ Trata-se da vivência individual dolorosa produzida por uma dinâmica social excludente/includente conforme a explicitação de determinada mediação (aspectos raciais, de gênero, classistas ou etários) em relações próximas (como em uma interação face a face) ou distantes (como uma resolução de um governante que afeta indivíduos que ele não conhece pessoalmente) no contexto de uma sociedade e na desigual, culminando na distinção mais ou menos recorrente entre subalternos e dominantes e na negação das possibilidades de apropriação da riqueza socialmente produzida e historicamente acumulada, de mobilidade no espaço público e de expressão de desejo e de afeto (SAWAIA, 1999).

Por outro lado, a simples existência de pessoas longevas alheias em maior ou menor medida aos regimes disciplinares estabelecidos pela geriatria e pela gerontologia e socializados pelos serviços articulados pelas políticas públicas apresentava uma potência contestatória do projeto neoliberal de “envelhecer bem-sucedido” alardeado como única forma de alcançar a qualidade de vida na longevidade.

Penso que outro elemento de possível captura do psicólogo neste contexto gira em torno do questionamento da identidade profissional. Ao não se entender mais como profissional clínico, o psicólogo agenciado pelo campo “social comunitário” poderia ter caído em outro extremo: o de eliminar qualquer atenção aos aspectos subjetivos presentes em contextos de vulnerabilidade social.

Imagino que a seguinte citação de Sawaia (2009, p. 365) reflita bem essa situação a que está submetido o psicólogo nesse serviço:

[...] O psicólogo, muitas vezes por medo do psicologismo e da redução do indivíduo a si mesmo, isolado do social, tende a abandonar o sujeito, suas alegrias e seus sofrimentos, tudo o que representa o singular, e voltar-se exclusivamente à análise e à atuação nas determinações sociais. Cria, assim, uma cilada mortífera à sua práxis: se o sujeito é um objeto que não pode se defender das determinações sociais, não há lugar para a ideia de transformação da sociedade; ou, uma vez que a subjetividade é efeito mecânico da presença do capitalismo e a individuação é exclusivamente a subjetivação de processos sócio históricos de submissão, resta-nos apenas conhecer e criticar os mecanismos de adestramento. Há também os que consideram que as políticas públicas, por seu caráter abrangente, se fazem antagônica à subjetividade e à singularidade. Em meio a esse debate, a Psicologia está, cada vez mais, sendo chamada – corretamente, em minha opinião – a participar das políticas públicas de superação da desigualdade social, e não só na área da saúde, mas na da assistência social.

A partir de sua ausência, surgiu-me o que hoje enuncio como primeira forma da tese: o interesse pela promoção da qualidade da escuta ao envelhecimento, ainda que feita a partir de situações pontuais ou a partir do trabalho existente com idosos nestes e em outros serviços que aceitam os diversos limiares de idade previstos em lei como seu único indicador, possibilita intensificar outras maneiras de atuação interdisciplinar e de produção de subjetividade singularizante a partir da constituição de agenciamentos maquínicos²¹. Ou seja, como produzir outros modos

²¹ Subjetividade singularizante e agenciamento maquínico são conceitos utilizados na cartografia. Remeto o leitor ao tópico do trabalho dedicado ao método, constante da segunda parte.

de existir a partir de uma escuta que potencialize mudanças e a criação de diferentes arranjos cotidianos.

Mas como essa escuta poderia se processar no contexto do CRAS? Com o objetivo de ilustrar uma pequena contribuição nessa direção, passo a relatar um encontro caótico e vertiginoso com uma idosa vivenciado em um destes serviços, exatamente durante a realização do acolhimento a usuários que o buscavam espontaneamente.

Estabeleceu-se um desconforto instantâneo no contato com uma usuária do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), local em que trabalhava como psicólogo fazia pouco menos de um ano. Nem mais, nem menos, sequer igual, tal desconforto era uma sensação diferente de tudo o que havia experimentado naquele serviço até aquele instante.

A princípio, o lamento que ouvi como algo incompreensível, projetado por meio da boca escondida pelas mãos, aos poucos foi tomando a forma de palavras e frases que traduziam, com o forte sotaque interiorano da voz de uma senhora de mais de sessenta anos, o motivo de sua procura: a necessidade de auxílio para obter uma nova dentadura, visto que sua antiga havia se quebrado há cerca de uma semana. Queixava-se de há dias não poder se alimentar como de costume e de sentir-se incomodada com a aparência das gengivas expostas, sem os dentes.

Em pesquisas posteriores, encontrei respaldo científico que justificava seu incômodo como elemento social comum entre idosos. Por exemplo, Moriguchi (citado por COLUSSI; FREITAS, 2002, p. 1317) ressalta o impacto negativo da perda da dentição natural sobre aspectos estéticos, de dicção, de digestão e de mastigação, principalmente nos casos de edentulismo (ou perda total dos dentes). Marcolino et. al. (2009, p. 194-195), ao focar a presbifagia ou disfagia decorrente da idade, destacam como a alta correlação entre o prazer da alimentação, a socialização e aspectos culturais podem acarretar prejuízo ao idoso que não mantém preservada a saudável capacidade funcional de deglutição.

Notava que havia sim uma preocupação da usuária com supostos padrões sociais, porém, se tratava daqueles subjetivados por ela como algo necessário à convivência com pessoas de fora de seu círculo próximo (marido, vizinhos, etc.). Assim, a mão na boca ao longo de todo o tempo em que falava procurava esconder a ausência de dentição, curiosamente o elemento exato que mais se evidenciava como uma necessidade motivadora da procura pelo serviço.

Ao refletir posteriormente sobre a definição do afeto que parecia se passar com a usuária neste momento, lembrei-me de uma discussão psicanalítica em torno da distinção entre culpa e vergonha.

Nesse sentido, Ferrari (2007, p. 280) esclarece:

[...] vergonha, esse afeto primário da relação com o Outro, o mais íntimo do sujeito, diferentemente da culpabilidade, um efeito, sobre o sujeito, de um Outro que julga, já que guardião de valores que o sujeito transgride.

Recordo ainda a preocupação de alguns psicanalistas de que o desaparecimento da vergonha em nossa época aponte a um enfraquecimento na relação do sujeito com a ordem simbólica, estabelecendo o primado da vida sobre seu sentido (FERRARI, 2007, p. 279-280), preocupação que a meu ver deveria também ser direcionada aos diversos discursos que buscam impor seu primado ao viver, fixando-lhe significados definitivos de antemão.

Neste sentido, a mão na boca durante nossa conversa seria um indicativo da tentativa dela de evitar um excesso de exposição de sua intimidade ou de encaixar-se em um suposto padrão que evitaria um juízo negativo acerca de seu modo de vida? Seriam os dois? Poderia haver outro motivo? Precisaria eu criar as condições necessárias para interpretá-lo?

Procurei atentar a outros aspectos da situação, buscando identificar os motivos de sua demora em buscar ajuda naquele local. O serviço recém-inaugurado, localizado em área identificada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social como de alta densidade populacional e de vulnerabilidade social para os padrões da cidade do oeste paulista de 60 mil habitantes, já contava com mil famílias cadastradas que conseguiam com alguma frequência e relativa facilidade acesso a oficinas sócioeducativas, cestas básicas em situações emergenciais, benefícios de prestação continuada e programas de transferência de renda concedidos ou não mediante atendimento a condicionalidades.

Em geral, essas condicionalidades no caso dos programas de transferência de renda mantidos pelo governo paulista em meados de 2008 (“Renda Cidadã” e o “Ação Jovem”) exigiam a manutenção de filhos dependentes de cuidados parentais frequentando a escola e postos de saúde e da presença de ao menos um dos familiares responsáveis em reuniões mensais de orientação, coordenadas pelos técnicos do serviço.

Esses programas possibilitavam, portanto, um monitoramento próximo dos recursos e um direcionamento de seu uso aos fins estabelecidos pela equipe técnica (poupança, reforma da residência e construção, alimentos, etc.), sendo por isso elogiados pelos profissionais na comparação à ausência de possibilidade de acompanhamento sistemático do emprego dos recursos distribuídos pelo programa federal “Bolsa-Família”.

Pensava que a mistura entre desconhecimento da presença do serviço, em virtude de seu curto tempo de existência, e o incômodo relatado pela usuária não caracterizasse motivo suficiente para que a mesma protelasse em buscar ajuda ali onde muitos de seus vizinhos frequentemente estavam também a fazer suas solicitações, muitas delas consideradas como menos graves que essa. Persistia algo incompreensível naquela situação.

Essa mulher adulta aparentava ser mais jovem que a idade cronológica afirmada por ela: 62 anos de idade. O primeiro elemento notável na descrição de sua condição de vida era a de que ela, assim como o companheiro, estava desempregada e que não via possibilidade próxima de se aposentar, embora relatasse já ter trabalhado muito na vida.

Ambos moravam sozinhos, sem a presença de dependentes. Sua alimentação era garantida pela criação doméstica de algumas galinhas caipiras e por algumas doações de vizinhos, comportamento que assume consistência solidária tão comum naquele local quanto o ato de aparência egoísta de uma única família solicitar e obter, num único mês, três cestas básicas junto a diferentes órgãos governamentais e não-governamentais.

Em meio a tantas coisas típicas, algo naquela voz testemunhava a existência de uma diferença irreduzível que solicitava não mais um olhar para algo com o objetivo de oferecer alguma resolução, atitude pragmática que reconheço ter adotado algumas vezes durante o acolhimento e suponho seja comum entre os técnicos que trabalham em serviços ligados à Seguridade Social (Previdência, Assistência Social e Saúde) até como uma forma de proteção ante os frequentemente intensos relatos de sofrimento alheio.

Naquele momento, percebi que sabia exatamente o que precisava ser feito (em termos de encaminhamentos, orientações, etc.) e, no entanto, tudo evocava à falta momentânea de importância de fazê-lo.

Isso porque realiza-lo com a rapidez habitual implicaria menosprezar o momento paradoxal em que a escuta se fazia com função de registro de diferenças radicais: entre a vida dessa pessoa antes e depois da perda temporária dessa funcionalidade plena do mastigar, do sorrir, do falar com a dentadura e com a dentição natural; entre as questões habituais trazidas pelas famílias que frequentavam o serviço e esse questionamento específico que, levado a sério, punha em xeque aspectos do funcionamento institucional e das próprias políticas públicas; entre o meu posicionamento habitual como psicólogo que recepciona e o que assumia agora frente ao inusitado como uma escuta, entre outras.

Ficar um tempo sem a dentição, algo que ocorria pela terceira vez em sua vida (dentes de leite, permanentes e dentadura) e relatar isso, ainda que sem jeito, parecia colocar a ela e a mim em contato com a experiência paradoxal da contra efetuação de discursos identitários que supõem, de antemão, a existência de características comuns à população do bairro, aos trabalhadores do serviço, às mulheres, aos homens, à espécie humana, etc. capazes de conferir dignidade à vida de qualquer um que se constitua subjetivamente de acordo com os mesmos. Seria então necessário recorrer aos intercessores.

2.8. A questão dos observadores parciais ou intercessores na escuta ao envelhecimento e uma segunda forma da tese:

O termo “Intercessores” encontra sua enunciação em uma entrevista concedida por Gilles Deleuze ao longo do ano de 1985. Segundo o autor, eles são quaisquer seres, humanos ou não, que contribuam no processo de criação, trabalho por excelência seja da Filosofia (que tem por objeto os conceitos), da Ciência (cujo objeto são as funções) ou da Arte (em que o objeto os aglomerados sensíveis) (DELEUZE, 1990/1992, p. 156-157).

Para ser mais exato quanto a esses termos, acrescentamos a citação de Niquetti (2015, p. 16) sobre o assunto:

[...] para Deleuze e Guattari [em seu livro “O que é Filosofia?”], ao lado da arte e da ciência, o pensamento filosófico é uma das “três grandes formas” ou “vias” de pensar. Sem hierarquia, elas são basicamente definidas pela comum tarefa de “enfrentar o caos”. Mas cada uma esculpe seu próprio e distinto plano de exercício do seu modo de pensar. Enquanto a arte “pensa por sensações”, traçando um “plano de composição”, enquanto a ciência pensa “por funções”, traçando um “plano de coordenadas”, a filosofia, ao

enfrentar a caótica dos encontros, traça um “plano de imanência” que se erige à medida em que ela “pensa por conceitos”.

Pensar a escuta ao envelhecimento dentro e fora dos serviços vinculados às políticas públicas brasileiras a partir dessa perspectiva implica concebê-la enquanto atividade por excelência, provocada pela “caótica dos encontros”, de criação de funções, conceitos ou aglomerados sensíveis que rompam com a reprodução pela via da contribuição desses seres intercessores de natureza maleável do ponto de vista das relações de poder²².

Precisamos compreender o que Deleuze e Guattari (1991/1992) denominam “observadores parciais”. Eles seriam intercessores ideais à atividade científica “[...] com relação às funções nos sistemas de referência [...]” ou de coordenadas suficientemente sensíveis à captação das percepções e das experiências inerentes aos próprios objetos de estudo que o cientista toma para si.

O homem não deixa de sentir o efeito dessas percepções e afecções [...], mas só recebe esse efeito do observador ideal que ele mesmo instalou [...] no sistema de referência. Esses observadores parciais estão na vizinhança das singularidades [...] de um organismo vivo [...]. Chamar-se-á sítio à região de um estado de coisas ou de um corpo apreendido por um observador parcial. Os observadores são forças, mas a força não é o que age, é, como sabiam Leibniz e Nietzsche, o que percebe e experimenta (DELEUZE; GUATTARI, 1991/1992, p. 169).

Os autores alertam para que não confundamos esses observadores parciais com instrumentos, já que são estes últimos “[...] que supõem o observador parcial ideal, [...] o observador não-subjetivo [...] sensível que qualifica [...] um estado de coisas, uma coisa ou um corpo cientificamente determinados” (1991/1992, p. 169-170).

Mais especificamente, Deleuze opõe intercessão, que articula relações entre pessoas em “flagrante delito de fabular” um “discurso de minoria”, à invenção solitária de ficções incapaz de escapar ao “discurso do senhor ou do colonizador” e à interferência, afirmando que essa última se dá “por dom ou por captura” (DELEUZE, 1990/1992, p. 157).

²² Essa ambiguidade do ponto de vista das relações de poder por sua vez deve ser capaz de se traduzir em uma relação maleável com quem participa do processo, no sentido de refletir o que há de singular em sua produção.

É, portanto, com a hipótese de possibilitar a emergência de um “discurso de minoria” como fuga ao do “senhor/colonizador” que estaríamos operando na escuta ao envelhecimento. Em outros termos, diríamos que por meio da narrativa dessa experiência, o intercessor pode ser o elemento que a partir de um agenciamento intensifica uma linha de fuga produtora de subjetividade singularizante.

Tomo como primeiro intercessor dessa escuta as colocações de Beauvoir (1970, p. 11) acerca daquilo que ela considerava ser a principal diferença entre o envelhecimento expresso nos animais e nos humanos. O que o caracteriza nesses últimos é o que ela denomina “metamorfose”, concebida como transformação física nos indivíduos mais ou menos abrupta da juventude à velhice captada pelo “espelho de nosso futuro” que constituem nosso contato visual com os idosos e, principalmente, nossos familiares mais velhos.

Essas transformações físicas no envelhecimento, enquanto passagem entre estados de coisas diferentes, impactam principalmente a aparência e o desempenho funcional das tarefas cotidianas, tendo Mira y Lopes (1966) identificado o primeiro impacto como mais negativo às mulheres, e, o segundo, aos homens.

Lemaire e Bherer (2005/2012, p. 39-40), ao exemplificarem um método de estudo transversal utilizado na Psicologia do envelhecimento, trazem a foto de quatro familiares de gerações diferentes (bisavó, avó, mãe e filha) quando tinham vinte e cinco anos de idade e, em seguida, as fotos de algumas delas aos cinquenta anos de idade e aos oitenta anos de idade. O efeito de sabermos que se tratam de familiares leva cada um de nós a estabelecer padrões parentais de transformação da aparência ao longo dos anos, que se repete sem grandes alterações, projetando às mais novas as características das gerações anteriores.

A essa experiência de antecipação da velhice aos mais jovens, como se os parentes mais velhos oferecessem um “espelho dos anos futuros”, que Beauvoir (1970, p. 11 – tradução nossa) afirma provocar um “aperto no peito”. Diz que: “[...] Por que a espécie humana é aquela onde as mudanças devidas aos anos são as mais espetaculares. Os animais se esgalgam, se fragilizam, eles não se metamorfoseiam. Nós, sim [...]”.

Concebo aqui dois sentidos possíveis criados para as metamorfoses e retirados do estudo da literatura: o da passagem do caos natural à criação de uma ordem divina (em Ovídio) e o da ordem social ao caos natural (em Franz Kafka).

Sobre as Metamorfoses de Ovídio, Carvalho (2010, p. 07-08) afirma que se trata de um poema sobre as transformações de corpos e que as mais trágicas delas ocorrem quando um ser humano se transmuta em animal ou vegetal, mantendo sua consciência muda e incompreensível para o resto da vida. O efeito dessas transformações é sempre o aperfeiçoamento da ordem divina, e nunca o retorno ao caos natural descrito na origem dos tempos pelo poeta romano. Por isso, identifico essa leitura metamórfica como identitária e familiar.

O envelhecimento humano, na perspectiva de Beauvoir, também evoca os dois sentidos supracitados – o de um reconhecimento na parentalidade por meio do contato com a imagem dos familiares idosos e o de um estranhamento provocado pelo descompasso entre o registro da juventude e as experiências corporais de disfunção, mais ou menos abruptas.

No caso de Kafka, a transformação de homem em animal se dá de forma solitária em um quarto fechado durante uma noite de sono na residência da família. Queiroz (2014) recorre à descrição literária do autor acerca da criatura em que se transforma a personagem Gregor Samsa do ponto de vista dos conhecimentos biológicos atuais, encontrando várias evidências de que se trata de uma composição de diversos insetos, ao invés de apenas um.

Diante dessa multiplicidade de animais, Deleuze e Guattari (1975/1977, p. 20) afirmam que:

[...] Os animais de Kafka [...] correspondem apenas a gradientes ultrapassados, a zonas de intensidades liberadas onde os conteúdos se libertam de suas formas, não menos que as expressões, do significante que as formalizava. [...] No tornar-se inseto, é um choro doloroso que arrasta a voz e mistura a ressonância das palavras. Gregor se torna barata [...] para encontrar uma saída onde seu pai não a soube encontrar, para fugir do gerente, do comércio e dos burocratas, para atingir essa região onde a voz apenas murmura [...] (DELEUZE; GUATTARI, 1975/1977, p. 20).

No caso em questão, julgo que o segundo elemento era o predominante.

Voltando ao encontro com a diferença apresentada por essa usuária, lembro-me de raciocinar que as “metamorfoses” relacionadas à dentição eram “estados de coisas” que desenhavam um “plano de coordenadas” capaz de conter a experiência vertiginosa e caótica do início do acolhimento, plano sobre o qual a temporalidade de seu envelhecimento como uma coisa se fazia representar.

A imagem que me sobrevêm da temporalidade descrita em seu relato é a de que por meio dos períodos de tempo delimitados pelas perdas e reconstituições da dentição ao longo de sua vida (substituição dos “dentes de leite” pelos permanentes, depois pela dentadura e sua quebra) a própria experiência do envelhecimento ia se constituindo. Essa é uma boa imagem, mas talvez excessivamente pura para apreender o processo de sua constituição na experiência do pensamento.

A impossibilidade de correspondência absoluta entre a representação imagética e espacial que fazemos do tempo (o intervalo entre um estado de coisas e outro) e sua experiência de constituição no pensamento é abordada por Agamben (2000/2016, p. 82-84) por meio do conceito de “tempo-operativo” ou “[...] o tempo que a mente emprega para realizar uma imagem-tempo”.

Baseado na obra do linguista Gustave Guillaume (1970), Agamben (2000/2016, p. 84) afirma que, “[...] as línguas organizam seus sistemas verbais não segundo o esquema linear precedente – pobre, porque demasiadamente perfeito -, mas por meio da referência da imagem construída no tempo operativo da sua construção [...]”.

Ainda por meio do exame da obra do linguista Gustave Guillaume (1970), o autor (AGAMBEN, 2000/2016, p. 84) propõe então uma representação tridimensional do tempo operativo constituída pela:

[...] imagem-tempo no seu estado puramente potencial (tempo *in posse*), no processo de sua formação (tempo *in fieri*) e, por fim, no estado construído (tempo *in esse*), dando conta, segundo um modelo unitário, de todas as formas verbais da língua (aspectos, modos e tempos em sentido estrito).

Portanto, nesta perspectiva, a temporalidade não coincide de forma simples com a passagem de um estado de coisas a outro no mesmo corpo.

Há em qualquer representação temporal uma necessária ligação entre a experiência do estado de coisas que pretendemos descrever (estar com ou sem dentes), o momento de sua enunciação (instante em que a voz atesta simultaneamente a existência da língua em ato e de uma consciência que se apreende como temporalidade) e o tempo ulterior (por suposição, o da consolidação das formas descritas). Estar sem a prótese nessas circunstâncias se constituía num “entretempo” reflexivo sobre o qual ao menos ela poderia nomear o que sentia, almejando a consolidação de uma narrativa descritiva.

Suponho que esse tempo ulterior contempla em potencial um destinatário da narrativa que não pode ser nada, senão a suposição de alguém capaz de escutar.

Ao lembrar daquela voz, penso na declaração de intenção e na convocação a seus leitores feita por Simone de Beauvoir (1970, p. 08-13) ao escrever a introdução de sua obra seminal sobre a velhice.

Afirmava ela (BEAUVOIR, 1970, p. 11) que escrevera o livro, por um lado, para “romper a conspiração do silêncio” em torno do assunto e solicitar a ajuda de seus leitores, para tanto, forçando-os a escutar e a reconhecer que a voz dos velhos é uma voz tão humana quanto a deles

Por outro lado, seria preciso que a voz pairasse acima do murmúrio existente em todos nós, que insiste absurdamente em dizer-nos que a imagem projetada de nosso futuro pelos idosos não nos alcançará, tal como testemunhamos suceder aos outros (BEAUVOIR, 1970, p. 12).

Em sua citação, ressalto minha percepção de assimetria entre a imagem fria e estática da velhice, com toda sua visualidade objetiva e prospectiva acerca de um futuro que relutamos em assumir como sendo o nosso, e a dimensão dinâmica e sensível do reconhecimento da humanidade da voz do velho.

Segundo a autora, entretanto, reconhece-la seria possível apenas por meio de um esforço coletivo de escuta, efeito da união entre a escritora e seus leitores, no caso do livro. Esse esforço deveria ser capaz de romper o ensurdecido silêncio conspirativo e sobrepor-se também ao murmúrio insistente e absurdo de que a velhice não nos alcançará, permanecendo de forma eterna como realidade restrita aos outros.

O esforço coletivo de escuta com vistas a romper a conspiração de silêncio que paira sobre o tema do envelhecimento proposto pela autora imediatamente me remeteu a estratégia de trabalho com grupos de convivência no contexto das políticas públicas, da qual trataremos adiante no texto.

Falando de Kafka, pensamos que o trecho abaixo também sirva para ilustrar a tentativa de Beauvoir (1970):

[...] Um escritor não é um homem escritor, é um homem político, e é um homem máquina, e é um homem experimental (que deixa assim de ser homem para se tornar símio, ou coleóptero, ou cão, ou rato, tornar-se-animal, tornar-se-inumano, pois na verdade é pela voz, é pelo som, é por um estilo que se torna animal, e seguramente por força de sobriedade) [...] (DELEUZE; GUATTARI, 1975/1977, p. 13).

Metamorfoses enquanto “estados de coisas”, o tempo operativo como “a coisa” e a voz como “corpo”: utilizo a escrita de Ovídio, Simone de Beauvoir, Franz Kafka, Giorgio Agamben, Gilles Deleuze e Felix Guattari aqui como se fossem observadores parciais ou intercessores.

Uma segunda forma assumida pela tese é a de que a escuta ao envelhecimento precisa recorrer a intercessores ou observadores parciais para se fazer com características de coletividade.

2.9. O trabalho de escuta ao envelhecimento e o conceito deleuziano de acontecimento:

Não gozando de aposentadoria por conta do desconhecimento da realidade do trabalho formal e, no entanto, tendo conhecido por um longo tempo a condição de trabalhador informal; não sendo dependente e nem cuidadora de alguém a ponto de justificar sua inclusão em programa de transferência de renda; não tendo idade suficiente para solicitar o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ao mesmo tempo em que já poderia ser considerada idosa; ela solicitava *apenas naquele momento* que eu acolhesse e registrasse a diferença radical introduzida pelo *acontecimento* da simultânea perda dos dentes e da quebra da dentadura em sua vida.

Com relação a minha condição, também parece paradoxal me perguntar por que se direcionou a mim sua queixa, já que eu trabalhava exatamente como alguém responsável pelo acolhimento de pessoas com as mais diversas demandas. Mas questionar-me sobre meu incomparável desconforto com a demanda específica trazida pela usuária é compreender que trabalhar realizando acolhimento implica não conhecer as demandas até que elas apareçam, não conhecer o próprio desejo senão pelos efeitos de *uma escuta* também com o caráter de *acontecimento*.

Resta então compreender o que se pode considerar como acontecimento e suas possíveis relações com o envelhecimento, na senda aberta por Azevedo e Niquetti (2007). A proposta aqui será seguir o que nos propõe o filósofo Gilles Deleuze em sua abordagem a esse conceito.

Em uma primeira referência à concepção deleuziana de acontecimento, recordarei a proposição de Abrahão e Mehry (2014, p. 314) ao afirmarem que:

[...] o acontecimento é um conceito paradoxal, não segue o bom senso (que fecha o sentido) e nem o senso comum (que dá identidade fixa). O acontecimento é o local de troca entre o estado de coisas e o improvável, o sujeito neste instante é tomado, buscando produzir algum tipo de sentido na efetuação. É exatamente por não ter sentido em meio àquilo que já existe que o acontecimento obriga o sentido, fazendo com que o sujeito busque novos significados para dar conta do que acontece a ele.

Ruptura paradoxal com possíveis conceitos pré-existentes de causalidade, de sentido e de sujeito, o acontecimento, no entanto, os obriga a efetuar um deslocamento que os refunda em termos mais provisórios e instáveis: a quase-causa, o provisório sentido e o evanescente sujeito. Em relação a situação acima descrita, talvez isso explique em parte a referida experiência de desconforto que a acompanha e a evidencia.

Podemos explorar ainda mais o conceito com um exemplo de acontecimento que o próprio Deleuze propôs a partir da personagem Alice, de Lewis Carrol:

[...] Quando digo “Alice cresce”, quero dizer que ela se torna maior do que era. Mas por isso mesmo ela se torna menor do que é agora. [...] é ao mesmo tempo que ela se *torna* um e outro. [...] Tal é a simultaneidade de um devir cuja propriedade é furtar-se ao presente. Na medida em que se furta ao presente, o devir não suporta a separação nem a distinção do antes e do depois, do passado e do futuro [...] (DELEUZE, 1969/1974, p. 01).

No exemplo, crescer indica que alguém ou algo (uma personagem, um animal, um objeto de preocupação ou de admiração) não cabe mais no mesmo espaço representacional, a um só tempo confortável e irrisório, que antes lhe era destinado pelos discursos identitários. Foi isso o que experimentei ante a situação de acolhimento em questão.

Desta forma, no acontecimento estaria a ruptura com noções clássicas de causalidade, de sujeito, de sentido, de espaço e, principalmente, de “tempo-Cronos” (sincrético de presente, passado e futuro) por meio da afirmação da “simultaneidade de um devir” paradoxal.

Segundo o sistema estóico, nos informa Deleuze, [...] o *Cronos* [...] diz respeito à mistura de corpos ou estados de coisa, e por isto preside a ordem das causas; é caracterizado pela sucessão de instantes, ou seja, sua gênese deve-se a “forma cíclica do infinito” em que um eterno presente, que contrai todos os instantes, se descontrai em presentes pontuais que são passados ou futuros uns em relação aos outros [...] (CARDOSO JÚNIOR, 2005, p. 110).

Por outro lado, Cardoso Júnior (2005, p. 110) afirma ainda que “[...] o Aion [...] diz respeito aos incorporais e por isso é caracterizado pela fuga incessante do presente, seja no sentido do passado seja no sentido do futuro, ou melhor, sua gênese deve-se à “forma da linha reta ilimitada””.

Retomando a situação em questão, só é possível apreender os paradoxos descritos em torno da minha posição como alguém dedicado a escuta-la e a dela como usuária do serviço a partir da fuga do instante presente, hora em direção a descrição detalhada mais próxima aos estados de coisas, hora em direção às proposições de linguagem, mais conceituais e menos descritivas.

Desta forma, no lugar de um presente vasto e espesso, o Aion propõe um instante inextenso e vazio que extrai singularidades de todos os elementos que compõem o tempo atual e as projeta sobre uma linha fronteira duplamente: por um lado, sobre o acontecimento do registro descritivo e passado dos estados de coisas referenciados, e por outro, sobre o sentido futuro das proposições conceituais de linguagem (DELEUZE, 1969/1974, p. 171).

Assim, os acontecimentos possibilitam a própria existência da linguagem, distinguindo-a tanto dos sons identificados a “[...] estados de ações e paixões incorporais [...]” como também do próprio “[...] barulho dos corpos [...]”. Por sua vez, a pureza deles só é possível “[...] na linguagem que os exprime” (DELEUZE, 1969/1974, p. 171).

Como efeito da projeção simultânea, dupla e dicotômica que o instante faz da singularidade do acontecimento puro sobre “[...] a linha reta de dupla direção simultânea [...]”, que articula e aponta aos contornos do passado e do futuro, advém o que Deleuze (1969/1974, p. 171-172) nomeia “acontecimento-sentido”. Este seria o produto de uma articulação paradoxal e necessária entre o atributo lógico dos estados de coisas (efetivado na *descrição* de suas qualidades físicas) e o exprimível ou o expresso nas proposições conceituais que lhe *criam algum sentido*, ao invés de *interpretar um significado previamente existente*.

Somos forçados a questionar o que haveria na passagem do acontecimento puro ao acontecimento-sentido. Na situação relatada acima, para além de um olhar pragmático à situação, suponho que tenha sido o esforço coletivo (meu e dela) para escutar a humanidade da voz que se enunciava em seu lamento, suportando o desconforto de romper com o silêncio conspirativo em torno do envelhecimento, que desde a época do trabalho de Simone de Beauvoir ainda subsiste, e sobrepondo sua

fala ao absurdo e insistente murmúrio de que sua imagem projeta somente o presente e o futuro dos outros.

Segundo Deleuze (1969/1974, p. 172), há três momentos abstratos (o ponto, a linha reta e a superfície) a serem percorridos no conjunto da organização do acontecimento-sentido: “[...] o ponto que traça a linha, a linha que faz fronteira, a superfície que se desenvolve, se desdobra dos dois lados”. Alguns anos mais tarde, supomos ser a essa superfície que Guattari (1979/1988, p. 10) nomearia como “plano de consistência”.

2.10. O envelhecimento como acontecimento-sentido na escuta e a terceira formulação da tese:

Concordamos com Azevedo e Niquetti (2007, p. 66) que envelhecer, por um viés filosófico, “[...] é o acontecimento que precede a “condição” de velho atribuída a um sujeito”. O envelhecimento é concebido aqui como um acontecimento-sentido paradoxal e precoce na experiência da vida adulta. Este acontecimento-sentido pode advir de uma diversidade de encontros (tal como a percepção de uma transformação na aparência física, a mudança na forma social de tratamento, uma experiência inesperada, etc.) que lançam ao indivíduo o desafio de criar uma nova concepção sobre si mesmo. Essa é a terceira formulação da tese.

No que diz respeito à experiência do envelhecimento, não é diferente. Alguém atento compreende que a percepção descrita pelo “organismo vivo” que se sente velho e frequenta o serviço em que atua não é a do processo objetivo e contínuo que se estabelece de modo gradual e progressivo como supõe o enfoque racionalista e simplificador da biologia. Tampouco é algo universal, padrão à espécie.

Poder-se-ia aceitar o critério jurídico instaurado tanto pelo Estatuto do Idoso como pela Organização das Nações Unidas, que rege a execução de diversas políticas públicas no Brasil, de que integram esse grupo os indivíduos acima dos sessenta anos (BRASIL, 2003; ROZENDO; JUSTO, 2011).

Porém, caso se quisesse adotar como parâmetro a menopausa e a andropausa, teríamos que incluir a maior parte dos cinquentenários neste rol (BARRETO; HELOANI, 2011).

Em uma cultura indígena específica, um homem pode ser considerado velho aos 75 anos, apenas com a perda de potência de ereção, enquanto a mulher envelhece por volta dos 45 anos, quando “o sangue para” (TRENCH; MIYASHIRO, 2011).

Até bem pouco tempo, conforme a legislação previdenciária, era possível que alguém, à semelhança do idoso, recebesse aposentadoria por tempo de serviço, em alguns casos, quem tivesse colaborado por apenas vinte e cinco anos, independente de idade cronológica.

Em pesquisa sociológica relatada por Simões (2011) realizada com homossexuais masculinos nos anos de 1970, muitos se consideravam sexualmente menos atraentes e velhos já entre os 30 e 40 anos.

Na vergonhosa e criminosa moral expressa na exploração sexual de crianças e adolescentes, sabe-se haver aquelas que são consideradas “velhas” para o trabalho aos dezessete anos. E há religiosos que afirmam que após a concepção o feto já está velho demais para ser abortado.

Todos esses exemplos, no entanto, guardam entre si uma determinação externa ao próprio indivíduo que é considerado envelhecido. O que nos interessa para efeito do trabalho com a escuta seria quando esse sinal produz a experiência do envelhecimento.

Ilustram alguns desses encontros a anedota sobre um jornalista parisiense que, ao perguntar a diversas pessoas de diferentes segmentos da sociedade como e quando se haviam sentido velhas pela primeira vez, obteve as seguintes respostas.

Por exemplo, um político disse: “Quando me ofereceram uma cadeira para sentar-me depois de um fogoso discurso, interrompido pela tosse”. Certo cientista respondeu: “Quando tomei em meus braços minha primeira neta”. Disse uma artista de cabaré: “Quando meus admiradores começaram a presentear-me com joias falsas”. Um acadêmico: “Quando me elegeram imortal”. Uma dona de casa: “Quando descobri os primeiros cabelos brancos”. Declarou um artista de cinema: “Quando pisquei o olho a uma loura e ela me ofereceu seu lenço para que eu tirasse o argueiro”. E o surdo porteiro do edifício do jornal reagiu assim: “Como? Que diz? Eu nunca me senti velho!” (MIRA Y LOPEZ, 1966, p. 14-15).

Dessa forma, embora em sua descrição permaneça ainda no nível da generalidade de papel social (políticos, cientistas, artistas de cabaré ou de cinema, um acadêmico, etc.), a anedota introduz a diferença nas formas com que cada indivíduo é capaz de perceber um momento extraído da relação com os outros como

um elemento que sinaliza a ele o seu envelhecimento. Entretanto, há algo em comum entre eles: a percepção de que houve uma mudança desse momento ao seguinte em suas vidas, estabelecendo uma sensação de descontinuidade em meio ao cotidiano acerca da qual precisam criar um sentido.

Outra consideração importante aqui é a forma singular como cada um narra o que lhe aconteceu, sempre trazendo elementos de sua própria história de vida. O próprio significado do que é envelhecer para ele, constituído em algum momento de sua biografia, interfere e é revivido quando se trata de sua própria velhice.

Compreendemos por meio da experiência de escuta que esse momento específico descrito como encontro parece atravessado por traço que simboliza ao indivíduo uma ruptura com a continuidade da existência e que pode abrir espaço para a emergência de uma articulação nova entre o atual e o inatual em condições de escuta onde o descontínuo e, até por vezes o conflito presente-ausente, possa ocupar o espaço.

Muitas questões me mobilizavam: como naquelas circunstâncias ela persistira paradoxalmente sobrevivendo sem dentes e sem procurar ajuda? E por que não antes, nem depois, mas naquele instante específico recorria ao serviço? Por que não a outros e sim a mim cabia acolher essa diferença? Como fazê-lo sem banalizá-la? Por que o meu desconforto com a situação?

Esses questionamentos me levaram a buscar na História e em minha biografia outros elementos intercessores. Por conta disso, início o próximo capítulo buscando referências de como a longevidade parece ter sido vivenciada em outras épocas e quais as relações ela pode estabelecer com o envelhecimento na atualidade, suas conceituações, e as implicações para o trabalho da escuta.

As três teses enunciadas permearam a escrita de todos os capítulos. Porém, parece ser possível destacar relações mais específicas das mesmas com alguns aspectos do trabalho.

Com relação a singular inter ou a transdisciplinaridade a que conduziu a escuta ao envelhecimento, primeira das teses, destaca-se o diálogo estabelecido entre História, Gerontologia e Educação na arqueologia do conceito de envelhecimento no segundo capítulo, entre a Psicologia, o Serviço Social e o Direito na discussão de casos de violência no terceiro capítulo, entre a Administração Pública e a Filosofia no âmbito da conferência municipal no quarto e entre as

Ciências da Saúde e a Geriatria na abordagem à queixa dos idosos no quinto capítulo como exemplos dessa articulação local.

No que diz respeito a segunda tese, da capacidade de distinguir uma voz singular que conduz às metamorfoses do envelhecimento além do silêncio e aquém do murmúrio comum, ela torna-se mais perceptível nos relatos de histórias produzidos na escuta que assumem tom biográfico, mais evidenciados nos capítulos 3, 5 e 6.

Em relação a terceira tese, do envelhecimento como acontecimento, destacamos suas conexões com a biografia no segundo capítulo, com a violência e o abandono no capítulo 3, com a participação no poder público no quarto, com a família e os serviços de saúde nas partes 5 e 6 como intensificação de linhas de fuga à concepção agenciada de envelhecimento que a identifica como etapa da vida posterior aos 60 anos de idade concomitante a continuidade do consumo de bens e serviços rejuvenescedores.

Capítulo 3: Duas histórias do envelhecimento: narrativa autobiográfica, arqueologia de um conceito e a metodologia em perspectiva cartográfica:

3.1. Parcialidade e incompletude das narrativas históricas e pessoais:

A escrita do presente capítulo está baseada na afirmação de Whitaker (2007, p. 53) de que “[...] toda história pessoal está em intersecção com a História Total [...]”.

É possível considerar que toda narrativa histórica tem a pretensão de assumir um caráter de totalidade, ainda quando circunscrita à autobiografia. Entretanto, reconheço que a essa pretensão se opõem tanto a evidência de sua persistente incompletude temporal como a parcialidade da perspectiva do narrador, de modo que seria justo denominá-la “pequena história” ou micropolítica. Desta forma, na história, algo que parece completo e definitivo pode ser revertido, ideias e visões de mundo consideradas ultrapassadas se reatualizam, o que torna toda narrativa algo parcial e inacabado.

Segue-se a referida autora na tentativa de traçar um paralelo entre minha história de vida e a do suposto privilégio da longevidade, entretanto, fazendo-o a partir de elementos muito mais distantes e incertos que os que ela utiliza.

Whitaker (2007), no segundo capítulo de seu livro dedicado ao estudo das relações entre envelhecimento e poder, constrói uma narrativa existencial de seu próprio envelhecimento traçando um paralelo com fatos sociológicos brasileiros do próprio período histórico ao longo de sua vida (passagem do capitalismo concorrencial ao monopolista, como ela descreve), numa abordagem sincrônica. Discorrer-se-á a seguir sobre elementos históricos anacrônicos, colocados em parte além do tempo de minha existência.

3.2. A questão da longevidade na infância e a arqueologia do conceito de envelhecimento:

Nascido na segunda metade da década de 1970, em uma família de classe média e em pequeno município na região oeste do estado de São Paulo, sinto que a temática da longevidade é um fenômeno que fez parte de minha formação pessoal desde os primeiros anos de vida. Sempre ouvi de meus familiares e repeti para mim mesmo e para outras pessoas o fato de ser algo como um “privilégio” ter tido durante

a infância a oportunidade de conviver de forma cotidiana com avós maternos e paternos, além de seus irmãos e genitores.

Porém, apenas há pouco tempo comecei a me perguntar mais seriamente acerca de que tipo específico de “privilegio” consistiria esse por ter convivido quando criança com familiares longevos. Sabia que a longevidade por si só se constituía em fato raro, mas por que deveria segundo meus familiares me sentir privilegiado por conviver com eles? A experiência correlata deveria ser me sentir culpado por recusar-lhes a convivência? Como teria surgido essa exigência?

Cabe lembrar que, na atualidade, o Estatuto do Idoso prevê inclusive a facilitação do acesso aos espaços e a garantia de participação em eventos cívicos e culturais a fim de que as pessoas de mais de sessenta anos convivam com outras gerações, como uma forma de preservar a memória e transmitir identidades culturais (BRASIL, 2010/2003).

Se o contato direto com o longo vivo é de fato um privilégio, por que seria necessário formular uma lei para garantir-lhe o direito de convivência com as outras gerações?

A questão que nos guiará por uma pequena arqueologia²³ é a de acompanhar como supostamente a relação dos mais jovens com os longevos constituiu, ao mesmo tempo, um direito e um dever familiar e social, permeado pela transmissão dessa suposta sabedoria de vida, em diversos momentos da história e de qual a possível relação que ela poderia estabelecer com minha história de vida.

Arking (2008, p. 155) destaca que apesar da relativa coincidência constatada pelos estudos de historiadores entre os limiares máximos de idade propostos para indivíduos humanos ainda na antiguidade e pelos cientistas atuais, há grandes diferenças entre a esperança de vida e a estrutura etária da sociedade nas duas épocas. Segundo ele: “A expectativa de vida no nascimento na maioria dos lugares no passado variava de 25 anos a menos de 50 anos”.

Isso indicaria que eram poucas as pessoas longevas existentes nesse contexto, sendo escassa a convivência intergeracional em boas condições de saúde e que era frágil a atenção dedicada ao tema nos primórdios da vida em sociedade, dada a fragilidade desses agrupamentos frente as supostas ameaças presentes no ambiente.

²³ Na perspectiva foucaultiana, a arqueologia descreve uma linha que percorre o conhecimento que se produziu sobre um determinado objeto ao longo da história (RAMOS DO Ó, 2010).

Neste sentido, Turkenicz (2012, p. 435) afirma que o “[...] envelhecimento da população e a queda da natalidade vem produzindo um aumento no número de gerações que convive e um decréscimo no número de pessoas de cada geração [...]”. De fato, o número de crianças na minha geração era semelhante ao número de idosos, o que indicava já no interior da minha família a tendência a estabilidade no número de indivíduos por geração apontada pelos estudos demográficos recentes.

Uma das respostas óbvias que emergem dessa constatação é a de que sendo o envelhecimento demográfico um fenômeno recente, principalmente no contexto brasileiro, eu faria parte de um dos primeiros grupos familiares a ter a experiência de “[...] coexistência de três e até quatro gerações gozando de boa saúde [...]” (TURKENICZ, 2012, p. 434).

Segundo Birman (1997, p. 204-205), nas sociedades tradicionais, as perdas dos poucos longevos eram compensadas pela cultura e metaforizadas em ganho no registro simbólico, devido ao reconhecimento de sua posição social como agente fundamental de transmissão dos valores ancestrais e da memória coletiva, como representante da sabedoria e da experiência vivida tão preciosa às novas gerações.

Há que se acrescentar também a essa suposição a de que o longo gozasse nas comunidades dos primórdios da humanidade de algum contato com os meios necessários à sua subsistência, supondo ser eles de propriedade coletiva.

Antes de prosseguir, considero ser preciso incluir nesse momento a importante ponderação de Debert (1999/2012, p. 17):

[...] Hoje há um acordo entre os historiadores, considerando-se que, dada a precariedade dos dados disponíveis, é muito limitado o conhecimento que se pode obter da situação dos velhos em períodos históricos distantes ou mesmo em épocas relativamente próximas, de modo que a ideia de uma Idade de Ouro não se sustenta. As etnografias voltadas para as sociedades ditas primitivas mostram que nelas a solidão não é um aspecto da experiência de envelhecimento. Contudo, não se pode dizer que a velhice nessas sociedades fosse uma experiência gratificante, o que, de fato, dependeria de posições de prestígio e de poder ocupadas pelas pessoas ao longo da vida [...].

Desta forma, há que se supor que as compensações de ordem simbólica dependeriam das diferentes posições ocupadas pelos longevos nesses agrupamentos, não havendo uma condição homogênea de envelhecimento mesmo entre os ditos “povos primitivos”.

Do fato de terem essas sociedades um número pequeno de indivíduos, estando restritas a agrupamentos mais ou menos isolados que exerciam atividades humanas pouco diferenciadas entre si, emerge a suposição de que a “sabedoria” transmitida por alguns dos mais velhos por meio do testemunho de sua existência e de suas narrativas neste contexto não fizesse distinção entre conteúdos relevantes a todos os indivíduos do grupo, a um determinado ramo de atividade e àqueles de uma linhagem familiar, assumindo então um caráter sincrético e heterogêneo.

Essa suposição está apoiada na afirmação de Guattari (1988) de que as sociedades mais antigas eram intolerantes à cisão excessiva no âmbito do trabalho e dos modos de semiotização, ao contrário das sociedades capitalistas. Neste contexto, as narrativas que suportam a transmissão também devem refletir esse caráter razoavelmente indiferenciado, sincrético.

Como uma espécie de oráculo, é possível supor que essa sabedoria se impunha a todos os integrantes de um grupo social em tom profético de ameaça da iminente repetição de um evento trágico vivenciado e narrado pelo longo, algo publicamente conhecido e motivo de evitação (tal como a quebra de uma norma que resultaria em escassez de alimento como sinal de castigo dos deuses, por exemplo).

Pelo caráter de reedição, a nova ocorrência implicaria na responsabilização absoluta de quem, de posse do conhecimento prévio sobre a possibilidade, tivesse ignorado o aviso. Neste contexto, o longo representaria o papel daquele que testemunha o sofrimento vivido inerente a algum acontecimento passado cuja reedição supostamente pode ser evitada pelos mais jovens. Na condição de testemunha, sua simples existência excepcional em termos de duração evocaria questões aos mais jovens sobre o poder que teria permitido àquela forma de vida ir além de certo limite de idade comum à sua geração.

Trata-se supostamente de tradições produzidas pelos diversos agrupamentos humanos que advêm de um “sincretismo narrativo” estabelecido a partir tanto do relato de uma multiplicidade de experiências pessoais, familiares e sociais, como dos problemas, proferidos em tom de ameaça, suscitados pelas experiências pregressas.

Neste contexto, a escuta atenta ao referido discurso questionador da experiência atual emerge como elemento fundamental da transmissão entre as gerações. Dessa forma, junto com o conhecimento das práticas e dos costumes, transmite-se perguntas persistentes que serão testadas e que suscitarão sempre

novos questionamentos sobre o motivo da existência escassa dos longevos numa população e de uma multiplicidade de formas de sofrimento e de riscos inerentes a vida em comum ou individual.

Nestes termos, é possível propor que esse “poder sincrético da narrativa” da tradição, do qual se investia o longo, para essas sociedades atenuava o suposto “poder em estado puro” do governante, alertando aos riscos inerentes a ação tirânica deste último à convivência e às gerações futuras. Postula-se, neste contexto, o longo como figura que evoca a prudência e o comedimento no exercício do poder pelo mais jovem.

Whitaker (2007), valendo-se da contribuição de outros autores, cita a oposição existente na Grécia Antiga entre Narciso, o arquétipo do sujeito totalmente autocentrado, e a figura retórica da verdade-Aletheia ou pergunta permanente que estimula o diálogo na busca da solução para os problemas humanos. Imagino aqui a possibilidade de transpor para o exemplo supracitado a contraposição entre o “governante-Narciso” e o “longo-Aletheia”.

Suponho ser esse contraste entre o poder puro em exercício do rei e o poder sincrético narrativo e questionador do longo vislumbrado, por exemplo, na tragédia, de autoria de Sófocles, intitulada “Édipo em Colono” (ZANIRATTO, 2003) no contexto do período clássico da Grécia (entre os séculos V a. C. e III a. C.). Na condição de um velho, próximo à morte, exilado por conta dos crimes que cometera, inconsciente de sua responsabilidade quando jovem, cego, Sófocles concebe o antigo rei Édipo como alguém que, por essa condição, goza de um poder simbólico sobre seus pares tebanos: seus filhos-irmãos Polínicos, Etéocles, Ismênia e Antígona e seu cunhado-tio Creonte.

Ressalto que nesta peça, é possível interpretar o duplo vínculo familiar que o velho funda na relação com os outros (filhos-irmãos, cunhado-tio) como índice, ao mesmo tempo, da natureza sincrética e questionadora de sua experiência de vida e de sua sabedoria, fundamento de sua autoridade perante os outros, e de uma “verdade paradoxal” a ser enunciada por ele.

O vislumbre dessa “verdade paradoxal” distante no tempo encontra enunciado na afirmação de Carl Sagan (apud CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 53), baseada em cálculos simples, de que na história de cada um de nós “[...] a cada geração que retrocedemos, temos duas vezes mais antepassados em linha direta [logo] se retrocedemos o bastante, quaisquer duas pessoas sobre a Terra tem um ancestral

comum”. Disso resulta que nossa linhagem de aparência mais pura, territorial e familiar é também aparentemente sincrética, desterritorializada e estranha e vice-versa.

Penso que na constituição da Psicanálise, Freud (1912/2012) já tenha se deparado com essa “verdade paradoxal” ao supor na origem da transmissão psíquica de aspectos inconscientes (porque rechaçados pela moral civilizada internalizada pelos indivíduos) a existência primitiva de relações reprodutivas promíscuas no limiar entre a espécie humana e seu ancestral animal mais próximo, o velho e simiesco Pai da horda primitiva. O que ressaltou disso, para fim da presente discussão, reflete-se na suposição do que o psicanalista denomina, em outra de suas obras (FREUD, 1919/2010), “Unheimlich” (ao mesmo tempo, algo familiar e estranho) na emergência das relações com a nossa ancestralidade.

E para completar a metáfora que pretendo fixar com esses comentários, resalto a proximidade entre o suposto Pai da horda primitiva, representante imaginário da multiplicidade ancestral comum a todos, e o animal metamórfico do romance de Kafka para afirmar minha percepção de que todo o encontro cotidiano com a ancestralidade territorializada e familiar pode evocar e potencializar-se naquilo que Deleuze e Guattari denominam “devir-animal”²⁴, desterritorializado por definição.

Foucault (2002), no estudo sobre as formas jurídicas, evidencia em Édipo o tirano que detinha um “excesso de saber” e, na peça “Édipo-Rei”, a formulação do regime do inquérito²⁵ que o autor denomina “Lei das Metades”.

Penna (2003, p. 25 – nota de rodapé) sintetiza as ideias do autor:

[...] é por metades que se ajustam e se encaixam, que a verdade vai sendo descoberta. Tudo ali vai aparecendo sob a forma de predição, prescrição, futuro. Mas há um momento em que a verdade aparece a partir da dimensão presente, da atualidade, da designação de alguém, ou seja, do *testemunho de verdade*, próprio do Inquérito, quando os escravos, interrogados, relatam o que presenciaram; só os escravos aparecem como testemunhas da verdade.

Em “Édipo em Colono”, esse poder advém, além da longevidade, também da vivência trágica de ter cometido e assumido a responsabilidade pelo parricídio e pelo

²⁴ Remeto o leitor ao tópico “1.8. A questão dos observadores parciais [...]” do presente trabalho, onde discorro sobre o devir-animal e o personagem kafkiano de “A Metamorfose”.

²⁵ O inquérito, junto com a prova e o exame constituiriam três regimes históricos de produção da verdade em sua forma jurídica (FOUCAULT, 2002).

incesto, dois dos crimes mais abomináveis já em sua cultura. Essa vivência é acompanhada do saber e da possibilidade de uma tranquila enunciação aos outros da ausência de um “erro infame (hamartía)” (CAIRUS, 2001) cometido por ele que a tivesse provocado, uma vez que a verdade só se enunciou por completo quando as metades foram unidas por meio do testemunho dos escravos.

A força ou, para retomar a expressão, o poder de Édipo provém desses dois pilares: do saber e do saber-se. Ele já pode, então, maldizer Polinices e bendizer Atenas. Mas há um preço alto para esse poder. Sófocles gosta de frisar isso: é preciso sofrer. O saber e o poder dependem dessa fonte: o sofrimento. Sem sofrimento não há saber, sem saber não há poder, sem poder não há relevância (CAIRUS, 2001, p. 91-92).

Destaco aqui na figura de Édipo as duas fontes de sofrimento humano que suponho ter uma proximidade maior que aquela que comumente se pretende: a certeza do que se fez e a dúvida acerca do que se poderia ter feito diferente. É possível supor que essas duas fontes do sofrimento humano compunham a transmissão entre gerações promovida pela narrativa questionadora dos longevos em relação a atualidade até determinado momento da história humana.

Ao longo da peça, é como se o poder do rei dependesse da transmissão conferida a ele pelo saber excessivo do longo Édipo, saber trágico proveniente tanto do persistente questionar-se sobre o motivo de ele ter sido eleito pelo destino e do sofrido e pontual reconhecimento de sua responsabilidade nos acontecimentos infames que fizeram dele inconscientemente um criminoso (ZANIRATTO, 2003).

A pensar na convivência com longevos de meu grupo familiar durante a minha infância, um dos aspectos que mais me impressionava e que fazia com que os admirasse era ouvir de alguns deles a narrativa de fatos que marcaram suas vidas pela via do sofrimento (a separação conjugal, a morte de uma pessoa querida, situações de abandono, de miséria, de injustiça, etc.). Essa escuta me levava a questionar sobre como cada um deles poderia ter suportado algo que imaginava não poder aguentar, caso tivesse ocorrido comigo. Identifico aqui um dos elementos narrados no capítulo anterior, na cartografia do desconforto com a situação enunciada por uma usuária do CRAS: a usuária transmitiu, junto com o saber de sua situação, um questionamento acerca de minha própria condição de ser que envelhece sem reconhecer que seu devir se conecta à forma de existência atual.

Era como se naquele momento desaparecesse a caótica experiência da diferença (corporal, geracional, etc.) entre eu e esse outro longo para se

estabelecer um plano de consistência em que fosse legítimo colocar uma comparação, em que se descobria potência (capacidade de suportar a certeza e a dúvida) onde antes apenas se vislumbra fraqueza.

De volta à narrativa histórica, poucos séculos separam a escrita da peça de Sófocles da publicação do texto de Cícero, mas muitas diferenças permeiam a sociedade, o saber e a função do longo neste dois trabalhos.

De forma diferente, Cícero (2011) imortalizou a cultura do período helenístico (período compreendido entre os séculos II a. C. a IV d. C.) no diálogo andragógico entre o velho Catão e os jovens Cipião e Gaio Lúlio, publicado sob o nome de “Saber Envelhecer”.

Nele, o valor do idoso é dependente do exercício da reflexão filosófica possibilitada pela ausência da necessidade de dedicação ao trabalho braçal, da divisão entre atividade intelectual e a física, e o “bom envelhecimento” é visto como um processo contínuo que se inicia ainda na juventude, com o exercício da moral estoica.

O bom envelhecimento nesta perspectiva é dependente da propriedade da terra e dos trabalhadores braçais escravizados, bem como de um Estado forte que os defenda enquanto direitos previstos em lei (CÍCERO, 2011). Portanto, perde-se de vista o equilíbrio de poder entre o governante e o longo observado na peça de Sófocles (ZANIRATTO, 2003).

Ainda divergindo de Sófocles (ZANIRATTO, 2003), Cícero (2011) supõe que o saber não está na longevidade como produto concomitante da certeza e da dúvida sobre quem se é e da assunção de responsabilidades sobre sua biografia, característicos de uma atitude reflexiva ante o envelhecimento. Ao contrário, ele condiciona o “bom envelhecimento” ao exercício precoce de uma moralidade filosófica tradicional alheia às próprias vivências e dependente do testemunho de exemplos biográficos transmitidos pelos mais velhos aos mais jovens, como uma receita de boas práticas.

Assim, o poder do longo não adviria mais do testemunho de sua própria experiência trágica, mas do exercício da mestria de ilustrar com exemplos os valores, não mais de uma “tradição sincrética e indiferenciada”, mas de uma filosofia sistemática, cujos valores sempre precedem as vivências individuais.

Porém, em que ponto desta arqueologia emerge a separação entre o longo e o mestre? A hipótese aqui levantada é a de que na obra de Aristóteles, portanto no

final no período clássico, ocorre essa emergência em meio a uma correlação específica de forças.

Em primeiro lugar, ocorre um progressivo afastamento entre o exercício democrático do poder político nas cidades-Estado gregas e a transmissão da tradição filosófica. A partir da condenação de Sócrates pelos atenienses, as instituições de ensino criadas por Platão (Academia) e Aristóteles (Liceu) vão se estabelecendo fora do espaço da pólis (espaço público), espacialmente cada vez mais distantes da ágora (praça central em que as discussões e decisões políticas são tomadas) (REALE, 1994).

Esse afastamento espacial reflete também um afastamento de princípios, uma vez que a democracia ateniense aprofunda o exercício sofístico da oratória e da psicagogia²⁶, enquanto a filosofia irá se concentrar na produção de uma ciência teórica sobre elementos universais e constantes na Natureza. O ensino filosófico se torna menos tolerante ao poder do convencimento pela via da argumentação e o poder político intolerante à autoridade fundada na experiência de vida, o que suponho fará tanto o governante como o mestre identificar-se, recorrendo aos termos utilizados por Whitaker (2007), com a figura de “Narciso” muito mais que com a “Aletheia”.

Neste sentido, a partir da contribuição de Koyré (2006), Penna (2003, p. 22-23) identifica a emergência da figura do mestre na obra de Aristóteles, ainda durante o período clássico, sendo o mestre aquele que “[...] representa para o sujeito o *intelecto ativo*, aquele que ensina e ‘dá’ a um *intelecto paciente*, o aluno, que recebe e aprende um saber que lhe é externo, vem de “de fora” [...]”.

Neste momento, situamos uma metamorfose entre a primeira figura do longo (representada aqui por Édipo na velhice) e a do mestre, distinguindo-as pela redução, na passagem de uma a outra, da importância conferida à sabedoria do longo. A partir daqui, o mestre identificado à posição daquele que transmite a forma certa de agir e de pensar, não precisará mais ser um longo, portador de saberes e de dúvidas fundamentais à existência humana, além de guardião da

²⁶ A arte do orador de conduzir o interlocutor a uma posição que lhe interessa a fim de manter o domínio de um debate.

memória coletiva e portador, na melhor das hipóteses, de alguma propriedade familiar²⁷ que lhe garantirá ainda algum respeito junto aos mais jovens.

Como afirma Penna (2003, p. 22), baseada nas contribuições de Milner (1996):

[...] Neste contexto [da episteme grega] se operava uma prática da transmissão sustentada na *suposição de saber*. O mestre era mestre porque suas características intrínsecas lhe conferiam essa função. Era o mestre quem, por essas características pessoais, detinha o poder de fazer advir um saber a ser transmitido.

Não mais a longeva experiência trágica da vida e o conhecimento de uma tradição que ainda se reconhecia como híbrida fundamentavam o exercício da autoridade na transmissão da cultura às novas gerações, mas características pessoais intrínsecas, relativamente independentes da longevidade, e a suposição de saber que lhe acompanha. Em outras palavras, o longo não é necessariamente o mestre.

O conteúdo da transmissão também se transformou: no lugar do testemunho contingente e heterogêneo da experiência de vida, emergiu um discurso que buscava na contemplação da pureza das formas geométricas e dos corpos celestes a expressão da verdade eterna e formal, do “[...] divino em seu acabamento – a boa forma – e em sua imutabilidade [...]” (PENNA, 2003, p. 22). Emerge assim, ao mesmo tempo que uma emancipação do mestre em relação ao longo, uma espécie de cultura erudita contraposta a um saber da experiência cotidiana, saber popular.

Em termos autobiográficos, percebo ter presente no contato com os longevos de minha família muito mais a sabedoria popular do que a cultura erudita. Em geral, muitos daqueles idosos tinham poucos anos de escolarização, embora pertencessem à camada média da população urbana. E de fato o que mais me atraía nos encontros eram as músicas e suas histórias de vida, repletas de sabedoria e questionamento acerca da condição humana, uma sabedoria que se contrapunha ao que aprendia no contexto escolar.

²⁷ Em Atenas do período grego clássico, a propriedade familiar (óikos) onde se dava todas as atividades fundamentais à reprodução da vida encontrava-se fora dos domínios do espaço público (polis), era inalienável (não podia ser vendida, apenas transmitida de uma geração à seguinte) e assumia características do que hoje considerariamos uma propriedade rural, incluída nela a posse dos escravos responsáveis por todo o trabalho braçal (FREITAG, 1992; VERNANT; VIDAL-NAQUET, 1989).

A narrativa histórica aponta que na Europa, teriam sido os mosteiros religiosos, na Alta Idade Média, e as universidades, a partir da Baixa Idade Média, as instituições responsáveis pela conservação e a transmissão dessa parte da herança cultural da Antiguidade grega durante o período de desagregação política do Império Romano e ascensão da cultura bárbara. Apoiada nas contribuições de Paula e Silva, Penna (2003, p. 23) afirma que a:

“[...] universidade surgiu na cultura ocidental [...] ligada à tradição da escola antiga e, como tal, guardando uma certa relação com a ideia de “repouso”, [...] onde prevalecia o ideal de que a produção e a reflexão exigiam uma distância da pesada carga de trabalho (que ficava relegada aos escravos) [...]. A Escola é, a princípio, um tipo especial de associação em torno do saber que distingue dois lugares não homogêneos o do mestre e o do discípulo. Dessa associação [...] não se esperava, em suas origens, a emergência de um novo saber [...]”.

Nas universidades medievais, as verdades eternas e formais continuavam a ser objeto do ensino, mas o método de transmissão assumia características rituais ligadas mais à demonstração de força em disputas de citações de autores (argumento do apelo à autoridade) entre estudantes, cujo resultado era ratificado pelo mestre, do que à exposição de evidências irrefutáveis da veracidade das afirmações, como se observará na emergência da ciência moderna. Portanto, um método menos ligado à forma do Inquérito que a da Prova²⁸ (FOUCAULT, 2002).

Penna (2003, p. 25) caracteriza a universidade medieval como um agrupamento constituído a partir “[...] de um recrutamento que [...] se fazia [...] pelas virtudes e pelas propriedades essenciais de seus membros [...]”, incluindo o mestre como “[...] aquele que por suas características pessoais sustentava a transmissão [...]”. Segundo a mesma autora, outras corporações medievais agrupavam pessoas por sua condição de nascimento.

Vislumbro a partir desse elemento histórico a emergência da diferença em minha experiência pessoal entre a transmissão de conhecimento escolar e de um saber familiar, cujo contato privilegiado se dava na relação estabelecida com os longevos.

²⁸ “A Prova, cuja origem remonta a Homero, era uma prática bastante antiga em termos jurídicos e caracterizava-se pelo fato de que os litígios entre os indivíduos eram regulamentados por uma luta de força, de prestígio, uma luta verbal ou social. Ela não se pautava pela busca de um testemunho de verdade [como no Inquérito] mas pelo jogo retórico da persuasão [...]” (PENNA, 2003, p. 24).

Paralelamente a esse processo de transmissão da sabedoria que passa a se dar de forma privilegiada no interior das Universidades europeias, há transformações demográficas importantes para sociedade acontecendo a partir do século X d. C. Esse é o momento em que as invasões bárbaras cessam e um contingente populacional de servos é expulso dos feudos por indisponibilidade de bens que pudessem suprir suas necessidades, em função da limitação produtiva dos meios de produção (CAMPELO E PAIVA, 2014).

A possibilidade de incorporação dos sobreviventes desse contingente populacional miserável, tendo entre eles, a princípio, poucos longevos, ao funcionamento das mais diferentes instituições passará progressivamente ao longo dos séculos seguintes a constituir uma questão para a sociedade, assumindo o caráter de “questão social” apenas a partir do século XIX (GONÇALVES, 2010).

Surgem entre os séculos XII d. C. e XV d. C., devido ao desenvolvimento do comércio na Europa e o paulatino crescimento das cidades, associações de comerciantes e, mais tarde, as corporações de ofício (que congregavam os produtores de mercadorias). O intuito dessas instituições sempre era obter algum controle da produção, da expansão produtiva e da circulação de riquezas, gerando, com o lucro das transações, concentração de dinheiro e poder nas mãos destas categorias (CAMPELO E PAIVA, 2014).

Isso aos poucos irá resultar no paradoxo próprio às sociedades capitalistas modernas: quanto maior produtividade, maior concentração de riqueza e, ao mesmo tempo, dispersão da miséria (TEIXEIRA, 2008).

Ainda que com ambiguidade e apesar da reduzida esperança de vida ao longo da Idade Média, a literatura medieval em suas diversas formas (literatura de cavalaria, romances arthurianos e canções de gesta) soube promover a exaltação popular da sabedoria de quem envelhece, como contraponto à cultura erudita universitária.

Como atesta Ribémont (2005, p. 130 – tradução nossa):

[...] A velhice é então efetivamente considerada dentro da sociedade da Idade Média e as pessoas velhas não são rejeitadas; de fato, elas sempre são consultadas por sua experiência e sua sabedoria. A literatura irá refletir à sua maneira essa situação, servindo-se sempre da velhice como de um atributo integrante de um sistema de representação, literária, moral, estética. As figuras de pessoas idosas serão então declinadas de diversas maneiras: o sábio e piedoso eremita costumeiro dos romances de cavalaria, Carlos Magno multicentenária encarnação do prestígio e da permanência do poder, o velho tratado nas canções da gesta, a dama idosa se retirando do

mundo após ter doado seus bens aos pobres e à Igreja e a velha lúbrica, a viúva valorosa ou sórdida intrometida.

Diferente das obras da antiguidade aqui citadas, que tratam exclusivamente do velho homem, a imagem do envelhecimento feminino (predominante na atualidade) é introduzida pela literatura medieval, tanto em suas dimensões trágicas como cômicas, embora também segundo um viés moral. A exemplo da obra de Cícero, o bem e o mal dependem de um prévio sistema de representação que, ao contrário da obra do filósofo estoico, remete à cosmovisão cristã.

Em termos autobiográficos, a miséria era narrada como elemento mais ou menos temporário na história de vida de meus familiares, estando muitas vezes presente a correlação entre uma maior dedicação ao trabalho e um menor tempo dedicado aos estudos, sendo raríssimas as narrativas de situações de trabalho profissional entre as mulheres.

Neste sentido, vale o destaque da presença do trabalho agrícola das mulheres durante a infância, como ajuda aos pais na colheita do café, e da participação nos afazeres domésticos e da criação dos filhos durante a adolescência e a idade adulta, havendo um único exemplo de uma tia-avó solteira que se dedicou profissionalmente à costura. Todas essas narrativas eram fortemente permeadas pelo sentimento de religiosidade católica.

Paralelamente a esse processo histórico no “Velho Mundo”, em muitos outros lugares se desenvolvia antes do século XV d. C. uma multiplicidade de práticas tradicionais de transmissão da sabedoria e de padrões culturais de relações com os longevos que veio a ser violentamente afetada pela colonização dos territórios do “Novo Mundo”, da África e da Ásia, possibilitada pelo advento das grandes navegações a partir do século XV. Em grande parte, há uma intensa expropriação cultural concomitante a tentativa de substituição da transmissão dessas tradições pela da cultura europeia, principalmente, entre as classes mais abastadas das colônias, mais ou menos acompanhada do extermínio ou escravização das populações originárias dessas regiões.

Um aspecto de minha narrativa autobiográfica evocado aqui é o de que, entre meus ascendentes, há predominância de filhos de imigrantes italianos. Há apenas um antepassado direto cuja origem não estava identificada de forma tão imediata com a intensa imigração ocorrida entre o final do século XIX e início do século XX no

Estado de São Paulo, algo que percebo como linha de fuga a esse dispositivo familiar supostamente tão homogêneo.

Com o Renascimento europeu, a relação com a transmissão do conhecimento e com a sabedoria nesta sociedade passa por nova transformação, abandonando as formas do regime de Provas para o do Inquérito. Neste sentido, afirma Penna (2003, p. 26) que o “[...] que importa no Inquérito é ter visto, ter lido os textos, [...] conhecer tão bem o que foi dito quanto a natureza a respeito da qual algo foi dito; [...] utilizar [...] autores não mais como autoridade mas como testemunho [...]”.

É possível pensar que o testemunho está no cerne do desenvolvimento do que Acanda (apud CAMPELO E PAIVA, 2014) considera ser as formas predominantes de pensamento ao longo do processo de modernização capitalista, a saber, o protestantismo, o liberalismo e o racionalismo.

O protestantismo, inclusive em sua forma puritana, apela ao testemunho da fé individual contra o dogmatismo sacerdotal da Igreja Católica no contexto do século XVI e, com isso, produz uma leitura religiosa cristã alternativa ao catolicismo e mais aberta às necessidades de expansão capitalista (CAMPELO E PAIVA, 2014).

A multiplicidade de posições dos economistas liberais baseia toda sua defesa do direito à autorregulação do Mercado, mediante redução ao mínimo da intervenção do Estado sobre as relações mercantis, no testemunho das dificuldades enfrentadas pelos capitalistas para investir em desenvolvimento da capacidade produtiva (CAMPELO E PAIVA, 2014).

Os diversos racionalismos apelarão ao testemunho da razão para sustentar o juízo crítico individual sobre a realidade capaz de romper com a cultura antiga por meio da constituição de uma ciência moderna articulada às necessidades de desenvolvimento tecnológico do capitalismo (CAMPELO E PAIVA, 2014).

Durante o Renascimento, pela via do mero testemunho sobre o qual jamais se podia emitir juízo de autenticidade, dada a ausência de critérios previamente estabelecidos para tanto²⁹, emerge um acúmulo de saber descritivo sobre a natureza e a sociedade avesso a qualquer tipo de classificação ou organização teórica (PENNA, 2003).

²⁹ Koyré (2006) explica que durante o Renascimento, a destruição da ontologia aristotélica em que se podia distinguir as “coisas possíveis” das “coisas falsas” sem que houvesse uma substituta teria levado à exacerbação da superstição e da credulidade durante essa época.

É possível supor que nesta época ocorra uma progressiva fragilização do mestre em seu papel na transmissão do saber. Em seu lugar, por um lado, se fortalece a figura do Rei que centraliza o exercício do poder e o delega a seus representantes (FOUCAULT, 2002); por outro, encontra-se a testemunha da verdade dos fatos, verdade captada do mundo real pelo relato da experiência dos sentidos, “[...] preservando-se ainda a dimensão de *suposição de saber* no outro” (PENNA, 2003, p. 27).

Caberia refletir sobre a influência de diversos fatores históricos sobre esse processo, tais como: a importância do advento da imprensa de tipos móveis na divulgação dos livros, o aumento nos índices de alfabetização na Europa renascentista, a passagem de um estilo de leitura coletiva medieval para o hábito moderno silencioso de ler de forma privada, do fortalecimento da competitividade individual na atividade mercantil (FIGUEIREDO; SANTI, 2000) e o incremento nas dificuldades encontradas pelos trabalhadores na reprodução da vida do velho proletariado antes e durante a primeira revolução industrial (CAMPELO E PAIVA, 2014).

É ao final do Renascimento e no início da Idade Moderna que a imagem do longo vivo passa por outra metamorfose. Ligada pela primeira vez à miséria, a Lei de Pobres promulgada na Inglaterra prevê que a prática da mendicância pelos velhos, entre outros considerados incapazes de se dedicar ao trabalho, seja tolerada como forma de garantia de subsistência destes, além de seu recolhimento a asilos (CAPONI, 2000; CAMPELO E PAIVA, 2014; BEAUVOIR, 1970).

Desde então, “[...] a idade será um dos indicadores de quem estará compondo a camada da população considerada economicamente ativa [...]” (SANTOS; LAGO, 2016, p. 137).

Esse momento, segundo Caponi (2000), é fundamental para compreendermos a emergência das chamadas “Sociedades Compassivas” que, agindo de forma puritana, irão progressivamente racionalizar o mundo da pobreza e conceber a associação específica da velhice com a indigência como objeto privilegiado de intervenção do Estado mais que da Igreja.

Segundo Koyré (2006), a ciência moderna do século XVII tornou-se possível apenas com as contribuições de Galileu à constituição do método científico moderno, introduzindo a representação simbólica da realidade por completo (incluindo tanto os aspectos universais como contingentes, estes últimos renegados

pela ciência antiga) como elemento que possibilita a organização teórica do conhecimento acumulado e a classificação de cada testemunho em termos de probabilidade, e as de Descartes à conceituação do sujeito da ciência como produzido pela radicalidade da dúvida no pensamento, destituído de suas dimensões pessoais.

Apoiada nas contribuições de Figueiredo e Vieira, Penna (2003, p. 32) afirma que:

[...] O saber estabelecido pela ciência Moderna passa a ser o saber da teoria (Galileu) e da Razão (Descartes) e se sustenta nas premissas de que o saber alguma coisa é sabe-la conscientemente (só se sabe quando se pensa); de que saber alguma coisa é ser capaz de enuncia-la (quem pensa claramente fala claramente) e, por fim, que esse enunciado se instaura como universal, não dependendo de quem o enuncia [...].

É o saber científico moderno, supostamente produzido sob essas premissas, que passa a ser transmitido por instituições educativas de acesso cada vez mais universal, tal como as Universidades, de forma que “[...] o propósito da educação seria ensinar apenas o que fosse científico” (PENNA, 2003, p. 32).

Segundo Birman (1997, p. 205):

A modernização ocidental, iniciada no século XVIII, implicou a ruptura das redes sociais tradicionais, caracterizada pela articulação de múltiplas gerações e representada pela família *extensa*. Com isso, se constituiu a moderna família burguesa, reduzida às figuras do pai, da mãe e dos filhos [...] [e a concepção de que] a reprodução se delineia no horizonte de uma única geração.

Família extensa e família burguesa se contrapõem quanto ao parâmetro de participação daqueles que envelhecem na vida social e na transmissão do universo simbólico tradicional de uma geração à outra. Os idosos, também por existirem em número reduzido na população ocidental durante a revolução industrial, tendem a ser silenciados aos poucos e a verem sua função de transmissão ser substituída por outros indivíduos e meios destinados àquela finalidade.

Ocorre por volta do século XVIII também uma espécie de “ascese” da empiria da vida cotidiana à lógica formal do pensamento filosófico, representada na elaboração da concepção de “faixas etárias” entre os séculos XVIII e XIX (BIRMAN, 1997).

É interessante notar que não é privilégio da modernidade a proposição de periodização da vida humana. Com base em pesquisa bibliográfica, Canôas (1985) afirma que, ainda na Grécia antiga, Hipócrates teria sido o primeiro a estabelecer paralelo entre as etapas da vida e as estações do ano, sendo a velhice comparada ao inverno, e que Cícero seria responsável pela teoria das três idades (infância, maturidade e velhice), donde teria surgido o termo Terceira Idade.

No que diz respeito a relação entre corpo e idade, Santos e Lago (2016, p. 136) afirmam que:

[...] as concepções de envelhecimento estão intimamente atreladas a concepções filosófico-morais a respeito do corpo. Conceitos coexistentes e coproduzidos: a velhice se visibiliza a partir da enunciação de um corpo que, por sua vez, ganha inteligibilidade a partir de um referente etário [...].

Entretanto, é razoável afirmar que é privilégio da modernidade que essas periodizações assumam um caráter formal, provocando o interesse por pesquisas acerca das idades exatas de passagem de um a outro período cujos critérios deveriam serem fixados por uma ciência da vida. Esse interesse é supostamente agenciado pelo que Foucault (1999) enuncia como desenvolvimento da Estatística no contexto da “Medicina de Estado”, assunto já mencionado no capítulo anterior da presente tese.

Neste sentido, deu-se a afirmação a partir de Kant de um discurso filosófico acerca da ontologia da finitude, que “interpela” o Homem na condição de agente histórico, onde tempo e temporalidade alcançam estatuto teórico fundamental. Em segundo, o discurso biológico centrado no conceito de degeneração como exceção que sustenta a existência de uma norma teleológica para a vida humana e o discurso psicológico baseado na transposição dessa teleologia à psicologia do desenvolvimento também oferecem sustentação a esse formalismo lógico (BIRMAN, 1997, p. 192-195).

O resultado mais imediato disso é que esses discursos filosóficos, biológicos e psicológicos foram utilizados para transformar o “ser em processo” e sua vivência cotidiana em um “processo abstrato” a partir do qual subjetividades possam se constituir. Nota-se aqui, com a integração dos longevos a uma escala etária periódica, uma passagem da associação, na Antiguidade e nas Sociedades Tradicionais, do tema do envelhecimento ao poder da experiência de vida e da

memória coletiva para outra que o relaciona modernamente com a vida tomada como objeto de estudo e de exercício de poder, passando de forma intermediária pela ligação entre velhice e miséria estabelecida a partir da promulgação da primeira Lei de Pobres na Inglaterra dos séculos XVI e XVII.

É por volta do final do século XVIII e do início do século XIX que Foucault (2002) localiza a emergência da sociedade disciplinar e de novas práticas penais sustentadas por um complexo processo de reforma do sistema judiciário e penal promovidos nesse contexto imediatamente posterior à Revolução Francesa.

Esse sistema coincide com a emergência de uma nova forma de riqueza, não mais concentrada na posse de terras, mas sim em estoques de mercadorias passíveis de depredação (FOUCAULT, 2002).

Emerge daí um novo regime de verdade que o autor chama de Exame. Ele consiste na promoção da vigilância permanente, do exercício do poder e de produção de saber sobre o normal e o anormal que possibilita atuar sobre a virtualidade da ocorrência de uma infração à lei e um dano à sociedade, ou seja, antes de sua ocorrência. Coube às chamadas ciências humanas essa tarefa, entre as quais a própria Psicologia científica se colocaria (FOUCAULT, 2002).

No que diz respeito à continuidade da arqueologia da transmissão da sabedoria, a transição para a Universidade Moderna se consolidou quando essa se transformou em instituição de pesquisa e transmissão de um novo conhecimento escrito a partir do modelo estabelecido em Berlim, no início do século XIX, por Humboldt. Nele, simbolicamente a partir da “Faculdade de Artes”, novos campos autônomos de interesse científico se constituíram, dentre os quais surgiria a Psicologia anos mais tarde, já na Universidade de Leipzig (FARR, 1998).

A Universidade, instituição medieval mais antiga que a premissa e os conteúdos da própria ciência moderna, passa gradualmente a incorporá-la e a transformar-se concomitante a passagem do mestre sábio, supostamente insubstituível em suas atribuições e qualidades, ao professor, alguém que transmite ao expor e demonstrar “[...] um saber constituído que não implica nenhuma característica pessoal, senão aquelas que não alterem seu bom funcionamento como professor” (MILNER, 1996; PENNA, 2003, p. 32).

A conversão do professor como agente de transmissão do conhecimento em um trabalhador como qualquer outro, cambiável conforme as circunstâncias e desimportante como pessoa, produz efeitos tanto à transmissão como ao trabalho

de quem ensina. Em termos autobiográficos, remeto à experiência extenuante de trabalho em três turnos enfrentada pela minha mãe na condição de professora de ensino fundamental e médio e a de seus alunos no contato com o saber transmitido por ela.

É interessante pensar, a partir dessa retomada histórica, na estratégia da Universidade da Terceira Idade como linha de fuga do dispositivo Universidade-Ciência-Impessoalidade professoral tal como parecem enunciar, entre tantos trabalhos, Debert (1999/2012) e Correa (2009).

Dada a potência da leitura desses trabalhos, penso que talvez o objetivo central de uma Universidade da Terceira Idade não seja a mera exposição de conteúdo científico sobre o processo de envelhecimento baseada numa adequada avaliação cognitiva de cada aprendiz e sim a constituição de uma experiência de transmissão baseada numa correlação de forças que parta da suposição de que é possível produzir um saber de caráter coletivo e experiencial empregando, inclusive, conteúdos científicos.

Nesse sentido, a transmissão não ocorreria pela via da consciência e da razão e sim de um agenciamento heterogêneo de elementos numa correlação de forças estável o suficiente para estabelecer um plano de consistência em que os saberes e os questionamentos sobre a condição humana da qual o envelhecimento faz parte possam emergir, circular, fixar-se, desterritorializa-se, estranhar-se, familiarizar-se, etc.

Vale lembrar que no que diz respeito à educação, o Estatuto do Idoso prevê que a criação de Universidades Abertas ao Idoso e de incentivos a publicações adaptadas a suas necessidades com assuntos de seu interesse é dever do poder público (BRASIL, 2003/2010).

Estabelecendo certa relação com a prática do Exame, também a psicanálise emerge “[...] como prática de escuta do discurso individual do sujeito, cuja emergência foi possibilitada pela Ciência Moderna, mas apoiando-se [ao contrário da Universidade] essencialmente na suposição [e não na exposição] para a sua transmissão” (PENNA, 2003, p. 34).

Dessa forma, enquanto o professor universitário pretenderia transmitir determinado conhecimento expondo-o, a transmissão possibilitada pela existência do analista adviria da suposição de que nele encontra-se um saber apoiado em sua

posição de escuta. Devido a isso, alguns autores apontam problemas na transmissão da psicanálise via Universidade (PENNA, 2003).

O dispositivo analítico baseado, entre outros elementos, na escuta daria suporte ao pensamento, produzindo efeitos de subjetivação. Nas palavras de Penna (2003, p. 35), o “[...] que Lacan ressalta no *cogito* é que nele se evidencia a emergência de um sujeito que é efeito do puro ato de pensar”.

O que gostaria de acrescentar é que o saber que emergiu das experiências de escuta ao envelhecimento cartografadas é a de que o sujeito é efeito de um agenciamento heterogêneo num plano de consistência em que, dada as correlações de força que o produzem, situa o ato de pensar como mais ou menos puro ou sincrético, pessoal ou impessoal, coletivo ou individual, etc.

Neste sentido, pensar nunca é um ato puro na medida em que sua forma e conteúdo precisam do registro da diferença e da passagem pelo que Gustave Guillaume (1970) chamava de “tempo operativo”³⁰ para se representar como tal. No trabalho de escuta, o pensamento e o sujeito são sincréticos ao tempo de sua constituição, sincretismo sem o qual a própria suposição que sustenta a transmissão no outro não poderia se fazer.

Outro elemento que acrescentamos a essa pequena arqueologia do envelhecimento diz respeito a uma suposta ruptura com a experiência cultural transmitida de geração em geração que produziu nos jovens da atualidade o que Walter Benjamin (1985) denomina “pobreza da experiência”. Segundo o autor, uma série de transformações na sociedade ocidental intensificadas no início do século XX (tais como a urbanização, a industrialização, o avanço tecnológico e a guerra) produziu uma “vivência de choque” (*Chockerlebnis*) que acarreta um empobrecimento da memória, um apagamento de rastros que impede que nos relacionemos com o patrimônio cultural da humanidade, transmitido pelos anciãos, por meio da “experiência” (*Ehrfarung*).

A resultante dessa pobreza de experiência seria a incapacidade de compreensão dos valores transmitidos pelos mais velhos na sociedade atual. O individualismo contrário à vida comunitária, o isolamento progressivo com o afastamento da esfera pública e a falta de sensibilidade para com os outros seriam também produto dessa dinâmica (BENJAMIN, 1985).

³⁰ Remeto o leitor ao tópico “1.8. A questão dos observadores parciais [...]” no primeiro capítulo dessa tese.

É possível pensar que os trabalhos de Bosi (1994) e Bertini e Bonfim (2013) buscam enriquecer a história das cidades por meio do recurso a memória vivida dos idosos e seus relatos, com o esforço por meio da escuta para nos retirarmos desse empobrecimento da experiência.

Tem importância considerável que esse processo se inicie, segundo o referido autor, no século XX (BENJAMIN, 1985), momento em que se dá o incremento populacional inédito na história da sociedade humana de pessoas com mais de sessenta anos.

É possível supor que o que ouvia na minha infância dos adultos ao dizerem que se tratava de um privilégio a convivência com familiares longevos expressava, por um lado, o desejo deles de poder ter convivido mais com seus avós e, por outro, o temor de que eu repetisse o desprezo socialmente frequente pela sabedoria e a integridade representada por esses idosos.

Além da afetividade e da identificação mobilizada pelo sentimento de pertença ao mesmo grupo familiar, hoje percebo que parte importante desse suposto privilégio possibilitado por essa convivência intergeracional ampliada adviria da raridade com que se estabeleceu a possibilidade de transmissão direta, portanto menos distorcida pelas gerações intermediárias, de experiências de vida dos mais velhos aos mais novos.

Whitaker³¹ (2007, p. 124) parece refletir o reconhecimento dos jovens da existência desse suposto privilégio ao afirmar que:

[...] os muito jovens [ao contrário dos adultos], na minha avaliação, não costumam interromper os idosos. Talvez porque fiquem perplexos com nossas ideias, ou admirados com nossa sabedoria ou com nossa, para eles, estranha aparência, ou por que estejam menos interessados, ou sejam mais respeitosos, ou não se sintam competentes para conosco discutir, ou tudo isso ao mesmo tempo. Pena que nem sempre tenham tempo para conversar conosco.

Consideramos aqui também a dificuldade na compreensão pelos mais jovens da linguagem utilizada pelo idoso. Com o apoio do estudo de Pretti, Brandão e Parente (2001) relatam, por exemplo, que o uso de palavras cujo significado se perdeu no tempo demanda do idoso uma explicação adicional dos termos por ele

³¹ Quando a autora escreveu esta obra, tinha 72 anos de idade. Por isso, a fala é sempre do ponto de vista de quem já envelheceu, o que torna seu livro, do meu ponto de vista, uma referência rara, interessantíssima e necessária aos estudos sobre envelhecimento.

usados que rompe com a fluidez do diálogo e dificulta o retorno da fala ao sentido original da frase.

Essas experiências transmitidas pelos mais velhos na atualidade, somada àquela passada pelos integrantes das gerações intermediárias, constituiriam múltiplas narrativas sobre os mesmos acontecimentos, passíveis de confrontação entre si, e sua somatória constituiria uma espécie de “sabedoria sincrética” própria à família.

O contato com a mesma parece significar uma transformação de fato na forma como a transmissão da sabedoria dos longevos ocorre. Quando a quantia deles na família era pequena, estes se constituíam no único elo de passagem entre uma geração anterior e outra posterior, concentrando o poder narrativo sobre um único ascendente. Neste momento, o que haveria de comum na família aparecia como uma promessa de similaridade reterritorializada, constituindo agenciamento em que o jovem almejaria possuir características idênticas às dos mais velhos.

A partir do momento em que esse número aumenta, a narrativa única em que se apoiava esse fluxo de informação se diversifica, a partir da premissa da existência de um campo comum de forças em conflito em que se transmite esse saber e em que emergem linhas de fuga desterritorializadas nas quais o jovem pode se ver como herdeiro de diferentes formas familiares de ser.

Outra questão é a de que talvez esses adultos supusessem restar algo especial a ser transmitido por seus familiares mais velhos. Penso, diante dessa pequena arqueologia que esses idosos da atualidade têm algo importante para nos dizer: o que fazer do envelhecimento nas sociedades atuais ante sua situação paradoxal de destituição de poder, da propriedade, do papel de transmissão e da experiência de vida concomitante o investimento das técnicas de exame e de regimes disciplinares próprios ao capitalismo em rede?

Reforçam esse diagnóstico a afirmação de Santos e Lago (2016, p. 136) de que as visões atuais sobre o envelhecimento “[...] variam entre um cientificismo, uma moralidade do corpo e uma racionalidade de controle [...]”.

Também Tótora (2016, p. 24) ao afirmar que a “[...] moral da ciência e do Estado é controlar a vida, investindo sobre os corpos, individuais ou coletivos, domesticando suas forças disruptivas e extraindo deles um saber [...]”.

A esse respeito, Pelbart (2011, p. 21) também escreve:

[...] se antes a pertinência às redes de sentido e de existência, aos modos de vida e aos territórios subjetivos dependia de critérios intrínsecos tais como tradições, direitos de passagem, relações de comunidade e trabalho, religião, sexo, cada vez mais esse acesso é mediado por pedágios comerciais, impagáveis para uma grande maioria. O que se vê então é uma expropriação das redes de vida da maioria da população pelo capital, por meio de mecanismos cuja inventividade e perversão parecem ilimitadas.

Contudo, resistiria ao desaparecimento o questionamento acerca do quanto a convivência com os mais velhos continua a nos evocar sabiamente problemas acerca da existência humana.

Dessa forma, ainda que queiramos nos dedicar à escuta ao envelhecimento como forma de atenção a essas pessoas, não bastará o voluntarismo e a preparação teórica. A questão se coloca então em um patamar ético de, por um lado, como lidamos com nosso desejo e, por outro, como lidamos com o conhecimento sistematizado que vem dos outros.

Tótor (2016, p. 27), em compilação às concepções de Nietzsche, Foucault e Deleuze acerca do tema, afirma que “[...] ética nada mais seria do que a prática da liberdade. Ser escravo é não possuir ética [...]”. Neste sentido, aponta a diferença entre a avaliação de nossos próprios dizeres e fazeres a partir de valores que respeitam o nosso modo de existir (ética) e aquela que recorre a modelos alheios e “superiores” a esse modo (moral).

3.3. Sabedoria e integridade:

Uma das pessoas que se dedicaram por mais tempo ao estudo do desenvolvimento humano, Joan M. Erikson (1997/1998, p. VIII), ao afirmar que “[...] precisamos trazê-las de volta à realidade [...]”, demonstra todo seu descontentamento pelo que define como um excesso de exaltação e indefinição atual da gerontologia no que diz respeito às palavras “sabedoria” e “integridade”, aquilo que ela e Erik H. Erikson denominaram, ainda na década de 1940, como as “[...] forças finais que amadureciam plenamente na velhice”.

A mesma estudiosa também expressa sentimentos idênticos frente a inadequação das “[...] minuciosas informações, [...] fatos e fórmulas” constantes em inúmeros livros que pretendem representar com exatidão aquelas noções, como se, neste caso, a busca pela precisão terminológica retirasse a possibilidade das pessoas comuns identificarem a sabedoria e a integridade com os fenômenos

sensoriais vivenciados por elas no cotidiano de suas vidas, tudo em nome da garantia de compreensão teórica dos especialistas acerca do suposto “verdadeiro” significado delas (ERIKSON, 1997/1998, p. IX).

Para resgatar esse sentido sensorial, vivencial e dinâmico, ela empreende pesquisas sobre as origens etimológicas dessas palavras. Deslocando a compreensão da palavra “sabedoria” do significado gerontológico atual para a dos diversos contextos históricos de sua emergência linguística, elas revelaram, por um lado, uma identidade da forma verbal desta palavra (saber) com o “ver”, no sentido da “[...] eterna busca da visão [...], [e da] iluminação [...]” em textos sagrados da Índia chamados “Vedas” (ERIKSON, 1997/1998, p. IX). Neste sentido, afirma:

[...] Nós podemos olhar para trás, para um passado distante, e isso nos ajuda a compreender as nossas vidas e o mundo em que vivemos. Nós olhamos para frente e este olhar pode ser apenas um pensamento desejoso ou um sonho esperançoso, mas sem a perspectiva promissora de um futuro, poderíamos ficar embotados pela apreensão. No entanto, à jovial maneira americana, nós nos agarramos a uma expressão que exemplifica uma aceitação gíriesca da antiga sabedoria. Como somos espertos em nossa ignorância, quando dizemos casualmente: “Oh, entendo. Peguei o sentido. Eu compreendo”. Entretanto, respeitamos e valorizamos extremamente palavras como “esclarecimento”, “discernimento” e “*insight*”, todas relacionadas a ver e à visão (ERIKSON, 1997/1998, p. IX-X).

Apesar da sutil desvalorização de expressões contemporâneas e “gíriescas” pela autora, tais como “compreendi” e “peguei o sentido”, acreditamos que elas apresentem uma proximidade maior com a outra fonte histórica de sentido para a “sabedoria”. Isso porque suas pesquisas encontraram uma coincidência também entre ela e o termo “ouvido” aos antigos sumérios, que se referiam a ambos provavelmente utilizando a palavra “enki” (ERIKSON, 1997/1998, p. X).

Neste sentido, ela afirma que:

[...] Se a sabedoria é transmitida através do som, tanto quanto da visão, então o canto, o gesto rítmico e a dança estão incluídos como seus transmissores e amplificadores. O som é poderoso; o som pode tranquilizar, esclarecer, informar e estimular. Ele nos desafia com seu potencial, e nós dependemos de nossa percepção auricular para o desenvolvimento da sabedoria (ERIKSON, 1997/1998, p. X).

Desta forma, quando a imigrante europeia e pesquisadora do desenvolvimento se admira com a “jovial” e “americana” esperteza presente em nossa ignorância do uso das expressões “peguei o sentido” e “compreendi”, parece em demasia identificada com a primeira “origem” indiana da sabedoria, a ponto de

não reconhecer que essas formas contemporâneas e “gíriescas” de se referir a mesma estão muito próximas de sua segunda origem suméria, da descrição espontânea da experiência sensorial de apreensão do som, elemento desafiador que reverbera até se deparar com um ouvido apto a registrá-lo e a buscar um sentido que não é dado de antemão para o mesmo (ERIKSON, 1997/1998).

Talvez por isso a mesma autora escreva:

A visão atenta orienta-nos e integra-nos na Terra onde vivemos e nos movimentamos, encontramos sustento e aprendemos a nos relacionar com outras pessoas, animais e a natureza. Para isso, os olhos precisam estar bem abertos e alertas. Para isso, também os ouvidos devem ser usados para tirar vantagem de todos os sinais e compreender seu significado (ERIKSON, 1997/1998, p. X).

Por sua vez, as pesquisas sobre a origem linguística da palavra “integridade” apontam a uma identidade específica desta com o sentido sensorial do tato, raiz também de termos como “contato” e “toque”. Representando-o como aquela sensibilidade que envolve todo o nosso corpo, posto que ela seria a “[...] confirmação da visão, do som, e da habilidade envolvendo todos os nossos sentidos”, a autora afirma que:

Integridade é uma palavra maravilhosamente desafiadora. Ela não exige nenhuma diligente deliberação ou desempenho, apenas o manejo cotidiano de todas as atividades maiores ou menores, com toda a vigorosa atenção ao detalhe necessária para um dia bem-vivido. É tudo tão simples, tão direto e tão difícil (ERIKSON, 1997/1998, p. XI).

Chamamos a atenção para o fato de que aquela que escreve estas linhas sobre as “[...] forças finais que amadureciam plenamente na velhice” (ERIKSON, 1997/1998) estava já com mais de oito décadas de vida ao fazê-lo.

Não parece difícil perceber ao longo do texto o quanto o assunto e a biografia da autora se entrelaçam a ponto do que descreve sobre si mesma ser julgado elemento comum também aos outros de mesma idade. Nela, parecem coincidir o estudo e a vivência do envelhecimento, mas também o endereçamento de sua mensagem ao sujeito que envelhece e ao que está envolvido com a velhice de outra perspectiva, profissional ou familiar.

Assim, aprendemos que a presença da sabedoria e da integridade no final da vida humana não deveria ser correlato a sua ausência entre os adultos envolvidos por diferentes motivos com a questão do envelhecimento.

Neste sentido, familiares e profissionais que atendem a domicílio ou que atuam em serviços de seguridade social em diferentes níveis de complexidade que recebem idosos e seus cuidadores devem dedicar-se com zelo integral não só a ver o que pode ser feito no sentido dos encaminhamentos e ações conforme as características de cada caso, mas também a ouvir com todos os seus recursos sensoriais o desafiador som que provem da integralidade dos corpos de quem os procura com vistas à produção de um sentido nunca dado de antemão.

De volta ao meu relato singular, entre outras coisas, quis aprender a tocar violão para reproduzir (frustrado, por nunca conseguir fazê-lo exatamente da mesma forma) as canções antigas que ouvia um tio-avô paterno executar e cantar com o grupo de pessoas que envelheciam juntas e se emocionavam ao ouvi-las, evocando fatos de suas próprias biografias entrelaçadas.

Havia certo desejo meu de trazer alegria aos olhos deles ao vê-los lembrar de uma música que parecia sempre significar algo especial, o que sempre pensei ser um fato notável para uma criança frente a pessoas com tanta experiência de vida, ao passo que também produzia desejosamente meu próprio registro do que acontecia coletivamente ao escutarmos juntos a elas.

Só há pouco tempo imaginei que eles, no auge de sua longevidade, notassem meu esforço para executar essas músicas tão diferentes daquelas melodias jovens que ouvia serem executadas nas rádios da época e, por vezes, também demonstrassem artificialmente sua admiração diante da execução do aprendiz. Acredito ter sido essa experiência comum algo que inventamos a partir do que predominava socialmente entre duas gerações tão diferentes enquanto “[...] produção circular do isolamento e da alienação [...]” (TAVARES, 2010, p. 14)³², inventamos uma forma de coadaptação: cantar e ouvir juntos, tocar violão e vivenciar.

Talvez pela ânsia de compreender a ligação entre a audição e a experiência da longevidade tenha crescido ouvindo as músicas de meus avós, canções que eles reconheciam como sendo descritivas de algo importante para a existência humana e vivenciado por eles, tais como a súplica pela preservação de um resquício de

³² A partir de uma perspectiva psicanalítica, o autor aponta com a contribuição de diversos autores que diferentes modalidades de sofrimento psíquico (estando entre as mais comuns as toxicomanias, as síndromes do pânico e as depressões) podem emergir do mal-estar produzido pela impossibilidade dos indivíduos adequarem-se completamente às demandas de encenação (predominância do parecer sobre o ter e o ser) repleta de exigências do “teatro espetacular” que caracteriza a sociedade contemporânea (TAVARES, 2010, p. 13-15).

intimidade ante uma recém-desfeita conjugalidade, ilustrada pela canção “Último Desejo” de autoria de Noel Rosa (que vim a conhecer por meio da interpretação de Maria Bethânia), ou o sentimento de frustração concomitante a persistente dor de uma saudade, retratada em “Rio de Lágrimas” de autoria de Lourival dos Santos, Tião Carreiro e Piraci (repetidas vezes ouvida na voz de Sérgio Reis). Acredito que o contato com essas narrativas de história de vida e, principalmente, com a música predispôs-me a escutá-los com dedicação.

Como se tratava em sua maior parte de uma família de origem italiana, formada por pessoas que haviam nascido e crescido em colônias rurais distantes de ambientes urbanos, a proximidade com eles e seu modo de vida com características coletivistas marcou o início da minha vida com recordações muito significativas, tanto do ponto de vista que considere por muito tempo positivo (a alegria da reunião, o registro das estórias e das histórias de vidas tão diferentes da minha, o contato com velhos costumes e com a música, etc.) como do negativo (o convívio com o adoecimento, com as perdas, os desentendimentos, a morte, etc.). Como nos lembra Turkenicz (2012, p. 435), “[...] A convivência entre essas várias gerações origina tanto alegrias como conflitos [...]”.

Mas algo ficou também de aprendizado da forma como eles se cuidavam e se preocupavam uns com os outros de uma maneira muito diferente do que à época percebia nos adultos e nas crianças, caracterizando o que os especialistas de estudos sobre envelhecimento chamam hoje de “efeito de coorte” (ARKING, 2008). Parecia haver uma generosidade e uma genuína capacidade de dedicar-se ao acolhimento dos outros e ao autocuidado que me impressiona até hoje.

Esse cuidado, no entanto, não se assemelha a nada do que vejo ser adotado atualmente por jovens, adultos e idosos como estratégia intensa de combate ao envelhecimento³³: extensas horas de exercício físico e mental, passando por uma alimentação regrada até chegar a uma panaceia medicamentosa que promete tratar de todos os males conhecidos pela ciência, sejam eles sistêmicos ou detalhes ínfimos (das unhas aos fios de cabelo, passando por todos os tecidos internos). É preciso, inclusive, reconhecer que nossa experiência de trabalho com idosos leva a crer que essas estratégias produzam uma longevidade com menos adoecimento do

³³Com isso, não pretendo censurar a intensidade do “combate ao envelhecimento” em nenhuma de suas frentes. Apenas assinalar o que percebo como explícita diferença entre aquela época e a nossa, o suficiente para intensificar uma nova articulação inventada entre a velocidade e a adequação das mudanças.

que antes, embora nem sempre abra espaços para a produção de subjetividade libertária nos anos de vida acrescidos.

Segundo minha percepção pessoal, eles eram bem menos preocupados e potencialmente insatisfeitos com sua aparência e com a “vida no silêncio dos órgãos”, segundo a definição de saúde proposta pelo cirurgião francês René Leriche (SAFATLE, 2011, p. 11). Sem dúvida, eu identificava ali um saber tão espontâneo que não se explicitava como algo significativo.

Por outro lado, nada indica que sofressem menos com a chamada “síndromes geriátricas” (MOTTA; AGUIAR, 2007) que parece caracterizar o avanço da idade cronológica e nem com as doenças, já que havia menos recursos médicos disponíveis para combatê-los e que nunca os questionei sobre isso. Na maior parte das vezes, os acompanhava quando estavam saudáveis, e não quando adoeciam.

3.4. A definição de envelhecimento na atualidade e o paradoxo familiar da morte dos mais jovens:

Para compreender o que se considera atualmente o envelhecimento, recorreremos a uma definição geral e bastante difundida. Segundo Ciosak et. al. (2011, p. 1764):

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera o envelhecer como um processo sequencial, individual, cumulativo, irreversível, universal, não patológico de deterioração de um organismo maduro, próprio a todos os membros de uma espécie, de maneira que o tempo o torne menos capaz de fazer frente ao estresse do meio ambiente.

A princípio, interessa-nos destacar nessa definição de envelhecimento a concepção de processo, mais do que de uma etapa. Mas como definiríamos processo e em oposição a que poderíamos considerá-lo? Concordamos com Fontaine (2010, p. 11) quando afirma que, em ciência, o processo é um conceito definido “[...] como um conjunto de fenômenos ativos e organizados no tempo”, contrário à concepção de estado que descreve eventos consolidados e estáticos.

Segundo o mesmo autor, envelhecer consistiria na experiência de um organismo de uma diversidade de processos posteriores ao desenvolvimento, em contraste com a velhice que caracterizaria o estado de um grupo etário específico com mais de sessenta anos (FONTAINE, 2010, p. 11).

Sem fazer referência a essa diversidade de processos que caracterizaria a experiência do envelhecer, Morin (2013, p. 374) prefere nomear de tipos de envelhecimentos, que seriam três: aquele sem patologia invalidante, o que comporta redução de capacidades adaptativas e o envelhecimento patológico ou mórbido. Aos dois primeiros tipos citados, aquilo que vem se constituindo como “saber ger” (gerontologia e geriatria) tem nomeado por Senescência e, ao último, Senilidade.

Arking (2008, p. 72) afirma que a concepção de que o envelhecimento é uma doença ou um somatório delas que conduz os indivíduos à morte representa o ponto de vista do “[...] modelo médico tradicional da geriatria [...]”, constituído ainda no contexto de uma sociedade em que a maioria dos indivíduos morria jovem e que não se conhecia tão vastamente como hoje a possibilidade de envelhecer sem estar doente.

Segundo Moraes, Moraes e Lima (2010, p. 68), os sinais de deficiências funcionais (chamados de “senescência”) que acompanham o envelhecimento apareceriam discretamente sem comprometer as relações e a gerência de decisões, num processo ao longo da vida que não pode ser considerado uma doença. Compreende-se aqui que essas relações não comprometidas com a senescência se dão com as outras pessoas, apontando a importância do aspecto social à qualidade do envelhecimento, e a manutenção da gerência de decisões aponta à preservação da cognição e da autonomia frente a essas mesmas relações.

Ciosak et al. (2011, p. 1765) descrevem a senescência como um “[...] processo progressivo de diminuição de reserva funcional [...]” contraposto à senilidade caracterizada pelo “[...] desenvolvimento de uma condição patológica por estresse emocional, acidente ou doenças [...]”.

Arking (2008, p. 72) não hesitaria em incluir essas duas últimas citações entre os exemplos compatíveis com o “modelo gerontológico”, que propõe a distinção absoluta entre envelhecimento e adoecimento.

A esse respeito, Arking (2008, p. 73) cita a emergência nos últimos anos de um “ponto de vista integrativo” nos estudos sobre o envelhecimento que propõe que ele seja considerado “[...] um grupo de doenças incipientes que afeta o funcionamento de uma variedade de órgãos e tecidos de modo mais ou menos previsível”.

Arking (2008, p. 73) baseia-se no resultado de uma série de estudos recentes para afirmar que o modelo integrativo postula serem adoecimento e envelhecimento “[...] dois aspectos diferentes de um mesmo processo”.

O autor afirma que:

O estudo de doenças relacionadas à idade está intimamente ligado ao aumento do nosso conhecimento acerca dos processos normais de envelhecimento. A ligação está no fato de que a existência de tais doenças relacionadas à idade delimita empiricamente os aspectos da fisiologia normal do corpo e da biologia celular que estão propensas a falhar como consequência de processos normais de envelhecimento. Um conhecimento molecular e genético detalhado de determinadas síndromes de doenças associadas a essas falhas nos permite classificar os pontos fracos das nossas próprias máquinas corpóreas, discernir os modos de falhas e tentar determinar quais estratégias de intervenção podem retardar ou impedir essas falhas. Inerente a essa proposição está a ideia de [...] unir os discernimentos de pesquisas básicas aos detalhes do conhecimento clínico para impedir o início da doença e, portanto, aumentar certamente o tempo – e provavelmente a qualidade – de vida. O processo de envelhecimento [...] estabelece o cenário para um possível surgimento de determinadas síndromes de falhas (ARKING, 2008, p. 73).

A partir da citação, é possível vislumbrar como se desdobra em discurso assimilável pela universidade e pelas especialidades geriátricas e gerontológicas a necessidade de passar da concepção de um modelo integrativo de explicação do envelhecimento ao ideal de uma ação preventiva sobre as “síndromes de doenças” relacionadas ao avanço da idade cronológica, síndromes que se estabelecem a partir de falhas por suposição classificáveis, discerníveis, previsíveis e tratáveis de nossa “máquina corpórea”, com vistas a aumentar o tempo de vida e “provavelmente” a sua qualidade.

Eis um vislumbre do desejo de viver mais e melhor vinculado a uma concepção específica de envelhecimento determinada pelo estatuto atual do desenvolvimento científico expresso em teorias ou modelos consoantes ao regime de verdade que Foucault (2002) identifica com o Exame.

Por sua vez, Filho (apud ASSIS, 2004, p. 08) também problematiza essa diferença entre senescência e senilidade própria do enfoque gerontológico afirmando que seus limites nem sempre são claros, uma vez que são afetados pelo avanço científico. Um exemplo no campo da saúde é o da alteração nas últimas décadas do limiar considerado pela ciência como patológico de aumento da hipertensão arterial sistêmica na velhice.

Tudo isso contrastou em minha história de vida com a morte precoce de familiares mais novos, todos com menos de sessenta anos de idade, trabalhadores com longas jornadas semanais que faleceram próximo a data de sua aposentadoria, em idade bastante inferior à de seus genitores e avôs. Também tinham hábitos de vida contrapostos a alguns deles: eram fumantes, por exemplo.

Diante desse paradoxo entre a morte dos filhos e a longevidade dos pais sentia transmitir-se a mim questionamentos acerca da existência humana de ordem metafísica, acerca da evidência de algum significado transcendente estático para esses fatos, ainda que esse permanecesse desconhecido aos viventes. Percebo hoje o efeito reconfortante desse pensamento que, no entanto, não nos detém diante do persistente questionamento acerca de como desejo viver.

Ao contrário, penso que esforçar-se para tratar o tema de forma imanente resulta uma responsabilidade maior de exame das relações que estabelecemos com o problema.

Após esse ensaio arqueológico sobre o envelhecimento, nos dedicaremos ao longo do próximo capítulo à cartografia da escuta ao envelhecimento em situações de supervisão de estágio de formação profissional.

Capítulo 4: Experiências de supervisão de estágio de formação profissional envolvendo a escuta ao envelhecimento no âmbito da Proteção Social Especial.

4.1. Supervisão de estágio e preparação de profissionais à escuta ao envelhecimento:

Paralela e posteriormente minha inserção no CRAS, tornei-me supervisor de estágio de formação em Psicologia em outros serviços vinculados ao SUAS, nos níveis de proteção social especial de média e de alta complexidade. Concentrarei a princípio a narrativa na experiência junto ao serviço de média complexidade ocorrida ao longo do ano de 2014.

Antes de debruçar-me sobre o relato, considero interessante fazer algumas considerações acerca de como compreendo essa posição que nomeamos “supervisor de estágio de formação profissional”.

A primeira consideração a se fazer diz respeito à implicação. Com Coimbra, Lobo e Barros (1991/2002, p. 57) afirmamos que:

A implicação, no nosso caso, não é vista apenas como aquela que o aluno-estagiário tem com a instituição em que está intervindo, mas também a implicação que nós, supervisores, temos em relação a estes mesmos alunos e ao trabalho que estão desenvolvendo.

Neste sentido, os trabalhos relatados na condição de supervisor são aqueles que em alguma medida evocam elementos importantes de minha implicação como supervisor e com a atuação que desenvolveram meus supervisionandos.

A segunda delas, consequência da primeira, é que da condição de supervisor implicado decorre a situação de que meus próprios desejos estão em questão ao longo do processo, havendo, portanto, a necessidade constante de revê-los como parte dele (COIMBRA; LOBO; BARROS, 1991/2002, p. 57).

A terceira consideração a ser feita quando falamos aqui de experiências como supervisor de estágio de formação profissional é que a revisão de nossa implicação no processo nos conduz a questionar o papel da Universidade como instituição voltada à preparação de “[...] futuros profissionais que ocupem eficazmente os lugares de mando [...]” que as instituições lhes endereçam. Trata-se, portanto, de a todo momento, ousar “[...] no nosso cotidiano, desmanchar as armadilhas

engendradas pela máquina universitária [...]” (COIMBRA; LOBO; BARROS, 1991/2002, p. 58).

Neste sentido, com base nas contribuições de Todaro (2009), Silva (2013) afirma que a possibilidade de inclusão e de desmistificação da velhice no Brasil teve seu caminho aberto pelos espaços não-formais de educação e que o ensino formal continua a expressar despreocupação com a abordagem à temática.

Silva (2013) ao analisar o tratamento do tema do envelhecimento nas grades curriculares de cursos de Psicologia de diferentes Universidades, conclui que, apesar da existência de referências ao assunto por meio do estudo da contribuição de diversas áreas de conhecimento, essas referências ainda são escassas e desarticuladas com a totalidade da formação.

Por meio da análise de currículos de oito cursos das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro fica evidente nesta pesquisa o papel secundário ocupado pela temática na disciplina obrigatória de “Psicologia do Desenvolvimento” e a oferta de tópicos mais aprofundados (escuta de processos perante a morte, luto, comportamentos autodestrutivos, relações do envelhecimento com a cultura e a sociedade, etc.) em caráter optativo aos alunos entre o terceiro e sexto semestre da formação (SILVA, 2013).

4.2. A experiência como supervisor de estágio de formação de psicólogo junto ao CREAS voltado à violação de direitos do idoso:

No que diz respeito à supervisão de estágio de formação profissional em Psicologia realizado junto a um Centro de Referência Especial da Assistência Social (CREAS) destinado de forma exclusiva ao trabalho com demandas de violação de direitos da população idosa, o relato é de que havia uma fila de espera de cerca de oitenta casos e de até dois anos de previsão para início do atendimento por ocasião de nossas atividades.

Isso fazia com que, diante do contato telefônico, muitos idosos relatassem que a situação familiar que dera origem ao encaminhamento ao serviço já se resolvera sem que houvesse intervenção técnica.

Dessa forma, torna-se perceptível tanto a precariedade do serviço prestado como o fato de que, em alguns casos específicos de violação de direitos que provocam o registro nos serviços vinculados às políticas públicas de Assistência

Social e demandam por parte dos representantes do poder executivo alguma ação técnica imediata, é possível que soluções sejam inventadas pelos próprios envolvidos quando, pelos mais variados motivos, aquela ação não se faz ou é protelada.

Considero que uma denúncia a respeito da existência de relacionamento abusivo do filho único em relação a mãe idosa, viúva dependente de seus cuidados e que residia sozinha com o mesmo em sua casa própria exemplifica o dito acima. A situação que demorou a ser apurada pelos serviços da Assistência Social e que havia sido supostamente superada pela ação conjunta de vizinhos da família quando de sua disponibilidade, serviu a mim, aos estagiários e aos profissionais envolvidos de motivo para muitas reflexões.

Reflete-se que as tecnologias interventivas disponíveis a esses serviços não devem ser nem sobrevalorizadas e nem desvalorizadas, sendo encaradas como algumas entre várias formas de desfecho de situações-limite e devendo mostrar-se sensível ao instante em que ela se fizer.

É possível pensar que a escuta faz aqui um papel importante de mostrar-se sensível ao momento em que aparece a demanda ao serviço e ao técnico, em especial, ao psicólogo.

Segundo o relato dos estagiários a respeito dos tipos de violência contra idosos notificados e acompanhados durante o período predominavam os casos em que ela supostamente se restringia ao ambiente da casa, conforme enunciado por estudiosos do tema.

Souza e Minayo (2010) afirmam que o maior índice de violência contra a pessoa idosa está relacionado ao ambiente familiar e por conta disso grande parte dessas ocorrências não são notificadas.

Segundo Gondim (2011/2016), “o idoso se torna uma vítima fácil, por, muitas vezes, depender de seus familiares em diversos aspectos”. A autora destaca como motivos de dependência a necessidade promovida pelos cuidados com a saúde, as relações sociais, a questão financeira ou mesmo a convivência familiar.

Ao refletir sobre os cuidados com os idosos, observa-se que as relações intergeracionais de troca asseguraram a sobrevivência em idade avançada ao longo da história humana. O último século parece ter testemunhado mudanças no papel da família em relação a essa questão, tendo esse ator sido substituído de forma gradativa pelos serviços ofertados pelo setor público (DEBERT, 1999/2012).

Isso fez com que, ao menos em países desenvolvidos, o suporte básico aos idosos assumisse outras feições, contrariamente ao que permanece sendo a realidade em países em desenvolvimento devido a debilidades principalmente na área da Seguridade Social.

Neste contexto, os familiares e, em especial, os filhos representam a principal fonte de assistência para grande parte da população idosa (SAAD, 2004). A esse fenômeno de retorno à responsabilização dos familiares em assisti-los, Debert (1999/2012) denomina “privatização do envelhecimento”.

O estatuto do idoso prevê que, no caso dos alimentos, o respeito ao princípio da solidariedade familiar, em que se reconhece o dever recíproco entre pais e filhos de suprir a subsistência do outro (BRASIL, 2010/2003).

Vidal e Clemente (1999) referem uma mudança no contexto ao longo da vida do idoso, no qual as relações se tornam mais íntimas e restritas ao ambiente familiar. Por isso, compreende-se o fenômeno da violência contra o idoso como complementar ao tema do desgaste de seus cuidadores, principalmente quando se trata de familiares, no contexto brasileiro.

De acordo com Minayo e Souza (1997/1998, p. 514), a violência seria “[...] um evento representado por ações praticadas por indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam danos físicos, emocionais, morais e/ou espirituais a si próprio ou a outros”.

Segundo Souza e Minayo (2010, p. 2660), em acordo com a Rede Internacional para a prevenção dos Maus-Tratos contra o Idoso, a definição específica de violência contra a pessoa idosa seria a de evento que “[...] se manifesta como um ato único ou repetido ou em omissão que lhe cause dano ou aflição e que se produz em qualquer relação na qual exista expectativa de confiança”.

Apoiada no trabalho de Souza, Gondim (2011/2016) afirma que a violência doméstica ou intrafamiliar seria toda e qualquer ação ou omissão que efetivamente restrinja a dignidade, o respeito, a liberdade, a integridade física e psicológica e o pleno desenvolvimento por parte de um membro familiar. Segundo Lima et. al. (2010), esta se configura como tipo de ocorrência doméstica, com baixo potencial de denúncia e cujo agressor é familiar ou pessoa próxima.

Além de grave retrocesso do ponto de vista da afirmação social dos direitos humanos, maus-tratos contra a pessoa idosa representam uma grave violação de

sua condição de cidadania (GONDIM, 2011/2016). Ao envolver a família, instituição fundamental da sociedade conforme afirma o artigo 226 da Constituição Federal (BRASIL, 1988/2010), a ocorrência dessa violência demanda atenção e participação de uma multiplicidade de agentes públicos a fim de compreender seus motivos e buscar solucioná-los.

Existiriam diferentes manifestações de violência contra o idoso: física, psicológica, financeira, sexual, abandono, negligência e autonegligência (LIMA et al., 2010).

Souza e Minayo (2010, p. 2660) descrevem uma tipologia da violência contra a pessoa idosa, reproduzida abaixo.

Violência física se refere ao uso da força física para ferir, provocar dor, incapacidade ou morte ou para compelir o idoso a fazer o que não deseja.

Violência psicológica são agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, humilhar, restringir a liberdade ou isolar o idoso do convívio social.

Violência sexual se refere a atos ou jogos sexuais de caráter homo ou heterorrelacional que utilizam pessoas idosas visando obter excitação, relação sexual ou práticas eróticas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças.

Violência financeira e econômica consiste na exploração imprópria, ilegal ou não, consentida dos bens financeiros e patrimoniais do idoso.

Negligência se refere à recusa ou omissão de cuidados devidos e necessários ao idoso, por parte de responsáveis familiares ou institucionais. Geralmente, as negligências apresentam-se associadas a outros tipos de violência que geram lesões e traumas, sobretudo nos idosos com mais dependência.

Autonegligência diz respeito à conduta da pessoa idosa que ameaça sua própria saúde ou segurança por meio da recusa de prover a si mesma de cuidados necessários.

Abandono consiste na ausência ou deserção dos responsáveis governamentais, institucionais ou familiares de prestarem socorro a um idoso que necessite de proteção.

Segundo o Estatuto do Idoso, baseado no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988/2010), os direitos fundamentais desse grupo populacional devem ser garantidos pelo Estado, mas o dever de evitar ou denunciar à autoridade competente a ocorrência de negligência, discriminação, violência, crueldade, opressão ou qualquer violação desses direitos é de todo cidadão (BRASIL, 2003/2010).

Para casos em que haja comprovada violação de direitos, o Estatuto prevê, em seu artigo 45, a aplicação de medidas de proteção tais como: o encaminhamento à família ou ao curador, com devida assinatura de termo de responsabilidade

desses, o encaminhamento à orientação, apoio e acompanhamento temporários, a requisição de tratamento de saúde, a inclusão em projetos ou programas específicos e/ou o acolhimento institucional (BRASIL, 2003/2010).

Caberia aqui questionar qual ligação poderia haver entre a violência familiar direcionada ao idoso e a violência supostamente generalizada na sociedade brasileira. Também seria interessante pensarmos no momento em que emergiu a violência como tema público neste mesmo contexto.

Neto e Moreira (1999) notam que, apesar de historicamente presente no Brasil, a violência converteu-se em tema popular e cotidiano apenas a partir da década de 1980, época de crise, sempre ligada a um sentimento de temor generalizado provocado por aumento estatístico na ocorrência de mortes por “causas externas” imaginariamente vinculadas aos assaltos, sequestros e assassinatos. Curiosamente, afirmam os autores não ocorrer à época uma interpretação dessas estatísticas no sentido de atentar ao perfil de incidência dessas mortes, predominante entre negros, pobres e jovens entre 20 e 29 anos de idade.

A explicação causal para a violência urbana que se tornou predominante é aquela veiculada pela versão midiática e socialmente conveniente às classes abastadas que atribui à delinquência, sem questionar sua origem na dinâmica social. O modelo de combate exclusivamente centrado na ação das forças de segurança em defesa do direito de propriedade encontra respaldo na tolerância social ao “Esquadrão da Morte”, que ainda durante a década de 1950 (sob o comando do General Amaury Kruel) dizimava a população considerada perigosa (NETO; MOREIRA, 1999).

Neto e Moreira (1999) afirmam que, ao contrário, “[...] a violência é fenômeno multiforme, multicausal e interno à própria dinâmica social [...]” que encontra outra manifestação na forma institucional. Segundo os autores, essa forma expressaria uma violência estrutural que por ser cotidiana e assumir semblante de legalidade estatal não estaria sujeita a contestações sob o argumento de necessidade de manutenção da ordem.

O conceito de violência estrutural, de acordo com Boulding (1981), se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos, que conduzem à opressão de determinadas pessoas a quem se negam vantagens da sociedade, tornando-as por conta disso, mais vulneráveis ao sofrimento e à morte. Essas estruturas determinam igualmente

as práticas de socialização que levam os indivíduos a aceitar ou infligir sofrimentos, de acordo com o papel que desempenham.

Para esses autores, deve-se considerar a violência estrutural como histórica e socialmente produzida, possuindo raízes profundas em relações autoritárias em áreas geograficamente demarcadas, servindo a objetivos determinados, voltados a destinatários específicos. Ela com maior intensidade alcança os cidadãos com reduzida capacidade de defesa, alimentando desigualdades sociais ilustrada pela persistência da ostentação de poucos e do sofrimento de muitos. Talvez seja possível afirmar que sua face mais perversa se constitua no cerceamento de oportunidades e de projetos de vida a grande quantidade de cidadãos, servindo ao favorecimento da ocorrência de escolhas constrangidas por preconceitos (NETO; MOREIRA, 1999).

Dessa forma, o primeiro índice da violência estrutural que atinge os vulneráveis numa determinada sociedade, tipo de violência sociossimbólica não explícita nesse contexto, seria o afeto produzido nos encontros que poderia ou não os conduzir ao reconhecimento da forma de sofrimento ético-político que os implica. Haveria por hipótese afetos próprios ao violento tratamento diferenciado dado aos idosos em nossa sociedade?

Considero importante evocar aqui o texto escrito a título de desabafo de autoria de Whitaker (2008). O belo e inquietante relato produzido a partir de seu encontro pessoal nas cidades brasileiras com as inúmeras dificuldades impostas pelas sociedades industriais à vida dos idosos (mesmo àqueles de classe média) tem como marca a indignação ético-política com o comportamento indiferente dos que ela denomina como “futuros idosos” acompanhada da reivindicação da garantia estatal de um valor digno de aposentadoria frente a dependência total do consumo imposta por essa sociedade.

Pensando um dos reflexos mais pronunciados da violência estrutural contra o idoso, Lima et. al. (2010) atenta ao aspecto específico da segregação espacial relacionada à redução da mobilidade física entre eles. Mas julgamos poder percebê-los também na simples comparação entre o estabelecido no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003/2010) e o que se observa na realidade cotidiana.

Em seu parágrafo terceiro, o referido Estatuto prevê garantias específicas ao idoso tais como: atendimento preferencial e individualizado; preferência na formulação de políticas públicas, com consideração da geriatria; destinação

privilegiada de recursos públicos; viabilização de formas alternativas de participação e convívio com outras gerações; prioridade de atendimento às necessidades do idoso na família em detrimento do asilar; garantia de acesso a serviços locais de saúde e de assistência social; e prioridade na restituição de Imposto de Renda, adicionado à lei a partir de 2009 (BRASIL, 2003/2010).

Entretanto, numa cultura que incorporou traços de violência ao cotidiano das relações sociais pareceria irrealizável querer viver sem apanhar, sem sofrer discriminações e preconceitos, sem que se sinta inferiorizado e, por vezes, sem que reaja de forma agressiva contra esse sentimento.

E os próprios técnicos responsáveis por reconhecer e acolher essas situações de violência a partir da expressão destes indivíduos podem ser contaminados pela sensação de “normalidade” e pela frequência com que alguns destes relatos são feitos, banalizando-os e naturalizando-os.

Isso por sua vez produziria neles uma sensação de estranhamento em relação a sua atividade e uma percepção de que não pode haver sentido em um trabalho cuja finalidade é tão irrealizável. Eis aí um sinal da “burocratização do trabalho técnico” no interior dos serviços articulados às políticas públicas brasileiras (WHITAKER, 2008).

Reeditando a experiência de estranhamento dos personagens dos romances de F. Kafka, Zizek (2011, p. 41) nos lembra de que “[...] toda a mística da burocracia, em seu aspecto mais sublime, depende dessa lacuna: conhecemos os fatos, mas nunca podemos ter certeza total de como esses fatos serão registrados pela burocracia”.

Dessa forma, a existência do idoso no confronto com os burocratas reatualiza aquelas duas fontes de sofrimento humano a que fiz referência no capítulo anterior, supostamente transmitida aos mais jovens pelos longevos desde o início da existência humana: na persistência da dúvida de como será ouvido e na evitação da certeza de que algo importante será desconsiderado.

Desta forma, pode ser gerada nos servidores públicos uma experiência de resignação reconfortante e reterritorializante de que, embora ele suponha haver encomenda ou encargo (BAREMBLITT, 1998) para sua atuação, não exista demanda para este tipo de serviço público, que os recursos públicos poderiam ser melhor empregados em outras ações.

Essa experiência poderia ser confrontada com o fato de que a tarefa assumida pela rede de proteção social básica expressa um paradoxo sistêmico insuprimível: deveria promover a capacidade de grupos vulneráveis expressarem e elaborarem esse sofrimento ético-político, transformando-o em motivo de fortalecimento do exercício dos direitos de cidadania de forma plena, como linha de fuga do dispositivo formado pela cultura civil de tolerância à violência e pelas exíguas possibilidades do Estado, ainda mais no contexto atual das sociedades capitalistas, reconhecer e resguardar esses direitos para todos os cidadãos.

Neste sentido, tanto quanto o SUS, o Sistema Único de Assistência Social e, particularmente, o nível de Proteção Básica só poderiam ser efetivos superando o viés assistencialista e promovendo a capacidade de organização de grupos “vulnerabilizados” de reivindicar e ter acesso ao direito de produzir outra forma de existência. Isso impõe à sociedade contemporânea o desafio de se reinventar constantemente e de combater a tendência histórica, principalmente no Brasil, à “tecnoburocratização” das relações.

Neste sentido, Neto e Moreira (1999) apontam à percepção de senso comum em relação a esses fatos de que sejam decorrentes apenas da incompetência de governantes e correlatos ou da forma de gerenciamento de conflitos sociais que se faz necessária no contexto dessas relações, sem questionar como ações de controle social poderiam modifica-las.

Os autores apontam ainda que essa percepção influencia a concepção social de direitos básicos, cujo instrumento principal de atuação são as políticas públicas. E quando essas privilegiam as ofertas mercadológicas ao atendimento a necessidades da população, como no “capitalismo em rede” (PELBART, 2011), o resultado é o escasso controle social e a redução de sua ação ao conhecido clientelismo e à intervenção policial nos bairros pobres das regiões metropolitanas (NETO; MOREIRA, 1999).

Nesse contexto, ocorre o agenciamento entre o significado social hegemônico desses direitos e os interesses e necessidades privados raramente garantidos à maioria, apesar de frequentes a alguns privilegiados.

Seria possível destacar a complementaridade entre a violência familiar (identificada com o ambiente doméstico e com o convívio com parentes, curadores ou cuidadores) e a social ou estrutural (de natureza institucional, que se configura em geral como ação discriminatória e preconceituosa) (GONDIM, 2011/2016).

Nos dizeres de Minayo (2005), há uma coincidência entre a natureza das violências que a população idosa sofre e aquela que a totalidade da sociedade brasileira vivencia, produz nas suas relações e introjeta na sua cultura.

Considero interessante, entretanto, o registro do relato pessoal de uma idosa estudiosa da questão ao afirmar que “[...] não é no seio da família, mas sim no espaço público, que os idosos encontram realmente grandes dificuldades e hostilidades sem fim” (WHITAKER, 2008, p. 49). Talvez aqui devêssemos constatar sua complementaridade, aprofundando a escuta de como são percebidas pelos próprios seres que envelhecem.

Nesta direção, Lima et al. (2010) afirmam que a violência contra a pessoa idosa no Brasil constitui um “campo de invisibilidades e silêncio” com escassas informações provenientes de pesquisas empíricas, apesar de reconhecerem sua importância em termos de repercussão na saúde desse grupo populacional vulnerável. Além da raiz social e relação com a família, os autores intuem a existência de uma espécie de pacto social de silêncio por conta do “mito da velhice inútil”, atualizando a constatação de Beauvoir (1970).

Neto e Moreira (1999) apontam ao controle social e a proposição de metodologia de avaliação das políticas públicas de caráter continuado e bem estruturado como estratégias de prevenção à violência estrutural.

São exemplos de políticas públicas voltadas ao combate à violência contra o idoso a Política Nacional de Redução à Morbimortalidade de Acidentes e Violências (2001) e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2006) (LIMA et al., 2010).

A Política Nacional de Redução à Morbimortalidade de Acidentes e Violências possui sete diretrizes das quais algumas serão destacadas na sequência.

A primeira trata da necessidade de promoção da adoção de comportamentos e de ambientes seguros e saudáveis, com municípios e escolas promotores de Saúde, especialmente naquelas cidades em que o percentual de idosos for superior a 7% da população. Para tanto, seria necessário desenvolver o senso de corresponsabilidade do cidadão na prevenção ao uso de drogas, porte de armas de fogo, não observância a regras de segurança e relações interpessoais conflituosas (BRASIL, 2001; LIMA et al., 2010).

O relato frequente do estagiário acerca de situações que envolviam a dificuldade dos idosos de se locomoverem até o CREAS por conta da falta de qualidade do transporte coletivo público, o descuido com o desnível existente nas

calçadas próximas ao referido serviço e a proximidade deste serviço em relação a locais de tráfico e uso de “crack”, entre outras drogas, apontam à relativa desconsideração dessa primeira diretriz.

Lima et al. (2010) lembram que a associação entre o uso de substâncias psicoativas (tanto por cuidadores como por idosos) e doenças associadas, além de problemas visuais, neurológicos e declínio da função mental podem contribuir para o aumento da ocorrência de lesões externas na população com mais de 60 anos de idade.

Na continuidade dessa primeira diretriz, propõe-se que a promoção da adoção de comportamentos e de ambientes seguros e saudáveis também dependa da concessão de cursos de primeiros socorros e procedimentos de urgência e emergência a todos os cidadãos. Um aspecto específico relativo à área do envelhecimento seria o investimento na formação de cuidadores para idosos, seguido pela sensibilização de que a violência contra segmentos populacionais mais vulneráveis é potencializadora da violência social geral. Por último, porém não menos importante, seria atender ao previsto em lei ao realizar as notificações de ocorrência de maus-tratos contra esses segmentos (BRASIL, 2001).

No contexto em que o estágio ocorreu, era perceptível a existência de subnotificação dessas ocorrências e a inacessibilidade dos idosos que frequentavam o CREAS aos serviços de cuidadores especializados.

A quarta diretriz aponta à necessidade de assistência interdisciplinar e intersetorial às vítimas de acidentes e de violências com o estabelecimento de sistemas de referência entre os setores da saúde e as áreas jurídicas e de segurança, com o desenvolvimento de protocolos de tratamentos das vítimas de acidentes e violências baseado em evidências clínicas e epidemiológicas, com a preparação de profissionais que, entre outros conhecimentos, deve contemplar a abordagem psicossocial nos casos de violência, considerando a idade como um indicador precário em idosos na determinação das características especiais do enfermo hospitalizado. Além disso, prevê a consideração da capacidade funcional como parâmetro mais fidedigno e a colocação do foco na possibilidade de identificação de maus-tratos junto aos idosos (BRASIL, 2001).

Segundo a experiência do estágio, o nível de integração do CREAS aos outros serviços responsáveis pelo trabalho psicossocial com idosos vitimados pela

violência era ainda frágil, não permitindo o desenvolvimento das ações sistemáticas previstas pela referida diretriz da política pública.

Também a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) (BRASIL, 2006) exemplifica o enfrentamento da violência em termos de políticas públicas brasileiras. Por isso a abordaremos aqui, trazendo elementos importantes à cartografia da experiência de estágio junto ao CREAS, serviço vinculado à política de Assistência Social. Ela possui nove diretrizes e algumas delas serão ilustradas a seguir.

A primeira delas afirma a necessidade de promoção do envelhecimento ativo e saudável. Com o objetivo explícito de manter a capacidade funcional e a autonomia, efetivar os princípios preconizados pela Organização Mundial da Saúde de independência, participação, dignidade, assistência e autorrealização e atentar aos três parâmetros do envelhecimento bem-sucedido (menor probabilidade de doença, alta capacidade funcional física e mental e engajamento social ativo com a vida), propõe-se:

- a) incentivar e equilibrar a responsabilidade pessoal, ambientes amistosos e a solidariedade entre as gerações;
- b) efetivar uma abordagem baseada em direitos;
- c) desenvolver atendimento acolhedor e resolutivo à pessoa idosa, baseado em critérios de risco, ações integradas de combate à violência doméstica e institucional contra os idosos;
- d) promover participação em grupos operativos e de convivência, com ações de promoção e valorização de experiências positivas;
- e) reconhecer e incorporar as crenças e os modelos culturais de usuários em seus planos de cuidados;
- f) fazer investimento em serviços preventivos primários e redução de necessidade de hospitalização, incluindo ações de reabilitação ainda nesse nível de menor complexidade e articular as ações do SUS e do SUAS (BRASIL, 2006).

Percebe-se novamente a necessidade de articulação entre setores diferentes das políticas públicas, especificamente aquelas relacionadas à saúde e à assistência social, e entre diferentes níveis desses sistemas, com vistas a promover o envelhecimento ativo, saudável e bem-sucedido, elementos apenas raramente observados no cotidiano do campo de estágio em questão. Por conta inclusive da escassez de funcionários e de limitações no ambiente físico do serviço, o

acolhimento realizado às situações de violência parecia ocorrer tardiamente, em franco descompasso com a suposta urgência que elas demandam.

O resultado perceptível em alguns usuários era a descrença na possibilidade de receber apoio suficiente para superar situações de violência por eles vivenciadas, o que tornava o encontro com os idosos algo protocolar e burocrático e resultava, via de regra, em realização de encaminhamentos sem o devido acompanhamento dos resultados práticos na vida dos mesmos.

Consideramos ainda com relação a essa diretriz a necessidade de questionarmos por si só a busca do “envelhecimento ativo”, “saudável” e “bem-sucedido” propalado pela política pública, dada a possibilidade de práticas sintonizadas com esse ideal apenas reproduzirem o padrão socialmente agenciado e desejável ao capitalismo em rede de preparação dos idosos para a aquisição de uma parafernália de medicamentos e técnicas de rejuvenescimento financiada, na maioria das vezes, pelos escassos recursos provenientes de aposentadorias, pensões e empréstimos bancários, tal como supõe Campelo e Paiva (2014). Como nos lembra Whitaker (2007) envelhecer com qualidade de vida na sociedade atual custa caro.

É relevante lembrar aqui que no que diz respeito à Previdência Social, o texto do Estatuto do Idoso prevê que os benefícios devam acompanhar os cálculos de custo de vida (BRASIL, 2003/2010).

Outra diretriz da PNSPI seria promover a atenção integral e integrada da saúde da pessoa idosa, em primeiro lugar, mantendo o foco no usuário, baseado em seus direitos, necessidades, preferências e habilidades, facilitando o acesso a todos os níveis de atenção. Em seguida, dever-se-ia utilizar inventários funcionais e sócios familiares da pessoa idosa a fim de elaborar planos locais de enfrentamento de problemas, incluindo profissionais e usuários em sua elaboração (BRASIL, 2006).

A experiência demonstra não só no contato com serviços voltados aos idosos, mas destinados ao público das mais diversas faixas etárias, a dificuldade em conseguir estabelecer foco no usuário, ainda mais quando a meta é planejar no âmbito local ações com a participação dos usuários. Encontra-se registro dessas dificuldades também na literatura do campo da saúde, como no estudo de Uribe Rivera e Artmann (2003).

No caso dos idosos que enfrentam situações de violência, há dificuldades que se acrescentam. Um caso que ilustra essa dificuldade é o de uma idosa que narra

fantasticamente um percurso de vida permeado por deslocamentos entre municípios distantes e rupturas com parceiros, familiares e amigos, enredado por uma suposição de que vinha sendo perseguida por um homem de quem havia se separado há alguns anos. Na impossibilidade prática de apoiar a narrativa em outros elementos (tais como a confirmação dos fatos por familiares e amigos) e tendo a confirmação de que ela se desfizera de um imóvel doado a ela pela prefeitura de um dos municípios onde esteve, se estabelece o receio por parte da equipe do CREAS de confrontar a aparência fantasiosa desse relato numa reunião de planejamento de ações locais com a presença da mesma.

Nos casos de enfrentamento a situações de violência no âmbito do CREAS, não é incomum que os usuários tenham relações fragilizadas ou rompidas com a família ou a comunidade da qual fazem parte, constituindo um desafio fiar o planejamento coletivo das ações nos posicionamentos dos profissionais apoiados todos numa narrativa isolada ou em narrativas diversas feitas exclusivamente pelo mesmo usuário.

Contudo, dependendo em grande parte da maneira como ela é conduzida por parte dos profissionais dos serviços envolvidos, consideramos interessante, necessária e desafiadora a aposta da política pública no planejamento de ações locais com a participação efetiva dos usuários na constituição do que chamamos “envelhecer contemporâneo”.

Trata-se de uma forma singular de relação com o tempo de vida, com as transformações do corpo e da voz, potencializada pelos observadores parciais e intercessores, capaz de desafiar a territorialidade padronizada do propalado “envelhecimento bem-sucedido”, sintonizado exclusivamente com as demandas do capitalismo em rede, estabelecendo e intensificando assim linhas de fuga.

Outra ação prevista na segunda diretriz seria a de realizar avaliação funcional e psicossocial na atenção primária, estabelecendo fluxos de referência e contra referência entre níveis de atenção. A abordagem multiprofissional e interdisciplinar deveria basear-se na identificação e no reconhecimento da rede de suporte social, incluindo-a na avaliação sistemática das ações, tendo como objetivo prevenir o cansaço dos cuidadores. Essa prevenção pode ocorrer por meio do incentivo à constituição de grupos de autoajuda entre cuidadores. Os serviços devem considerar os anseios dos idosos e de sua família, havendo necessidade de realizar levantamento, compondo pirâmide de risco funcional básica, de idosos acamados,

incapacitados para atividades da vida diária (AVD) ou com dificuldades para exercer as atividades instrumentais de vida diária e independentes em instituição de longa permanência (BRASIL, 2006).

Trataremos da avaliação funcional no próximo tópico, que versará sobre experiências com serviços de acolhimento a idosos que exigem que essa avaliação seja feita antes do ingresso na instituição. No que diz respeito especificamente à constituição de grupos de autoajuda entre cuidadores, é perceptível por meio dessa experiência de estágio o esforço dos profissionais do serviço para incentivá-los, sem, até aquele momento, terem conseguido resultados expressivos.

A terceira diretriz expõe a necessidade de estímulo às ações intersetoriais, visando à integralidade das ações para evitar duplicidade, corrigir distorções, potencializar a rede de solidariedade e considerar características e necessidades locais (BRASIL, 2006).

Dada a percepção de falta de articulação entre serviços da Assistência Social como com os da Saúde, era inviável avaliar se havia duplicidade ou distorção nas ações empreendidas pelo referido CREAS, o que supostamente implicava prejuízo à integralidade e relativa desconsideração pelos aspectos locais na abordagem aos casos de violência ali acolhidos.

Por meio dessa experiência no CREAS, ficou evidente que em algumas situações de violência envolvendo pessoas mais jovens e mais velhas com disposições físicas bastante distintas, o idoso, por vezes, não é alguém em total condição de impotência para resistir e até mesmo resolvê-las com rearranjos na própria existência. Esse foi, de fato, um aprendizado surpreendente que nos levou a postular que todo trabalho técnico deve se caracterizar mais como intercessão do que como intervenção, no sentido descrito por Deleuze (1990/1992) e por Mehry (2009)³⁴.

O relato do caso da idosa que se deslocava de município em município, obtendo todo o tipo de amparo por parte dos serviços técnicos, sustenta essa afirmação. Alguns casos de violência física entre conviventes envolvendo o filho jovem e a mãe idosa em que a mesma solicitava aos vizinhos que denunciassem a polícia o ocorrido, após reiteradas tentativas frustradas de interromper o ciclo de

³⁴ É inegável o caráter interventivo, político e conflituoso de todo trabalho técnico. Entretanto, usamos o termo intercessão neste trabalho a partir da perspectiva dos autores supracitados para diferenciar o ato pautado pela ética, conectado a própria existência, daquele em que os modelos morais e abstratos predominam como norteadores, o que é característico do que chamamos aqui intervenção.

agressões sem a interferência de agentes externos, também lhe oferece sustentação.

Nos casos em que não havia ainda uma resolução espontânea, a demora em que se iniciasse o atendimento produzia situações de extrema violência contra a pessoa idosa, o que em geral envolvia familiares.

Era perceptível por meio do relato de visitas realizadas pelos estagiários que, em algumas situações, a violência não cessara e essa afirmação escondia o medo por parte do idoso em denunciar seu familiar. Entretanto, longe de evocar um significado unívoco, esse sentimento se conectava de formas bastante diversas com outros elementos semiológicos presentes na situação.

A título de exemplo, cito um caso específico que envolvia uma denúncia feita, por uma faxineira que prestava serviços à família, de violência sexual cometida pelo filho contra a mãe idosa e viúva. Os dois residiam sozinhos e, ao longo do contato com os envolvidos, soube-se que o suposto agressor havia sido adotado pelo casal ainda na infância.

A suposta violência havia se iniciado após a morte do marido da idosa. Mediante contato durante a realização de uma visita, a vítima negava a ocorrência dos fatos, expressando, contudo, o sentimento de medo diante da presença dos técnicos do CREAS. Após alguns dias, fora noticiado pelos vizinhos de que a idosa os avisara de que se mudariam, sem se referir ao destino.

Diante da suposta convivência da idosa com a situação, reforçada pela impressão dos vizinhos, formulou-se a hipótese de que o medo expresso pela mulher idosa durante a visita velava sua afetividade ambivalente em relação a esse filho adotivo, algo que evocava a possibilidade da existência de fato de uma relação incestuosa.

Logo, diante da expressão de sentimentos e de falas dos idosos, produziu-se a necessidade do que Guattari (1988, p. 113)³⁵ nomeia de uma “pausa interrogativa” na ação para obter uma descrição mais detalhada sobre o que ocorria na percepção das pessoas envolvidas, a fim de compreender com elas como e se seria necessário algum encaminhamento ou oferta de escuta.

³⁵ Referindo-se a fenômenos etológicos, o autor diz: “[...] parece que [...] estases de inibição se apresentam como comportamentos encruzilhados entre opções importantes, para a sobrevivência de uma espécie, encontra-se aí, de cada vez, espécie de pausas interrogativas [...]” (GUATTARI, 1988, p. 113).

Era evidente também a falta de apoio aos cuidadores informais ou de preocupação para melhorar as condições em que esse cuidado se fazia, reduzindo a ocorrência de violência relacionada à sobrecarga do cuidador. Percebia-se, pelos relatos dos estagiários, que muitos desses cuidadores experimentavam, em si mesmos, experiências relacionadas ao envelhecimento, o que evoca a importância de que a escuta seja promovida também junto a eles.

Pensando no papel fundamental que a família desempenha tanto no suporte como no fenômeno da violência contra o idoso, compreende-se a necessidade de entender algo sobre o apoio social possível e necessário a ela.

Neste sentido, na historiografia de conceitos sobre o assunto, Vidal e Clemente (1999) destacam a princípio a existência de dois enfoques diferentes sobre a questão: o estrutural (referente às características da rede social que, por sua própria existência, já ofereceria apoio) e o funcional (para o qual mais importante que a quantidade é a qualidade da ajuda oferecida pelos membros das redes).

Em seguida, eles historicamente seriam substituídos por dois outros: o do apoio social real (refere-se à efetividade da ajuda que recebe o indivíduo) e o do apoio social percebido (refere-se à percepção que o indivíduo tem de seu contexto social e à satisfação subjetiva com o apoio oferecido por ele). Embora exponham esses enfoques, os autores ressaltam não haver consenso sobre como reduzir a experiência negativa dos cuidadores (VIDAL; CLEMENTE, 1999).

A evidência de que não há consenso científico sobre como reduzir essa experiência negativa conduziu-me novamente à necessária discussão sobre a micropolítica do trabalho vivo em ato, segundo os termos de Mehry (2009), e da intercessão (DELEUZE, 1990/1992). Parece que a forma como se estabelece processos de codificação (a maneira como os conceitos tecnicamente utilizados para entendê-la são produzidos) da relação entre cuidador e cuidando por meio dos intercessores disponíveis (os diferentes tipos de apoio social encontrado por eles) em determinado agenciamento (o conjunto dos referenciais teórico-metodológicos que orientam práticas de cuidado e dos contextos em que são praticados) é determinante da qualidade do cuidado que se expressa em modos de subjetivação mais ou menos singularizantes (formas de existir mais ou menos livres de modelos hegemônicos no contexto social e histórico em que se vive).

Desta forma, a qualidade da relação entre um cuidador e um idoso e a liberdade de existir além da rigidez de modelos abstratos dela decorrente será

determinada pela maneira mais ou menos ética com que se compreenda e se efetive o apoio social na situação específica em questão.

Wellman e Wortley (1990) propõem a existência de formas primárias de apoio social aos cuidadores tais como: o apoio informal (por meio de conselhos e apoios recebidos pelos cuidadores para entender e manejar situações estressantes), a assistência (que diz respeito à conduta instrumental de apoio direto nas tarefas), o apoio emocional (que arrola comportamentos que proporcionam aos cuidadores os sentimentos de conforto, tranquilidade e segurança), a estima (caracterizada pelo reforço positivo aos comportamentos efetivos dos cuidadores) e a integração social (enquanto sentido de pertencimento a grupos em que desempenham papéis distintos ao de cuidador).

Vidal e Clemente (1999) relatam a carga ou peso do cuidador como “um tipo multideterminado de cansaço produzido por novas exigências provenientes de se tornar um cuidador, resultando em problemas fisiológicos, emocionais, sociais e econômicos”. Apresentam os enfoques teóricos sobre a carga relacionados aos estudos de estresse (segundo o qual a carga dependeria da valoração subjetiva do cuidador sobre sua atividade) e os ligados aos estudos sobre o contexto social (em que a mesma é compreendida por meio de custos pessoais e interpessoais independentes da valoração subjetiva do cuidador, como os problemas econômicos).

Segundo os autores, poderia ser interessante estudar a relação entre o apoio social e a carga dos cuidadores (VIDAL; CLEMENTE, 1999). É nesse sentido que se faz possível pensar que uma estratégia com grupos de cuidadores, seja aquela das experiências unitárias de rodas de conversa ou a de convivência e fortalecimento de vínculos, poderia servir ao enfrentamento de situações de violência e de discussão sobre o envelhecimento em modo análogo ao das “pausas interrogativas” (GUATTARI, 1988, p. 113).

Ainda no tocante à promoção de estratégias efetivas de escuta ao envelhecimento, foi quase espontâneo a compreensão de que o grupo poderia fazê-lo de forma a afirmar o esforço coletivo de escuta com vistas a romper a “conspiração de silêncio” que paira sobre o tema do envelhecimento, conforme Beauvoir (1970) e Lima et al. (2010).

Foi possível durante a realização do estágio neste CREAS destinado especificamente ao atendimento a violações de direitos praticadas contra pessoas

idosas, com muito esforço de diálogo com a direção do serviço e com os idosos, formar um grupo operativo de mulheres. Ao analisar seus desempenhos em atividades semanais, que a princípio eram propostas pelo estagiário e aos poucos passaram a serem discutidas e escolhidas entre as participantes, elas refletiam sua postura mais otimista ou pessimista frente ao envelhecimento e a condição feminina no tocante a violência doméstica, sentindo-se em maior ou menor medida empoderadas para realizar o enfrentamento possível conforme a particularidade das circunstâncias.

Foi possível perceber a produção de vivências depressivas em algumas delas em que pareciam se misturar aspectos atribuídos ao envelhecimento – como a idade avançada enquanto indicador de impossibilidade de se alcançar uma autonomia que ela não tivera em nenhum momento de sua vida – à condição feminina, ao apego à família idealizada, à situação financeira, entre outras.

Uma senhora, repetidas vezes, expressava o lamento de ter mais de sessenta anos e, por isso, sentir não ter mais forças para cuidar de filhos e netos. Queixava-se da viuvez e da falta que o marido fazia a sua existência, condenando o comportamento de outras idosas de procurar outro parceiro após a morte de seus companheiros.

A descrição dos estagiários apontava à percepção de um paradoxal sentimento de inveja dessa senhora durante a fala de outras idosas, como se ela ficasse dividida entre desejar encontrar outro companheiro e viver presa ao respeito que devia ao seu marido e sua família de feições perfeitas (cujas perfeições eram atribuídas à tenacidade do propósito de manter-se imaculada durante o resto da vida).

Considerou-se uma dupla possibilidade nesse agenciamento e em seu respectivo modo de produção de subjetividade: a intensificação de uma condição de envelhecimento impotente que, por mais integrado à atualidade do projeto neoliberal de consumismo e rejuvenescimento, constitui um território existencial da velhice como condição terminal da vida à espera da morte; ou um primeiro movimento de assunção de uma condição potente que pode conduzir a articulações singulares entre o atual e o inatual bastante diversas e intensas.

Neste contexto, foi interessante perceber como a viuvez apresentava frequentemente o sentido de libertação de obrigações às quais muitas delas se sentiam vinculadas, uma libertação que se expressava como oportunidade de viver e

expressar curiosidade em relação ao que se poderia fazer da vida dali a diante (mudança de rotina, estabelecimento de novos relacionamentos amorosos e de amizade, aproximação com outras pessoas, incluindo as mais jovens, etc.), com o sentimento de que ainda não era tarde demais para realizar-se.

Aqui considero a viuvez novamente em sua dupla aparência: a identidade com o rejuvenescimento reafirma o padrão atual de impossibilidade de envelhecer de forma potente frente a existência; porém, a afirmação de uma experiência de libertação curiosa, ainda que tardia do ponto de vista cronológico, aponta à virtualidade da singularização soberana em relação a vida e ao envelhecimento.

Lembrei-me mais uma vez das palavras de Joan M. Erikson:

[...] É na realidade em que vivemos, nos movimentamos e compartilhamos a Terra uns com os outros. Sem contato, não há crescimento; de fato, sem contato a vida não é possível. A independência é uma falácia (Erikson, 1997/1998, p. XI).

Neste sentido, lembro ainda as palavras de Guattari (1988, p. 123) de que a liberdade não é feita com a subjetividade, mas inicia-se tanto com a realização das “coisas desagradáveis ou sem interesse” como com a correlata capacidade de focalização sobre “coisas de desejo individuais ou coletivas” que mudam o mundo e os homens. Eis a liberdade maquínica concomitante a uma ética afirmativa da vida.

Neste sentido, Tótorá (2016, p. 33) afirma que:

Uma ética afirmativa da vida implica uma aliança com a vida liberta dos valores morais, modelos ou justificativas que pretendem erigir ideais de vida transcendentais. Tais ideais são construídos em instituições políticas estatais, privadas ou científicas. Trata-se sempre de parâmetros universais que servem de medida para as ações de todos os viventes. Os profissionais do saber arvoram-se, muitas vezes, em condutores do modo de se viver, instituindo nos viventes a culpa pelos malefícios que venham a sofrer. Na pretensão de dirigir a vida, controlando o seu processo, com o intuito de melhorá-la (entendendo-se governá-la), multiplicam-se as prescrições a serem seguidas como modelos gerais. As singularidades são freadas e as diferenças niveladas e reproduzidas em escalas numéricas e em índices estatísticos.

Mais uma vez, pontua-se a distinção entre a ética e a moral como norteadora importante das práticas de escuta ao envelhecimento.

4.3. A experiência como supervisor de estágio de formação de psicólogos junto a serviços de acolhimento para idosos articulados pelo SUAS:

Algum tempo após concluir meus trabalhos junto ao CRAS e antes de iniciar minha experiência como supervisor de estágio junto ao CREAS, surgiu a oportunidade de supervisionar também estagiários junto a serviços de acolhimento para idosos articulados ao SUAS. Provavelmente, essas experiências foram me provocando aos poucos a aprofundar o estudo da escuta ao envelhecimento em serviços articulados pelas políticas públicas.

O Estatuto do Idoso prevê o direito à moradia digna, de preferência em família natural, ou substituta, desacompanhado ou em Instituições. No caso das instituições, ele prevê que a identidade visual seja mantida a fim de que se favoreça o exercício de fiscalização de suas atividades pelo conselho do idoso, pela vigilância sanitária, pelo ministério público ou outro órgão previsto em lei (BRASIL, 2003/2010).

No caso dos serviços de acolhimento e outras instituições voltadas ao atendimento a idosos, ressalta-se a importância de que os projetos devam considerar em suas práticas: a preservação de vínculos familiares, o atendimento personalizado ou em pequenos grupos, a manutenção do idoso na mesma instituição, a participação em atividades comunitárias, a observância de direitos e garantias, a preservação da identidade do idoso e a garantia de ambiente de respeito e dignidade (BRASIL, 2003/2010).

Na condição de supervisor de estágio de formação de psicólogo junto a serviços de proteção social especial de alta complexidade, em duas instituições (as quais denominarei pelas letras X e Y, respectivamente) de um município de médio porte da região oeste do estado de São Paulo que oferecem moradia para idosos, entre outras existentes nesta cidade, foi possível perceber diferenças entre as ofertas feitas por elas aos familiares e idosos.

Uma delas, a instituição X, aceitava idosos dependentes de cuidados básicos tais como alimentar-se, tomar banho, etc. A outra, a instituição Y, baseava-se numa avaliação prévia de funcionalidade para aceitá-los, comprometendo-se apenas com os que tivessem condição comprovada de autonomia para realização das chamadas “atividades de vida diária” (AVD).

Logo se vê que, atuando as duas no mesmo município e junto à mesma população, ambas oferecem serviços complementares uns aos outros, de forma análoga às práticas de reserva de mercado de ofertas de produtos e serviços próprias de cartéis e monopólios intensificados pela globalização neoliberal.

No caso da instituição Y, segundo o relato dos estagiários, essa avaliação funcional era conduzida pelos técnicos assistente social e psicólogo, contratados pela instituição em conjunto com o médico, sendo esse último profissional aquele com carga horária semanal mais reduzida entre os três e, ao mesmo tempo, o principal responsável pela decisão a favor ou contra o aceite.

De acordo com Batistoni (2009, p. 14), na atualidade “[...] a heterogeneidade [...] do envelhecimento é observada a partir da consideração das influências de natureza socioculturais [...], socioeconômicas [...], psicossociais [...] e biológicas [...]”. No entanto, o que resulta da avaliação funcional não é o heterogêneo em sua plenitude diferencial, e sim a redução da individualidade a um dado incluído em uma escala constituída a partir de valores hegemônicos e universais.

Como vimos no tópico anterior, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) (BRASIL, 2006), em sua primeira diretriz, relaciona a capacidade funcional e a autonomia com os princípios de independência, participação, dignidade, assistência e autorrealização, preconizados pela Organização Mundial da Saúde, e os três parâmetros do envelhecimento bem-sucedido (menor probabilidade de doença, alta capacidade funcional física e mental e engajamento social ativo com a vida).

Alves, Leite e Machado (2008, p. 1200) afirmam que:

[...] a capacidade funcional surge, atualmente, como um novo paradigma de saúde, particularmente importante para o idoso porque envelhecer mantendo todas as funções não significa problema para o indivíduo, a família ou sociedade. O problema se inicia quando as funções começam a se deteriorar.

É possível supor que o início do problema da deterioração das funções no idoso pudesse ser abordado aqui de forma ética, pensando que tipo de coadaptação entre idosos e seus intercessores seria realizável a partir dos recursos locais disponíveis. Mas parece ser mais comum que ela seja tratada a partir de uma abordagem pragmática que tenta solucionar a problemática atacando suas causas por meio do emprego de tecnologias de intervenção alheias as relações interpessoais ou do encaminhamento a outras instituições supostamente habilitadas.

É possível lembrar aqui o que reflete Tótora (2008, p. 22-23) ao afirmar que:

[...] O que singulariza a época atual é a articulação de uma cultura de desvalorização da velhice a tecnologias de poder de intervenção e controle sobre o corpo dos velhos. A velhice associada à doença mobiliza uma gama variada de especialistas que fazem uso de um saber específico para intervir no corpo dos velhos, normalizando suas práticas com base em um modelo hegemônico e universal de ser velho.

Em revisão de diversos estudos, Bonardi, Azevedo e Souza e Moraes (2007, p. 140-141) conceituam incapacidade funcional como “[...] limitação para a realização das atividades de vida diária, comprometendo a capacidade funcional do indivíduo para permanecer independente”. Os mesmos autores descrevem a avaliação funcional como instrumento na detecção da avaliação funcional, que tem como objetivo contribuir à prevenção, ao tratamento ou ao cuidado e que utiliza como principais critérios a realização de ações cotidianas de forma autônoma, tais como tomar banho, vestir-se, alimentar-se, administrar o próprio dinheiro, deambulação.

Para compreender o envelhecimento disfuncional como processo determinado pela biologia, se pode supor como seu contraponto um conceito cronologicamente mais antigo, o de desenvolvimento.

Siedenberg (2004, p. 19) afirma que em biologia tanto o conceito de desenvolvimento como o de evolução se referem a processos de mudanças qualitativas nas características dos seres vivos, ao contrário do crescimento que representaria um processo de mudança quantitativo no tamanho de indivíduos e populações. Segundo o mesmo autor, a diferença entre os dois processos qualitativos (desenvolvimento e evolução) residiria no fato de o primeiro referir-se ao indivíduo e o outro à população. Em termos evolutivos, se pressupõe que o indivíduo seja portador de uma característica típica da espécie.

De acordo com Siedenberg (2004, p. 20):

[...] o desenvolvimento é consequência natural da aplicação de um mecanismo de assimilação e adaptação de habilidades individuais pré-existentes às necessidades postas; uma espécie de upgrade de habilidades. Normalmente estas mudanças individuais ocorrem em etapas referenciadas de transições, de acordo com fases típicas de cada espécie (por exemplo: ovo > larva > pupa > imago; ou também: infância > puberdade > adolescência > fase adulta > velhice) e correspondem a um desdobramento de habilidades no sentido de o indivíduo conseguir fazer frente às situações adversas de cada fase.

Utiliza-se “desenvolvimento” para descrever o fenômeno individual ou um conjunto deles do qual se julga haver um conhecimento consolidado sobre os efeitos da passagem do tempo cronológico por ele (SIEDENBERG, 2004, p. 22). Daí o uso de termos como “consequência natural”, “etapas referenciadas de transições”, “fases típicas de cada espécie” e “desdobramento de habilidades” na citação acima.

É possível considerar ser a suposta consolidação desse conhecimento que estabelece um plano de consistência em que o dispositivo biologia-desenvolvimento-envelhecimento se estabelece como prescrição de formas assumidas pelo corpo ao longo da vida humana concomitante modos de subjetivação traduzidos em maneiras de ser, sentir, falar, pensar, escutar, etc. Eis um primeiro parâmetro para qualquer avaliação funcional.

Por sua vez, o termo “evolução” é empregado como referência a um elemento conhecido ou a uma configuração deles cujo prognóstico é desconhecido em termos populacionais (SIEDENBERG, 2004, p. 22) ³⁶.

Ao surgir neste contexto uma noção de corpo para referir a unidade de cada ser entre os semelhantes, uma individualidade para outra nas categorias de elementos comuns, ao mesmo tempo em que designa o elemento mínimo componente de uma população em constante processo de evolução, essa corporeidade emerge como objeto investido pelo saber-poder científico e por práticas biopolíticas conflituosas dele decorrente.

O corpo é então um constante campo de combate de duas formas de biopolítica: a do desenvolvimento previsível (que aponta ao exercício do poder sobre a vida ou biopoder) e a da evolução imprevisível (que indica o poder da vida ou biopotência). Dessa forma, o indivíduo reproduz com maior ou menor exatidão as características previsíveis da espécie, mas acrescenta algo de novo e singular à população da qual faz parte.

Entretanto, a biologia parece atenuar esse conflito e organizar o estudo das diferentes formas de vida individuais produzindo uma taxonomia de espécies, sendo justificável a ela afirmar que o envelhecimento se expressa de formas diferentes conforme a especificidade do ser que envelhece. Desse modo, afirma que

³⁶ “[...] enquanto o desenvolvimento individual segue um esquema típico da espécie e tem resultados perfeitamente previsíveis, na maior parte dos processos evolutivos não é possível identificar com grande precisão esquemas e processos de mudança pré-concebidos” (SIEDENBERG, 2004, p. 22).

envelhecer ao indivíduo humano se expressa estrutural e funcionalmente de maneira própria e padrão à espécie.

Concebido de forma linear e unidirecional, o desenvolvimento implica a ascensão cronológica inscrita no corpo de cada ser vivo de uma condição inicial de menor para uma maior funcionalidade estrutural na relação com seu ambiente, resultando em uma melhor adaptação. Assim, mesmo o declínio de algumas funções corporais isoladas pode estar a serviço do alcance da plenitude de outras (comportamentos reflexos substituídos por uma maior disposição neurológica à aprendizagem, por exemplo).

Outra consideração feita por Siedenberg (2004, p. 17) é a de que desenvolvimento nunca se refere a “[...] processos de deterioração, diminuição, redução ou regressão, isto é, processos de mudança com conotação negativa, de involução, retrocesso ou decadência”.

O envelhecimento, enquanto processo posterior ao desenvolvimento e ao período reprodutivo poderia ser considerado aos olhos da biologia como o declínio cronológico da funcionalidade estrutural de seu auge até o momento da morte refletido nas estruturas anatômicas do corpo orgânico individual, mesmo havendo, segundo Neri (2003), compensações que possibilitam inclusive melhorar o desempenho de algumas funções isoladas na relação entre ser vivo e ambiente ao longo desse processo.

Considerando a relação entre desenvolvimento e envelhecimento, Siedenberg (2004) ressalta diferenças entre a dimensão individual corporal e a cognitiva. Afirma que:

Enquanto o ramo somático do desenvolvimento individual conduz a um conjunto normativo típico da espécie em relação à estrutura corporal, antes que se instale um processo de envelhecimento, o ramo cognitivo do desenvolvimento individual é muito mais influenciável por demandas e ingerências contextuais, que não envelhece, mas que pode se tornar obsoleto (SIEDENBERG, 2004, p. 21).

Compreende-se algumas sugestões importantes do autor sobre o assunto aqui abordado. Segundo ele, o desenvolvimento individual cognitivo seria menos afetado pelo processo endógeno de envelhecimento do que o somático, estando aquele mais sujeito às influências ambientais e à obsolescência provocada por

mudanças contextuais. Dada essa influência do contexto, os déficits cognitivos no envelhecimento seriam menos padronizáveis.

Opinião diferente é expressa por Lemaire e Bherer (2005) quando afirmam que o envelhecimento cognitivo, enquanto função, tem como determinante principal o envelhecimento anatômico cerebral, expresso, a título de exemplo, em medidas evolutivas de redução de massa e de proporção de células cinza e brancas nesse órgão. Essa redução seria encontrada em indivíduos que compõem a população de uma espécie, mas é tão típico que os autores não se preocupam em diferenciar o plano individual do populacional ou da espécie.

Aqui emerge a necessidade de se refletir acerca da distinção entre envelhecimento funcional e adoecimento. Isso porque a redução de massa e de proporção de células cinza e brancas parece ser um fenômeno endógeno próprio da espécie e da população humana concomitante o acúmulo de tempo de vida posterior ao desenvolvimento e ao período reprodutivo, enquanto o desenvolvimento individual cognitivo é mais afetado pelas influências ambientais e as mudanças de contexto.

Estaria o envelhecimento cognitivo integrado ou não ao processo geral de envelhecimento endógeno, submetido ou não a sua regularidade na espécie e na população humana? Deveria ser ele, nesse sentido, considerado uma doença mais dependente de fatores contextuais inerentes à vida de cada indivíduo do que das características populacionais do sistema nervoso central dos *homo sapiens*, passíveis de mensuração por meio de uma avaliação funcional?

Poderíamos explicá-la recorrendo ao critério da diferença entre unidade e pluralidade, como quando se fez a discriminação entre desenvolvimento e evolução? Neste sentido, seria o adoecimento um fenômeno de desenvolvimento enquanto o envelhecimento um evento evolutivo?

A biologia novamente atenua o conflito afirmando haver elementos suficientes para sustentar a identidade entre esses processos, com base na ideia de que ambos representariam redução de funcionalidade estrutural.

Essas reduções seriam concomitantes ao avanço da idade e constatadas por meio de métodos científicos. Dessa forma, o processo cerebral e cognitivo aqui em questão não seria um fenômeno excepcional, mas parte de um processo geral de envelhecimento do corpo orgânico conhecido como “síndrome de doenças incipientes” (ARKING, 2008) ou “síndromes geriátricas” (MOTTA; AGUIAR, 2007).

Por outro lado, considerando a hipótese de que a funcionalidade adaptativa sirva à finalidade da sobrevivência da espécie e da população, envelhecer traduziria no plano individual e corporal a pressão ambiental para a substituição de indivíduos idosos por jovens numa população.

Deparamo-nos com a concepção de que o envelhecimento humano também pode ser considerado como uma série de transformações que ocorrem não somente durante a velhice, mas ao longo de todo o curso da vida do indivíduo (ARKING, 2008; MUCIDA, 2014). Neste sentido, deve-se afirmar que essas transformações são contextualizadas “[...] por fatores normativos ontogenéticos, por fatores histórico-culturais e por fatores ligados à história de vida individual” (BALTES, 1991; NERI, 2003, p. 10).

Vemos com essa afirmação a emergência de um agenciamento mais heterogêneo em torno do conceito de avaliação funcional. Agora, além dos fatores estritamente biológicos, comporiam a conceituação os aspectos sociais e psicológicos.

Talvez um último critério efetivo nestes três domínios (biológico, social e psicológico) para a determinação funcional do grau de envelhecimento seja a idade. Dessa forma, a avaliação de funcionalidade almejaria responder à questão de “com que idade envelhecemos?”. Desde já cabe notar que a resposta a essa pergunta pode ou não se identificar com aquela sobre “quando nos tornamos idosos?”, uma vez que se associa comumente o envelhecimento com as pessoas com sessenta anos ou mais.

A título de exemplo da diferença entre o critério fixo de idade do envelhecimento e sua variabilidade conforme o agenciamento micropolítico de aspectos heterogêneos, Debert (1999/2012, p. 121-122) descreve o que identifico como uma “tipificação funcional relacional”, estabelecida pelos próprios idosos que entrevistou.

Essa permitiria uma classificação prática dos “outros internados” em uma privilegiada instituição asilar onde realizou pesquisa antropológica. As categorias que ela descreve são: “[...] os velhos propriamente ditos; aqueles que se encontram numa marcha acelerada e irreversível em direção à senilidade; e aqueles que merecem respeito e com os quais vale a pena se relacionar [...]” (DEBERT, 1999/2012, p 122).

Os da primeira categoria levariam uma vida vegetativa sem nenhuma independência e seriam “[...] aqueles que, por razões de ordem física, perderam toda a capacidade de se movimentar e permanecer sós [...]”, demandando acompanhamento em tempo integral em função das notórias dificuldades motoras, expressivas e de memória. Na palavra dos entrevistados, seria preferível a morte a essa condição de invalidez (DEBERT, 1999/2012, p. 122).

Os da segunda categoria, com os quais evitam qualquer contato, apresentariam relativa independência funcional concomitante a um “[...] estado de deterioração mental [...]” revelado ou pelo excesso de grosseria ou pela arrogância, denunciando aspectos mal elaborados psiquicamente em sua história de vida, e agravados pela passagem do tempo. Seriam os “[...] que tornam a vida no asilo insuportável” (DEBERT, 1999/2012, p. 123).

A autora escreve que:

Ficar senil é o grande temor dos residentes, tão grande quanto a invalidez e maior do que a morte. Demonstrar que não se é senil é um desafio que parece ocupar cada momento do cotidiano dos idosos. Cada idoso, à sua maneira, parece ter se especializado em técnicas bastante sofisticadas de manter a idade avançada sem se comportar como um velho senil. É nesse sentido que a ideia da velhice como carreira expressaria os desafios que os idosos, no asilo, propõem-se a enfrentar (DEBERT, 1999/2012, p. 123-124).

Os da terceira categoria, pessoas com quem se procura estabelecer relações de amizade e solidariedade, seriam aqueles residentes que se comportam adequadamente, demonstrando com isso sua lucidez (DEBERT, 1999/2012, p. 124).

Neste sentido, a avaliação de funcionalidade a que os idosos eram submetidos em uma das instituições funcionava como uma seleção de indivíduos aptos segundo características biológicas e instrumento biopolítico cujo questionamento, se existia de fato, absurdamente não era explicitado pelos profissionais que dela participavam, incluindo psicólogos.

Com relação à biologia do envelhecimento, afirma Santos (2002, p. 02) que:

O que se evidencia nos critérios estipulados, no que tange o envelhecimento e terceira idade, é que não se considera o processo orgânico, o qual não segue regras estanques variando de maneira significativa de um indivíduo para outro, de acordo com uma série de variáveis, como hereditariedade, estado emocional, condições econômicas e culturais [...].

Destaca-se nesse sentido haver outra forma de pensar o envelhecimento e a própria avaliação funcional a partir da biologia. A proposta de Humberto Maturana (2001, p. 175) parte do fato de que a vida se expressa em sistemas autopoieticos determinados estruturalmente que mantêm cotidianamente relações recursivas com o meio³⁷ e que, nessas, é impossível distinguir entre ilusão e percepção, entre erro e acerto.

Isso indica que ao vivenciarmos uma situação, no momento mesmo em que a vivenciamos, jamais será possível distinguir entre erro perceptivo e uma percepção adequada. Essa impossibilidade de distinguir entre o erro perceptivo e a percepção adequada do meio decorre do fato de que:

[...] todos os sistemas que interagem com um sistema vivo constituem seu meio. Além disso, de acordo com a dinâmica recursiva das interações recíprocas [...], todos os sistemas em interações recursivas mudam juntos, congruentemente (MATURANA, 2001, p. 177).

Isso aponta à necessidade de se colocar entre parênteses tanto a pretensão científica de tomar como *parti pris* uma observação de caráter absolutamente objetivo, neutro e imparcial no estudo da relação adaptativa entre organismo e ambiente como a adoção de marcadores biológicos correlatos à idade cronológica como padrão único do envelhecimento, manifestações próprias a uma biologia reducionista, e passar a escutar a narrativa da perspectiva biológica do ser observador, enquanto ser autopoietico, incorporando-a como ponto de partida de qualquer conhecimento.

Dessa forma, aquele que intenciona suspender o padrão técnico da ação a fim de fazer emergir a singularidade no trabalho com o envelhecimento não poderia ignorar mais a sua própria experiência como ser que envelhece e as consequências disso sobre as relações que estabelece com os outros.

Humberto Maturana [...] define os seres vivos como sistemas auto referidos ou autopoieticos, o que significa afirmar que são sistemas nos quais seu operar somente faz sentido em relação a si mesmos, diferentes dos sistemas elaborados pelos homens, que, por seu desenho, fazem sentido

³⁷“Sistemas vivos são sistemas autopoieticos moleculares. Enquanto sistemas moleculares, os sistemas vivos são abertos ao fluxo de matéria e energia. Enquanto sistemas autopoieticos, sistemas vivos são sistemas fechados em sua dinâmica de estados, no sentido de que eles são vivos apenas enquanto todas as suas mudanças estruturais forem mudanças estruturais que conservam sua autopoiese” (MATURANA, 2001, p. 175).

somente em relação a um produto ou a algo distinto deles (SANTIN, 2010, p. 117).

Com esse esforço, Maturana visa resgatar os elos rompidos entre ciência e vida cotidiana por certa concepção objetivista e racionalista, ampliando sua concepção biológica para abarcar fenômenos mais complexos. Há uma preocupação em evitar explicações científicas ou de outra ordem que rompam com a integralidade da experiência própria do viver cotidiano nos sistemas autopoieticos e que coloquem o reconhecimento de sua existência na dependência da mediação teórica.

Compreende-se a importância do projeto de Maturana e Varela de romper com a tendência biológica racionalista e fisicista de fragmentação do estudo da vida em partes, disciplinas, períodos, organismos, ambientes, etc., enquanto esforço para resgatar a integralidade da existência dos seres vivos por meio da experiência cotidiana dos mesmos.

Há, além disso, o reconhecimento da peculiaridade de que os seres humanos são seres na linguagem. Segundo Maturana (2001, p. 178):

A linguagem é um modo de viver juntos num fluir de coordenação consensual de coordenações consensuais de comportamentos, e é como tal um domínio de coordenações de coordenações de ações. Assim, tudo o que nós seres humanos fazemos, nós fazemos na linguagem. Então, os objetos surgem na linguagem como modos de coordenação de nossos afazeres na linguagem; os diferentes mundos que vivemos surgem na linguagem como diferentes domínios de afazeres nas coordenações de nossos afazeres na linguagem; os diferentes domínios de afazeres que vivemos como diferentes tipos de atividades humanas, sejam eles concretos ou abstratos, manipuláveis ou imaginados, práticos ou teóricos, ocorrem como domínios de coordenações consensuais de coordenações de ações em diferentes domínios de ações que surgem em nosso viver na linguagem. Assim, o linguajar é nosso modo de existir como seres humanos.

O reconhecimento de que somos seres peculiares na linguagem, de que o espaço operacional em que cada um se constitui como um ser singular é constituído por ela, coloca questões importantes à escuta ao envelhecimento que evocam uma ética afirmativa da vida, conforme afirma Tótora (2016) ao final do tópico anterior.

Voltando ao relato, ambas aceitavam exclusivamente idosos que tinham rendimentos próprios provenientes de aposentadorias ou pensões ou que tivessem suas despesas pagas pelos familiares, em especial os filhos, constituindo-se instituições filantrópicas.

A instituição X era, na realidade, coordenada por religiosos que tinham sua rotina definida em função das atividades relacionadas à ordem à qual pertenciam. Essa rotina também acabava por definir os horários de despertar, de refeições e de recolhimento dos idosos.

O estagiário relatou a percepção de um idoso da ala masculina acerca do estabelecimento desses horários como uma violenta arbitrariedade. Entretanto, dizia a ele não ter outra alternativa viável para suprir suas necessidades de cuidado diário.

Havia também, entre os técnicos da instituição X, algumas insinuações acerca da percepção de arbitrariedade no estabelecimento de normas institucionais por parte das mantenedoras do serviço de acolhimento, insinuações essas que, por outro lado, não se manifestavam de forma clara o suficiente para mobilizar um debate acerca de alternativas.

Do meu ponto de vista, a conhecida dinâmica institucional religiosa (GOFFMAN, 1961/1974) produzia nesses profissionais temores em relação à impossibilidade de manutenção de seu cargo mediante a expressão clara de suas percepções junto aos colegas e aos mantenedores, o que resultava numa atitude resignada por parte dos mesmos.

Foi possível perceber em ambas as instituições a existência de situações que se configuram como de abandono familiar, uma vez que alguns dos filhos contratantes dos serviços passavam meses sem exercer a obrigação contratual de visitação aos acolhidos estabelecida obrigatoriamente pelas instituições com base no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003/2010) por ocasião do aceite em relação ao acolhimento.

A constatação desse fato implicava a realização de esforços frequentes por parte das equipes técnicas desses serviços para obter contato telefônico com os tutores e/ou curadores e/ou familiares, mobilizando nos técnicos por vezes a sensação de que os mesmos estavam evitando-os pelos mais diversos motivos tais como sobrecarga de trabalho e nos cuidados com o familiar, conflitos com o idoso acolhido, sentimento de culpa ante a decisão de conduzi-lo ao acolhimento institucional, etc.

Concebeu-se aí uma linha de captura ao agenciamento atual que apontava à sobreposição entre a qualidade da relação presente e da passada entre esses pais e esses filhos, o registro mnêmico por parte desses últimos com relação a aspectos

negativos dessa interação e a decisão de afastar-se mais ou menos do convívio, em especial, do genitor. Portanto, a relação assumia consistência de uma repetição às avessas dos afetos tristes estabelecidos outrora na relação parental, parecendo assumir o mesmo traço nos relatos dos idosos.

Alguns relatos produzidos na intercessão estabelecida entre o estagiário da instituição X e idosos dependentes que apresentavam indicadores gerais de autonomia mais prejudicados conectavam a descrição de uma relação permeada pela inconstância de contato, abandono e violência com seus filhos com uma maior frequência no atual distanciamento dos mesmos durante o período de acolhimento institucional, sendo essa conexão percebidas com muito mais constância nas narrativas produzidas entre os homens acolhidos do que entre as mulheres.

Neste sentido, o mesmo idoso que relatara a sensação de arbitrariedade com relação ao estabelecimento de horários para acordar e realizar as refeições lembrava de seu trabalho como braçal que o levava a diversos lugares diferentes e evitava um contato maior com os filhos ainda pequenos. Também recordava de algumas aventuras extraconjugais durante esses períodos de ausência que misteriosamente chegavam ao conhecimento de sua esposa e mãe de seus filhos, o que o afastava ainda mais da interação com os familiares mesmo durante os períodos de permanência em casa.

Alguns desses homens relatavam pequena ou nenhuma frequência à escola ainda durante a infância refletida nas dificuldades com o exercício de leitura e escrita, além de um histórico de alcoolismo sem acompanhamento especializado e infidelidade conjugal à genitora de seus filhos ao longo de uma vida inteira de migrações em busca de ofertas temporárias e inconstantes de trabalho braçal.

As extensas e pesadas cargas de atividade laboral concomitante ao exercício do papel de provedor familiar são elementos invocados por alguns nos relatos feitos ao estagiário para lamentar a injustiça do afastamento dos filhos em relação a eles, os quais, com frequência, afirmavam estar no final de sua existência confiando no julgamento de Deus a respeito de seus atos e omissões. O tom de resignação aponta aqui a intensificação de um agenciamento e de um respectivo modo de produção de subjetividade tristemente afetado nesses encontros promovidos pela memória.

Talvez interceptando essa linha do relato dos idosos que apontava à resignação frente ao julgamento divino, em tom melancólico, foi possível constituir

uma linha de fuga singularizante no sentido das reações explosivas de descontentamento com a rígida exigência de obediência às regras estabelecidas pelos religiosos que coordenam o serviço por parte dos mesmos.

Segundo a descrição do estagiário, isso por vezes parecia mobilizar reações de reprimenda mais ou menos sutis por parte dos religiosos: a redução da atenção concedida às solicitações feitas pelos mesmos, o reforçamento da vigilância sobre o cumprimento de normas institucionais, o aumento da frequência de advertências verbais em tom de ameaça de punição severa, entre outras. Compreende-se nessas reprimendas o sinal do quanto aquelas reações explosivas pareciam representar uma ameaça à governamentalidade (AGAMBEN, 2009; FOUCAULT, 1999), configurando um agenciamento maquínico e um modo de produção de “subjetividade contemporânea”.

Era notável no relato do estagiário a experiência de intensificação dos afetos entre os religiosos durante a expressão dessas reações por parte dos idosos, clérigos que no cotidiano pareciam seguir de forma rígida os preceitos eclesiais de passividade e que, apenas por alguns instantes, vivenciavam dificuldades no exercício do autocontrole ante a amplificação da afetação.

Outro elemento descrito pelo estagiário que apontava à consistência desse agenciamento maquínico produtor de “envelhecimento contemporâneo” entre eles era o que ele chamava de “ajuda mútua” ante a percepção de maior autonomia ou dependência de uns em relação aos outros. Intensificava-se essa ajuda ante a percepção de que um deles estava sendo alvo de represália por parte de algum membro da instituição.

Por outro lado, ao ser estimulada pela própria instituição de forma mais perceptível na condução ao refeitório no horário pré-definido pelos religiosos para a ocorrência das refeições, intuía-se a tentativa de captura dessa linha de fuga representada pela ajuda mútua em agenciamento reterritorializante produtor de “envelhecimento bem-sucedido”. Essa tentativa consistia na elaboração de uma regra que estabelecia a ação de suporte para o deslocamento de outros internos como uma obrigação aos idosos, elemento adequado à manutenção da produtividade do serviço mesmo em situações de limitação de funcionários e veiculado como forma de promoção de autonomia e solidariedade entre os internos.

Outra linha de fuga descrita aqui entre os homens residentes na instituição X, mesmo entre os acamados e demenciados e, talvez, ainda mais entre eles, se dava

pela recorrência dos episódios em que, mediante coerção física ou diálogo, solicitavam às funcionárias que participassem de algum ato libidinoso com eles, o que era rejeitado por elas com veemência segundo relatos das mesmas.

Apesar da rejeição, era frequente a reflexão produzida nelas em relação aos mesmos no sentido de imaginar o efeito desagradável da restrição motora e social, próprias ao internato, sobre o aumento da intensidade do desejo sexual naqueles homens e a existência de pulsação desejante mesmo em casos de demência.

Em relação ao estágio na instituição Y que não recebia e na qual não permaneciam idosos considerados dependentes segundo os critérios de avaliação da execução das atividades de vida diárias (AVD), foi possível perceber uma diferença inclusive arquitetônica.

Enquanto na instituição X, havia apenas um bloco com uma divisão clara entre ala masculina e feminina, delimitada pela existência de um templo religioso, na instituição Y havia casas geminadas idênticas do ponto de vista da divisão espacial com capacidade máxima para acomodar dois residentes. Isso facilitava ou que casais ou que duplas do mesmo sexo permanecessem juntas.

Eis aqui a importância da retomada do conceito de agenciamento. Penso haver nesses relatos uma evidência da relação estreita entre a experiência subjetivada da sexualidade nos idosos acolhidos e a arquitetura do estabelecimento, entre outros elementos linguísticos e não-linguísticos agenciados.

Na instituição Y, foi possível notar por meio dos relatos haver uma fluidez física das relações sociais no espaço que se traduz em diálogos menos marcados por uma rigidez de posições de gênero e, em consequência disso, uma tolerância maior às manifestações de intensidades corporais nas atividades expressivas, com possíveis repercussões sobre as manifestações de sexualidade.

Havia na instituição Y uma equipe técnica menos numerosa do que na instituição X, embora o número de internos fosse também menor como, em geral, as restrições funcionais a execução de atividades da vida diária (AVD) dos mesmos. Esta contava apenas com um administrador, um assistente social, um psicólogo e funcionários de limpeza e era complementada com serviços voluntários relacionados a atividades ocupacionais e fisioterapia, além da presença pontual do médico contratado apenas por algumas horas.

Enquanto os profissionais do serviço social permaneciam períodos mais longos, os profissionais de psicologia tinham uma presença mais inconstante junto a

ela. Segundo relatos, isso se dava por conta de o salário oferecido ser inferior à oferta de outras instituições no período em que os estágios foram realizados (2010) e pela pouca credibilidade concedida ao trabalho do psicólogo nesse contexto – já que grande parte da demanda consistia em fazer contato com as famílias e atualizar relatórios sobre a situação geral do idoso, o que incidia com maior constância sobre o administrador e o assistente social.

Em geral, os psicólogos aceitavam uma carga horária menor (20 horas semanais) para dar continuidade ao trabalho em consultório particular, havendo mesmo assim o que os administradores nomeariam de “alta rotatividade” no cargo. Não há que se descartar também que essa rotatividade pudesse estar vinculada com dificuldades dos próprios profissionais em lidar com as perdas progressivas de desempenho cognitivo nos idosos e com a iminência da morte. Eis aqui outro indício da necessidade de escuta ao envelhecimento para além dos limites da idade, aquém dos idosos, mesmo sendo estes profissionais que atuam na área.

Esses psicólogos também apresentavam aos estagiários e ao supervisor dúvidas sobre técnicas de avaliação funcional que permitissem a eles realizar diagnósticos mais precisos sobre os estágios iniciais de demência e declínios acentuados de funções psicológicas sistêmicas ou específicas. Isso era valorizado no contexto dessa instituição porque ao menor indício de perda de autonomia, a família era convocada a procurar outro local que acolhesse o idoso.

Destacam-se, entretanto, as exceções. De forma enigmática, alguns idosos pertencentes a ordens religiosas ou provenientes de famílias dos provedores da instituição permaneciam acolhidos mesmo na condição de demenciados. Era visível que essas exceções, percebidas pelos profissionais como produto de um tratamento desigual da instituição para com os idosos, acentuava um componente de incerteza com relação ao papel do psicólogo nesse contexto e no próprio desejo do mesmo em permanecer vinculado à mesma.

Havia também demanda por treinamento em atividades preventivas à ocorrência desses declínios funcionais, das quais oferece algumas propostas interessantes Araújo (2012), que assumiam no local de estágio a forma de oficinas de memória ou de realização de atividades artesanais, atividade em que os estagiários se envolviam com maior frequência. O produto material das oficinas era doado pelos idosos e vendido para ajudar a manutenção financeira da entidade. Não foi possível ao longo do estágio questionar a instituição acerca da natureza

voluntária dessa doação, embora os insumos para a realização das atividades fossem fornecidos pelo estabelecimento.

Além dessas experiências de supervisão de estágio em serviços ligados aos três níveis de proteção social do SUAS, experiências determinantes da escolha do tema da presente tese, tive também a oportunidade de participar da primeira conferência municipal dedicada ao idoso.

Capítulo 5: Narrativa da experiência de participação na primeira conferência municipal do Idoso: encontros e desencontros entre temáticas e práticas.

Ao abordar o tema do controle social das intervenções promovidas pelo Estado Capitalista em relação as demandas da Sociedade Civil, Correia (2000, p. 11) afirma que o “[...] campo das políticas sociais é contraditório, pois, através delas, o Estado controla a sociedade, ao mesmo tempo em que incorpora suas demandas”.

Segundo a mesma autora, é por meio da constatação dessa contradição que se pretende reverter esse controle a favor da sociedade, “[...] radicalizando os espaços burgueses de democracia e ampliando a esfera pública” (CORREIA, 2000, p. 11).

Emerge daí um “[...] novo conceito de controle social em consonância com a atuação da sociedade civil organizada na gestão das políticas públicas no sentido de controla-las para que atendam as demandas e os interesses da coletividade [...]”, portanto, conceito não mais restrito ao controle exercido pelo Estado sobre a Sociedade Civil comum a noções de sociólogos, economistas e cientistas políticos (CORREIA, 2000, p. 11).

No que diz respeito a plena participação política de pessoas idosas, mais especificamente daquelas com algum grau de alteração cognitiva, ela tem fomentado discussões éticas em países com regime democrático formal e com maior população de idosos (BOSQUET et al., 2010). Em meio a essa discussão, na Bahia, Britto da Motta (2013) relata a participação de dois centenários como candidatos a deputados nas eleições de 2006.

Os conselhos nacionais, estaduais e municipais estabelecidos pelas diversas políticas públicas de seguridade social no Brasil, posteriores à promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988), são importantes instrumentos de efetiva gestão do Fundo Público que subsidia a ação das diversas esferas de governo por meio do serviço que prestam à população.

As conferências nacionais, estaduais e municipais representam momentos importantes de planejamento e avaliação da gestão de recursos do Fundo Público e das ações por ele subsidiadas ao longo de um período de tempo específico, havendo, para tanto, a necessidade de uma intensa mobilização à participação de beneficiários das políticas públicas, representantes de trabalhadores e da sociedade civil, além dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

É importante dizer também que essas instâncias de participação são produto de um longo processo histórico de conquistas mediante a luta de sucessivas gerações de uma multiplicidade de integrantes da sociedade civil pela efetivação dos direitos junto a esfera do Estado, como aponta a análise de Costa (2015).

Cabe registrar também que:

[...] A constituição de um sujeito ético difere de uma concepção moderna de um sujeito de direito, quer na sua modalidade de um direito natural da pessoa humana, quer na sua forma positiva formalizada nas leis. Trata-se de um fenômeno de natureza histórica e não de um valor moral de cunho universal [...].
Situar o envelhecimento em uma perspectiva política que não se define pela dimensão do direito, mas sim da ética, é um problema que merece ser colocado na contemporaneidade [...] (TÓTORA, 2016, p. 28).

Passo a seguir a relatar a experiência de participação na pré-conferência e na 1ª Conferência Municipal do Idoso do município de médio porte da região oeste de São Paulo, ocorrida ao longo do ano de 2015, na condição de profissional da psicologia que atua junto a situações relacionadas ao envelhecimento.

O fato de terem ocorrido conferências municipais do idoso ao longo desse ano é relatado como avanço histórico por Costa (2015) quando esta compara esse formato com o anterior, que contemplava apenas a existência de conferências regionais.

A participação no evento preparatório e na primeira conferência municipal do idoso foi muito agradável, dada a percepção de quantidade de pessoas presentes, principalmente, aqueles com mais de sessenta anos.

O tema fora proposto pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assistência Social e se configurou em torno do protagonismo do idoso. Nota-se a contradição: o tema não havia sido produto de uma escolha protagonista dos idosos que dela iriam participar.

No evento preparatório, realizado no dia 22 de maio de 2015 em um auditório que era também utilizado como sala de cinema e no qual as cadeiras eram todas voltadas para o palco, antes da explicação do que era uma conferência e sua finalidade, uma profissional da Secretaria Municipal de Assistência Social passou alguns vídeos com características diversas: num deles, se trabalhava com uma música e um texto escrito e narrado em que se acentuava a brevidade da existência, concluindo com o fato de que podemos ser surpreendidos com essa brevidade a

qualquer momento e de que quando nos dermos conta dela, pode ser tarde demais; outro vídeo demonstrava a existência de capacidades surpreendentes de indivíduos idosos, fazendo menção à resiliência frente ao envelhecimento.

Por mais que a intenção fosse trazer elementos encorajadores, era de se imaginar que a escolha dos vídeos pudesse ser feita para o perfil médio da população idosa presente, os supostos protagonistas, que não necessariamente têm capacidades extraordinárias e nem são todos indivíduos desatentos aos cuidados com a saúde que a velhice inspira, a ponto de serem surpreendidos pela abreviação da vida, vide o fato de que muitos eram atletas e frequentavam serviços de saúde, entre outros, com regularidade.

Mas qual teria sido a motivação para a escolha dos filmes? Suponho que a seleção tenha como base a própria experiência do adulto em relação ao envelhecimento, como um fenômeno negativo e alheio a sua própria existência. Com todo o viés moral a ser criticado, os vídeos faziam pleno sentido aos profissionais presentes que trabalham cotidianamente com a questão do envelhecimento como se ele ocorresse apenas com o outro e fosse somente constituído por impotência ou privação.

É importante lembrar que a privação enquanto “[...] ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos [...]” é reconhecida pela Política Nacional da Assistência Social (PNAS), ao lado da pobreza e da fragilização de vínculos afetivos, como uma das causas da vulnerabilidade social que atinge a população a quem se destina a proteção social básica. Aquele que é identificado como privado de algo precisa ser investido de potência para adquirir o que lhe falta (CREPOP, 2007, p. 11).

Entretanto, o exame atento à noção de privação nos conduz a enxergá-la sob uma perspectiva diferente, constituindo uma linha de fuga ao dispositivo atual da política pública de Seguridade Social. Esse é o exercício a que se dedica Giorgio Agamben (2000/2016) em um trecho específico de sua exegese do texto paulino da Carta aos Romanos.

Como devemos entender o *telos* [finalidade] de uma potência que se realiza na fraqueza? A filosofia grega conhecia o princípio segundo o qual privação (*stérésis*) e impotência (*adynamía*) são, de algum modo, uma espécie de potência [...]. Para Paulo, a potência messiânica não se esgota no seu *ergon* [efetuação], mas permanece nele potente na forma da fraqueza. A *dýnamis* messiânica é, nesse sentido, constitutivamente “fraca” – mas é

precisamente através da sua fraqueza que pode exercitar os seus efeitos [...].

A inversão messiânica da relação potência-ato tem também um outro aspecto. [...], ela tem efeito sobre a esfera da lei e das suas obras não simplesmente negando-as ou aniquilando-as, mas desativando-as, tornando-as inoperantes [...]. [...] assim como, no *nomos* [lei], a potência da promessa foi transposta em obras e em preceitos obrigatórios, [...] agora, o messiânico torna essas obras inoperantes, as restitui à potência na forma de inoperosidade [...] (AGAMBEN, 2000/2016, p. 115).

É possível compreender o que o autor propõe no referido contexto da seguinte maneira: a constatação da existência de alguém privado de potência demonstra a inoperância relativa da lei enquanto realidade que se supunha, até então, abranger a totalidade dos cidadãos (no caso da legislação civil) ou dos seres humanos (no caso das leis biológicas), por exemplo.

Neste caso, toda exceção, longe de confirmar a regra, explicita as contingências para que se realize em sua plena efetividade. Como nos diz Agamben (2000/2016, p. 116), é “[...] possível levar a lei ao seu cumprimento, apenas se ela foi antes restituída à inoperosidade da potência [...]”.

Reconheço duas estratégias fundamentais que visam explicitar a privação da potência das leis: primeiro, a genealogia como estudo das condições históricas de possibilidade da efetividade de uma norma, e segundo, a exposição à caótica dos encontros com a diferença, que evocam as “grandes formas ou vias de pensar” (a Arte, a Filosofia e a Ciência) (NIQUETTI, 2015, p. 16).

Demonstro a seguir como essas estratégias têm se delineado no campo da Psicogerontologia quando problematiza a questão atual do “envelhecimento demográfico”.

As contribuições de Peixoto (1998) e Neri e Freire (2000) possibilitaram que Araújo, Coutinho e Souza Santos (2006, p. 90) escrevessem que, levando-se em conta as diferentes denominações:

[...] sobre a questão da velhice, percebe-se que a pessoa envelhecida conheceu [...] uma série de modificações ao longo do tempo, uma vez que as mudanças sociais reclamavam políticas sociais [...], assim como a construção ética do objeto velho.

Com base nesses elementos, é possível supor que atualmente indivíduos excepcionais do ponto de vista histórico que constituem uma mesma geração e população assistem ao longo de suas vidas a ocorrência de mudanças que

demandam políticas sociais e a construção ética do velho como objeto de saberes e práticas.

Araújo, Coutinho e Souza Santos (2006, p. 89), com as contribuições de Beltrão e Camarano, que antes mesmo de se tornar uma questão demográfica, a inquietude com o:

[...] envelhecimento e [a] longevidade humana é algo que já se fazia presente na mais remota história, seja como busca pela fórmula da eterna juventude, associada à felicidade plena, ou como preocupação constante do homem em todos os tempos”.

Barros e Castro (2002, p. 118), apoiadas em contribuições de Debert, Groisman, Lima e Secco, afirmam ocorrer a perda de uma espécie de “aura de nobreza ou sabedoria” que cercava os anciãos entre o fim do século XIX e o início do século XX, concomitante ao crescimento da população de idosos e à formulação desse crescimento como problema social.

Associados à formulação deste problema na cena social e histórica da época, as autoras identificam fatores como “[...] a improdutividade [...], a institucionalização do próprio curso de vida [...], a ênfase na dimensão biológica do envelhecimento [...], o advento das aposentadorias, o surgimento dos asilos [...]”, além de valer-se da idade cronológica como elemento capaz de definir a inserção cultural e legal em espaços sociais (BARROS; CASTRO, 2002, p. 118).

Visão ao menos parcialmente discordante parece emergir da produção de Araújo, Coutinho e Souza Santos (2006, p. 90), apoiados na contribuição de Peixoto (1998), uma vez que descreve o tratamento dado à velhice até o século XIX como questão de mendicância ou impossibilidade de se auto sustentar por meio da produção laboral. Longe de qualquer aura de nobreza ou sabedoria e mesmo da noção de velhote (*vieillard*) como bom cidadão, o velho era “[...] aquele indivíduo que não desfrutava de *status* social [...]”.

As contribuições de diversos autores possibilitaram que Combinato et al. (2010, p. 559) afirmem ser “[...] importante destacar que foi a partir da Revolução Industrial³⁸ e do desenvolvimento do capitalismo que a velhice passou a significar decadência, sendo assim excluída e marginalizada”.

³⁸ “As causas dessa “aceleração” demográfica, única na história dos primatas, [...] [são] consequências da industrialização. A primeira é a queda vertiginosa da mortalidade infantil pela quase erradicação das doenças infecciosas. A segunda é um aumento, igualmente impressionante, da longevidade” (FONTAINE, 2007/2010, p. 18).

Daquela época aos dias atuais, em que a proporção de pessoas com mais de 60 anos aumentou de forma pronunciada, fez-se a tentativa eufemística e até de certa forma preconceituosa de substituir a palavra “velho”, sempre acompanhada de “problemas”, pelo termo menos estereotipado “idoso”, associado a “necessidades”, na referência “[...] tanto a população envelhecida como aquela [...] mais favorecida” (PEIXOTO, 1998; NERI; FREIRE, 2000; ARAÚJO; COUTINHO; SOUZA SANTOS, 2006, p. 90).

A troca de nomeação pode ser tomada aqui como índice da passagem da questão do envelhecimento ao registro da lei, visto que retomar a apreciação legal de “necessidades dos idosos” como um “problema de velhos” passível de questionamento, o devolve ao contexto contemporâneo da inoperância da norma.

A leitura de alguns autores aponta que problematizar a suposta dicotomia entre a idealização dos velhos em outras épocas e o reconhecimento/indiferença atual às necessidades dos idosos parece constituir uma estratégia genealógica de questionamento de discursos hegemônicos sobre o envelhecimento.

Rozendo (2010) nota que o envelhecimento demográfico é relatado como principal impulso na sociedade brasileira para mudar o modo de se conceber e agir em relação a velhice, atraindo a atenção do Estado, do mercado e das ciências e investimentos na criação de mecanismos legais, previdenciários e institucionais específicos de gestão do envelhecimento.

Rozendo (2010, p. 07) afirma ainda que:

No Brasil, um país habituado a se ver e a agir como jovem, seguramente, sofrerá um impacto profundo desta inevitável revisão de si, com a ascensão demográfica da população idosa. Tal visão juvenil seguida de uma representação do país do futuro, da vitalidade, do dinamismo, da criatividade e assim por diante, terá agora que assimilar outras características trazidas pelo espectro do seu envelhecimento. Deverá integrar a velhice como parte do seu quadro social, como parte do delineamento de suas feições e como partícipe da construção de seu destino.

Outra estratégia consistiria em promover investigações sobre a produção de subjetividade que se dá no encontro limítrofe das perspectivas individuais, sociais, culturais, biológicas, ambientais, midiáticas e econômicas de velhos mais tradicionais com os mais inovadores (aqueles que partem em busca das promessas de novas oportunidades, perspectivas e desafios oferecidos pela longevidade).

Neste sentido, Klein expõe que:

Desde hace unas décadas la vejez no anticipa la muerte, sino una renovación de la promesa, la promesa de nuevas oportunidades, nuevas perspectivas, nuevos desafíos, aunque es claro que no toda la población vieja participa de este nuevo clima cultural. Investigaciones más detalladas deberían determinar dónde se encuentran los límites sociales, culturales y económicos entre estos “tradicionales” viejos y aquéllos, de tipo más “rupturista” (KLEIN, 2013, p. 213).

Afirma Santos (2002, p. 02) que a “[...] delimitação teórica quanto ao início do envelhecimento é um ponto que tem suscitado muitas discordâncias entre pesquisadores, legisladores e também entre as próprias pessoas que o vivenciam”.

Apoiado na contribuição de Mascaro, Areosa (2004, p. 2) escreve que:

[...] envelhecer difere de pessoa para pessoa, ou seja, existem vários fatores que influenciam no passar dos anos, tais como o tempo, a hereditariedade e o meio ambiente. A mídia também interfere na concepção da sociedade e influencia o idoso [...].

Desta forma, nossa proposição do ponto de vista psicogerontológico é a de que deveríamos tolerar a existência dessas discordâncias, considerando-as como aspecto inerente à multiplicidade que o fenômeno apresenta em função da heterogeneidade de sua constituição (psíquica, existencial, estética, legal, biológica, etc.).

Essa proposição ético-política pretende se afirmar como alternativa a uma postura estritamente científica que busca as dirimir por meio de uma solução conciliatória no presente, que mais esconde divergências que as explicita, ou protelatória, que aposta na possibilidade de encontrar solução futura unitária que inviabilize qualquer posicionamento contestatório.

Moliner, Ivan-Rey e Vidal (2008) afirmam que diante da questão que o envelhecimento demográfico coloca à sociedade atual, a constatação de que uma parte crescente da população se torna idosa demanda respostas que provavelmente deverão ainda serem inventadas levando-se em consideração as mutações econômicas, sociológicas e tecnológicas que se iniciaram em meados do século XX e perduram impactando inclusive a própria definição, as práticas e o olhar que lhe endereçamos. Identificamos aqui as diversas formas de escuta ao envelhecimento como uma dessas invenções.

Tolerar no exercício da escuta a existência de discordâncias em função da heterogeneidade da experiência do envelhecer contemporâneo emerge como primeira posição ético-política do intercessor na escuta ao envelhecimento, devolvendo a norma que emerge do dispositivo jurídico-científico a sua temporária inoperância.

Por exemplo, Silva (2008, p. 156) propõe desmontar a referência ao termo “terceira idade” como algo espontâneo e simples buscando demonstrá-lo, ao contrário, como o produto de um:

[...] processo complexo, que envolve a convergência de discursos políticos, práticas sociais, interesses econômicos e disciplinas especializadas. A análise [...] nos põe diante de teias intrincadas que unem saberes médicos, agentes de gestão e especialistas.

Para a mesma autora, a Gerontologia se credencia como agência integradora dos mais diversos discursos especializados sobre o envelhecimento, produtos de esforços empreendidos no campo dos estudos acadêmicos a fim de “[...] analisar, problematizar e propor novas formas de compreensão [...]” (SILVA, 2008, p. 156).

Groisman (2002), diante da constatação do aumento no número de participantes no congresso promovido pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, enxerga um crescimento na tematização da “terceira idade” pela mídia acompanhado de “[...] uma espécie de moda, com a constituição de um mercado de consumo específico” com um porta-voz claro: o gerontólogo.

Por outro lado, o viés excessivamente pessimista quanto ao envelhecimento demográfico também é descrito por Moreira Jr. e Japur (2003, p. 85) ao afirmarem que ele “[...] se tornou uma das grandes preocupações sociais do momento [...], dotando-o de crescente visibilidade, e favorecendo a configuração e legitimação de instâncias discursivas que levam a sociedade a se articular em torno do enfrentamento [...]” de suas consequências.

A segunda posição intercessora na escuta ao envelhecimento parece sustentar-se na invenção coletiva de formas de coadaptação articuladas ao que já existe como experiência, saberes e práticas consolidadas entre os diversos observadores parciais, capaz de articular um discurso minoritário e local que se oponha estrategicamente tanto ao otimista discurso hegemônico do envelhecer bem-

sucedido como àqueles que constituem uma oposição pessimista sem nenhum interesse prático.

Araújo, Coutinho e Souza Santos (2006, p. 90) parecem propor uma espécie de antídoto psicogerontológico ao excesso de otimismo ou pessimismo em relação ao envelhecimento demográfico quando afirmam que:

[...] a velhice – ou qualquer termo que se use – constitui uma fase do desenvolvimento humano tão importante quanto as demais, merecendo, portanto, toda a atenção e dedicação [...] através do planejamento e operacionalização das políticas públicas [...].

Voltamos ao relato. Logo depois da exposição dos vídeos, a fala foi esclarecedora sobre a necessidade de se discutir políticas públicas voltadas para pessoas presentes com a participação de todos durante a conferência, além de haver a votação para dois representantes que fariam parte da conferência estadual.

Sinalizo a percepção da ausência de uma contextualização maior da definição do tema da Conferência Municipal em torno do protagonismo dos idosos, no sentido de que os presentes pudessem compreender todo o processo de elaboração do mesmo.

Ao início da conferência, realizada no dia 12 de junho de 2015 em salão aberto de uma instituição universitária, o som se dispersava mesmo com o uso de microfone e sistema de som e audiovisual. O cerimonialista deu início à leitura do estatuto da conferência que precisaria ser votado antes do início das atividades.

Após mais de meia hora de uma exposição exaustiva, com os participantes todos sentados, o cerimonialista abre a votação do estatuto que continha um dispositivo que parecia impedir que um participante fosse eleito sem ter sido indicado por alguma instituição municipal governamental ou não-governamental voltada ao cuidado com o idoso (o que poderia restringir a representação municipal na conferência estadual a pessoas vinculadas a interesses do governo ou de particulares) e outro que impedia discordantes da maioria de tomar a palavra para apresentar destaques ao que estivesse em votação.

A instrução era a seguinte: quem concordasse com todas as regras deveria permanecer sentado e apenas deveria se levantar aqueles que tivessem objeções. Em outras palavras, não faça nada quem concorda e levante apenas quem discorda. Em meio a minha dúvida quanto ao primeiro dispositivo descrito e a um salão lotado

com trezentas pessoas entre profissionais da área e idosos desgastados pelo tempo da apresentação e desinformados pela distância de muitos no fundo do salão em relação ao conteúdo do estatuto projetado na tela, apenas levantei-me para questionar o enunciado e esclarecer seu sentido.

Como era previsível, não houve a garantia do direito de questionar o sentido do enunciado e nem o de explicar o motivo de minha discordância, por conta do dispositivo ainda a ser aprovado que previa a impossibilidade de apresentação de destaques durante a realização das votações. Houve a percepção, no entanto, que ter me levantado causou desconforto em alguns, inclusive no cerimonialista que aparentou indecisão entre conceder-me a palavra e passar a atividade seguinte, e curiosidade em outros.

Depois do ocorrido, as pessoas se subdividiram em comissões conforme seus próprios interesses, ao contrário da distribuição descrita por Costa (2015) na conferência municipal realizada no município de Franca - SP³⁹. Muitos idosos vieram me perguntar por que havia me levantado e se surpreenderam com a minha impressão acerca da regra com a qual haviam concordado silenciosamente. Eis uma demonstração de que o protagonismo do idoso foi apenas parcialmente respeitado ao longo dessa primeira conferência, no mais, importante marco municipal sobre a questão.

Novamente, o princípio de que a potência [principalmente a de questionamento] também se realiza na fraqueza foi demonstrado, a ponto de produzir uma compreensão da necessidade para alguns presentes de buscar informações acerca do contexto em que o estatuto da conferência foi produzido, de a quais interesses ele estava a serviço.

Essa problematização não anula a importância da realização da pré-conferência e da conferência, marco fundamental da garantia do direito de participação na elaboração, efetivação e avaliação das políticas públicas voltadas ao envelhecimento em suas mais diversas formas.

Porém, cabe ressaltar que mediante a complexidade do diagrama de forças agenciadas que envolve a participação no controle social das políticas públicas, sempre haverá necessidade do exercício da prudência em relação as tentativas de

³⁹ A autora refere que na ocasião, as cores utilizadas para tornar equitativo o número de integrantes por comissão foram distribuídas aos participantes no ato de inscrição, não permitindo em tese uma escolha voluntária do tema a ser discutido (COSTA, 2015).

captura da intensa potência transformadora inscrita nas linhas de fuga e agenciamentos maquínicos mais desterritorializados.

Capítulo 6: Narrativa de uma experiência com grupo de convivência e fortalecimento de vínculos em um serviço especializado em saúde do idoso:

6.1. O ponto de partida da experiência:

Segundo o Estatuto do Idoso, a garantia do direito à vida e ao envelhecimento saudável em condições dignas deve ser feita pelo Estado por meio da atenção integral do Sistema Único de Saúde (SUS) na modalidade promotora, preventiva e recuperativa da saúde, havendo a necessidade de pesquisar as doenças mais frequentes nesse grupo etário e de estabelecer serviços especializados a suas demandas, incluindo serviços domiciliares para os acamados (BRASIL, 2003/2010).

A partir de uma demanda específica feita espontaneamente à universidade por parte de um técnico vinculado a um serviço ambulatorial especializado na atenção à saúde do idoso, de abrangência municipal, surgiu a oportunidade de estabelecê-lo como campo de estágio de formação profissional.

Devido ao interesse pela questão e a ausência de estagiários interessados pela escuta ao envelhecimento, sugeri à profissional que aceitasse minha contribuição voluntária ao serviço. Para tanto, me propus a acompanhar o trabalho dela e observar o funcionamento do serviço antes de definir a qual ação específica me dedicaria.

O ambiente físico e a proposta do serviço me pareceram interessantes dada, entre outras coisas, a existência de uma academia do idoso no próprio espaço do serviço de saúde, algo incomum quando se pensa em oferta de serviços ambulatoriais, com fisioterapeuta contratado para orientar a atividade física adaptada aos frequentadores maiores de 60 anos.

Digo isso, porque longe de caracterizar-se como um serviço de saúde constituído apenas por salas de atendimento e de repouso, esse estabelecimento acrescentava características de ambientes de convivência abertos.

Embora não tivesse se explicitado nenhum conflito interpessoal durante o período de dez meses de convivência e no próprio serviço já existisse a compreensão de que a saúde do idoso exige mais do que o trabalho geriátrico, no sentido de combate ao adoecimento, encontrava-se pouco desenvolvida a integração entre os profissionais. Tomo como um dos indicadores da afirmação acima o fato de que, havendo uma ampla equipe multiprofissional, eu não tenha

chegado a participar de nenhuma reunião de equipe durante minha permanência de oito meses no serviço, ficando meu contato mais restrito a psicóloga.

A prática relatada por ela consistia na oferta de atendimento clínico individual para casos considerados mais graves (incluindo às vezes o trabalho em domicílio com idosos acamados em regiões da cidade que não contavam com Estratégia de Saúde da Família – ESF – correspondendo a cerca de 70% do território em maio de 2015) e de trabalhos em grupos de expressão corporal e de oficina de memória.

Dessa maneira, em reunião com a psicóloga do referido serviço após o acompanhamento de algumas atividades realizadas por ela, formulou-se a demanda de trabalho com grupos de convivência e fortalecimento de vínculos ante a percepção da ausência dessa oferta prevista pelas políticas públicas de saúde para idosos naquele serviço. Houve ampla divulgação por parte dos profissionais da unidade junto aos usuários.

Na busca da definição do que é “grupo de convivência” conforme prevê o texto do Estatuto do Idoso, Siqueira (2004, p. 112) identifica sua origem em práticas de “[...] lazer, viagens e atividades beneficentes [...]” promovidas a princípio em entidades da sociedade civil e de cunho religioso. Por vezes, o autor pontua a existência de “[...] exercícios físicos, orientações à saúde e troca de experiências”.

Alves (2014) e Canôas (1985) apontam a década de 1960 como marco inicial da existência desses grupos de convivência no Brasil, promovidos então pelo Serviço Social do Comércio (SESC) de São Paulo, como forma de intensificação da participação social dos idosos.

É importante ressaltar a abordagem crítica feita aos grupos de convivência desenvolvidos pelo SESC contida nas obras de Haddad (2016) e Teixeira (2008). Ambas apontam ao desvio da atenção supostamente produzido por essa estratégia, cuja direção é concedida aos especialistas em envelhecimento, em relação à concretude material da vida dos indivíduos que deles participam.

Concebo a estratégia de grupo de convivência e fortalecimento de vínculos como uma das diversas formas de problematizar ao menos a materialidade do sofrimento psíquico nas condições gerais e específicas de vida do idoso produzidas na atualidade, em última instância, pelo funcionamento do modo capitalista de produção.

A aposta é que a oferta de uma escuta compreensiva o suficiente para suportar a abordagem a qualquer tema que parta dos integrantes contribua a criação

de um lugar e um tempo de produção de subjetividade diferente daqueles postos socialmente, um plano de imanência em que agenciamentos reterritorializados e linhas de fuga desterritorializantes possam se estabelecer a partir de vetores de invenção de novas possibilidades de ser.

Mas é preciso não exagerar e reconhecer que a continuidade da oferta dessa escuta desarticulada da ação efetiva sobre os diversos vetores de força que estabelecem a materialidade do sofrimento humano (do qual o do idoso é apenas uma pequena parte) no atual agenciamento capitalista social, político, jurídico, econômico, entre outros, tende a reforçar as questões brilhantemente levantadas por Haddad (2016) e Teixeira (2008).

Porém, não nos esqueçamos da prudência ético-política. É Balzac (1946/2012, p. 28) quem nos desafia em um de seus romances a escolher “[...] o que é mais horrendo de ver, corações empedernidos ou crânios vazios?”

Suponho vivermos no Brasil atual o que chamaria, parafraseando parte do título do conhecido romance de Gabriel García Marquez, de “o tempo da cólera”, conjuntura de dissensão política entre os trabalhadores que desafia o postulado democrático de tolerância ao direito de livre expressão, concomitante o fortalecimento da unidade dos setores prósperos e conservadores que destila o ódio puritano no ambiente social ao mínimo sinal de diferença, à semelhança da caça às bruxas durante a inquisição.

Neste contexto, cabe pensar nas articulações possíveis e, talvez, apostar na constituição de estratégias locais de combate à cólera a partir do exercício, entre outras, da capacidade de afetar e ser afetado pela palavra e pela escuta na troca de experiências e no testemunho do que a longevidade nesse agenciamento produziu como subjetividade.

A proposta na experiência aqui relatada não estava focada no lazer e sim na troca de experiências. Tratava-se de exercitar a fala e a capacidade de escutar, respeitando os turnos de comunicação e as opiniões entre eles, de forma que o interesse coletivo modulasse a ênfase nos aspectos excessivamente individuais que pudessem aparecer. As cadeiras foram dispostas em forma de círculo.

Passo a narrar elementos relatados por alguns idosos durante a realização desse grupo que, ao contrário da suposição inicial, não estabeleceu uma constância de participantes e de temas discutidos.

6.2. Reterritorialização identitária entre infância e velhice por meio da obediência a preceitos – da mestria dos contadores de história ao discurso universitário dos especialistas:

Invariavelmente, as primeiras pessoas a falar foram mulheres que se apresentavam dizendo o próprio nome e contando de onde vieram e do que se lembravam dos tempos de infância.

Uma senhora com sotaque nordestino apresentou-se dizendo ter nascido na zona rural de um pequeno município do Estado de Alagoas. Dizia lembrar-se de muitas coisas de sua infância, mas dava especial destaque a relação de profundo respeito e temor que mantinha com seus pais e às histórias de assombração contadas ao lado de uma fogueira durante as noites claras de lua cheia.

A região oeste do Estado de São Paulo se caracteriza por uma ocupação de migrantes recente quando comparada com outras de suas regiões. Há que se esperar que nesse contexto o fenômeno migratório tenha sido fundamental para a constituição rural e, posteriormente, urbana desses municípios, apontando tendências econômicas marcantes a eles. É reconhecível que essa migração provocada pela expansão da fronteira agrícola mobilize parcelas da população pauperizadas ou provenientes de regiões rurais longínquas ou periferias urbanas empobrecidas.

Segundo sua narrativa, o contador de histórias, invariavelmente um homem residente nas pequenas propriedades que faziam divisa com o sítio em que moravam em condições de extrema simplicidade, certa vez relatou em detalhes seu encontro inesperado e indesejável, numa noite como aquela, com a alma de uma criança morta que havia desobedecido a recomendações amorosas de seus pais e, por isso, se encontrava perdida, a procura de um lugar que a faria descansar eternamente.

Identifico na figura desse contador de histórias elementos daquilo que Penna (1997) chama de mestre, alguém que sustenta a transmissão de um saber em características pessoais razoavelmente independentes da longevidade, tais como a habilidade da narrativa, etc.

Enquanto falava, ela misturava a nostalgia de lugares e tempos antigos, a admiração pela capacidade narrativa dos contadores de histórias e o medo que elas

lhe induziam. Ressaltava assim o temor produzido pela suposta identificação, na estória, entre sua situação familiar e a da criança cuja alma vaga sem descanso.

Segundo os relatos semelhantes de outras mulheres, as narrativas aconteciam em noite de lua cheia, parecendo muito comum aos moradores da zona rural daquela época que se tornaram posteriormente migrantes por motivos de trabalho e citadinos na idade adulta.

No exercício da escuta, destacou-se a frequência com que emergiam na fala dessas mulheres, associada à auto apresentação, os conteúdos infantis com aspectos relacionados ao medo de animais selvagens ou de criaturas sobrenaturais comuns nas antigas histórias de assombração contadas ao pé da fogueira, com a presença de adultos e crianças indistintamente.

Mas o que especificamente provocava o medo na situação relatada? Suponho ser a ameaça de não ter mais a referência familiar, experiência de imensa solidão, algo que teria sido provocada na estória da “alma penada” dada a intensa ambiguidade, presente na narrativa, entre desejar fazer coisas diferentes daquelas autorizadas pelos pais e não perder a proteção e o seu amor, sendo os dois desejos inconciliáveis.

Dessa forma, para ser amada e protegida, a criança deveria ser extremamente obediente aos pais, ainda mais em condições tão adversas de existência como aquelas em que relatavam viver.

Mas o que isso dizia de quem ela era agora? Suponho que ela atribua sua longevidade ao fato de ter sido uma filha obediente, que, posteriormente, foi obediente também ao marido e aos preceitos tradicionais internalizados por ela sobre a maternidade e feminilidade. Talvez se desdobre daí também a suposta necessidade de obediência aos preceitos médicos, conectados ao agenciamento do atual capitalismo em rede, para manter uma boa saúde ao longo da velhice.

Nesta circunstância, a ela, envelhecer corresponderia a obedecer aos preceitos estabelecidos pela universitária ciência geriátrica e gerontológica, em relativa continuidade as receitas do viver transmitidas a ela por seus pais e pelos narradores de estórias. Nenhuma metamorfose ligada ao suposto envelhecimento lhe parecia ainda causar sofrimento, a não ser aquele supostamente inerente a história das mulheres nesse agenciamento (migração, submissão, casamento, etc.).

Um pequeno arranjo temporal que conectava a situação atual à infância lhe possibilitava seguir a vida imaginando ouvir a voz de seus pais por meio daquela dos

especialistas em envelhecimento. Essa voz afirmava ser ela uma filha obediente que, em segredo desejava explorar outras possibilidades de vida sem nunca o fazer, com medo de perder o merecimento à proteção e ao amor familiar. O amor e a proteção familiar pareciam ser a ela algo que só se tem mediante o merecimento.

Eis a ilustração de um movimento de reterritorialização identitária que parece intensificar a adequação ao agenciado “envelhecimento ativo e bem-sucedido”, articulando a vivência familiar da juventude à vida adulta a partir da promessa de que nada de mal lhe ocorreria ao envelhecer se mantivesse o comportamento obediente, apesar do maquinismo inconsciente supostamente lhe fomentar estranhos desejos avessos a possibilidade de tamanho controle.

6.3. Dispersão das ofertas de atividades aos idosos e percepção de ausência de articulação territorial entre elas:

Mas parece sempre existirem “empecilhos práticos” ao exercício da obediência estrita ao que se ouve como uma ordem. Ilustro com o exemplo extraído de outro relato. Após falar da história amorosa que culminou num casamento duradouro, uma senhora afirmou ter dificuldade de fazer-se presente aos encontros do grupo, visto que àquela hora, uma segunda-feira às 13:30 horas, normalmente frequentava a fisioterapia em uma Universidade pública acompanhando o marido em seu tratamento.

Protestava contra a coincidência de horários, exigindo que houvesse uma adequação entre as duas ofertas de serviços. Essa fala disparou uma discussão coletiva acerca de qual seria o melhor dia e horário para a realização dos encontros, já que outros participantes também tinham outros compromissos.

A partir disso, a dificuldade de coadunar o horário do grupo com outras atividades semanais em diversos serviços especialmente destinados à população idosa da cidade e frequentados por eles foi um elemento de destaque a aparecer em suas falas.

Essa constatação produziu uma surpresa, comum a todos os presentes e explicitada por algum integrante, com a quantidade de ofertas destinadas especificamente aos idosos por uma infinidade de instituições em funcionamento no município, sem nenhuma preocupação com a articulação de finalidades das ações

ofertadas e de horários que possibilitaria a participação de um número maior de pessoas.

Além disso, causou espanto o fato de que essas instituições, sem se constituir em rede articulada, apresentavam uma dispersão considerável no território. Prova disso é que todos tinham ao menos um desses serviços destinados a diversas finalidades (lazer, educação, fisioterapia, saúde, etc.) próximos a sua residência.

Com isso, produziu-se o pensamento de que imaginariamente a única exigência a cumprir a fim de “garantir um envelhecimento saudável”, vislumbrada por eles e reforçada ao menos na aparência pelos diversos serviços a título de ação preventiva, seja manter-se frequentando-os.

Eis um agenciamento que reforça a necessidade de assujeitamento às normas impostas por essas instituições para não perder a saúde, ignorando, ao menos em parte, o convívio cotidiano dos idosos com a experiência da metamorfose que exige a invenção de novas formas de coadaptação e rearranjo dos espaços domésticos.

Por outro lado, explicitou-se a dificuldade dessas pessoas em exercer de forma autônoma a escolha por uma ou outra oferta e em reconhecer o exercício cotidiano de invenção de formas de coadaptação aos ambientes que frequentam, reforçando a percepção de que a frequência às ações fosse concebida por alguns como obediência a uma ordem expressa por especialistas em envelhecimento, via de regra, mais jovens.

6.4. Coadaptação ao processo de envelhecimento na história de um casal:

A fim de discutir formas de coadaptação ao longo do envelhecimento, destaco a presença de uma das participantes mais assíduas aos encontros – frequentou-os ao longo de seis meses – senhora de mais de oitenta anos que convivia com o marido idoso, o qual a trazia e a buscava de carro na porta do serviço e, apenas esporadicamente, participava das reuniões.

Ela relatava muita preocupação com a falta de cuidado de saúde por parte de seu companheiro, aspecto que provocava nela muito nervosismo justificado em suas palavras pela condição de saúde e o temperamento difícil dele, segundo relato. Borges e Seidl (2012, p. 69) afirmam que o “[...] ideal heroico de ser homem coloca-

o [...] em uma posição de vulnerabilidade física e psíquica para aquisição e agravamento de doenças [...]”.

No que diz respeito às diferenças entre envelhecimento masculino e feminino, Mira y Lopes (1966) insiste na ideia de que, às mulheres, a percepção da velhice e as preocupações que ela acarreta estaria relacionada a transformações indesejáveis em sua aparência física, e aos homens, à perda da saúde que lhe permitiria dar continuidade a suas atividades profissionais e pessoais.

Por sua vez, Whitaker (2007) nota que há uma exigência social maior imposta sobre as mulheres do que sobre os homens no que diz respeito aos cuidados com o envelhecimento, sempre acompanhada de um hipócrita elogio à manutenção natural de traços de beleza física masculina e da correspondente crítica à falta de persistência no combate à aspectos que apontam a deterioração feminina ao longo do tempo.

Os dois pontos de vista parecem testemunhar como agenciamentos constituídos por contextos históricos e sociais, formações profissionais (o primeiro, psicólogo, a segunda, socióloga) e orientações sexuais (o primeiro, homem, a segunda, mulher) diferentes parecem produzir explicações distintas ao envelhecimento feminino e masculino.

Há potenciais desencontros entre essas perspectivas do envelhecimento na escuta. No presente relato, somam-se a essas diferenças, as dificuldades supostamente impostas por uma longa convivência conjugal.

Nas poucas vezes que o marido comparecia às reuniões, quando confrontado pela esposa em relação a sua falta de atenção às recomendações feitas pelos especialistas consultados, o mesmo procurava justificar alguma rebeldia como resquício de autonomia que impedia a ele se sentir inválido.

Queixava-se do serviço e de seus usuários, recusando-se a permanecer quando apenas o casal vinha a reunião, algo que provocava reações envergonhadas de sua mulher e protestos para que eles esperassem mais um pouco pela chegada dos outros.

Quando permaneciam e se dispunham a falar, contavam com orgulho as realizações profissionais dos estudiosos filhos e netos residentes em municípios distantes até 600 quilômetros da cidade em que residem, como se elas representassem a prosperidade que seu esforço inicial produziu por meio de intensas jornadas de trabalho e da valorização da honestidade e da religiosidade,

sempre em continuidade com aquele esforço estabelecido e transmitido a eles por gerações anteriores.

O afastamento geográfico dos filhos em relação aos idosos, fortemente determinado por necessidades do exercício profissional, é relatado por Whitaker (2007) como uma das dificuldades de falta de suporte ao longo do envelhecimento, principalmente diante das situações de adoecimento.

Mas também apontavam as diferenças percebidas entre a relação estabelecida com o trabalho pelos filhos e netos e a sua própria. O relato era de que o idoso permaneceu mais de 30 anos em uma mesma empresa, atuando ao longo de uma jornada diária de oito horas sem grandes variações, o que fomentou uma relação de profundo respeito mútuo aos donos e aos outros funcionários.

Seus descendentes, por sua vez, mantêm relações muito mais inseguras com seus empregadores e clientes, o que denota a existência de profundas transformações no âmbito da atividade profissional na passagem de uma geração a outra.

Contavam como passaram a infância na zona rural e da necessidade criada desde cedo de conciliar o pouco que conseguiram estudar com o trabalho, ajuda exigida como complementar ao cuidado com a plantação exercido pelos pais. A parca escolaridade é uma das características mais marcantes do envelhecimento demográfico brasileiro em comparação com outros países (MASTROENI et al., 2007; BRITO, 2007).

Narraram como se conheceram em um baile rural, toda a sensação de liberdade companheirismo e de ausência de medo ao se deslocarem durante a madrugada por vários quilômetros em grupos de familiares e amigos, e da dificuldade para convencer os pais dela a aceitar o curto período de namoro que antecedeu o casamento, como de costume à sua época.

Sendo ambos descendentes de colonos europeus, relatavam a preocupação de caráter racial de seus pais no convívio de seus filhos com os “brasileiros”, pessoas que possuíam pele escura e supostos hábitos diferentes dos deles. Havia a indicação explícita para evitar o contato com os mesmos.

O elemento trazido pela narrativa deles evocou a percepção do quanto a possibilidade de isolamento territorial, supostamente maior na zona rural que na cidade, parecia intensificar preconceitos relacionados as diferenças raciais entre os colonos.

Com relação a vivência atual do casal, foi possível perceber como a necessidade simples da troca de um botijão de gás de cozinha suscita toda uma coadaptação entre capacidades preservadas e componentes físicos do ambiente. Eles deitavam o botijão, rolavam até um certo ponto da casa, solicitavam a ajuda de um vizinho para levantá-lo quando o próprio idoso cardiopata não o fazia, colocando-se em risco, mesmo contrariando as indicações médicas e o que sua companheira lhe dizia.

Charazac (2008) aponta na dinâmica psíquica de todas as etapas da vida duas vias de enfrentamento às mudanças impostas pela idade: a mudança do mundo exterior ou a mudança de si mesmo. Imagino a coadaptação como uma conjugação inventada desses dois movimentos.

Era perceptível, na fala dele, um caráter de teste da própria capacidade no enfrentamento da suposição de risco iminente de um enfarto ou outras ocorrências cardiovasculares associadas ao envelhecimento. Parecia sentir-se especialmente vivo ao arriscar executar ações que outrora foram desimportantes (como a troca de um botijão de gás de cozinha) e que agora extrapolavam supostos “limites absolutos” impostos pelo discurso competente dos especialistas, repetidos por sua companheira.

Na perspectiva filosófica aberta por Espinosa e Deleuze, Pelbart (2011, p. 31) escreve:

[...] O que é um corpo, ou um indivíduo, ou um ser vivo, senão uma composição de velocidades e lentidões sobre um plano de imanência? Ora, a cada corpo assim definido corresponde um poder de afetar e ser afetado, de modo que podemos definir um indivíduo, seja ele animal ou homem, pelos afetos de que ele é capaz. Deleuze insiste no seguinte: ninguém sabe de antemão de que afetos é capaz, não sabemos ainda o que pode um corpo ou uma alma, é uma questão de experimentação, mas também de prudência. [...] A questão é saber se as relações podem se compor para formar uma nova relação mais estendida, ou se os poderes podem se compor de modo a constituir um poder mais intenso, uma potência mais “intensa” [...].

A ela, a necessidade de seguir preceitos dos especialistas pelo receio das consequências catastróficas da desobediência. A ele, o desejo de compor novos arranjos de vida com ela permeado por uma intensa imprudência. Talvez, poeticamente, seja possível supor que um terceiro corpo tenha nascido nesse encontro.

A questão da composição de forças ou o seu contrário esteve posta na curta experiência de escuta ao referido casal, de modo que, por vezes, parecia tratar-se de um único corpo em conflito como na letra da música “Eu te amo” de autoria de Chico Buarque e de Tom Jobim:

[...] Se nós, nas travessuras das noites eternas,
Já confundimos tanto as nossas pernas
Diz com que pernas eu devo seguir

Se entornaste a nossa sorte pelo chão
Se na bagunça do teu coração
Meu sangue errou de veia e se perdeu [...]

A preocupação dela refletia também uma norma de que é a mulher quem deve cuidar do marido e que quando este se encontra com a saúde debilitada, deve-se atribuir à falta de cuidado da esposa o motivo de seu estado.

A esse agenciamento também foi possível esboçar uma linha de fuga singularizante na escuta por meio da intensificação do cuidado de si, inclusive quando esse cuidado suspende os efeitos moralizantes das convenções sociais internalizadas por ela, que a levava a assumir a responsabilidade exclusiva e a julgar-se incapaz de cuidar adequadamente da saúde do marido. Era como se, a princípio, a necessidade de falar sobre a falta de cuidados do marido se sobrepusse à possibilidade de dizer da falha na atenção a sua própria saúde, relação que aos poucos foi se invertendo.

Retorno ao protesto feito pelo idoso acerca da ausência dos usuários às reuniões e do apelo a espera pelos que viriam feito pela idosa, sendo estes outros cada vez mais raros às reuniões do grupo. O que faziam com que esperassem e quem era esse terceiro a quem esperavam, ainda que contrariados?

6.5. A repulsa à escuta realizada em grupo e a questão de um terceiro ausente:

Estabeleceu-se aí também outro aspecto bastante comum nos grupos: a necessidade de falar sobre pessoas ausentes aos encontros, fossem eles componentes ou não.

Destaco a título de exemplo a fala de uma idosa que compareceu à reunião e parecera surpresa pela escuta estar se realizando em grupo, como se esse fosse

um artifício que a desvalorizava, própria à suposta precariedade dos serviços públicos de saúde na atualidade.

Disse abertamente que preferia ser escutada sozinha, ao que seguiu fazendo queixas sobre o comportamento do marido ausente que apresentava sinais iniciais de perda de memória e se recusava a procurar ajuda.

Perguntava ela, em tom excessivamente negativo, o que poderia ser feito, como se esperasse uma prescrição especializada de como induzi-lo a procurar ajuda por sua própria iniciativa.

Diante das sugestões que foram sendo feitas pelos outros idosos presentes à reunião, demonstrava grande insatisfação com a simplicidade dos conteúdos proveniente da experiência direta daqueles.

Estabeleceu-se a sensação de estar faltando alguém naquela reunião, que poderia ser tanto seu marido como o especialista, alguém a quem deveria ser prescrito algo e quem deveria prescreve-lo.

Em geral, havia outras falas como essa ao longo das diversas reuniões que traziam um tom excessivamente negativo ou jocoso em relação aos ausentes, distinto das conversas entre os presentes, acompanhada de suposta reterritorialização identitária dos participantes.

Foi perceptível, então, a necessidade de, na condução dos trabalhos, explicitar essa tendência aos participantes para que se pudesse experimentar outras formas de falar incluindo a si mesmo naquilo que se enuncia. Eis que emerge aqui uma linha de fuga em relação ao agenciamento identitário, constituída pela inclusão do falante no que é dito por ele e desenhada a partir do reconhecimento da possibilidade dos falantes ali reunidos de inventar suas próprias prescrições de comportamento a partir dos elementos vivenciados.

Assim, diante das queixas frequentes em relação a ausência dos outros idosos aos encontros, começamos todos a nos perguntar sobre o que cada um desejava do grupo ao retornar na semana seguinte e o que de fato nossos encontros iam produzindo para cada um, ao invés de apenas supor e sentir passivamente a falta de interesse dos outros.

6.6. A intensidade do sofrimento psíquico no envelhecimento associado a vivências depressivas e a perda de memória:

Também compareceu a dois encontros uma senhora que consumia antidepressivos e tinha a perna machucada por um chute em uma brincadeira de um dos netos dos quais cuidava com a ajuda do marido. Alaphilipe (2008, p.167), em artigo sobre a autoestima do idoso, afirma que uma avaliação frágil de seu próprio valor tem grandes possibilidades de associação com experiências depressivas.

Ela relatava que não conseguia frequentar o médico por conta da falta de tempo relacionada aos cuidados exigidos pelas crianças e esperava que a frequência ao grupo pudesse ajudar a sarar da perna e da depressão. Teria ela confundido o psicólogo com o médico ou com um serviço de triagem para serviços médicos? Ou estaria aquilo que identificava como depressão em primeiro plano para ela?

A suposição de que há menos importância ao que identificamos como mental em relação ao sintoma físico nem sempre pode ser tomada em seu sentido absoluto.

Dessa forma, tornou-se explícito o papel cada vez mais presente de alguns dos avós integrantes do grupo no suporte ou mesmo em substituição à criação dos netos pelos genitores. Por outro lado, as expectativas mágicas dessa participante em relação aos encontros do grupo eram muito difíceis de serem revertidas por meio de uma explicação racional.

Produziu-se a compreensão de que, feitas as tentativas de esclarecer a ela o papel do trabalho realizado ali e diferenciá-lo de uma atuação médica efetiva, restava acolher suas expectativas, escutá-las, devolvendo-as ao coletivo em algumas ocasiões para que elas pudessem ser elucidadas ou pontuando a diferença entre a intensidade de suas produções subjetivas e o que as sensações emanadas de seu corpo apontavam como realidade incontornável.

Havia também outra senhora descendente de orientais de setenta e um anos de idade que vinha para saber por que sua memória estava começando a falhar e o que deveria fazer para evitar esse apagamento das memórias e de si mesma. Danko, Arnaud e Gély-Nargeout (2009) apontam a importância da permanência da identidade ao longo do processo de envelhecimento, processo sustentado na perenidade das memórias de quem somos.

Emergiu o reconhecimento da importância de oferecer suporte ao relato dos acontecimentos para identificar se havia alguma regularidade nesse esquecimento: quando havia se apercebido dele pela primeira vez, se atingia mais fatos recentes

ou distantes no tempo, se ocorria com maior frequência em algum período do dia, se envolvia as mesmas pessoas, fatos ou objetos, etc.

Emergiu dessas falas a suposição de que houvesse uma relação inversa entre identidade e esquecimento em relação ao eixo temporal envolvido: quando se esquece, com maior frequência, fatos recentes, a identidade permanece atrelada a acontecimentos remotos e vice-versa.

Produziu-se o reconhecimento da importância de que houvesse condições de suportar esse desconforto produzindo relatos no grupo para compreender melhor o que se passava, embora isso não tenha se efetivado por motivos desconhecidos.

Havia um senhor que frequentava o serviço há tempo suficiente para que os profissionais o caracterizassem-no como “difícil”. A dificuldade na relação com ele era o de que o usuário desacreditava todos aqueles com quem conversava, todos os que não fossem médicos.

Afirmava frequentar o serviço por conta de um problema de memória expresso por ele durante a realização do grupo a partir da descrição de uma situação específica em que o mesmo se encontrava na entrada de uma agência bancária na companhia de um neto muito querido, ainda criança.

Ao ser cumprimentado por um estranho, reagira amistosamente sem o entusiasmo com que tradicionalmente reage ao reconhecer um amigo. Ante a percepção da indiferença com que respondera ao cumprimento, o neto perguntou porque o avô havia tratado indiferentemente um amigo tão próximo, que em seguida retornara desconcertado para saber o que estava ocorrendo, sem ainda ser reconhecido pelo idoso. Disse ter se sentido envergonhado em relação ao neto e confuso no que diz respeito a si mesmo.

A questão trazida pelo idoso durante a realização do grupo era o que estava acontecendo com o que considerava ser uma excelente memória e como ele poderia evitar que isso voltasse a acontecer, obtendo a cura para o problema.

Lembrava que havia tido uma família numerosa e que havia ficado viúvo há alguns anos de uma mulher que ele venerava, após a descoberta de um tumor maligno. Relatava ter filhos naturais e adotivos que, com a ajuda inestimável da esposa, havia criado com grande sacrifício, tendo todos eles se tornado ótimas pessoas.

No entanto, queixava-se do comportamento indiferente desses filhos para com ele após a morte de sua companheira e durante a sua velhice. Afirmava não

gostar de ter que ligar para os mesmos para lembra-los de visita-lo ou de ter ele a iniciativa de procura-los ou para dizer que estava com saudades.

Gabava-se de sua generosidade, ao afirmar que possuía diversos imóveis e que, aos poucos, cedera os melhores para uso dos filhos, restando a ele morar em uma pequena quitinete no centro da cidade.

Em determinado momento de um dos encontros, diante da tentativa de consolo dos outros integrantes que recorriam para tanto a palavras de cunho religioso, o idoso se levantou e foi em direção a uma das participantes para afirmar com veemência sua incredulidade na bondade de uma divindade que não o socorria em um momento de sofrimento tão intenso.

De alguma forma, esses acontecimentos evocaram o pensamento de que a fala ali serviria apenas para acentuar seu sofrimento que se direcionava a suposta feição da injustiça fundamental da existência humana contida tanto na ausência de retribuição adequada da vida ao que se fez ao longo de seu percurso como o desaparecimento progressivo da memória, suporte da identidade consigo mesmo. Nesse momento, estabeleceu-se simbolicamente um silêncio momentâneo entre os presentes, como se algo tivesse afetado a cada um de forma diferente.

Ao longo desse encontro, a fala dele mobilizou todo o tempo do grupo, havendo pouca interferência dos outros participantes na condução do monólogo. Seguiu-se a essa reunião, grande evasão de participantes.

6.7. Descrição e reflexões ao final da experiência:

Entre os poucos participantes que persistiram até o final das atividades do grupo, estava uma senhora com pouco mais de sessenta anos de idade que relatava o desejo de ser escutada por alguém que não a conhecesse e nem a sua família.

Dizia representar esse distanciamento como um privilégio que a possibilitava falar livremente sobre suas preocupações com o seu relacionamento conjugal e seus filhos e netos.

Afirmava gostar de caminhar vários quilômetros entre sua casa e o serviço de saúde, por vezes “embaixo de sol forte” (sic), para poder participar dos encontros que aos poucos foram se reduzindo a um diálogo entre o coordenador e ela.

De certa maneira, a experiência de escutá-la e registrar a importância que ela atribuía ao espaço de convivência foi algo muito marcante do término de minha experiência no referido serviço de saúde.

Novas pessoas compareceram e poucas persistiam, até que o grupo ao longo de seis encontros ficou reduzido a um casal e outras duas participantes, sendo uma delas esporádica. Uma das justificativas mais ouvidas de usuários e profissionais do serviço para a dúvida sobre porque a frequência caíra tanto, via de regra se colocava a expectativa por uma escuta individualizada em lugar do grupo, na medida em que os encontros eram compreendidos como substitutos do atendimento individual.

Considero, entretanto, que o desafio à condução desses grupos seja constituir-se como híbrida de fragilidade e de fortaleza, no sentido de dar sustentação ao lugar potencial de fala de cada participante. Isso se faz necessário como uma espécie de preservação da liberdade de expressão, vital para a invenção de novas formas de existência e constituição de linhas de fuga singularizantes.

A redução progressiva no número de participantes fez emergir a suposição de que haveria necessidade de garantir que todos pudessem exercitar a fala e escutá-las, dada a provável falta de espaço para a expressão de todos os participantes.

O balanço da experiência de oito meses na condução do grupo aponta para a necessidade de uma articulação maior entre o grupo de convivência e fortalecimento de vínculos e outras ações oferecidas pelo serviço aos participantes e, em alguns casos, do acompanhamento clínico individual paralelo a sua ocorrência.

Por outro lado, atento que as condições socioeconômicas da maioria dos idosos que frequentavam esse serviço era muito superior àquela que encontrei no contato, por exemplo, junto aos serviços da Assistência Social. Tratava-se na maioria de idosos de classe média.

Lembro então uma questão levantada por Teixeira:

[...] não é para todas as classes que o envelhecimento promove efeitos imediatos de isolamento, exclusão das relações sociais, do espaço público, do mundo produtivo, político, artístico, dentre outras expressões fenomênicas dos processos produtores de desigualdades sociais (TEIXEIRA, 2008, p. 30).

Dessa forma, pela via da promoção da escuta ao envelhecimento, é possível percorrer importantes traçados da configuração de forças que podem conduzir à paradoxal possibilidade singular de envelhecer contemporâneo em meio ao dispositivo excludente-includente do capitalismo em rede.

Capítulo 7: Experiências unitárias de coordenação de rodas de conversas:

7.1. Introdução e revisão de trabalhos com grupos de idosos

Até aqui descrevemos aspectos relacionados à escuta ao envelhecimento inserida de forma mais ou menos sistemática no contexto do funcionamento de serviços articulados pelas políticas públicas de Assistência Social e Saúde. Dadas essas características, todas essas experiências partiam de um pressuposto comum de continuidade ao longo de um período de tempo.

Neste capítulo, busco relatar aspectos da escuta ao envelhecimento ocorrida em experiências unitárias e pontuais de roda de conversa, portanto, sem a mesma perspectiva de continuidade no tempo que as condicionava nos relatos anteriores.

Parte-se da suposição de que as estratégias de rodas de conversa com apenas um encontro possam contribuir à desterritorialização de dispositivos identitários fortalecidos pela expectativa ou pela efetividade da continuidade dos grupos realizados de forma ininterrupta nos serviços articulados pelas políticas públicas de seguridade social, na medida em que agencia maquinicamente elementos heterogêneos na perspectiva contemporânea do curto lapso de tempo do acontecimento deleuziano ou do tempo operativo guillaumeano.

As intervenções com grupos de idosos parecem estar muito associadas na literatura científica brasileira, por um lado, ao desenvolvimento de uma convivência solidária e compreensiva entre os idosos e, por outro, à transmissão do conhecimento técnico aos estudantes de uma área específica, o que a configura como uma prática formativa deste profissional.

Apoiada nas contribuições de Silva, Rabelo e Neri (2013, p. 45) afirmam que:

De modo geral, a vivência grupal proporciona reflexão sobre a maneira de estar no mundo, valores, direitos e relações com a coletividade. Quando implementada de maneira criativa e adequada, proporciona uma atmosfera de aceitação e ânimo para a discussão e reflexão sobre novas atitudes [...]

Morais (2009), a partir de relato de experiência de trabalhos com grupos, conclui dizendo considerar importante esse tipo de intervenção na sensibilização de profissionais ao trato com os idosos, o que parece indicar a dupla utilidade das

estratégias grupais, direcionadas tanto a quem envelhece como à formação continuada do técnico que os acolhe.

Neste sentido, também o trabalho de Lahm-Veira e Boeckel (2012) relata importante experiência de realização de grupo com idosos concomitante a formação de profissionais, envolvendo temáticas relacionadas à promoção da qualidade de vida na velhice.

Magesky, Modesto e Torres (2009) relatam experiência de promoção de qualidade de vida especificamente destinada a um grupo de idosos institucionalizados, envolvendo a participação de um estudante para a realização desse trabalho na referida intervenção.

Barbosa, Mota e Gomes (2011) em relato de experiência com grupos de idosos, afirmam que os mesmos reconhecem a importância da realização dos agrupamentos como fator de empoderamento.

Santos e Vaz (2008, p. 344) afirmam em conclusão a uma revisão de trabalhos grupais com idosos que a “[...] grande importância dos grupos [...] é justamente possibilitar às pessoas continuarem tendo objetivos, crescerem pela troca de experiências e criarem”. É possível supor a existência de significativas diferenças dos objetivos produzidos por agrupamentos agenciados por uma perspectiva de tempo contínuo e longo ou descontínuo e curto.

Correia e Ribeiro (2013) em relato de experiência de promoção de saúde do idoso com uso da técnica de grupo operativo, pontuam a importância do desenvolvimento de propostas contra hegemônicas no âmbito da saúde coletiva que contrariem a patologização do envelhecimento. Penso que a proposição de experiências grupais unitárias de roda de conversa possa intensificar a linha de fuga e desenhar agenciamentos maquínicos nessa perspectiva mais desterritorializada e não-identitária.

7.2. A experiência com um grupo intergeracional:

Em articulação feita com diversas entidades pela prefeitura de um município de médio porte da região oeste do estado de São Paulo durante a comemoração da semana do Idoso no ano de 2014, foram realizadas algumas rodas de conversa envolvendo diferentes integrantes da sociedade civil.

Uma dessas experiências reuniu idosos autônomos acolhidos em diversas instituições de longa permanência, profissionais que trabalham nas mesmas e alunos do curso de psicologia.

A proposta do único encontro realizado em uma sala de cinema cedida para o evento da semana municipal do idoso foi abrir a possibilidade de cada um se manifestar como desejasse, falando da própria vida e das curiosidades em relação a pessoas de outro grupo etário.

A dinâmica rapidamente evoluiu para uma espécie de jogo de perguntas, em sua maioria elaborada pelos mais novos, e respostas, dos mais velhos.

Uma pergunta feita por estudante de psicologia dirigida aos idosos dizia respeito a suposta saudade dos idosos em relação a vida em sociedade na época em que eram adolescentes e adultos jovens.

A resposta de um idoso apontava a saudade do vigor da juventude, quando a experiência de disposição corporal para as mais diversas atividades é mais intensa e desconhece limitações. Por outro lado, o idoso fez questão de ressaltar os limites impostos culturalmente pela rigidez dos costumes e o autoritarismo na relação entre pais e filhos.

O exemplo dado por ele tinha relação com a vivência da sexualidade e das relações afetivas, como o namoro. A imposição de que os namorados permanecessem a todo momento sob vigia de algum integrante da família da garota impedia na prática qualquer manifestação mais efetiva de sentimentos comuns entre pessoas que se gostam.

Devido a isso, havia casamentos que aconteciam por mera conveniência familiar, sem que marido e mulher tivessem qualquer experiência de relacionamento físico, o que muitas vezes resultava em uma convivência prolongada e infeliz entre os cônjuges. Essa triste e opressora experiência era vivenciada de forma íntima, sem poder se expressar publicamente ou mesmo entre os amigos mais próximos ao casal.

Foi visível a surpresa dos mais novos em relação às respostas dos mais velhos no sentido de frustrar a expectativa de uma visão de mundo saudosista e pessimista no que diz respeito à realidade contemporânea.

Outros idosos, incluindo as mulheres, se manifestaram afirmando, entre outras coisas, que os casamentos que pareciam durar a vida toda antigamente, admirados e idealizados pelos mais novos, só se mantinham com base no ambiente

de opressão cultural da mulher, reclusa no ambiente doméstico, na proibição do sexo durante o namoro (como forma de pressão para a consumação do casamento) e na imposição do desejo dos pais sobre os filhos baseado em interesses diversos, inclusive financeiros e de manutenção da propriedade privada.

É possível ter um vislumbre do poder que os mais velhos tinham sobre os mais novos a partir da análise de Whitaker (2007). A autora afirma que até a década de 1940, época em que a maior parte da população residia no meio rural, os idosos mantinham o poder familiar por meio da propriedade daquele que, na maioria dos casos, era o único meio de subsistência de toda a família extensa (mulher, filhos, agregados e netos).

Seja a propriedade rural ou o pequeno negócio urbano, em geral, conjugado ao local de moradia, concentravam os esforços de todos os parentes, o que tornava a desavença com o proprietário mais velho um risco a sobrevivência dos mais novos (WHITAKER, 2007).

Essa forma de organização familiar possibilitava a emergência de arranjos mais autoritários e concentradores de poder nas mãos dos mais velhos, deixando pouca alternativa aos mais novos, senão obedecê-los de forma rígida (WHITAKER, 2007).

Os idosos, que haviam nascido próximo a essa época, elogiaram a liberalidade dos tempos atuais e recomendaram aos mais jovens que aproveitassem a mesma com responsabilidade, sem esperar que alguém imponha limites estranhos aos seus próprios desejos.

Isso provocou uma intensa reflexão entre os mais jovens, que relatavam o quanto se sentem passivos frente aos meios de comunicação e às ofertas do capitalismo em rede, assumindo como imperativos e necessidades os padrões de moda veiculados de forma mais ou menos explícita nos anúncios publicitários, no noticiário, nos seriados, nas novelas, etc.

Os idosos relataram sua felicidade com a possibilidade de namorar com liberdade em plena velhice, sem as antigas obrigações vivenciadas em sua juventude, como no caso em que os namoros aconteciam no sofá da casa dos pais da moça com a presença dos mesmos ou de equivalente (irmãos, etc.), em que pegar na mão já era um ato censurável. Neste sentido, foi possível perceber o mútuo interesse no contato entre pessoas jovens e envelhecidas.

Penso que essa experiência também me ensinou a olhar o presente com mais otimismo, como agenciamento de possibilidades de invenção da existência a partir de um plano de consistência altamente desterritorializado. Neste sentido, é possível que a velhice e a juventude se misturem, formando amalgamas de (in)atualidades singularizantes e potentes, contemporâneos de si mesmos.

7.3. O cotidiano desgastante de cuidados com os idosos em ambiente hospitalar:

Outra experiência de coordenação de roda de conversas como parte dos eventos organizados no município por conta da semana do idoso se deu em um hospital público junto a acompanhantes de idosos internados.

Alguns eram pessoas contratadas para acompanhar a internação e outros eram familiares, em sua maioria filhas. Era notável a presença de apenas um homem no grupo todo formado por mais de 10 pessoas o que tomo como um indicador da menor assunção de responsabilidade masculina pelo exercício dos cuidados dos idosos.

Todos relatavam uma história de intenso desgaste físico e mental ao longo do acompanhamento, que variava de poucos dias a muitos meses, sendo imprevisível o seu desfecho.

Literalmente, o que aparecia era a possibilidade da continuidade da vida em condições ainda desconhecidas de extrema dependência ou de morte como fim de uma intensa agonia, na maior parte dos casos.

Era perceptível a existência de experiências paradoxais de insensatez por parte dos familiares entre as possibilidades de continuidade da vida e de desenlace do idoso, com alguns dos cuidadores relatando crises no casamento e no relacionamento com os filhos, abandono de oportunidades de trabalho e descuido com o tratamento dos próprios problemas de saúde crônicos como diabetes e hipertensão.

Apesar desse caráter de alívio do sofrimento pessoal indissociável da morte do idoso nessas circunstâncias específicas, todos os integrantes relataram não desejar-lá ou, ao menos, protelá-la até o limite por ocasião da realização da roda de conversa.

Talvez a própria proposta de realização de uma conversa em grupo aberta a expressão dessas possibilidades trágicas – vida em extrema dependência ou morte

agônica – tenha encontrado aí limites práticos, no sentido de que talvez o desejo de concretização do desenlace apenas em circunstâncias especiais pudesse ser enunciado sem causar imensos protestos por parte dos outros participantes.

Relatavam o prejuízo em termos de vida pessoal somados a experiências ambivalentes de contato interpessoal com o idoso acamado e a falta de apoio social como causa desse desgaste.

Entre os filhos, no entanto, era unânime a fala de que se fosse preciso, passariam por tudo de novo como sinal de gratidão e amor pelo genitor adoecido, às vezes perceptivelmente em seus últimos momentos de vida.

Em contato posterior com psicólogo do referido hospital, foi marcante o pedido de um dos participantes de que esse profissional me transmitisse o relato de que, durante a realização do grupo, o seu genitor tinha vindo a óbito. Entretanto, que o mesmo sentira que a conversa o ajudara a se reposicionar em relação à vida e à morte, sendo capaz de enfrentar com maior tranquilidade aquele difícil momento.

É possível lembrar as palavras de Tótora (2016, p. 24):

[...] Estar em ressonância com a vida é acatar o movimento que se recria perecendo. A morte se dá no corpo do vivente a todo instante; e a experiência da morte é a experiência de produzir devires e com isso novas intensidades [...].

As experiências grupais unitárias parecem confrontar de modo mais imediato seus participantes com aquilo que ainda não se tornou contínuo ou formatado, abrindo importantes horizontes existenciais a devires justamente no ponto em que projetos identitários ganhavam consistência e solidez, tornavam-se territórios.

Conclusão:

Como se pode escutar uma queixa de perda de capacidade auditiva, visual, de memória ou de autonomia geral atribuída pelo queixoso ao envelhecimento? Como o que escutamos interfere e sofre a interferência do contexto em que a escuta se dá e de quem nela está envolvido? A escuta é uma ação eficaz e importante nessas situações do ponto de vista das ciências gerontológicas e geriátricas? Ela pode ser feita em grupos? Que relação ela pode manter com as atuais políticas públicas de Saúde e de Assistência Social no Brasil?

Como é possível apreender da leitura dos capítulos 2 e 3, questões persistentes sobre a existência humana são agenciamentos que têm sua importância na transmissão da sabedoria de uma geração a outra há muito tempo. Enunciadas de forma mais ou menos ameaçadoras, elas nos alertam sobre o poder de aniquilação do caos que sempre nos permeia e os desafios que a vida em sua multiplicidade de dispositivos agenciados comporta.

Cabe aos mais jovens escolher acolhê-las, descartá-las, elaborar questões originais ou reelaborar as antigas, inventando novas composições ou dispositivos por meio de seus próprios encontros e das intensidades afetivas que estes lhes suscitam.

Aprendi no exercício da escuta que o que produz angústia a alguns idosos não é somente o abandono praticado pelos mais jovens em suas mais diversas formas, e sim o desprezo manifesto por alguns deles na transmissão das questões que sua existência lhes foi capaz de suscitar. Eis uma forma, no envelhecer, assumida pela angústia do desligamento, postulada por Pelbart (2011) como sendo própria ao capitalismo em rede.

Aprender a escutar a enunciação que delas fazem os que envelhecem nas mais diversas condições de vida pode se configurar como uma “estratégia fatal”. É Baudrillard (1983/1996, p. 168) que nos escreve:

Hoje, quando toda radicalidade crítica se tornou inútil, quando toda negatividade foi resolvida num mundo que finge se realizar, quando o próprio espírito crítico encontrou no socialismo sua residência secundária e que o efeito do desejo finalmente já passou há bastante tempo, o que nos resta além de repor as coisas em seu ponto zero enigmático? Ora, o enigma se inverteu: outrora era a Esfinge que punha para o homem a questão do homem, que Édipo pensou ter resolvido e que, depois dele, todos nós pensamos ter resolvido – hoje é o homem que leva à Esfinge, ao inumano,

a questão do inumano, do fatal, da desenvoltura do mundo com nossos empreendimentos, da desenvoltura do mundo quanto às leis objetivas. O objeto (esfinge), mais sutil, não responde. Mas é inevitável que, desobedecendo às leis, desarmando o desejo, ele responda em segredo a algum enigma. O que nos resta, além de passar para o lado desse enigma?

Embora não possa ser reduzida a isso, entendo que a estratégia fatal de aprender a escutar o enunciado dessas questões pelos que se sentem envelhecer, seus enigmas, é também perceber-se passando para o lado do enigma, sentindo-se envelhecer.

Mas não sem uma distinção fundamental: quando envelhecemos de maneira singular supomos o “envelhecer contemporâneo”; quando realizado ao modo socialmente predominante no capitalismo de rede, seguindo um receituário padrão e especializado, teríamos o “envelhecer bem-sucedido”.

A integração da família, em especial dos “filhos-cuidadores” nos serviços destinados a idosos, sem sobreposição a eles, e a promoção de grupos de convivência e fortalecimento de vínculos incluindo também pessoas mais jovens pode ser uma estratégia de construção de possibilidades de trabalho psicogerontológico voltado ao envelhecimento. Isso porque a divisão entre ser cuidador e tornar-se alguém passível de cuidado ao sentir-se envelhecendo poderia emergir para ser trabalhada de alguma forma nesse processo, não só nos familiares, mas também na condição de trabalhador dos serviços.

Considero também que a experiência relatada no capítulo 4 pertinentes aos trabalhos com a supervisão de estágio de formação profissional apresenta um agenciamento maquínico que opera na transmissão desses enigmas por meio da escuta ao envelhecimento no contexto do CREAS e dos serviços de acolhimento institucional direcionados aos idosos.

Passo às considerações finais refletindo alguns elementos advindos da escuta ao envelhecimento nas mais diversas situações aqui relatadas.

Em primeiro lugar, considero a possibilidade de constituição de uma linha de fuga via “projeto singularizante” de seguridade social. Por isso, pretendemos nos referir à atividade local e constante de busca pela invenção, por meio das políticas públicas e para além delas, de práticas, saberes e formas de existência originais e sustentáveis, configuradas por uma singular articulação macro e micropolítica entre os recursos previamente disponíveis, as práticas e interesses dos múltiplos atores e a irredutível diversidade de demandas sociais direcionadas aos serviços.

Supomos haver uma relação estreita dessa atividade inventiva local e o desenvolvimento nos envolvidos de uma expectativa de desempenho limitada ao projeto singularizante em questão, capaz de suspender de forma temporária a tendência à padronização e à universalização. Neste sentido, faz-se importante ao trabalho de escuta reconhecer o ponto em que uma determinada iniciativa com sabida potência inventiva se depara com o esgotamento e precisa ser abandonada ou reformulada.

Suponho que esse esgotamento pode dar-se de duas maneiras: pelo excessivo movimento de captura da potência inventiva das ações locais pela tendência à padronização própria ao biopoder em suas diversas formas; ou pela reconfiguração das frações da questão social⁴⁰ que se formulou em demanda aos serviços, dando origem àquelas ações. Para tanto, considero importantes as diversas experiências no exercício de ações de controle social tal como a relatada no capítulo 5.

Por isso, faz-se necessário algo de prudência ético-política ao nunca esquecer que o dispositivo próprio a esse projeto singularizante é, por um lado, permeado pelo caos (sua vizinhança com a possibilidade da fragilização insustentável das relações humanas, grau máximo de desterritorialização exemplificadas na radicalidade da morte dos indivíduos e das sociedades), e por outro, pelo biopoder cada vez mais absorvente na era do capitalismo de rede (capaz de inserir a padronização de práticas e o consumismo em espaços infinitesimais da existência e dos relacionamentos (PELBART, 2011), movimento de reterritorialização identitária consoante à constituição de formas “imperiais”⁴¹ de autoritarismo).

Neste sentido, penso que o trabalho de escuta com o grupo de convivência e fortalecimento de vínculos que deu origem à cartografia no capítulo 6 serve de exemplo de alguma ação local que atingiu uma situação de esgotamento que exigiria uma revisão junto aos idosos caso se escolhesse pela continuidade.

A estratégia de grupos de convivência e de fortalecimento de vínculos representa um exemplo de ação aberta à escuta de sofrimentos e potencialidades

⁴⁰ “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 1998, p.27).

⁴¹ Parafraseando a expressão “Império” utilizada por autores como Antonio Negri, Michael Hardt e Peter Pál Pelbart.

durante o envelhecimento nos serviços, que pode estar articulada com experiências unitárias de rodas de conversa que acontecem fora dos mesmos.

Por outro lado, suponho que a experiência com as rodas de conversa enunciadas no capítulo 7 pudesse ter encontrado alguma via de continuidade, mudando os locais de reunião e os públicos. De fato, esse trabalho seria um dos que aponto como legado a ter continuidade em outros encontros com a questão do envelhecimento.

Essas poderiam envolver pessoas de diversas idades ainda que em ambientes inusitados como cinemas e praças que, no entanto, se articulassem com as propostas de serviços de Saúde e de Assistência Social e com as respectivas políticas públicas, produzindo as múltiplas formas do “envelhecer contemporâneo”.

Dessa forma, não se trata de forma simplória de substituir um por outro, ou seja, os grupos existentes nos serviços pelas rodas de conversa fora deles, mas de considerá-los como passíveis de se tornarem complementares conforme a situação na perspectiva da constituição de um projeto singularizante de Saúde Coletiva e de Assistência Social que, sem ser nostálgico, “[...] reconhece suas raízes no movimento geral pela redemocratização do país e de resistência ao regime militar” (CRUZ; GUARESCHI, 2009, p. 25).

No que diz respeito a primeira forma da tese, descrita no sétimo tópico do capítulo 2, o interesse pela promoção da qualidade da escuta ao envelhecimento possibilitou vislumbrar a possibilidade de colocar o registro e a discussão dos conteúdos da escuta em conexão com outros saberes que se constituem em práticas profissionais diversas destinadas aos idosos, seus familiares e outros adultos que se sentem vinculados à questão do envelhecimento.

Neste sentido, uma possibilidade interdisciplinar vislumbrada para além das reuniões técnicas ou de gestão dos serviços seria a discussão desses conteúdos produzidos no cotidiano de trabalho com os pesquisadores e estudantes das Universidades Abertas da Terceira Idade (UATI), sempre articulados aos serviços de saúde e socioassistenciais. Essa atividade visaria reconstruir ou fortalecer ligações existentes entre a academia e o exercício profissional vinculado às políticas públicas sociais que lidam com o fenômeno do envelhecimento. Eis um potencial agenciamento maquínico a espera de efetivação como dispositivo.

Para além da dimensão local no que diz respeito especificamente às subáreas da Saúde e da Assistência Social, destacamos a princípio o artigo 23 da

Constituição Federal (BRASIL, 1988/2010) que trata da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Reconhecemos nele a existência de dois incisos importantes para a presente tese, a saber, o inciso II que cita o cuidado da saúde e da assistência pública, em especial à pessoa com deficiência, e o X que se refere ao combate às causas da pobreza e aos fatores de marginalização.

Neste artigo, aparece pela primeira vez no documento a solidariedade dos diversos entes estatais no que diz respeito à competência no combate às causas da pobreza e à marginalização dela resultante e no cuidado à saúde e assistência pública. É somente na esfera dessas articulações que se faria possível pensarmos e repensarmos constantemente esse projeto singularizante.

No que diz respeito à segunda forma assumida pela tese, descrita ao final do oitavo tópico do capítulo 2, penso que um dos efeitos do encontro com as diversas cartografias que constituem esse texto de caráter autobiográfico é poder ouvir sussurrando cada uma das pessoas com quem estive ao longo do percurso de trabalho direto e supervisão de estágio, havendo no relato dessas últimas um distanciamento maior das falas dos idosos por conta de serem elas descritas por terceiros. Dessa forma, assumem algumas narrativas o caráter de testemunho breve das produções de subjetividade nos diversos agenciamentos. São estes os intercessores, verdadeiros autores do presente trabalho apenas recortado pelo personagem conceitual⁴² que supõe compor sua própria autobiografia.

No que diz respeito à terceira forma da tese, contida no décimo tópico do capítulo 2, por meio das diversas cartografias foi possível ver emergir da escuta ao envelhecimento uma diversidade de experiências de pessoas que envelhecem produzindo um sentido que apenas por efeito de formalidade agrupo sob a intensidade de um sofrimento ético-político que não cessa de ter seus diferentes efeitos de sentido.

O paradoxo é que o acontecimento-sentido não funciona como remédio as dores do envelhecimento, mas como enunciação e reconhecimento do mesmo, desterritorializando identidades cristalizadas em linhas de fuga que constituem também novos dispositivos.

⁴² Deleuze e Guattari (1991/1992) afirmam ser o personagem conceitual aquele que recorta um plano de imanência cartografado, registrando a produção dos intercessores.

Do ponto de vista da escuta, o envelhecimento se configurou como uma queixa de súbita impossibilidade ou de redução de desempenho de papéis da vida adulta que se atribui ao avanço da idade cronológica e seus correlatos marcadores biológicos, podendo ou não em sua explicação abarcar aspectos biográficos e contextuais, mais ou menos, singulares e diversos.

Dessa forma, às vezes ele coincidiu com a velhice (tomado como parâmetro de políticas públicas que abrange a população de indivíduos com mais de sessenta anos de idade), outras não. Isso faz com que sejamos obrigados a diferenciar envelhecimento e velhice do ponto de vista da escuta. Sobre este ponto, nossas conclusões parecem coincidir com o que afirma Messy (1992/1999, p. 17) ao enunciar que o “[...] envelhecimento não é a velhice, como uma viagem não se reduz a uma etapa [...]”.

Por um lado, há situações em que a queixa se configurou como sendo o próprio envelhecimento. De outra forma, havia queixas diversas feitas por idosos que não eram específicas do envelhecimento.

De acordo com as cartografias apresentadas, foi possível notar que a constituição de projetos singularizantes produtores de envelhecer contemporâneo na escuta ao envelhecimento são possíveis em diversos lugares, mesmo fora dos serviços de Saúde e Assistência Social, desde que haja disponibilidade à “caótica dos encontros” capaz de evocar as três grandes formas ou vias de pensar na perspectiva deleuziana: a Arte, a Filosofia e a Ciência. Talvez sempre precisemos articulá-las para apreender a dimensão do envelhecimento como acontecimento-sentido.

É preciso considerar que, mesmo onde parece predominar o padrão, há produção de subjetividade singular, embora de modo menos intenso que nas experiências supracitadas. Por consequência, podemos também compreender que tenha havido efeitos singularizantes onde se supõe ter vicejado a padronização.

Consideramos que, em última instância, essa resposta sobre a produção de envelhecer contemporâneo somente poderia ser construída a partir da continuidade da participação pelos próprios implicados, algo com o que de fato foi notada dificuldades em todas as experiências aqui relatadas.

Uma das conclusões que parece saltar da cartografia é a de que há múltiplas formas de lidar com o envelhecimento, tanto do ponto de vista científico, como do ponto de vista legal e, ainda, do ponto de vista experiencial. A título de ilustração,

cartografou-se a linha de captura representada pelo projeto neoliberal e a linha de fuga própria ao projeto singularizante e ao envelhecer contemporâneo.

Entretanto, cabe apreciar que não desejamos repetir o antagonismo atual-inatual. Para tanto, é preciso evitar a dicotomia tanto temporal como moral.

O que aqui se enuncia é o desejo de que na escuta ao envelhecimento se possa trazer à tona aspectos da singularidade, dos percursos próprios a cada um que se coloque na condição de cuidador formal ou informal, de técnico dos serviços da assistência social ou da saúde e de ser que envelhece.

Neste sentido, também a fim de expandir à sociedade como um todo o reconhecimento das potencialidades e do valor dessas pessoas, postulamos a importância da promoção de experiências ainda que unitárias de rodas de conversas sobre o envelhecimento como uma das diversas ações possíveis.

Apostamos na possibilidade intercessora configurada pela escuta ao envelhecimento no interior e fora dos serviços para que as linhas de fuga cartografadas produzam agenciamentos maquínicos.

Bibliografia:

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 1ª. edição brasileira traduzida, coordenada e revista por Alfredo Bosi; revisão da tradução e tradução dos novos textos por Ivone Castilho Benedetti. 5ª. edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABRAHÃO, A. L.; MEHRY, E. E. Formação em saúde e micropolítica: sobre conceitos-ferramentas na prática de ensinar. **Interface**, Botucatu, SP, v. 18, n. 49, p. 313-324, 2014.

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Traduzido por Vinícius Nicastro Honesco. Chapecó, SC: ARGOS, 2009.

AGAMBEN, G. **O tempo que resta**: um comentário à Carta aos Romanos. Traduzido por Davi Pessoa e Cláudio Oliveira. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000/2016.

ALAPHILIPPE, D. Evolution de l'estime de soi chez l'adulte âgé. **Psychol. NeuroPsychiatr. Vieil.**, v. 6, n.3, p. 167-176, sept. 2008.

ALVES, D. dos S. O envelhecimento e a importância da convivência social e familiar: Estudo sobre um grupo de convivência na cidade de Cruz das Almas-BA. **Trabalho de conclusão de curso**. Curso de Serviço Social. Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Cachoeira, Bahia, 2014.

ALVES, L. C.; LEITE, I. da C.; MACHADO, C. J. Conceituando e mensurando a capacidade funcional da população idosa: uma revisão de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 4, p. 1199-1207, 2008.

AMADOR, F.; FONSECA, T. M. G. Da intuição como método filosófico à cartografia como método de pesquisa – considerações sobre o exercício cognitivo do cartógrafo. **Arquivos Bras. de Psicologia**, v. 61, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.psicologia.ufrj.br/abp/>. Acesso em: 16/07/2016.

ARAÚJO, E. N. P. de. **Práticas psicogerontológicas nos cuidados de idosos**. Curitiba: Juruá, 2012.

ARAÚJO, L. F. de et al. Violência contra pessoa idosa: Representações sociais entre adolescentes do arquipélago de Fernando de Noronha-PE. **Psicologia & Sociedade**; v. 24, n. 1, p. 104-111, 2012.

ARAÚJO, L. F. de; COUTINHO, M. da P. de L.; SALDANHA, A. A. W. Análise comparativa das representações sociais da velhice entre os idosos de instituições geriátricas e grupos de convivência. **Psico**, v. 36, n. 2, p. 197-204, maio/ago. 2006.

AREOSA, S. V. C. e AREOSA, A. L. Envelhecimento e dependência: desafios a serem enfrentados. **Revista Textos & Contextos Porto Alegre**, v. 7, n. 1, p. 138-150, jan./jun. 2008.

AREOSA, S. V. C. *O que pensam as mulheres e os homens idosos sobre o seu envelhecimento?* **Textos e Contextos**, v. 3, p. 1-10, 2004. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/978/758>. Acesso em: 08/09/2013.

ARKING, R. **Biologia do Envelhecimento**: observações e princípios. Traduzido por Lulo Feliciano Afonso e revisado por Francisco A. Moura Duarte. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC-Editora, 2008.

ASSIS, M. de. Promoção da Saúde e Envelhecimento: avaliação de uma experiência no ambulatório do Núcleo de Atenção ao Idoso da UNATI / UERJ. **Tese de doutorado**. Escola Nacional de Saúde Pública. Instituto Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2004.

AZEVEDO, A. B. de; NIQUETTI, R. Verdejar-Envelhecer: que combinação é essa? **Revista Kairós**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 63-74, dez. 2007.

BALTES, P. B. The many faces of human ageing: toward a psychological culture of old age. **Psychological Medicine**, v. 21, p. 837-854, 1991.

BALZAC, H. de. **A comédia humana**: estudo de costumes: cenas da vida privada. Orientação, introduções e notas de Paulo Rónai. Traduzido por Gomes da Silveira e Vidal de Oliveira. 3. ed. São Paulo: Globo, 2012 (vol. 4).

BARBOSA, R. M. dos S. P.; MOTA, N. M.; GOMES, D. C. Dinamismo social no envelhecimento – onde estamos? E para onde vamos? **BIUS (Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia)**, v. 2, n. 1, p. 03-11, 2011.

BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1998.

BARRETO, M.; HELOANI, R. Sexualidade e Envelhecimento. In: TRENCH, B. e ROSA, T. E. da C. **Nós e o Outro**: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa. São Paulo: Instituto de Saúde, 2011 (p. 77-96).

BARROS, R. D. B. de; CASTRO, A. M. de. Terceira Idade: o discurso dos *experts* e a produção do “novo velho”. **Estud. interdiscip. envelhec.**, Porto Alegre, v. 04, p. 113-124, 2002.

BATISTONI, S. S. T. Contribuições da Psicologia do Envelhecimento para as práticas clínicas com idosos. **Psicologia em Pesquisa UFJF**, v. 3, n. 2, p. 13-22, jul./dez. 2009.

BAUDRILLARD, J. **As estratégias fatais**. Traduzido por Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1983/1986.

BEAUVOIR, S. de. **La vieillesse**. Paris: Éditions Gallimard, 1970.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas I**: magia e técnica, arte e política. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERTINI, F. M. A. Centro de Fortaleza, lugar de transformações: o idoso e os afetos implicados. **Dissertação de mestrado**. Linha de pesquisa: Subjetividades contemporâneas e comportamento coletivo. Área de concentração: Psicologia Social. Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2006.

BERTINI, F. M. A.; BOMFIM Z. Á. C. Afetos de idosos em intervenções urbanas no centro de Fortaleza/CE. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 2, p. 302-326, abr./jun. 2013 ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983 <http://dx.doi.org/10.12819/2013.10.2.17>. Acesso em: 05/07/2013.

BIRMAN, J. O futuro de todos nós: temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise. In: Birman, Joel. **Estilo e Modernidade em Psicanálise**. São Paulo: Ed. 34, 1997 (p. 191-208).

BONARDI, G.; AZEVEDO E SOUZA, V. B.; MORAES, J. F. D. Incapacidade funcional e idosos: um desafio para os profissionais da saúde. **Scientia Medica**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 138-144, jul./set. 2007.

BORGES, L. M.; SEIDL, E. M. F. Percepções e Comportamentos de Cuidados com a Saúde Entre Homens Idosos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. 1, p. 66-81, 2012.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: Lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSQUET, A. et al. Le vote des sujets ayant des alterations des fonctions cognitives: aspects législatifs et éthiques. **Psychol. NeuroPsychiatr. Vieil.**, v. 8, n. 1, p. 33-42, 2010.

BOULDING, E. Las mujeres y la violencia social. In: JOXE, A. (org.). **La violencia y sus causas**. Editorial UNESCO: Paris, 1981.

BRANDÃO, L.; PARENTE, M. A. de M. P. Os estudos de linguagem do idoso neste último século. **Estud. Interdisc. Envelhec.**, Porto Alegre, v. 3, p. 37-53, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988/2010.

BRASIL. **Lei 10.173, de 09 de janeiro de 2001**. Altera a Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para dar prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos. Brasília, DF: 2001.

BRASIL. **Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. 5ª ed. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2003/2010.

BRASIL. **Lei 12.435, de 06 de julho de 2011**. Altera a lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF: 2011.

BRASIL. **Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: 1990.

BRASIL. **Lei n. 2.528, de 19 de outubro de 2006.** Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, DF: 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS n. 737, de 16 de junho de 2001.** Política Nacional de Redução de Morbimortalidade por Acidentes e Violência. Brasília, DF: 2001.

BRITO, F (org.). **Transição Demográfica e Política Públicas no Brasil:** Crescimento demográfico, Transição da estrutura etária e Migrações internacionais. Belo Horizonte: 2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/dilma-vana-rousseff/publicacoes/orgao-essenciais/secretaria-de-assuntos-estrategicos/a-transicao-demografica-e-as-politicas-publicas-no-brasil-crescimento-demografico-transicao-da-estrutura-etaria-e-migracoes-internacionais>. Acesso em: 12/07/2016.

BRITTO DA MOTTA, A. Vivendo a longevidade: centenários em Salvador, Bahia. In: SANTOS, S. S. dos e CARLOS, S. A. (orgs.). **Envelhecendo com apetite pela vida:** interlocuções psicossociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BUAES, C. S. Envelhecimento e educação: em foco a aprendizagem de trabalhadores mais velhos. **Estud. Interdisc. Envelhec.** Porto Alegre, v. 6, p. 7-20, 2004.

CAIRUS, H. Um Édipo Velho: Édipo em Colono. In: **Anais da III Jornada de Psicanálise com Velhos e suas interseções.** Rio de Janeiro, Escola Brasileira de Psicanálise/Rebouças, v. 1, 2001, p. 88-93.

CAMPELO E PAIVA, S. de O. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CAMPOS, G. W. de S. O SUS entre a tradição dos Sistemas Nacionais e o modo liberal-privado para organizar o cuidado à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12 (supl.), p. 1865-1874, 2007.

CANINEU, P. R.; BIZAR, P. R. B. C.; CANINEU, R. F. B. Gestão Multiprofissional em Gerontologia: do Tratamento Farmacológico às Intervenções Psicossociais. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v.12, n.2, p. 81-92, nov. 2009.

CANÔAS, C. S. **A condição humana do velho.** 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1985.

CARDOSO JÚNIOR, H. R. Acontecimento e História: pensamento de Deleuze e problemas epistemológicos nas ciências humanas. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 105-116, 2005.

CARVALHO, R. N. B. de. *Metamorfoses* em tradução. **Relatório final de Pós-Doutoramento**. Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CARVALHO, S. R. Reflexões sobre o tema da cidadania e a produção de subjetividade. In: CARVALHO, S. R., FERIGATO, S. e BARROS, M. E. (orgs.). **Conexões: saúde coletiva e políticas de subjetividade**. São Paulo: Aderaldo e Rotschild, 2009 (Coleção Saúde em Debate, n. 198) (p. 23-41).

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Referência Técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Brasília: CFP, 2007.

CHAMBON, M. Entre âgéisme et sagéisme: les orientations relative à l'integration sociale de personnes âgées. **Les cahiers internationaux de Psychologie Sociale**, v. 67, p. 125-136, 2005.

CHARAZAC, P. Les dynamiques psychiques du grand âge. **Psychol NeuroPsychiatr Vieil**, v. 6, n. 2, p. 91-96, 2008.

CHARCHAT-FICHMAN, H. et al. Declínio da capacidade cognitiva durante o envelhecimento. **Rev. Bras. de Psiquiatr.**, v. 27, n. 12, p. 79-82, 2005.

CIOSAK, S. I. et al. Senescência e Senilidade: novo paradigma na Atenção Básica de Saúde. **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v. 45, n. esp. 2, p. 1763-1768, 2011.

COIMBRA, C. M. B.; LOBO, L. F.; BARROS, R. D. B. A instituição da supervisão: análise de implicações. In: SAIDON, O. e KAMKHAGI, V. R. (orgs.). **Análise Institucional no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1991/2002.

COLUSSI, C. F.; FREITAS, S. F. T. de. Aspectos epidemiológicos da saúde bucal do idoso no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 1313-1320, set-out, 2002. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/%0D/csp/v18n5/11004.pdf>. Acesso em: 20/08/2017.

COMBINATO, D. S. et al. "Grupos de conversa": Saúde da pessoa idosa na estratégia saúde da família. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 558-568, 2010.

CONSTANTINO, E. P.; PEREZ, D. C.; SILVA, C. M. R. O psicólogo nas políticas públicas sociais: reflexões sobre as práticas PSI. in: CONSTANTINO, E. P. (org.). **Psicologia, Estado & Políticas Públicas**. Assis, SP: UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2010 (p. 87-108).

CORRÊA, L. R.; RIBEIRO, E. R. O grupo operativo e a promoção de saúde mental para idosos(as). **Rev. Saúde e Desenvolvimento**, v. 3, n. 2, p. 96-117, jan./jun. 2013.

CORREA, M. R. **Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade**. São Paulo: Editora Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

CORREIA, M. V. C. **Que controle social?** Os conselhos de saúde como instrumento. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

CÔRTE, B.; GOLDFARB, D. C.; LOPES, R. G. da C. (orgs.). **Psicogerontologia: fundamentos e práticas.** Curitiba: Juruá, 2009.

COSTA, J. S. Velhice, ideologia e crítica: uma análise sobre a participação, protagonismo e empoderamento dos(as) velhos(as) nos espaços das conferências. **Dissertação de Mestrado.** Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Franca, 2015.

COUTO, B. R. **O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CRUZ, L. R. da e GUARESCHI, N. M. de F. A constituição da Assistência Social como política pública: interrogações à psicologia. In: GUARESCHI, N. e CRUZ, L. (orgs.). **Políticas Públicas e Assistência Social: diálogos com as práticas psicológicas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009 (p.13-40).

DANKO, M.; ARNAUD, C.; GÉLY-NARGEOT, M-C. Concept d'identité et sujets âgés: perspectives psychosociales. **Psychol. NeuroPsychiatr. Vieil.**, v. 7, n. 4, p. 231-242, 2009.

DE CONTI, L. Abordagem narrativa em psicologia: articulações entre transmissão genealógica e narração da experiência de si. In: SOUZA, E. C. de e GALLEGOS, R. de C. (orgs.). **Espaços, tempos e gerações: perspectivas (auto)biográficas.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010 (Séries Artes de viver, conhecer e formar) (p. 57-72).

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento.** 1. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1999/2012.

DELEUZE, G. A Imanência: uma vida... Traduzido por Tomaz Tadeu do original em francês “L’immanence: une vie...” publicado em Philosophie, n. 47, 1995. **Educação & Realidade**, v. 7, n. 2, p. 10-18, jul./dez., 2002. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/31079/19291>. Acesso em: 19/10/2017.

DELEUZE, G. **Conversações, 1972-1990.** Traduzido por Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1990/1992.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Kafka: por uma literatura menor.** Traduzido por Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975/1977.

DELEUZE, G. **Lógica do sentido.** Traduzido por Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1969/1974.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a Filosofia?** Traduzido por Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munhoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1991/1992.

DUARTE, L. R. S. Idade Cronológica: mera questão referencial no processo de envelhecimento. **Estud. interdiscip. envelhec.**, Porto Alegre, v. 2, p. 35-47, 1999.

ERIKSON, Joan M. *Prefácio da versão ampliada*. In: ERIKSON, Erik H. **O ciclo de vida completo**. Traduzido por Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997/1998 (p. V-XII).

FARR, R. **As raízes da Psicologia Social Moderna**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FELIX, Y. T. M.; CATÃO, M. F. Envelhecimento e aposentadoria por policiais rodoviários. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 420-429, 2013.

FERRARI, I. F. Realidade social: a violência, e a segregação e a falta de vergonha. **Revista Mal-estar e subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 269-284, set./2007.

FERREIRA, S. Suporte social e qualidade de vida em idosos participantes de um programa de educação permanente. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-graduação em Psicologia da Saúde. Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, SP, 2012.

FIGUEIREDO, L. C. M.; SANTI, P. **Psicologia: uma (nova) introdução**. Rio de Janeiro: EDUC/Escuta, 2000.

FONTAINE, R. **Psicologia do Envelhecimento**. Traduzido por Constância Maria Egrejas Morel. São Paulo: Edições Loyola, 2007/2010.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Traduzido e organizado por Roberto Machado. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, M. *O Nascimento da Medicina Social*. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Traduzido e organizado por Roberto Machado. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Traduzido por Raquel Ramalheite. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FREITAG, B. **Itinerários de Antígona: a questão da moralidade**. Papirus: Campinas, SP, 1992.

FREUD, S. O inquietante. In: FREUD, S. **História de uma neurose infantil [“O Homem dos Lobos”], Além do princípio do prazer e outros textos [1917-1920]**. Traduzido por Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1919/2010 (Obras completas, vol. 14).

FREUD, S. Totem e Tabu. In: FREUD, S. **Totem e Tabu, Contribuição à História do movimento psicanalítico e outros textos [1912-1914]**. Traduzido por Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1912/2012 (Obras completas – Volume 11).

GALLEGO, R. de C. Tempo social e tempos vividos: as narrativas autobiográficas e seus marcadores temporais. In: SOUZA, E. C. de e GALLEGGO, R. de C. (orgs.). **Espaços, tempos e gerações: perspectivas (auto)biográficas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010 (Séries Artes de viver, conhecer e formar) (p. 19-34).

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. Traduzido por Dante Moreira Leite. Revisão de Antenor Celestino de Souza. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1961/1974.

GOLDFARB, D. C. e LOPES, R. G. da C. Prefácio. In: CÔRTE, B.; GOLDFARB, D. C.; LOPES, R. G. da C. (orgs.). **Psicogerontologia: fundamentos e práticas**. Curitiba: Juruá, 2009 (p. 19-24).

GONÇALVES, C. J. S.; COELHO, L. de M. Corporeidade, Movimento e Plasticidade Neuronal e Maturidade Ativa. **Estud. Interdisc. Envelhec.**, Porto Alegre, v. 3, p. 123-147, 2001.

GONÇALVES, D. et al. Promoção da qualidade de vida dos idosos portugueses através da continuidade de tarefas produtivas. **PSICOLOGIA, SAÚDE & DOENÇAS**, v. 7, n. 1, p. 137-143, 2006.

GONÇALVES, M. da G. M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010 (Coleção construindo o compromisso social da Psicologia).

GONDIM, L. V. C. **Violência intrafamiliar contra o idoso: uma preocupação social e jurídica**. Disponível em: http://tmp.mpce.mp.br/esmp/publicacoes/edi002_2011/artigos/04-Violencia.Intrafamiliar.Contra.o.Idoso.pdf. Acesso em: 02/03/2016.

GROISMAN, D. A velhice: entre o normal e o patológico. **História, ciências, saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 09, n. 1, p. 61-78, jan./abr. 2002.

GUATTARI, F. **O inconsciente maquínico: ensaios de esquizo-análise**. Traduzido por Constança Marcondes César e Lucy Moreira César. Papirus editora: Campinas, SP, 1988.

GUILLAUME, G. **Temps et verbe**. Théorie des aspects, des modes et des temps. Suivi de L'architectonique du temps dans les langues classiques. Paris: Champion, 1970.

HACHEM, D. W. e PIVETTA, S. L. A biopolítica em Giorgio Agamben e Michel Foucault: o Estado, a Sociedade de Segurança e a vida nua. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 10, n. 10, p. 340-361, jul./dez. 2011.

HADDAD, E. G. de M. **A ideologia da velhice**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

HUR, D. H. Memória e tempo em Deleuze: multiplicidade e produção. **Alethea Digital**, v. 13, n. 2, p. 179-190, julho/2013. Acesso em: 12/12/2016. Disponível em: <http://atheneadigital.net/article/download/v13-n2-hur/1088-pdf-pt>.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11ª ed. São Paulo, Cortez, 2007.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. rev. e ampl. 2. reimpr. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

KHOURY, H. T. T.; GÜNTHER, I. de A. Ambiente de moradia e controle primário em idosos. **Paidéia**, v. 18, n. 39, p. 53-60, 2008.

KLEIN, A. Promesa extinguida o promessa em estado fluido: continuidades y discontinuidades de los adultos mayores hoy. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 213-219, 2013.

KOYRÉ, A. **Do mundo fechado ao universo infinito**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

LAGACÉ, M.; TOUGAS, F. Les répercussions de la privation relative personnelle sur l'estime de soi Une étude du rôle du désengagement psychologique auprès de travailleurs de la santé de plus de 45 ans. **Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale**, v. 1, n. 69, p. 59-69, 2006.

LAHM-VIEIRA, C. R.; BOECKEL, M. G. (Qual)idade de vida: intervenção psicológica junto a grupo da terceira idade. **Estud. Interd. Envelhec.**, v. 17, n. 1, p. 183-199, 2012.

LEBRÃO, M. L. O envelhecimento no Brasil: aspectos da transição demográfica e epidemiológica. **Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 04, n. 17, p. 135-140, 2007.

LEMAIRE, P.; BHERER, L. **Psicologia do Envelhecimento: uma perspectiva cognitiva**. Traduzido por Ana André. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 2005/2012.

LEVET-GAUTRAT, M.; FONTAINE, A. **Gérontologie Sociale**. Paris, FR: Presses Universitaires de France, 1987 (Coleção Que sais-je?).

LIMA, M. L. C. de et al. Assistência à saúde dos idosos vítimas de acidentes e violência: uma análise da rede serviços do SUS no Recife (PE, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 15, n. 6, p. 2677-2686, 2010.

LINHARES, C. R. C. et al. Perfil da clientela de um ambulatório de geriatria do Distrito Federal. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2003, v. 16, n. 2, p. 319-326, 2003.

LOBO, Flavio. Fome de mudança. **Revista FGV**, n. 12, p. 18-25, jan. 2007. ISSN 1982-1670. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/pagina22/article/view/33698/32484>>. Acesso em: 17 set. 2016.

LUZ, M. M. C.; AMATUZZI, M. M. Vivências de felicidade de pessoas idosas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, SP, v. 25, n. 2, p. 303-307, abr./jun. 2008.

MAGESKY, A. M.; MODESTO, J. L.; TORRES, L. C. A. Intervenção psicossocial com um grupo de idosos institucionalizados. **Rev. Saúde e Pesquisa**, v. 2, n. 2, p. 217-224, mai./ago. 2009.

MARCOLINO, J. et. al. Achados fonoaudiológicos na deglutição de idosos do município de Irati-Paraná. **Revista brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 12, n. 2, p. 193-200, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/4038/403838781004.pdf>. Acesso em: 20/08/2017.

MARTINS, S. T. F. M. Psicologia social e processo grupal: a coerência entre *fazer, pensar e sentir* em Sílvia Lane. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, ed. esp. 2, p. 76-80, 2007.

MARTÍN-BARÓ, I. Hacía una psicología de la liberación. In: MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología de la liberación**. Madrid: Trotta, 1998.

MASTROENI, M. F. et al. Perfil demográfico de idosos da cidade de Joinville, Santa Catarina: estudo de base domiciliar. **Rev. Bras. Epidemiol.**, v. 10, n. 2, p. 190-201, 2007.

MATURANA, H. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Organizado e traduzido por Cristina Magro e Victor Paredes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001 (Humanitas).

MEHRY, E. E. Enfrentar a lógica do processo de trabalho em saúde: um ensaio sobre a micropolítica do trabalho vivo em ato, no cuidado. In: CARVALHO, S. R., FERIGATO, S. e BARROS, M. E. (orgs.). **Conexões: saúde coletiva e políticas de subjetividade**. São Paulo: Aderaldo e Rotschild, 2009 (Coleção Saúde em Debate, n. 198) (p. 276-300).

MELLO, I. C. P. Quando a Saúde encontrará a Cidadania? **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Assis, SP, 2003.

MESSY, J. **A pessoa idosa não existe: uma abordagem psicanalítica da velhice**. 2. ed. Traduzido por José de Souza e Mello Werneck. São Paulo: ALEPH, 1992/1999.

MILNER, J-C. **A obra clara: Lacan, a ciência, a filosofia**. Traduzido por Procópio Abreu e revisado por Marco Antonio Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

MINAYO, M. C. de S. **Violência contra idosos: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2005.

MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de. Violência e Saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 4, n. 3, p. 513-531, nov. 1997-fev. 1998.

MIRA Y LOPEZ, E. **A arte de envelhecer**: psicologia e psicoterapia do amadurecimento vital. Traduzido por Magdalena Léa Barbosa Corrêa. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

MOLINER, P.; IVAN-REY, M.; VIDAL, J. Trois approches psychosociales du vieillissement. Identité, catégorisations et représentations sociales. **Psychol. NeuroPsychiatr. Vieil.**, v. 6, n. 4, p. 245-257, 2008.

MONFORT, J.-C. et al. Le syndrome de Diogène et les situations apparentées d'auto-exclusion sociale. Enquête descriptive. **Psychol. NeuroPsychiatr. Vieil.**, v. 8, n. 2, p. 141-153, 2010.

MORAES, E. N. de; MORAES, F. L. de; LIMA, S. de P. P. Características biológicas e psicológicas do envelhecimento. **Rev. Med. Minas Gerais**, v. 20, n. 1, p. 67-73, 2010.

MORAIS, O. N. P. de. Grupos de idosos: atuação da psicogerontologia no enfoque preventivo. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 29, n. 4, p. 846-855, 2009.

MOREIRA JR., C. S.; JAPUR, M. Grupo de Sala de espera: sentidos do envelhecimento humano. **Paideia**, v. 13, n. 25, p. 85-96, 2003.

MORIN, E. **A via para o futuro da humanidade**. Traduzido por Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MOTTA, L. B.; AGUIAR, A. C. Novas competências profissionais em saúde e o envelhecimento populacional brasileiro: integralidade, interdisciplinaridade e intersetorialidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 2, p. 363-372, 2007.

MUCIDA, A. **O sujeito não envelhece**: psicanálise e velhice. 2. ed. rev. 2. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

NERI, A. L.; FREIRE, S. A. (org.). **E por falar em boa velhice**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

NERI, A. L. (org.). **Idosos no Brasil**: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Edições SESC SP, 2007.

NERI, A. L. Contribuições da psicologia ao campo de estudo e à intervenção no campo da velhice. **RBCEH – Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, p. 69-80, jan./jun. 2004.

NERI, A. L. Qualidade de Vida no Adulto Maduro: interpretações teóricas e evidências de pesquisa. In: NERI, A. L. (org.). **Qualidade de Vida e Idade Madura**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003 (Coleção Vivacidade) (p. 09-56).

NERI, M. L. Velhice bem-sucedida: aspectos afetivos e cognitivos. **Psico-USF**, v. 9, n. 1, p. 109-110, Jan./Jun. 2004.

NETO, F.; BARROS, J. Solidão em diferentes níveis etários. **Estud. Interdisc. Envelhec.** Porto Alegre, v. 3, p. 71-88, 2001.

NETO, O. C.; MOREIRA, M. R. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, n. 1, p. 33-52, 1999.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, M. P.; PONTE, J. R. Envelhecimento: desafio na transição do século. In: NETTO, M. P. **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento na visão globalizada**. São Paulo: Atheneu, 2002.

NIQUETTI, R. *Deleuze e velhice: uma política dos encontros*. **Tese de Doutorado**. Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, I. F. et al. Atuação dos psicólogos nos CRAS no interior do RN. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. esp. 2, p. 103-112, 2014.

OXFAM. **Documento informativo de janeiro de 2017**. Uma economia para os 99%. Chegou a hora de promovermos uma economia humana que beneficie todas as pessoas, e não apenas algumas. Acesso em: 17/01/2017. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/economia_para_99-relatorio_completo.pdf.

PALLONI, A.; PELÁEZ, M. Histórico e Natureza do Estudo. In: LEBRÃO, M. L.; DUARTE, Y. A. O. (org.). **O projeto SABE no município de São Paulo: uma abordagem inicial**. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2003 (p. 13-32). Disponível em: http://www.opas.org.br/sistema/arquivo/l_sabe.pdf. Acesso em: 02/01/2017.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E., KASTRUP, V. e ESCÓSSIA, L. da (orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. 4. reimpr. Porto Alegre: Sulina, 2015 (p. 17-31).

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. 4. reimpr. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PAÚL, C. Envelhecimento activo e redes de suporte social. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, vol. 25, p. 275-287, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=426540419011>. Acesso em: 24/03/2013.

PAVÓN-CUELLAR, D.; EQUIHUA, E. E. G. De los efectos de subversión en el psicoanálisis de Jacques Lacan al propósito de liberación en la psicología de Ignacio Martín-Baró. **Rev. Humanidades, Fortaleza**, v. 27, n. 1, p. 133-152, jan./jun. 2012.

PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: BARROS, M. L. (org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998 (p. 15-17).

PELBART, P. P. **Vida Capital**: Ensaios de Biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011.

PENNA, L. M. D. M. **Psicanálise e Universidade**: Há transmissão sem clínica? Belo Horizonte: Autêntica; FUMEC, 2003.

PRIBERAM. **Verbetes “contemporâneo”**. Disponível em: <https://priberam.pt/dlpo/contemporaneo>. Acesso em: 23/02/2017.

QUEIROZ, A. I. Gregor Samsa sob o olhar da Biologia. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/40871441>. Acesso em: 03/05/2017.

RABELO, D. F.; NERI, A. L. Intervenções psicossociais com grupos de idosos. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 16, n. 6, p. 43-63, dez. 2013.

RAMOS DO Ó, J. Para uma crítica das artes da existência e da ideia de consciência na modernidade: a problematização foucaultiana. In: VICENTINI, P. P.; ABRAHÃO, M. H. M. B. (orgs). **Sentidos, potencialidades e usos da (auto)biografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010 (p. 19-48).

REALE, G. **História da Filosofia Antiga** (volume III. Os Sistemas da Era Helenística). Traduzido por Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994 (Série História da Filosofia).

RIBÉMONT, B. *Sagesse ou folie? Être vieux dans la littérature médiévale*, **Gérontologie et société**, v. 114, n. 4, p. 129-147, 2005.

RODRIGUES, H. de B. C. A psicologia social como especialidade: paradoxos do mundo *psí*. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2005.

ROZENDO, A. da S.; JUSTO, J. S. Sentidos e espaços da velhice na legislação brasileira. In: TRENCH, B. e ROSA, T. E. da C. **Nós e o Outro**: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa. São Paulo: Instituto de Saúde, 2011 (p. 35-58).

ROZENDO, A. da S. Construção social do envelhecimento e experiências da velhice. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-graduação em Psicologia e Sociedade. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Assis, 2010.

SAAD, P. M. Transferência de apoio intergeracional no Brasil e na América Latina. In: CAMARANO, A. A. (org.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

SAFATLE, V. O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem. **SCIENTLE Studia**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 11-17, 2011.

SANTIN, S. Envelhecimento Humano: Ciência, cultura e ética. **Anais do Congresso Internacional de Envelhecimento Humano**: da complexidade ao desafio da interdisciplinaridade. Universidade de Passo Fundo, de 28 a 30 de abril de 2010 (p. 114-128).

SANTOS, D. K.; LAGO, M. C. de S. O dispositivo da idade, a produção da velhice e regimes de subjetivação: rastreamentos genealógicos. **Psicologia USP**, v. 27, n. 1, p. 133-144, 2016.

SANTOS, E. S. da S. O desafio da Psicologia ante o envelhecimento: análise da grade curricular dos cursos de graduação em Psicologia nas Regiões Sudeste e Sul. **Tese de doutorado**. Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2013.

SANTOS, F. H. dos; ANDRADE, V. M.; BUENO, O. F. A. Envelhecimento: um processo multifatorial. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 3-10, jan./mar. 2009.

SANTOS, G. A. dos. Os conceitos de saúde e doença na representação social da velhice. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n.1, p. 01-12, nov. 2002.

SANTOS, G. A.; VAZ, C. E. Grupos da terceira idade, interação e participação social. In: ZANELLA, A. V. et al. (orgs.). **Psicologia e Práticas Sociais**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008 (p. 333-346).

SANTOS, J. L. F. Análise da sobrevivência sem incapacidades. In: LEBRÃO, M. L.; DUARTE, Y. A. O. (org.). **O projeto SABE no município de São Paulo**: uma abordagem inicial. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2003 (p. 167-181). Disponível em: http://www.opas.org.br/sistema/arquivo/l_sabe.pdf. Acesso em: 02/01/2017.

SARAIVA, E. R. A.; COUTINHO, M. P. L. A difusão da violência contra idosos: um olhar psicossocial. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 1, p. 112-121, 2012.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999 (Coleção Psicologia Social).

SAWAIA, B. B. Psicologia e Desigualdade Social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SIEDENBERG, D. R. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. **Desenvolvimento em questão**. Editora Unijuí, v. 2, n. 3, p. 09-26, jan. / jun. 2004.

SILVA, I. R. da; GÜNTHER, I. de A. Papéis sociais e envelhecimento em uma perspectiva de curso de vida. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 16, n. 1, p. 31-40, jan./abr. 2000.

SILVA, L. R. F. “Autonomia, imperativo à atividade e “máscara da idade”: prerrogativas do envelhecimento contemporâneo?” **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 128-134, 2009.

SILVA, L. R. F. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.155-168, jan./mar. 2008.

SILVA, S. R.; CRUZ, L. R. da. Processos de Acolhimento no Centro de Referência da Assistência Social – Poster, sem data. Acesso em: 24/08/2017. Disponível em: http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/154402/Poster_47494.pdf?sequence=2

SIMÕES, J. A. Corpo e sexualidade nas experiências de envelhecimento de homens gays em São Paulo. In: TRENCH, B. e ROSA, T. E. da C. **Nós e o Outro: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2011 (p. 119-138).

SIQUEIRA, L. E. A. de. Estatuto do Idoso de A à Z. 2. ed. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2004.

SOUZA, E. R. de; MINAYO, M. C. de S. Inserção do tema da violência contra a pessoa idosa nas políticas públicas de atenção à saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 6, p. 2659-2668, 2010.

STRALEN, C. J. Psicologia social: uma especialidade da psicologia? **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2005.

TAVARES, L. A. T. **A depressão como “mal-estar” contemporâneo: medicalização e (ex)-sistência do sujeito depressivo**. São Paulo: Editora Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e Trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

TODARO, M. de A. **Vovô vai à Escola: a velhice como tema transversal do ensino fundamental**. Campinas, SP: Papirus, 2009.

TOROSSIAN, S. D.; RIVERO, N. Políticas Públicas e Modos de Viver: a produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. In: GUARESCHI, N. e CRUZ, L. (orgs.). **Políticas Públicas e Assistência Social: diálogos com as práticas psicológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009 (p. 56-69).

TÓTORA, S. **Velhice: uma estética da existência**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2015.

TRENCH, B.; MIYASHIRO, R. T. O fim do sangue: menopausa e envelhecimento entre as índias guaranis do Rio Silveira. In: TRENCH, B. e ROSA, T. E. da C. **Nós e o Outro: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2011 (p. 97-118).

TURKENICZ, A. **Organizações familiares: contextualização histórica da Família Ocidental**. Curitiba: Juruá, 2012.

URIBE RIVERA, F. J.; ARTMANN, E. Planejamento e Gestão em Saúde: flexibilidade metodológica e agir comunicativo. In: URIBE RIVERA, F. J. **Análise Estratégica em Saúde e Gestão pela Escuta**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003 (p. 17-36).

VERNANT, J-P.; VIDAL-NAQUET, P. **Trabalho e escravidão na Grécia Antiga**. Papirus: Campinas, SP, 1989.

VIDAL, M. A.; CLEMENTE, M. Familia y Tercera Edad: variables predictoras del abandono anciano. **Estud. Interdisciplin. envelhec.**, Porto Alegre, v. 2, p. 49-65, 1999.

VYGOTSKY, L. S. A pré-história da linguagem escrita. In: VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Organizado por Michael Cole et al. Traduzido por José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. 5. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1994 (Psicologia e Pedagogia) (p. 139-160).

WELLMAN, B.; WORTLEY, S. Different strokes from different folks: community ties and social support. **American Journal of Sociology**, v. 96, n. 3, p. 558-588, 1990.

WHITAKER, D. C. A. **Envelhecimento e poder: a posição do idoso na contemporaneidade**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

YAMAMOTO, O. H. Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In: BOCK, A. M. B. (org.). **Psicologia e Compromisso Social**. São Paulo: Cortez, 2003 (p. 29-36).

YASUI, S. **Rupturas e encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica Brasileira**. Tese de doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro: 2006.

ZANIRATTO, C. P. Tradução, comentário e notas de *Édipo em Colono* de Sófocles. **Dissertação de Mestrado em Linguística**. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, SP, 2003.

ZIZEK, S. **Em defesa das causas perdidas**. Traduzido por Maria Beatriz de Medina. Prefaciado por Alysson Leandro Mascaro. Campinas, SP: Boitempo, 2011.